

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Brasília – DF, 2017.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos Órgãos de Controle Interno (Controladoria Geral da União) e Externo (Tribunal de Contas da União) e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e 156/2016 e da Portaria TCU nº 59/2016, do Sistema e-Contas e das orientações firmadas pela Portaria CGU nº 500/2016.

A Assessoria Especial de Gestão Estratégica/Secretaria-Executiva, por meio deste Relatório de Gestão, consolida as informações sobre a gestão das seguintes Unidades: Gabinete do Ministro; Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégicas e Desempenhos Setoriais; Assessoria Especial de Gestão de Projetos; Assessoria Especial do Meio Ambiente; Secretaria-Executiva; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético; Secretaria de Energia Elétrica; e a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Nota-se que as seguintes unidades tiveram designações modificadas:

- 1) De Diretoria de Programa - Para: Assessoria Especial de Gestão de Projetos.
- 2) De Assessoria Especial de Gestão ao Ministro – Para: Assessoria de Apoio ao Ministro.
- 3) De Assessoria Especial de Gestão Sócio-Ambiental – Para: Assessoria Especial de Meio Ambiente.

Sumário

1. VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA.....	19
Quadro 1: Identificação da UPC MME	19
1.1. Finalidade e Competências.....	19
1.2. Ambiente de atuação	21
1.3. Organograma.....	26
1.4. Macroprocessos Finalísticos	28
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	51
2.1. Planejamento Organizacional	51
2.2. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	53
2.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	64
2.4. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	65
2.5. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	65
2.6. Desempenho Orçamentário	68
2.7. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados... 71	
Quadro 2: Objetivo 0034 (PPA) – SPE.....	71
Quadro 3: Objetivo 0048 (PPA) – SPE.....	72
Quadro 4: Objetivo 0604 (PPA) – SPE.....	73
Quadro 5: Objetivo 0044 (PPA) – SGM	73
Quadro 6: Objetivo 0478 (PPA) – SGM	74
Quadro 7: Objetivo 0481 (PPA) – SGM	76
Quadro 8: Objetivo 0553 (PPA) - SPG	77
Quadro 9: Objetivo 0185 (PPA) - SPG	78
Quadro 10: Objetivo 0057 (PPA) – SPG	79
Quadro 11: Objetivo 63 (PPA) - SPG	79
Quadro 12: Objetivo 64 (PPA) - SPG	80
Quadro 13: Objetivo 0529 (PPA) - SPG	81
Quadro 14: Objetivo 0054 (PPA) - SPG	82
Quadro 15: Objetivo 0029 (PPA) – SEE.....	83
Quadro 16: Objetivo 0045 (PPA) – SEE	86
Quadro 17: Objetivo 0019 (PPA) - SEE	87
Quadro 18: Objetivo 0036 (PPA) - SEE	91
Quadro 19: Objetivo 0436 (PPA) - SEE	93
Quadro 20: Objetivo 0437 (PPA) - SEE.....	95
2.8. Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	99
Quadro 21: Ação 20AA – SPE.....	99
Quadro 22: Ação 4897 - SPE.....	99
Quadro 23: Ação 20TZ - SGM.....	100
Quadro 24: Ação 4887 – SGM.....	101
Quadro 25: Ação 211G - SGM.....	101
Quadro 26: Ação 4892 - SPG.....	102
Quadro 27: Ação 0E90 - SPG	104
Quadro 28: Ação 00OE - SPG	104

Quadro 29: Ação 20L8 - SEE	105
Quadro 30: Ação 215Y - SEE	107
Quadro 31: Ação 20L6 - SEE	108
Quadro 32: Ação 20L7 - SEE	109
Quadro 33: Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS	110
2.9. Fatores Intervinentes no Desempenho Orçamentário.....	111
2.10. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no Orçamento	112
2.11. Restos a pagar de exercícios anteriores	112
Quadro 34: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPG/MME	112
Quadro 35: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SGM/MME.....	113
Quadro 36: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPE/MME.....	114
Quadro 37: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SEE/MME.....	115
Quadro 38: Restos a pagar UG 320005 - CGRH.....	117
Quadro 39: Restos a pagar UG 320004 – CGRL	117
2.12. Execução descentralizada com transferência de recursos	118
2.13. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	118
Quadro 40: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SGM)	118
Quadro 41: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse e instrumentos congêneres.	119
Quadro 42: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SGM)	119
Quadro 43: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	119
Quadro 44: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SPE).....	120
Quadro 45: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SPE)	121
Quadro 46: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos (SEE).....	122
Quadro 47: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	123
2.14. Informação sobre realização das receitas	124
2.15. Informação sobre execução das despesas	124
Quadro 48: Despesas por Modalidade de Contratação.....	124
Quadro 49: Despesas por grupo e elemento de despesa.....	126
2.16. Desempenho Operacional.....	127
2.17. Licenciamento Ambiental do Setor Elétrico	127
2.18. Desempenho quanto às metas de universalização de energia elétrica.....	129
2.19. Apresentação e análise dos Indicadores de Desempenho	130
Quadro 50: Indicadores referentes aos produtos/serviços	131
2.20. Descrição e análise das ações desenvolvidas para prorrogação dos contratos de concessão	134
2.21. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos.....	135
Quadro 51: Orçamento total do Projeto.....	135
Quadro 52: Orçamento por Componente.....	136
Quadro 53: Atividades contratadas/em vigência no exercício 2016.....	139
Quadro 54 – Atividades em andamento	148

Quadro 55 – Empenho do Orçamento 2016.....	153
Quadro 56 – Execução Orçamentária 2016.....	153
Quadro 57 – Convênios e Termos de Cooperação firmados no âmbito do Projeto.....	155
Quadro 58 – Desembolsos por Categoria (Pedidos de Saque efetuados).....	155
Quadro 59– Executado e Comprovado por Categoria até 2016.....	155
Quadro 60 – Pedidos de Saque e Comprovação de Gastos até dezembro de 2016.....	156
Quadro 61 – Detalhamento dos Encargos Pagos até 2016.....	157
3.GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	159
3.1. Descrição das estruturas de Governança	160
3.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos e administrativos	161
Quadro 62 – Correição e apuração de ilícitos e administrativos.....	161
3.3. Gestão de riscos e controles internos	161
4.ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	163
4.1 Gestão de pessoas	163
Quadro 63: Quadro de Pessoal do Ministério.....	163
4.2 Estrutura de pessoal da unidade	164
Quadro 64: Força de Trabalho do MME.....	164
Quadro 65: Distribuição da Lotação Efetiva do MME.....	165
Quadro 66: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME.....	165
Quadro 67: Distribuição da Força de Trabalho por Unidade Administrativa.....	166
Quadro 68: Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Escolaridade.....	166
Quadro 69 Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Idade.....	166
Quadro 70: Ações de treinamento e as áreas atendidas (Capacitação).....	168
4.3 Demonstrativo das despesas com pessoal	170
Quadro 71 - Despesa do Pessoal.....	170
4.4 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	171
4.5 Contratação de pessoal de apoio e estagiários	172
Quadro 72 – Composição do Quadro de Estagiários.....	172
Quadro 73 – Contratos de Prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	174
4.6 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	175
Quadro 74: Detalhamento dos Objetivos Imediatos – POA 2016.....	175
4.7 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	187
4.8 Gestão da frota de veículos	187
Quadro 75– Resumo Geral da Frota de Veículo Oficial do Ministério de Minas e Energia - 2016.....	187
4.9 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	188
4.10 Gestão do patrimônio imobiliário da União	188
Quadro 76: Despesas com Manutenção do Imóvel.....	188
4.11 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	190
Quadro 77: Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	190
4.12 Informações sobre imóveis locados de terceiros	191
4.13 Gestão da tecnologia da informação	191
4.14 Principais Sistemas de Informações	193

Quadro 78: Principais Sistemas de Informações	193
Quadro 79: Capacitações CGTI/2016	196
Quadro 80: Força de Trabalho CGTI/2016	196
4.15 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	201
4.16. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.	201
4.17. Gestão de fundos e de programas	202
4.18. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	202
5.RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	203
5.1 Canais de acesso ao cidadão	203
5.2 Cartas de serviços ao cidadão	205
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos – usuários	205
5.4 Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	205
5.5 Medidas para garantir acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	206
6.DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	207
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da 4.320 e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	207
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	209
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4320/64 e notas explicativas.....	209
7. CONFORMIDADE DE GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	209
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	209
Quadro 81: Determinações e Recomendações TCU (Pendentes em 2016).....	210
7.2. Transparência dos projetos inseridos no REIDI	210
7.3. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	211
Quadro 82: Tratamento de Recomendações CGU – SPE.....	211
Quadro 83: Tratamento de Recomendações CGU - SGM.....	212
Quadro 84: Tratamento de Recomendações CGU – SPE.....	213
Quadro 85: Tratamento de Recomendações CGU – SEE.....	218
7.4. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário	224
Quadro 86: Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	224
7.5. Demonstração da conformidade do cronograma e pagamento de obrigações com disposto no art 5º da Lei nº 8666/93.....	225
7.6. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com as empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos	225
7.7. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	226
Quadro 87: Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	226
8. ANEXOS E APÊNDICES.....	227
8.1. Relatório de avaliação de resultados do contrato de gestão	233
Quadro 88: Participantes do Contrato de Gestão	241
8.2. Pronunciamento de autoridade supervisora de contrato de gestão.....	242
8.3. Rol dos responsáveis.....	246
8.4. Relatório de instâncias ou área de correição	246

9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	246
9.1. Integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal –APF	246
9.2. Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões –SISAC.....	246
9.3. Cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto á entrega da declaração de bens e renda.....	247
9.4. Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	248
9.5. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI	248
9.6. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	249
9.7. Relatório Espelho do Monitoramento – Simplificado do PPA 2016-2019 - SIOP	250

Lista de Quadros

Quadro 1: Identificação da UPC MME	19
Quadro 2: Objetivo 0034 (PPA) – SPE	68
Quadro 3: Objetivo 0048 (PPA) – SPE	69
Quadro 4: Objetivo 0604 (PPA) – SPE	70
Quadro 5: Objetivo 0044 (PPA) – SGM	70
Quadro 6: Objetivo 0478 (PPA) – SGM	71
Quadro 7: Objetivo 0481 (PPA) – SGM	73
Quadro 8: Objetivo 0553 (PPA) - SPG	74
Quadro 9: Objetivo 0185 (PPA) - SPG	75
Quadro 10: Objetivo 0057 (PPA) – SPG	76
Quadro 11: Objetivo 63 (PPA) - SPG	76
Quadro 12: Objetivo 64 (PPA) - SPG	77
Quadro 13: Objetivo 0529 (PPA) - SPG	78
Quadro 14: Objetivo 0054 (PPA) - SPG	79
Quadro 15: Objetivo 0029 (PPA) – SEE	80
Quadro 16: Objetivo 0045 (PPA) – SEE	83
Quadro 17: Objetivo 0019 (PPA) - SEE	87
Quadro 18: Objetivo 0036 (PPA) - SEE	88
Quadro 19: Objetivo 0436 (PPA) - SEE	90
Quadro 20: Objetivo 0437 (PPA) - SEE	92
Quadro 21: Ação 20AA – SPE	95
Quadro 22: Ação 4897 - SPE	96
Quadro 23: Ação 20TZ - SGM	97
Quadro 24: Ação 4887 – SGM	97
Quadro 25: Ação 211G - SGM	98
Quadro 26: Ação 4892 - SPG	99
Quadro 27: Ação 0E90 - SPG	100
Quadro 28: Ação 00OE - SPG	101
Quadro 29: Ação 20L8 - SEE	102
Quadro 30: Ação 215Y - SEE	103
Quadro 31: Ação 20L6 - SEE	104
Quadro 32: Ação 20L7 - SEE	106
Quadro 33: Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS	106
Quadro 34: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPG/MME	109
Quadro 35: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SGM/MME	109
Quadro 36: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPE/MME	110
Quadro 37: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SEE/MME	111
Quadro 38: Restos a pagar UG 320005 - CGRH	113
Quadro 39: Restos a pagar UG 320004 – CGRL	113
Quadro 40: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SGM)	114
Quadro 41: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse e instrumentos congêneres	115
Quadro 42: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SGM)	115
Quadro 43: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	115
Quadro 44: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SPE)	116
Quadro 45: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SPE)	117
Quadro 46: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos (SEE)	118
Quadro 47: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	119
Quadro 48: Despesas por Modalidade de Contratação	120
Quadro 49: Despesas por grupo e elemento de despesa	121

<u>Quadro 50: Indicadores referentes aos produtos/serviços.....</u>	126
<u>Quadro 51: Orçamento total do Projeto.....</u>	130
<u>Quadro 52: Orçamento por Componente.....</u>	131
<u>Quadro 53: Atividades contratadas/em vigência no exercício 2016.....</u>	134
<u>Quadro 54 – Atividades em andamento.....</u>	142
<u>Quadro 55 – Empenho do Orçamento 2016.....</u>	148
<u>Quadro 56 – Execução Orçamentária 2016.....</u>	148
<u>Quadro 57 – Convênios e Termos de Cooperação firmados no âmbito do Projeto.....</u>	149
<u>Quadro 58 – Desembolsos por Categoria (Pedidos de Saque efetuados).....</u>	149
<u>Quadro 59– Executado e Comprovado por Categoria até 2016.....</u>	150
<u>Quadro 60 – Pedidos de Saque e Comprovação de Gastos até dezembro de 2016.....</u>	150
<u>Quadro 61 – Detalhamento dos Encargos Pagos até 2016.....</u>	152
<u>Quadro 62 – Correição e apuração de ilícitos e administrativos.....</u>	155
<u>Quadro 63: Quadro de Pessoal do Ministério.....</u>	157
<u>Quadro 64: Força de Trabalho do MME.....</u>	158
<u>Quadro 65: Distribuição da Lotação Efetiva do MME.....</u>	159
<u>Quadro 66: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME.....</u>	159
<u>Quadro 67: Distribuição da Força de Trabalho por Unidade Administrativa.....</u>	160
<u>Quadro 68: Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Escolaridade.....</u>	160
<u>Quadro 69 Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Idade.....</u>	160
<u>Quadro 70: Ações de treinamento e as áreas atendidas (Capacitação).....</u>	162
<u>Quadro 71 - Despesa do Pessoal.....</u>	164
<u>Quadro 72 – Composição do Quadro de Estagiários.....</u>	166
<u>Quadro 73 – Contratos de Prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....</u>	167
<u>Quadro 74: Detalhamento dos Objetivos Imediatos – POA 2016.....</u>	168
<u>Quadro 75– Resumo Geral da Frota de Veículo Oficial do Ministério de Minas e Energia - 2016.....</u>	180
<u>Quadro 76: Despesas com Manutenção do Imóvel.....</u>	181
<u>Quadro 77: Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....</u>	182
<u>Quadro 78: Principais Sistemas de Informações.....</u>	185
<u>Quadro 79: Capacitações CGTI/2016.....</u>	187
<u>Quadro 80: Força de Trabalho CGTI/2016.....</u>	187
<u>Quadro 81: Determinações e Recomendações TCU (Pendentes em 2016).....</u>	201
<u>Quadro 82: Tratamento de Recomendações CGU – SPE.....</u>	202
<u>Quadro 83: Tratamento de Recomendações CGU - SGM.....</u>	203
<u>Quadro 84: Tratamento de Recomendações CGU – SPE.....</u>	204
<u>Quadro 85: Tratamento de Recomendações CGU – SEE.....</u>	209
<u>Quadro 86: Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....</u>	215
<u>Quadro 87: Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....</u>	216
<u>Quadro 88: Participantes do Contrato de Gestão.....</u>	232

Lista de siglas e abreviações

AAAS - Avaliações Ambientais de Área Sedimentar
ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
AEAM - Assessoria Especial de Apoio ao Ministro
AEAPE - Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes
AEAR - Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios
AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica
AEGSA - Assessoria Especial em Gestão Socioambiental do MME
AEPED - Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégicas e Desempenhos Setoriais.
AERI - Assessoria Especial de Relações Internacionais.
AID - Associação de Desenvolvimento Internacional
ANA - Agência Nacional de Águas
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APL - Arranjo Produtivo Local
APM - Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BISE - Boletim de Interrupção do Suprimento de Energia
BVENERGIA - Boa Vista Energia S.A.
CAP - *Country Assessment Paper*
CAF - Cooperação Andina de Fomento
CARIAMA - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Luziânia e Região
CBHP - Comitê da Bacia Hidrográfica da Paranaíba
CCC - Conta de Consumo de Combustíveis
CCCisol - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados
CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCPs - Centros Comunitários de Produção
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CEAL - Companhia Energética de Alagoas
CEAM - Companhia Energética do Amazonas
CEL - Comissão Especial de Licitação
CELG - Companhia de Eletricidade de Goiás
CEPAMP - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais
CEPEL - Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
CEPISA - Companhia Energética do Piauí
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral
CGH - Central Geradora Hidrelétrica
CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGP - Comitê Gestor De Projeto
CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CGU - Controladoria-Geral da União
CHE - Complexo Hidroelétrico

CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
CMA - Comando Militar da Amazônia
CMO - Custo Marginal de Operação
CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNBem - Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIEX - Comissão de Financiamento Externo
COMPET - Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural
CONACON - Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica
CONJUR/MME - Consultoria Jurídica do MME
COPRON - Comissão Nacional de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Tread way Commission dos Estados Unidos.
CPI - Comissão Parlamentar de Investigação
CPNSEE - Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica
CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
CTC - Centro e Treinamento, Organização e Ação Social do Cidadão.
CTI - Cooperação Técnica Internacional
CTMSP - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
CTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus
CUSE - Custo Unitário do Serviço
CVA - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”
DGSE - Departamento de Gestão do Setor Elétrico
DMSE - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico
DN - Decisão Normativa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU - Diário Oficial da União
DPL - *Development Policies Loan*
DPUE - Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia
EAR - Energia Armazenada de Reserva
EER - Encargo de Energia de Reserva
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre
ELETOBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETRONUCLEAR - Eletrobrás Termonuclear S.A.
EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
EMTU/SP - Empresa Metropolitana de Transporte Urbano de São Paulo
ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
EPM - Empresa de Pequeno e Médio Porte
ESS - Encargo de Serviços de Sistema
ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético
FM - Financial Management
FETRANSPOR - Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do

Rio de Janeiro

FP**SO** - *Floating Production Storage and Offloading* (Plataforma Flutuante de Produção e (Estocagem)

FUMIN/BID - Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNARBE - Fundação Arthur Bernardes

GAB - Gabinete

GEAF - Gestão Administrativa e Financeira

GesPública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

GM - Gabinete do Ministro

GPAC - Grupos do PAC

GT Crises - Gabinete de Crises sobre Enchentes nos Estados de Alagoas e Pernambuco

GTEC/COFIEX - Grupo Técnico Executivo do COFIEX

GTI Meio Norte - Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Plano de Meio Norte

GTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus

GTSIC-Energia - Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDS/RN - Instituto de Assistência à Cidadania e ao Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte

IEBMSE - Índice de Emissão de Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico

IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado

INFC/DF - Instituto Novas Fronteiras de Cooperação do Distrito Federal

INNOVAR AUTO - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotivos

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPDO - Informativo Preliminar Diário da Operação

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPRPMO - Índice de Participação nas Reuniões do Programa Mensal de Operação

IRTCE - Índice de Redução Tarifária por Compensação Ambiental

LAI - Lei de Acesso à Informação

LD - Linhas de Distribuição

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LER - Leilão de Energia Renováveis

LOA - Lei de Orçamento Anual

LpT - Programa Luz para Todos

LTs - Linhas de Transmissão

MDS - Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

META Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project

MF - Ministério da Fazenda

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério de Minas e Energia MP - Medida Provisória

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MPT Ministério Público do Trabalho

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MW - Megawatt

NESA - Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental da Secretaria Executiva

NITEG - Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração

NRMEG - Número de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Geração

NRMET - Número de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Transmissão
OGM - Orçamento de Gasto Maior ou Menor
OLUC - Óleo Lubrificante Usado ou contaminado
ONS - Operador Nacional do Sistema
OSPF - Órgãos Setoriais de Programação Financeira
OTGM - Ordenamento Territorial Geomineiro
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Project Appaiser Project 4
PAR - Plano de Ampliação e Reforços
PBE VEICULAR – Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular para Veículos Leves
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCH - Pequena Central Hidrelétrica
PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia
PEDEFOR - Programa de Estimulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural
PEL - Planejamento da Operação Elétrica Anual
PEMAT - Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Duto viário do País
PEN - Planejamento Anual da Operação Energética
PNEF - Plano Nacional de Eficiência Energética
PET-Programa de Expansão da Transmissão
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.
PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco
PLpT - Programa Luz para Todos
PMIS - Programa de Melhoria de Instalações Sistêmicas
PMO - Programa Mensal de Operação
PNE - Plano Nacional de Energia
POCP - Procedimentos Operativos de Curto Prazo
PPA - Plano Plurianual
PRC/Prodeem - Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem
PRODEEM - Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
RAP - Relatório de Análise de Perturbação
REIDI - Regime Especial de Incentivo à Infraestrutura
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes
RGR - Reserva Global de Reversão
RPNP - Restos a Pagar Não Processado
SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e Custo
SDP - Solicitação de Propostas
SE - Secretaria Executiva
SEB - Sistema Elétrico Brasileiro
SEE - Secretaria de Energia Elétrica
SEI – Sistema Eletrônico de Informação
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.
SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC/MME - Sistema de Informação ao Consumidor do Ministério de Minas e Energia
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGET - Sistema de Gestão da Transmissão
SIN - Sistema Interligado Nacional
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SISG - Sistema de Serviços Gerais
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SMI – Solicitação de Manifestação de Interesse
SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STGE - Sistema Transacional da Geração
STTE - Sistema Transacional de Transmissão de Energia
TC - Termo de Compromisso
TCU - Tribunal de Contas da União
THS - Tarifa Horo-Sazonal
TSEE - Tarifa Social de Energia Elétrica
TR - Termo de Referência
UAT - Ultra Alta Tensão
UAR - Unidade de Adição e Retirada
UG - Unidade Gestora
UGP - Unidade de Gestão de Projetos
UHE - Usina Hidrelétrica
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UNI-SOL/AM - Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões
UO - Unidade Orçamentária
URA - Unidade de Concentração de Urânio
UTE - Usina Termelétrica
UTEJF - Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.
UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá de Minas Gerais
ZNMT - Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás
ZPTM - Zona de Processamento e Transformação Mineral

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão, ora apresentado, cumpre a obrigação constitucional de Prestação de Contas prevista no parágrafo único do art.70 da Constituição Federal e do Art.3º da Instrução Normativa TCU nº 63.

Objetiva apresentar aos órgãos de controle (CGU/TCU) e à sociedade a condução das atividades planejadas/programadas do Ministério de Minas e Energia, de forma estruturada e transparente, permitindo uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade de gestão durante o exercício financeiro de 2016.

Este documento consolida as informações sobre a gestão das Unidades do MME e foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação estabelecidas pelos seguintes normativos:

- I) Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010;
- II) Decisão Normativa TCU nº 154 de 19/10/2016;
- III) Decisão Normativa TCU nº 156 de 30/11/2016;
- IV) Portaria TCU nº 59 de 17/01/2017, e
- V) Portaria CGU nº 500 de 8/03/2016.

Forma da estrutura do Relatório de Gestão 2016

A primeira parte do Relatório (do item 1 ao item 1.5) apresenta a visão geral do Ministério de Minas e Energia, compreendendo sua identificação, finalidade, competências, normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, breve histórico, ambiente de atuação, organograma e designação dos macroprocessos finalísticos e de apoio.

Nas seções seguintes (item 2 em diante), encontra-se a maior parte dos quadros previstos na Portaria TCU nº 59/2017. Dessa forma, são apresentados o planejamento organizacional e resultados, a governança, gestão de riscos e controles internos, áreas especiais da gestão, o relacionamento com a sociedade, o desempenho financeiro e informações contábeis, a conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e, por fim, anexos e apêndices.

Vale ressaltar que a numeração dos capítulos e subcapítulos neste trabalho segue a sequência normal, diferentemente daquela da Portaria TCU nº 59/2017 e do sistema e-Contas. Quanto aos quadros, alguns deles (de Objetivos, Financeiros e Orçamentários, de Recomendações TCU/CGU, entre outros) foram agrupados por Secretarias.

É importante destacar que, reconhecidamente, o Ministério de Minas e Energia atua em segmentos de atividades de extrema relevância para o desenvolvimento econômico e social do País. A energia, por exemplo, está no cerne de todas as cadeias e processos produtivos, nos mais diversos segmentos de atividades. Os combustíveis são propulsores das engrenagens fabris, do escoamento da produção de onde é gerada para os centros de consumo, da mobilidade rural e urbana, enfim são insumos imprescindíveis ao mundo

moderno. Da mesma forma, a energia elétrica não só é um vetor de desenvolvimento, como requisito imprescindível à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano.

O segmento de geologia, mineração e transformação mineral, por sua vez, tem uma das mais expressivas participações no Produto Interno Bruto – PIB, responsável por uma expressiva e complexa cadeia de insumos básicos para inúmeras atividades econômicas e também, um dos maiores geradores de emprego e renda no Brasil.

Essas referências sobre o contexto de atuação do Ministério permitem constatar a responsabilidade, o alcance e a complexidade dos trabalhos que são da sua competência. Como Órgão da Administração Direta cumpre-lhe dar curso à implementação das políticas setoriais e às diretrizes governamentais, em consonância com os interesses maiores da sociedade e em prol do desenvolvimento do País.

Nesse cenário atua em franca articulação com os Órgãos e Entidades (Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) que são vinculados ao MME, no sentido de concretizar o exercício pleno das competências legais de sua responsabilidade.

Principais dificuldades encontradas pelo Ministério para realização dos Objetivos

- Em que pese o alcance e a complexidade das competências que são afetas ao MME, este tem uma das menores estruturas organizacionais (Cargos Comissionados e Funções de Confiança), entre todos os Ministérios. Apesar dessa condição já reduzida do quadro, em 2016 o MME sofreu forte redução de pessoal e de DAS, por determinação governamental e devido a isso enfrenta sérias dificuldades na retenção de servidores qualificados para atuar nas áreas finalísticas e de gestão.
- Permanece a situação do ano anterior em relação as condições hidrológicas adversas e a demora na aprovação de licenciamentos ambientais.
- A sobrecontratação conjuntural das empresas distribuidoras de energia elétrica.
- A retração econômica sofrida pelo país nos últimos três anos, com a paralização ou postergação de obras e toda a problemática daí advinda.
- Restrições Orçamentárias em 2016.

Principais realizações da Gestão

Ao longo de 2016 o Ministério de Minas e Energia, orientado por um novo direcionamento do papel do Estado e por novas políticas de Governo procurou desenvolver políticas públicas para que no curto prazo fossem resgatadas a confiança do mercado de energia e de mineração, da sociedade e dos agentes econômicos para a retomada do crescimento econômico do País.

Dessa forma, principalmente com ações direcionadas para a melhoria do ambiente de negócios e para a atração de investimentos, o MME resgatou a credibilidade do setor e obteve, em curto prazo, resultados concretos.

Nesse contexto, as mudanças regulatórias introduzidas com a edição da Lei

13.360 (MP 735) e a Lei 13.365 (participação da Petrobras no Pré-sal), marcaram uma nova fase para o País, resgatando a credibilidade do setor para novos investimentos.

Destaca-se ainda, a segurança do suprimento que ao longo de 2016 teve recorde de expansão da capacidade instalada de geração, fundamental para garantir a retomada do crescimento econômico do País em curto prazo.

Especificamente em relação ao Setor Elétrico, durante o ano de 2016, algumas ações devem ser aqui ressaltadas, tais como:

- A prática das bandeiras tarifárias, mecanismo que sinaliza ao consumidor a variação do custo de geração e, com isto, alerta-o quanto ao ajuste entre o consumo e o custo da energia
- A atuação do MME na preparação e na realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, contribuindo para o sucesso dos eventos;
- A participação ativa na gestão dos recursos hídricos brasileiros, através de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Destaca-se a experiência vivenciada na gestão da bacia do Rio São Francisco, onde os reservatórios das usinas hidrelétricas vêm sendo operados, no âmbito da gestão dos recursos hídricos disponíveis, visando principalmente o atendimento aos usos prioritários.
- Finalização da integração eletroenergética com os países vizinhos, com a conclusão das obras da conversora São Carlos e da LT 500 kv, São Carlos-Candiota, viabilizando o intercâmbio de até 500 KV entre Brasil e Uruguai, liberada para operação comercial em junho de 2016;
- A conclusão das obras da LT em 500 kV Paranaíta – Ribeirãozinho – Marimondo II, que viabiliza o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Teles Pires para os grandes centros consumidores do Sudeste do país;
- A continuidade das obras da LT 800 kV em corrente contínua interligando as Subestações de Xingú, no estado do Pará, e Estreito, no estado de Minas Gerais, o que contribuirá para o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte;
- Com vistas a garantir a continuidade do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nas áreas cujas concessões não foram prorrogadas, foram designadas as empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás (Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Companhia de Eletricidade do Acre, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, Companhia Energética do Piauí - CEPISA, Companhia Energética de Alagoas – CEAL e Boa Vista Energia S.A.) para prestarem o serviço em nome da União, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Além dessas, a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA foi designada para prestar o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica até a assunção de nova concessionária, nos termos do caput do art. 9º da Lei nº 12.783, de 2013.
- A continuidade da realização de leilões de geração de energia nova, fontes alternativas e de reserva, contratando a energia de 59 empreendimentos de geração;

- Recorde na oferta de investimentos para o serviço público de transmissão de energia elétrica, totalizando 24,82 bilhões de reais distribuídos em 13.280 quilômetros de linhas de transmissão com tensão igual ou superior à 230 kV e 16.510 MVA de transformação associada. Houve, também, recorde na contratação foram 18,37 bilhões de reais contratados distribuídos em 9.530 km de linhas de transmissão e 13.250 MVA de transformação
- A não ocorrência de blecautes no SIN, envolvendo um subsistema ou mais, em sua totalidade;

No segmento de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, os principais destaques foram os seguintes.

- Foram propostos os blocos a serem licitados para a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção e para a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. A autorização para que a ANP realizasse os respectivos estudos foi emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em sua Resolução nº 5/2016, e a SPG acompanhou e monitorou os estudos necessários.
- Destaca-se ainda a publicação da Resolução CNPE nº 4/2016 que autorizou a ANP a relizar a 4ª Rodada de Licitações de Campos Marginais, cujo objeto foram treze Áreas Inativas com Acumulações Marginais localizadas nas bacias do Recôncavo, Potiguar e Espírito Santo, a depender da manifestação favorável dos Órgãos de meio ambiente competentes.
- Publicação e início da atualização do próximo ciclo relacionado aos estudos de Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás. Este é um estudo continuado de publicação bienal utilizado como subsídio para a elaboração do Planejamento Estratégico, no contexto do Plano Nacional de Energia;
- Os projetos de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural em andamento no País, que são de grande importância estratégica, econômica e social, geraram uma produção média diária, até novembro, de 3,14 milhões de barris de óleo equivalente (boe). O Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2024 projeta uma produção média diária de 4,03 milhões de barris de petróleo e líquido de gás natural (GNL) em 2020, o que representa um aumento substancial para o período;
- Em fevereiro de 2016 foi concluída a construção do gasoduto de escoamento de gás natural Rota 2 que possui 402,2 km de extensão e capacidade de escoamento de 13 milhões de metros cúbicos por dia. O projeto tem como objetivo escoar o gás natural produzido no pré-sal da Bacia de Santos para o Terminal de Cabiúnas – Tecab, no Estado do Rio de Janeiro;
- A respeito desse Terminal (Tecab), foi concluída, também em fevereiro, a ampliação da capacidade de processamento de 23 para 28 milhões de metros cúbicos por dia. O projeto tem como objetivo processar o gás proveniente do pré-sal da Bacia de Santos e, também, da Bacia de Campos;
- Em maio, foi concluída a construção de um duto para transporte de gás liquefeito de petróleo - GLP (OCVAP I) e outro de C5+ (OCVAP II),

interligando a Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) à Refinaria Henrique Lage (REVAP), além de instalações específicas necessárias para viabilizar a movimentação pelos dutos mencionados;

- Em 2016 foram entregues quatro navios: Barbosa Lima Sobrinho, em 8 de janeiro; Darcy Ribeiro, em 1º de julho de; Lúcio Costa, em 6 de outubro; bem como do Suezmax Machado de Assis, em 6 de agosto;
- Aumento da capacidade de processamento autorizada da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) de 74 mil barris por dia para 100 mil barris por dia.

Na área de geologia, mineração e transformação mineral, o MME, em alinhamento com a diretriz de Governo de retomada do crescimento da economia brasileira, direcionou suas ações no sentido de revitalizar a indústria mineral nacional, com a definição e o início da implementação de políticas públicas voltadas a tornar o segmento mais competitivo por meio da melhoria do ambiente de negócios e da atratividade aos investimentos privados.

Dentre as ações e políticas governamentais para o setor mineral brasileiro realizadas ao longo de 2016 destacam-se:

- Reavaliação da proposta de alteração do Código de Mineração, em tramitação no Congresso Nacional. Foi debatida, no âmbito da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) uma proposta de trabalho para a discussão de questões regulatórias diversas, como a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), a revisão da política de participação governamental, a regulamentação do Decreto-Lei nº 227/1967, a revogação do Decreto que criou a Reserva Nacional do Cobre (RENCA) e a discussão sobre os impeditivos à instalação de empresas de capital majoritariamente estrangeiro em faixa de fronteira. Tal proposta permanece em construção e deverá se concretizar ao longo de 2017.
- Inserção de 4 (quatro) áreas de titularidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) no Programa de Parceria de Investimento (PPI), sinalizando a importância de promover o acesso do mercado a áreas com potencial para a atividade minerária.
- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério de Minas e Energia, DNPM e CPRM, visando o objetivo comum e convergente de formular e implantar políticas públicas adequadas e eficientes dirigidas ao setor mineral. No âmbito do referido Acordo foram desenvolvidos planos de trabalho para atuação nas seguintes questões: oferta de áreas com potencial que hoje se encontram em disponibilidade no DNPM, incremento dos mecanismos de monitoramento e fiscalização de barragens de rejeitos de mineração e modernização dos sistemas de outorga de direitos minerários do DNPM.
- Mediação e minucioso acompanhamento dos trabalhos e discussões sobre o rompimento da barragem Fundão, em Mariana/MG, além do intensivo apoio ao DNPM para o aperfeiçoamento do monitoramento das barragens de mineração. Ao longo do ano foram realizadas tratativas para a implementação, em 2017, do Sistema de Informações Gerenciais de Barragens de Mineração – SIGBM.
- Contratação, em parceria com o Banco Mundial, do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil, a qual compreende mais

de 70% da produção mineral nacional, com destaque para os agregados minerais para a construção civil, ouro, gemas, diamantes e minerais industriais. O estudo deverá ser concluído em 2017 e proporcionará um maior conhecimento sobre a pequena e a média mineração no Brasil, identificando suas concentrações no território nacional, o nível de formalização e inserção tecnológica em suas atividades e outros dados fundamentais à formulação de políticas públicas para o segmento.

Nas páginas seguintes do presente documento está consignada a especificação das ações desenvolvidas pelo Ministério, no exercício de 2016, observados os critérios normativos definidos para a elaboração do Relatório de Gestão.

1. VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Identificações da Unidade Jurisdicionada-UJ

Quadro 1: Identificação da UPC MME

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG:02852
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria-Executiva			
Denominação Abreviada: SE			
Código SIORG: 03245	Código LOA: 32101		Código SIAFI: 320011
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 37.115.383/0001-53		
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato	(61) 2032-5011 / (61) 2032-5819	FAX - (61) 2032-5088	
Endereço Eletrônico: secex@mme.gov.br			
Página na Internet: www.mme.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
SGM	37.115.383/0001-53	320012	80058
SPE		320010	1917
SEE		320011	2852
SPG		320017	80045
SPOA		320002	8932

1.1. Finalidade e Competências

O Ministério de Minas e Energia, como órgão setorial, representa a União e tem suas competências institucionais voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos energéticos e minerais, bem como é indutor e supervisor da implementação dessas políticas nas respectivas áreas.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social do País, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade sócio ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, na implementação e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de empregos e de novos investimentos produtivos.

Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do MME

A Lei nº 10.683/2003 dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, incluindo o Ministério de Minas e Energia, Órgão da administração federal direta, que tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- I) Geologia, recursos minerais e energéticos;
- II) Aproveitamento da energia hidráulica;
- III) Mineração e metalurgia; e
- IV) Petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.

O Decreto nº 7.798/2012, que revoga o Decreto nº 5267/2004, aprovou a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas e as Competências das Secretarias e da Subsecretaria do MME.

A Portaria nº 89, de 27 de fevereiro de 2014, aprova os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, das Assessorias, das Secretarias Finalísticas e da Subsecretaria do MME.

A Portaria nº 524 de 03/11/2016, apresenta o Apostilamento da Titularidade dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior- DAS.

O Decreto nº 8871/2016, que revoga o Decreto nº 7798/2012, aprova a estrutura regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MME, remaneja Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e substitui Cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior- DAS, por funções Comissionadas do Poder Executivo Federal-FCPE.

Busca-se integrar as ações do MME com as de outros ministérios, a exemplo dos que atuam nas áreas de transporte, agricultura, indústria e comércio, integração nacional, ciência e tecnologia, além de meio ambiente. Quanto à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração seus produtos e serviços são executados de acordo com as normas emanadas dos Órgãos Centrais dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal. Nesse sentido, espera-se produzir uma ação pública organizada e coordenada com o poder público e com os desejos da sociedade.

É importante mencionar também que o MME interage com diversas entidades setoriais, tais como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Breve histórico do Ministério de Minas e Energia

O Ministério de Minas e Energia (MME) foi criado em 1960, pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Anteriormente, os assuntos de minas e energia eram de competência do Ministério da Agricultura.

Em 1990, a Lei nº 8.028 extinguiu o MME e transferiu suas atribuições ao Ministério da Infraestrutura, criado pela mesma lei, que também passou a ser responsável pelos setores de transportes e comunicações. O Ministério de Minas e

Energia voltou a ser criado em 1992, por meio da Lei nº 8.422/1992.

Em 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.478 criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado à Presidência da República e presidido pelo ministro de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas para o setor.

A Lei nº 10.683/2003 definiu como competências do MME as áreas de geologia, recursos minerais e energéticos; aproveitamento da energia hidráulica; mineração e metalurgia; e petróleo, combustível e energia elétrica, incluindo a nuclear.

Em 2004, foi criado pela Lei 10.848 o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), cuja função é acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletro energético em todo o território nacional e foi criada pela Lei nº 10.847, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

Outras empresas públicas ligadas ao Ministério são a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM, responsável pela geração de levantamentos geológicos e hidrológicos básicos do território nacional e a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA, autorizada pela Lei nº 12.304/2010. Entretanto, sua criação só ocorreu em 1º de agosto de 2013, com a publicação do Decreto nº 8.603.

O Ministério de Minas e Energia tem como empresas vinculadas a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás e a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, que são de economia mista e que controlam suas empresas subsidiárias e controladas.

Entre as autarquias vinculadas ao Ministério estão a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

1.2. Ambiente de atuação

O Ministério de Minas e Energia tem como ambiente de atuação as áreas de energia, geologia, mineração e transformação mineral. As principais políticas públicas a cargo do MME fazem parte das seguintes diretrizes governamentais:

- I) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- II) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- III) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional; e.
- IV) Fortalecer a soberania do País no espaço internacional e a integração sul-americana.

- **Energia**

Na formulação das Políticas e Diretrizes de Energia, o assessoramento ao Presidente da República é feito pelo Conselho Nacional de Política Energética e a segurança do setor é monitorada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

Criado pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, o CNPE é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia. O Presidente do Conselho é o Ministro de Estado de Minas e Energia. O Secretário-Executivo do MME, juntamente com o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao MME, também participam do Conselho.

Sendo um órgão de representação interministerial, das unidades federadas e da sociedade civil, existe, no âmbito do CNPE, uma harmonização das políticas públicas e das diretrizes para o setor energético, bem como o comprometimento destas com o desenvolvimento sustentável.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)

O CMSE foi criado pela Lei nº 10.848 de 2004 e atua como instância de acompanhamento e avaliação permanente, da efetividade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o Território Nacional, sob a presidência do Ministro de Estado de Minas e Energia.

O Comitê realiza reuniões com periodicidade mensal e, quando necessário, reuniões extraordinárias, contando em sua estrutura com quatro representantes do MME e com os titulares da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), da Empresa de Pesquisas Energética (EPE) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em 2016, por meio da Resolução CMSE nº 1/2016, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê, que dispõe sobre sua organização e responsabilidades. Este documento incluiu mudanças na rotina das reuniões deste Colegiado de modo a aumentar a agilidade na comunicação, bem como tornar mais transparente a sua atuação

- **Geologia e Mineração**

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do Ministério de Minas e Energia (MME) é a unidade responsável por implementar, orientar e coordenar as políticas para o setor mineral nacional, competência legal atribuída pelo Decreto nº 7.798/2012. Nesse sentido, a SGM atua conjuntamente com as demais entidades do setor vinculadas ao MME, quais sejam, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM), também denominada, em face de suas atribuições, Serviço Geológico do Brasil.

O DNPM, autarquia cuja criação foi autorizada pela Lei nº 8.876/1994, tem a finalidade de promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, superintender as pesquisas geológicas e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõe a legislação.

A CPRM é uma empresa pública cujo estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 1.524/1995 e tem como missão gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Tendo em vista que o Decreto 7.798/2012 estabelece como competência da SGM a promoção e o apoio à articulação dos agentes, colaboradores e parceiros do setor, sua atuação para a geologia, a mineração e a transformação mineral não pode prescindir de uma ação conjunta com as demais entidades do setor.

Especificamente em relação à CPRM, a SGM participa da formulação e implementação de políticas públicas de geração de conhecimento geológico e hidrogeológico do território brasileiro, em áreas emersas e imersas, além de contribuir para o ordenamento territorial, minimização dos efeitos de desastres naturais, aumento na oferta de áreas potenciais para a exploração mineral e consequente ampliação da produção minerária brasileira.

Quanto ao DNPM, a SGM contribui nas discussões para a definição de políticas para o aprimoramento da gestão do patrimônio mineral brasileiro e fomento ao setor, possibilitando a maximização da produção de forma sustentável, contribuindo para a formalização da atividade minerária e, conseqüentemente, com a consolidação de tão importante setor para economia e para o desenvolvimento do País.

Finalmente, a SGM, em sua função de planejamento, acompanha as tendências setoriais, econômicas, sociais e ambientais ligadas à atividade produtiva do setor mineral. Para isso, propõe, quando necessário, revisões e atualizações dos programas e ações do setor, para a completa consecução dos objetivos estratégicos estipulados pelas políticas de Governo.

Competências Institucionais

Para cumprir suas competências institucionais, além da Secretaria-Executiva, o MME está estruturado da seguinte forma:

- Secretaria de Energia Elétrica (SEE)
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE)
- Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SPG)
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM)
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)

Observação: Para melhor apresentar as competências institucionais específicas do MME, estas estão por secretaria finalística e por macroprocesso, no item 2.4

Secretaria-Executiva do MME

Compete à Secretaria-Executiva, resumidamente, assistir o Sr. Ministro na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas; supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias Finalísticas; coordenar e supervisionar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, entre outras; coordenar, orientar, supervisionar e consolidar a elaboração do orçamento de investimentos e do programa de dispêndios globais das empresas estatais; prestar assistência ao CNPE, articular e integrar as ações de meio ambiente, relacionadas com os empreendimentos da área de competência do MME

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

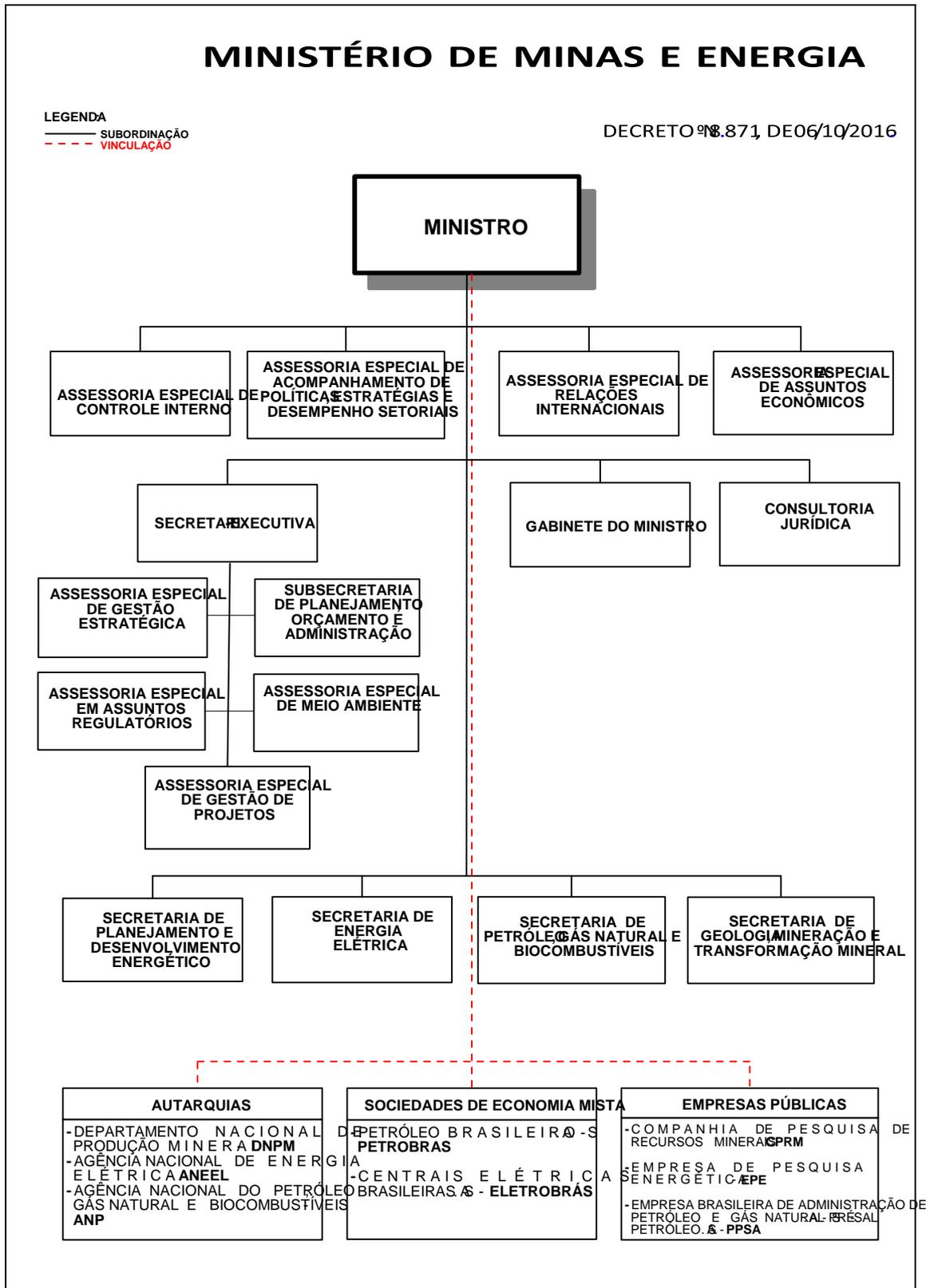
Tendo em vista que a SPOA não coordena macroprocesso finalístico, mas sendo uma unidade de apoio às atividades do MME, descreve-se abaixo suas atribuições e atividades.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), integra a estrutura da Secretaria-Executiva, exerce, por meio das unidades administrativas que compõem sua estrutura organizacional, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, e de Organização e Inovação Institucional (SIORG). Compete à SPOA coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas aos referidos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, conforme o disposto Decreto no 8.871, de 6 de outubro de 2016, que aprova a estrutura regimental do Ministério de Minas e Energia.

Nesse contexto, incumbe à Subsecretaria orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do MME e de suas entidades vinculadas, que integram o orçamento fiscal e o da seguridade social, bem como desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério.

Como núcleo de suas atribuições regimentais, a SPOA tem a finalidade de prover os órgãos do MME dos meios administrativos (recursos humanos, logísticos, orçamentários e financeiros, materiais e tecnologia da informação) necessários à gestão de ações, projetos e programas, assegurando a manutenção e o funcionamento do Ministério, com vistas ao efetivo cumprimento da missão desta Instituição.

1.3. Organograma



As subunidades estratégicas da gestão deste Ministério são as seguintes:

Observação: O conceito de unidades e subunidades estratégicas pode estar presente em vários contextos, sendo que, pela multiplicidade de aspectos e pouco embasamento teórico apresentado no e-Contas sobre o assunto, é difícil definir exatamente qual unidade ou subunidade é estratégica para o Ministério de Minas e Energia.

Tendo em vista a observação acima, define-se como mais estratégico as seguintes:

1. Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE, que tem como principais atribuições a coordenação do Plano Plurianual com suas avaliações e revisões, a coordenação do Orçamento de Investimentos das empresas estatais e do Programa de Dispendios Globais das entidades vinculadas ao MME, a consolidação dos textos do Relatório de Gestão, da Mensagem Presidencial e da Prestação de Contas do Presidente da República e o acompanhamento das demandas das empresas estatais perante ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP e a outros órgãos do governo.

2. Assessoria Especial de Assuntos Econômicos – ASSEC, que tem como principais atribuições o acompanhamento da política e das decisões econômicas de governo e a avaliação de seus impactos sobre as políticas e os programas do MME; a coordenação de estudos econômicos necessários à formulação, monitoramento e avaliação das políticas e programas energéticos e de mineração e também a apreciação e acompanhamento dos planos econômicos submetidos ao MME.

Titulares:

1. Marco Aurélio Pacheco de Brito

Cargo: Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica.

Data de nomeação: 03 de novembro de 2016

2. Marizete Fátima Dadald Pereira

Cargo: Chefe da Assessoria Econômica.

Data de nomeação: 11 de agosto de 2006

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Conforme a Portaria TCU nº 90/2014, os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente/cidadão. Nesse contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização, estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos e recebem apoio de outros processos internos, gerando produto/serviço para o cliente interno ou externo.

Atualmente, estão estabelecidos no MME 08 (oito) Macroprocessos Finalísticos subdivididos nos temas “Energia” e “Mineração”, conforme descrição

abaixo:

Macroprocessos Finalísticos da área de Energia

A. Planejamento Energético

Tem o objetivo de, a partir da definição de Políticas e Diretrizes do CNPE, refletidas no Plano Plurianual (PPA), estabelecer o Planejamento Energético Nacional em diversos horizontes, para orientar decisões de natureza estrutural e conjuntural, levando em consideração os condicionantes socioambientais e tecnológicos, por meio da elaboração de estudos e pesquisas que tracem cenários macroeconômicos, projeções de mercado e de custos, alternativas para expansão da oferta, de forma integrada com os demais recursos energéticos, buscando a segurança energética e o desenvolvimento econômico sustentável.

B. Gestão da Política Energética

Consiste em, a partir do Planejamento Energético e da conjuntura, elaborar, estabelecer e apresentar temas e agendas para a política energética nacional buscando a segurança energética, a modicidade tarifária, a universalização do atendimento, a integração energética sul-americana e o desenvolvimento econômico sustentável do País. A gestão da política energética orienta-se ainda pela construção perene da governabilidade desta política, buscando criar um ambiente institucional sólido, por meio da interação com as agências reguladoras, as entidades públicas vinculadas, as concessionárias públicas e privadas e demais entidades da sociedade civil dos setores energéticos.

C. Monitoramento do Setor Energético

Tem o objetivo de monitorar e avaliar o funcionamento dos setores de energia elétrica, petróleo, gás natural e biocombustíveis, avaliando o desempenho do sistema em seus aspectos de segurança e de suprimento energético, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, a fim de identificar dificuldades e/ou problemas e propor medidas preventivas e corretivas.

D. Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Tem o objetivo de estimular e apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em energia, nos setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis e eletricidade, bem como o de contribuir para o aumento da competitividade de fontes alternativas de energia com potencial de crescimento na matriz energética brasileira, reconhecendo a eficiência energética como parte fundamental do Planejamento Energético do País

Macroprocesso no âmbito da Secretaria de Planejamento Energético - SPE

A. Planejamento Energético

No âmbito do Macroprocesso Planejamento Energético, em 2016, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE) conduziu o desenvolvimento e atualizações do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050, do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026 e de estatísticas de energia de 2015 e 2016, conforme detalhado abaixo:

A elaboração do PNE 2050 continua em andamento, tendo sua previsão de conclusão e publicação postergada para 2017, em razão da necessidade de revisão dos estudos de demanda de energia em conformidade com a atual conjuntura econômica do País. Trata-se do maior esforço de planejamento energético do setor.

No decorrer de 2016, as atuais condições da economia brasileira impuseram a necessidade de conformação dos estudos de demanda de energia do PNE 2050, cujos resultados foram apresentados ao MME em reunião de 25/10/2016. Nesta reunião foram sinalizadas pela equipe do MME algumas questões de ordem técnica e institucional a serem incorporadas aos estudos, a título de aperfeiçoamento e adensamento do trabalho. Uma destas questões é o impacto previsto das mudanças climáticas globais nas fontes energéticas renováveis ao longo do horizonte de planejamento do PNE 2050. Tendo em vista a abrangência destes impactos e as incertezas associadas às projeções científicas disponíveis atualmente, foi sugerido que o tema seja abordado do início do estudo, na construção dos cenários prospectivos globais e nacionais.

Em 2016, decidiu-se que os estudos dos PDE seriam divulgados no 1º trimestre de cada ano, e com o horizonte de dez anos contados a partir do ano findo. Neste novo contexto, foram conduzidos em 2016 os estudos relativos ao PDE 2026, cobrindo o horizonte de 2017 a 2026. Em 20/06/2016 foi realizada reunião da EPE com o MME, ainda com a visão da conclusão do PDE 2025, com aprovação dos resultados até o final de 2016. Já em 06/10/2016 foi realizada uma 1ª reunião do PDE 2026, quando foram apresentadas, pela EPE, as premissas da expansão do PIB e da demanda de energia. Em 24/10/2016, foi realizada uma 2ª reunião entre a SPE e a EPE para a discussão de premissas e apresentação de preliminares do PDE 2026, agora incorporando a oferta de energia. Posteriormente a essa apresentação, a SPE apresentou suas contribuições ao Plano. Após a incorporação das sugestões e correções pertinentes, serão realizadas novas reuniões, até que os estudos estejam em condições de disponibilidade para Consulta Pública.

A versão final do relatório do PDE 2026 deverá ser concluída até o final do 1º trimestre de 2017.

No quesito de informações energéticas, a EPE concluiu no 1º semestre de 2016, com a cooperação institucional e técnica da SPE, a atualização do Balanço Energético Nacional, incorporando os dados de 2015 às estatísticas históricas. Este é o principal instrumento de subsídio aos estudos de expansão da demanda e oferta de energia. Em

2016, a SPE também concluiu e divulgou, com dados até 2015, diversos boletins de energia contendo informações do Brasil, de países, de blocos de países e do mundo, sobre movimentação de energia, instalações energéticas, fontes renováveis e indicadores relacionando energia, população e PIB.

Ainda na área de informações, em 2016 foram cumpridos pela SPE os compromissos de intercâmbio de informações energéticas com entidades nacionais e internacionais, como Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Internacional de Energia (IEA), Nações Unidas (UN), Conselho Mundial de Energia (WEC), Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), União das nações Sul-Americanas (UNASUL), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), dentre outros.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

- **Plano Nacional de Energia (PNE)**

O PNE 2050 orienta o planejamento energético brasileiro ao nível estratégico. O PNE 2050, está sendo desenvolvido pela EPE, observando diretrizes estabelecidas no âmbito do MME, contemplando os cenários de expansão nacional no longo prazo. Os estudos de planejamento de longo prazo são a base para a formulação de políticas públicas que têm rebatimento na estratégia nacional para a expansão da oferta de energia com vistas ao atendimento da demanda, observados os objetivos básicos de segurança energética, universalização do acesso da população aos serviços energéticos, geração de emprego e renda, redução das desigualdades regionais, fortalecimento do planejamento, desenvolvimento tecnológico nacional, diversificação da matriz energética preferencialmente através de fontes renováveis, integração nacional, sustentabilidade sócio ambiental e modicidade de preços e tarifas. Nesse contexto, o PNE é instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor energético do país, avaliando tendências na produção e no uso da energia e balizando as estratégias alternativas para expansão da oferta de energia nas próximas décadas.

- **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE)**

O último plano publicado, o PDE 2025 traz uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de diversos energéticos no período de 2016 a 2025. Nele estão previstos investimentos globais em energia da ordem de R\$1,4 trilhão. Dentre os principais parâmetros físicos, está prevista a ampliação da capacidade instalada de geração de energia elétrica de 132,9 para 206,4 GW. Já a produção de petróleo deverá ter um acréscimo de 2,3 para 5,1 milhões de barris/dia. A produção de gás natural, de 103 para 198 milhões de m³/dia; e a de etanol, de 28,5 para 43,9 milhões de m³.

O PDE 2026 trará inovações de conteúdo, com múltiplos cenários de demanda e avaliações de cenários de oferta. Além disso, o PDE 2026 será mais conciso e objetivo que os planos decenais anteriormente publicados, facilitando a leitura e interpretação

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

Os principais clientes a que se destina o planejamento energético são todos aqueles que demandam e se orientam por informações de evolução e futuro do setor energético. Nesse sentido, destacam-se: órgãos da Administração Direta e Indireta, Organizações Não-Governamentais, Organismos Internacionais e Sociedade Civil, entre outros. Em específico, vale mencionar os potenciais investidores nacionais e internacionais e grandes demandantes de energia.

B. Gestão da Política Energética

Na condução deste Macroprocesso destacam-se as seguintes atividades:

- Aperfeiçoamento do Tratado Energético Sul-americano na esfera da UNASUL. É um tratado de proteção e fomento com a realização de investimentos em segurança energética na América do Sul;
- Análise e Cálculo de Garantias Físicas de Energia - GFE e de Potência - GFP de empreendimentos de geração;
- Autorização de alterações de características técnicas de empreendimentos de geração participantes de leilões;
- Subsídio à ANEEL com critérios e diretrizes para leilões de concessão do serviço público de transmissão e autorizações de reforços e melhorias em instalações de transmissão;
- Avaliação da incorporação das ampliações e dos reforços propostos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ao planejamento da expansão dos sistemas elétricos;
- Elaboração do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica e definir, quando necessário, as obras determinativas no âmbito dos sistemas de distribuição;
- Solicitação e coordenação da elaboração dos estudos e projetos necessários à concessão do serviço público de transmissão por agentes interessados devidamente autorizados;
- Definição do acesso de consumidores livres e autoprodutores ao serviço público de transmissão e conexão à rede básica, conforme legislação pertinente
- Estabelecimento de diretrizes para leilões de geração no Sistema Interligado Nacional e nos Sistemas Isolados; Outorgas de Concessão e Autorização de Novos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica;
- Enquadramentos de Projetos de Infraestrutura de energia elétrica no Regime Especial de Incentivo para o desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI);
- Aprovação de Projetos de Infraestrutura de Energia Elétrica como Projetos Prioritários para emissão de Debêntures incentivadas;
- Declaração de Caducidade de Concessões de Serviços Públicos de Energia Elétrica;
- Autorizações para Importação/Exportação de Energia Elétrica;
- Equiparação das Instalações de Transmissão necessárias aos intercâmbios internacionais de energia elétrica, para efeitos técnicos e comerciais, aos Concessionários de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Energética

- Publicadas Portarias de garantias físicas de empreendimentos de geração- GFE, referentes ao Leilão A-5 1º e 2º Leilões de Energia de Reserva e Ambiente de Contratação Livre;
- Definição de GFE de 100 PCHs/CGHs;
- Definição/ revisão de GFE com base na energia gerada: 5 EOLs e 141 UTEs a biomassa;
- Revisão extraordinária de GFE: 2 UHEs;;
- Revisão de GFE em razão de alteração de características técnicas: 102 EOLs;
- Definição do montante de energia a ser contratada no 1º Leilão de Energia de reserva de 2016;
- Definição do Preço Teto para o 2º Leilão de Energia de reserva de 2016;
- Aprovação do planejamento do mercado para o Leilão do Grupo B dos Sistemas Isolados da Amazonas Energia;
- Publicação de 02 Portarias de Acesso de Consumidor Livre à Rede Básica, conforme regulamentação do Decreto nº 5597, de 28 de novembro de 2005 e pela Portaria MME nº 311, de 13 de setembro de 2013;
- Solicitação da elaboração de 56 relatórios de detalhamento de alternativas de planejamento para subsidiar o processo de licitação, na modalidade de leilão, do serviço público de transmissão de energia elétrica sob a responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica;
- Realização de 2 leilões do serviço público de transmissão de energia elétrica, Leilão 013/2015 1º e 2º Etapas com aproximadamente, 9 mil km de linhas ofertadas;
- Emissão de 1 relatório de Consolidação de Obras de Transmissão, que corresponde ao Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica, considerando a incorporação das ampliações e dos reforços propostos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ao planejamento da expansão dos sistemas elétricos;
- Autorização da alteração das características técnicas de 149 empreendimentos de geração, após o ato de outorga, totalizando:120 EOLs, 2 UTEs a óleo combustível, 5 UTEs a Biomassa, 2 PCHs, 1 UHE e 19 UFVs;
- Publicação de 108 atos de outorga para geração de energia elétrica, totalizando 2.948,98 MW de potência instalada, e 1.115,57 MW médios de Garantia Física de Energia, dos quais 1.067,20 MW médios foram contratados para o Ambiente de Contratação Regulado (ACR);
- Enquadramento des 216 projetos de infraestrutura de energia elétrica no REIDI, correspondentes a cerca de R\$ 34,7 bilhões de investimentos;
- Publicação de 94 Portarias de aprovação de projetos de infraestrutura de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica como prioritários para fins de emissão de debêntures incentivadas;
- Emissão de 1 Despacho de indeferimento de Requerimento para Prorrogação do Prazo da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, extinguindo a Concessão.
- Emissão de 1 Despacho indeferindo o Requerimento para prorrogação do prazo de Concessão de Geração de Energia Hidrelétrica.
- Emissão de 7 Portarias de designação de empresas responsáveis pela prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica em nome da União, nos

termos do art. 9º da Lei nº 12.783/2013;

- Emissão de 1 Portaria de designação de empresa para prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica em nome da União, nos termos do art. 9º da Lei nº 12.783/2013;
- Emissão de 5 Portarias de Declaração de Caducidade de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, com consequente Extinção dessas Concessões; Emitidas 3 Portarias de Autorização para Importação/Exportação de Energia Elétrica.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

Os principais clientes a que se destina a Gestão da Política Energética são todos aqueles que demandam e se orientam por informações de evolução e futuro do setor energético. Nesse sentido, destacam-se: órgãos da Administração Direta e Indireta, Organizações Não-Governamentais, Organismos Internacionais e Sociedade Civil, entre outros.

D. Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Visa estimular e apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em energia, nos setores de petróleo, gás natural, biocombustíveis e eletricidade, bem como contribuir para o aumento da competitividade de fontes alternativas de energia com potencial de crescimento na matriz energética brasileira, reconhecendo a eficiência energética como parte fundamental do planejamento energético do País.

A SPE tem a competência de fomentar o aumento da geração de energia por fontes renováveis, além de promover a diversificação da participação de fontes alternativas de geração na matriz energética nacional. Em 2016 a SPE participou do desenvolvimento das atividades atribuídas ao Grupo de Trabalho criado para promover a ampliação da geração distribuída de energia elétrica no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica – ProGD, instituído pelo Ministério de Minas e Energia em 15/12/2015. A SPE teve ações importantes junto aos Projetos de Lei do Congresso Nacional, além de apresentar análises técnicas sobre os projetos, contribuiu com participação ativa nas discussões das propostas que abordavam as fontes renováveis de energia.

É preciso ressaltar duas iniciativas com forte atuação deste Ministério no sentido de melhorar a gestão e sistematização da eficiência energética no país: a primeira se refere à criação do Comitê Técnico para Eficiência Energética – CTEE no âmbito Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e a segunda, à publicação da Lei nº 13.280 de 04 de maio de 2016.

O Comitê Técnico para Eficiência Energética foi criado pela Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº 4, de 8 de dezembro de 2015, com o objetivo de propor estratégias para a promoção da eficiência energética, bem como sua inserção no conjunto de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável do País. Essa iniciativa traz novas perspectivas para o desenvolvimento da eficiência energética. O posicionamento estratégico deste Comitê significa a instrumentalização da sinergia entre os diversos programas e órgãos que atuam na área.

Na busca de novos mecanismos de suporte financeiro ao PROCEL este Ministério subsidiou o poder legislativo para estabelecimento da Lei nº 13.280 que altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética, no sentido de distribuir os recursos para eficiência energética da seguinte forma:

- 80% aplicados pelas próprias concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, conforme os regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e.
- 20% destinados a suportar o Procel.

Esta Lei também ressalta que os investimentos em eficiência energética deverão priorizar a indústria nacional. Com o intuito de manter a transparência e bom uso destes recursos, foi criada uma governança robusta para garantir a consecução do Plano de Aplicação de Recursos – PAR a ser aprovado anualmente e continuamente monitorado. Sua primeira versão encontra-se em fase de aprovação para execução em 2017. O processo de consulta pública, já encerrado, pode ser consultado no site da ANEEL, sob o nº 48500.003990/2016.

Cumpram ainda destacar as contribuições para o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima e para o PNE 2050 (descritas acima no item, Macroprocessos do âmbito da Secretaria de Planejamento Energético -SPE, A. Planejamento Energético), bem como a participação do Ministério na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), órgão nacional responsável pela aprovação dos projetos de créditos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Plano de Aplicação de Recursos do Procel, conforme estipulado na Lei nº 13.280, de 04 de maio de 2016

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Trata-se de um recorte mais técnico da política energética que pretende atingir todos os que utilizam da energia para o seu uso final útil. Nesse contexto, incluem-se tanto produtores quanto consumidores de energia, bem como aspectos socioambientais decorrentes do uso da energia.

B. Gestão da Política Energética

O Macroprocesso “Gestão da Política Energética” reflete o agrupamento dos seguintes processos conduzidos pela SEE:

- **Universalização do Acesso à Energia**

O processo de “Universalização do Acesso à Energia” se refere à implantação do acesso à energia elétrica em todos os domicílios localizados em regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN), em regiões isoladas e na zona rural, cujas decisões são tomadas por meio de reuniões e articulações com a Eletrobrás e suas empresas controladas, a ANEEL, as distribuidoras de energia elétrica, os Comitês Gestores Estaduais do Programa Luz para Todos e representantes das demandas prioritárias, sendo coordenado pela Diretoria do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia, da Secretaria de Energia Elétrica, com apoio da Coordenação Geral de Universalização do Acesso à Energia (CGUE).

- **Desenvolvimento de Políticas Sociais**

O processo de “Desenvolvimento de Políticas Sociais” envolve articulação e tratativas com representantes de outros Programas e entidades governamentais no sentido de orientar programas e projetos, cujo escopo atenda às políticas sociais de energia e de promoção do uso produtivo da energia.

- **Gestão da Política Tarifária**

O Processo “Gestão da Política Tarifária” consiste em: acompanhar a implementação das políticas tarifárias, analisando seus impactos, tendo como referência a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais; formular e propor a implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda; desenvolver estudos para definição de tarifas diferenciadas para as classes especiais de consumo; desenvolver procedimentos para o acompanhamento da evolução tarifária, por nível de tensão, classe de consumo, agentes setoriais e outros agrupamentos, com análises sobre a rentabilidade nas diversas instâncias do processo; e participar e acompanhar as definições e aplicações de mecanismos institucionais de ressarcimento e de incentivo aos investimentos na operação e expansão do sistema elétrico, seus impactos sobre os preços praticados e a política tarifária projetada.

- **Gestão da Comercialização de Energia**

O Processo “Gestão da Comercialização de Energia” consiste em: acompanhar os processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais, identificando projetos de expansão e sinalizando políticas setoriais que assegurem condições de competitividade nos mercados nacional e internacional; auxiliar a

implementação das políticas, diretrizes e orientações para o setor elétrico que impactam na comercialização e contabilização da energia elétrica; analisar o funcionamento do mercado de energia elétrica no âmbito nacional, participando das negociações e articulações com os agentes setoriais para a comercialização da energia; e participar da formulação e implementação de políticas de comercialização, em articulação com os demais agentes envolvidos.

- **Gestão de Programas e Regulamentação**

O Processo “Gestão de Programas e Regulamentação” consiste em: desenvolver ações para a gestão dos programas do setor elétrico, avaliando e propondo melhorias nos mecanismos de controle para garantir o aperfeiçoamento do modelo de gestão e do processo decisório institucional; promover articulações com os centros de excelência sobre regulação, operação e comercialização de energia, propondo mecanismos e instrumentos de melhoria no relacionamento institucional; e acompanhar a implementação das políticas, diretrizes e orientações emanadas para o setor elétrico, avaliando seus impactos na legislação vigente.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Resumo dos Reajustes Tarifários e Revisões Periódicas das Distribuidoras – Acompanhamento Gerencial;
- Relatório Final do Grupo de Trabalho criado no âmbito do ProGD;
- Notas Técnicas e Informativas em apoio à atuação da ASPAR e da CONJUR;
- Compilação das declarações de necessidade de compra de energia para atendimento da demanda das distribuidoras;
- Informativo Tarifário;
- Participação no GT Olimpíadas;
- Contratos do Programa Luz para Todos celebrados entre a Eletrobrás e as Distribuidoras de Energia Elétrica para atendimento dos domicílios da área rural ainda sem acesso ao serviço público de energia elétrica;
- Índice de atendimento - percentual da totalidade de domicílios dos municípios que já possuem o serviço de energia elétrica;
- Cumprimento do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem (PRC/Prodeem);
- Desfazimento de bens remanescentes dos Sistemas fotovoltaicos armazenados nos almoxarifados das Empresas Eletrobrás; e
- Informações para o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Relatórios com informações por município do desempenho no atendimento das demandas.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

Os principais clientes a que se destina Gestão da Política Energética são todos aqueles que demandam e se orientam por informações sobre o desempenho do setor energético. Nesse sentido, destacam-se: órgãos da Administração Direta e Indireta, Organizações Não-Governamentais, Organismos Internacionais e Sociedade Civil, entre outros.

C. Monitoramento do Setor Energético

O Macroprocesso “Monitoramento do Setor Energético” reflete o agrupamento dos seguintes processos conduzidos pela SEE:

- **Monitoramento da Expansão da Geração de Energia Elétrica**

O processo “Monitoramento da Expansão da Geração de Energia Elétrica” envolve a supervisão do Sistema Elétrico Brasileiro com ênfase nos empreendimentos de geração que estão em construção no País e que venderam energia no ambiente de contratação regulado. A expansão da capacidade de geração tem como objetivo, essencialmente, garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia, a segurança eletro energética, a confiabilidade, a continuidade e a qualidade da energia fornecida aos consumidores finais. São monitoradas também as usinas hidrelétricas em implantação que têm relevância no cenário nacional, mesmo que não tenham vendido energia no ambiente regulado.

- **Monitoramento da Expansão da Transmissão de Energia Elétrica**

O processo “Monitoramento da Expansão da Transmissão de Energia Elétrica” envolve o monitoramento dos empreendimentos de transmissão licitados e autorizados, a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos, baseado nos cronogramas dos empreendimentos. A Secretaria de Energia Elétrica (SEE), por meio do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico (DMSE), monitora a execução das obras, articulando com os agentes de governo e entidades privadas para que os projetos entrem em operação nos prazos pactuados, garantindo a ampliação da oferta energética, conforme planejado. Esse processo também serve de apoio ao CMSE na avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletro energético em todo o território nacional.

- **Monitoramento do Desenvolvimento dos Sistemas de Distribuição**

O processo “Monitoramento do Desenvolvimento dos Sistemas de Distribuição” envolve a avaliação do desenvolvimento dos sistemas de distribuição de energia elétrica, por meio da sistematização de dados e informações relativas aos indicadores de acompanhamento e monitoramento desse segmento, bem como por meio da avaliação do desenvolvimento dos sistemas, em atendimento ao crescimento contínuo da carga, além de avaliar e monitorar as condições de suprimento elétrico a regiões e cargas especiais e a grandes eventos programados para o País

- **Monitoramento do Desempenho dos Sistemas Elétricos e Energéticos**

O processo “Monitoramento do Desempenho dos Sistemas Elétricos e Energéticos” envolve o monitoramento e a avaliação do desempenho do sistema elétrico brasileiro por meio, dentre outros aspectos, de indicadores de continuidade e segurança, acompanhando de forma contínua o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, a otimização energética, em articulação com agentes e instituições envolvidos, a implementação de diretrizes e ações preventivas definidas pelo MME, CNPE e CMSE.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Informações para o CMSE;
- Informações para o PAC;
- Relatório mensal da Expansão da Transmissão;
- Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico;
- Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro;
- Informações sobre ocorrências e perturbações no Sistema Elétrico Brasileiro; e
- Gestão dos Documentos e Informações do CMSE e organização de suas reuniões.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

Os principais clientes a que se destina o Monitoramento do Setor Energético são todos aqueles que demandam e se orientam por informações de desempenho do setor elétrico nacional. Nesse sentido, destacam-se: órgãos da Administração Direta e Indireta, Organizações Não-Governamentais, Organismos Internacionais e Sociedade Civil, entre outros.

Macroprocesso no âmbito da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - SPG

A. Planejamento Energético

No âmbito do macroprocesso de planejamento energético no setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, a SPG tem como principais atividades a análise dos resultados das rodadas, dos estudos conduzidos no âmbito do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás, bem como das informações de posse da ANP, oriundas dos contratados e de estudos geológico-geofísicos conduzidos pela Agência, para planejar as rodadas de licitações vindouras.

Em 2016, não houve rodadas de licitação, no entanto foram efetuadas assinaturas de 11 (onze) contratos remanescentes da 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios e 8 (oito) contratos decorrentes da 3ª Rodada de Licitações – Acumulações Marginais, ambas realizadas em 2015.

Também em 2016 a Secretaria propôs os blocos a serem licitados para a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção e para a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. A autorização para que a ANP realizasse os respectivos estudos foi emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em sua Resolução nº 5/2016, e a SPG acompanhou e monitorou os estudos necessários.

A resolução determina que os estudos de áreas unitizáveis na região do Pré-sal para compor a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção focaram as áreas dos prospectos de Carcará (Bloco BM-S-8) e Gato do Mato (S-M-518), do Campo de Sapinhoá, na Bacia de Santos, e do Campo de Tartaruga Verde (Jazida de Tartaruga Mestiça, antigo Bloco C-M-401), na Bacia de Campos.

Já os estudos de blocos para a 14ª Rodada se concentraram, inicialmente, nas bacias sedimentares marítimas de Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Santos e Pelotas e nas bacias terrestres do Parnaíba, Paraná, Potiguar, Recôncavo Sergipe-Alagoas e Espírito Santo. Ao longo do ano áreas da Bacia de Campos também foram incluídas no estudo.

Destaca-se ainda a publicação da Resolução CNPE nº 4/2016 que autorizou a ANP a realizar a 4ª Rodada de Licitações de Campos Marginais, cujo objeto foram treze Áreas Inativas com Acumulações Marginais localizadas nas bacias do Recôncavo, Potiguar e Espírito Santo, a depender da manifestação favorável dos Órgãos de meio ambiente competentes.

Ainda em 2016, tendo em vista que o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás constitui-se como base de informações no processo de planejamento do setor petrolífero nacional, conforme Portaria MME nº 350, de 10 de outubro de 2013, a SPG atuou junto à Empresa de Pesquisa Energética - EPE para que fosse disponibilizado os resultados do estudo. O Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás trata-se de uma base de dados georeferenciados que mapeia zonas de importância relativa para o desenvolvimento do setor de petróleo e gás no país.

O estudo com vistas à atualização para o Ciclo 2016-2017 segue sendo desenvolvido pela EPE, sob a coordenação do MME e com o apoio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Serão definidas as áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira, que servirá de base para o planejamento de áreas para as rodadas de licitação e para a tomada de decisões sobre pesquisas, projetos e, atividades de levantamentos geológicos básicos.

Quanto ao planejamento energético no setor de gás natural, compete ao MME elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT) com base em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), nos termos da Lei nº 11.909/2009 e do Decreto nº 7.382/2010. A última versão desses estudos, que compreendeu o horizonte 2015-2024, foi submetida a este Ministério em maio de 2016. No entanto, alterações recentes no planejamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), responsável por 96% da oferta nacional, impactaram significativamente o cenário de referência adotado pela EPE, especialmente no que diz respeito à oferta futura de gás. Importante mencionar que a estatal pretende ainda desfazer-se de grande parte da infraestrutura ligada ao setor, como gasodutos de transporte e terminais de regaseificação de GNL, além de reduzir significativamente sua participação na comercialização do energético. Devido a esses fatos, a publicação do PEMAT foi interrompida até que se pudesse ter uma melhor avaliação da situação. Releva destacar que os estudos da EPE não indicavam a necessidade de novas expansões da malha de gasodutos, segundo as premissas adotadas.

Adicionalmente, importa mencionar que a redução da participação da Petrobras no setor de gás natural motivou o lançamento em 24 de junho de 2016, da iniciativa Gás para Crescer. A criação da iniciativa decorreu da constatação de que a atual conjuntura demandaria uma reflexão profunda acerca dos marcos legal e regulatório vigentes e o acompanhamento atento das agências reguladoras e dos formuladores de políticas públicas de modo adequar o ambiente de investimento a essa nova realidade,

mitigando riscos regulatórios que possam representar entraves desnecessários.

Após o lançamento da iniciativa, depois de intenso debate com a sociedade, o Ministério de Minas e Energia submeteu ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) uma minuta de resolução que trata de diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural no Brasil e do Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural no Brasil, que tem o objetivo de propor medidas que garantam a transição gradual e segura para a manutenção do adequado funcionamento do setor de gás natural e de avaliar a possibilidade de aceleração da transição.

A Resolução, aprovada pelo CNPE no dia 14 de dezembro de 2016 prevê, entre outras medidas, uma reavaliação dos modelos de outorga de transporte, armazenamento e estocagem; e a revisão do planejamento de expansão do sistema de transporte, que poderá considerar instalações de armazenamento e estocagem, além de maior integração com o planejamento do setor elétrico.

Por último, cabe mencionar o cancelamento, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da 1ª Licitação de Transporte de Gás Natural a Licitação. A decisão da Agência foi motivada pela necessidade de ajustes no projeto do gasoduto de referência em decorrência de determinações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com relação ao planejamento e políticas públicas para o setor de biocombustíveis, em setembro de 2016, o Brasil ratificou o Acordo de Paris, que oficializou o compromisso voluntário na COP21 para redução de emissões de carbono. Parte fundamental da solução é a expansão da bioenergia, assumindo-se publicamente a meta de 18% para sua participação na matriz energética até 2030. Isso envolve a expansão da produção e do uso dos biocombustíveis.

É com esse foco que o Ministério de Minas e Energia, em esforço conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, lançou em dezembro de 2016 o RenovaBio 2030. Essa iniciativa consiste em um conjunto de ações cujo objetivo é garantir a expansão da produção de biocombustíveis no país baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris.

O RenovaBio 2030 vem desenvolvendo, em conjunto com os atores econômicos da cadeia de produção de biocombustíveis, um plano estratégico para o setor de biocombustíveis, o que inclui etanol, biodiesel, biocombustíveis de segunda geração e novos produtos, como bioquerosene e biogás. Esse plano estratégico resultará em um Projeto de Lei para os biocombustíveis, a ser submetido ao Congresso Nacional em 2017.

O Governo, conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, tem reforçado o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento do mercado interno.

Além disso, o MME define, em ato conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, os percentuais mínimos de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) a serem observados pelos produtores e importadores de óleo lubrificante acabado, em cumprimento à Resolução CONAMA nº 362/2005. O OLUC coletado é processado e retorna ao início da cadeia de suprimento como óleo lubrificante básico, o que eleva a sua oferta interna e contribui para melhoria da balança comercial.

Adicionalmente, destaca-se a participação da SPG na elaboração dos Planos Nacional e Decenal de Expansão de Energia, PNE e PDE, respectivamente, elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, importantes ferramentas de planejamento de longo prazo.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

- Realizados os trabalhos prévios para viabilizar a realização da 14ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios, da 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção e da 4ª Rodada de Licitações de Acumulações Marginais;
- Estudos de Geologia e Geofísica em quatro Bacias Sedimentares: Paraná, Parecis, Parnaíba e Santos;
- Estudo continuado do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás – ZNMT, utilizado na elaboração do Planejamento Energético;
- Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE;
- Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT;
- Metas de Coleta de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (OLUC) definidas pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 100/2016.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

Sociedade, Empresa de Pesquisa Energética, indústria fornecedora de bens e serviços, investidores e demais agentes do setor nas esferas públicas e privadas.

B. Gestão da Política Energética

A seguir são mostrados alguns fatos referentes à condução e ao desenvolvimento do macroprocesso Gestão da Política Energética em 2016, em que a SPG conduziu ou participou.

No decorrer de 2016, a SPG atuou na definição dos termos dos contratos de remuneração MME-PPSA que culminou na formalização da assinatura do Contrato de Remuneração pela Gestão de Contratos e Representação da União, em 2016 a SPG acompanhou e supervisionou, a execução das atividades da PPSA como gestora de contratos e representante da União com fins de proceder a remuneração da empresa por essas atividades.

O Governo vem trabalhando para a atração de investimentos para os setores produtivos, incluindo o setor petrolífero dada sua importância no PIB. Este esforço visa reduzir o desemprego que assola expressiva parcela da população economicamente ativa. Corrobora, nesse sentido, a aprovação da Lei 13.365, de 29.11.2016, que remove a obrigatoriedade e faculta à Petrobras o direito de

preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% nas áreas sob o regime de partilha de produção. Há que se destacar ainda a retomada de realização das rodadas de licitações programadas para 2017.

Complementarmente, com vistas à atração de investimentos, os trabalhos do GT de Unitização (Portaria MME nº 452/2015), coordenado pela SPG, propôs ao CNPE o estabelecimento de diretrizes para os procedimentos de individualização da produção em situações onde as jazidas de petróleo e gás natural se estendam para áreas não contratadas. A individualização da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos é um instituto jurídico mundialmente adotado e eficaz para evitar a produção predatória de jazidas petrolíferas que se estendam além da área outorgada.

Como as condições internas e externas do País mudaram sensivelmente a partir do final de 2015, o CNPE instituiu um Grupo de Trabalho – GT, por meio da Portaria nº 6/2016, com a finalidade de propor diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, formado por representantes de todos os membros do Conselho, sob a coordenação do MME.

As citadas medidas, somadas a outras em andamento, buscam melhorar o ambiente de negócios no País para permitir maiores investimentos do setor privado nas atividades de exploração e produção de O&G. Cabe ao GT constituído, então, propor ações para o médio e longo prazos com vistas a superar os desafios apresentados e estabelecer a nova política energética para o setor petrolífero.

A partir da edição do Decreto nº 8.637/2016, que instituiu o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR, as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da indústria, bem como ações relacionadas à Política de Conteúdo Local para esse setor, passaram a ser tratadas no âmbito deste Programa. O PEDEFOR é composto por 5 ministérios ligados ao tema, a saber: MME, MDIC, MCTI, MF e Casa Civil, além da ANP, BNDES e FINEP.

No momento, em face da necessidade de atração de investimentos para o setor, os Comitês que formam o mencionado Programa se debruçam em trabalhos com vistas a definição das exigências de Conteúdo Local para as próximas rodadas de licitações previstas para 2017, quais sejam, a 4ª Rodada de Licitações de Campos Marginais, a 2ª Rodada de Partilha de Produção, com áreas unitizáveis do Pré-sal, e a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural. Por meio da Portaria PEDEFOR nº 03/2016, aprovada pelo Comitê Diretivo do Programa em 28/11/2016, foram propostas ao CNPE as regras de Conteúdo Local a vigir na 2ª Rodada de Partilha e na 4ª Rodada de Campos Marginais, enquanto conclui-se proposta para o CL da 14ª Rodada.

Além disso, o Programa aprovou a realização de estudos sobre a indústria parapetrolífera brasileira, de modo a aprimorar as ações em curso, que se dividem em três linhas de pesquisa: i) Competitividade da indústria de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás brasileira; ii) Dimensionamento da capacidade produtiva da indústria nacional de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás brasileira; e, iii) Cenários de atendimento da demanda e ritmo de oferta de blocos para exploração de petróleo e gás natural.

No contexto do desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, é desejável que os avanços sejam consolidados, aperfeiçoados e ocorram de forma equilibrada no território e que ofereçam oportunidades com repercussão regionalizada. Desta forma, encontram-se em elaboração as diretrizes para aplicação dos recursos advindos da cláusula de P&D, constante dos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural, para que estes ocorram de acordo com as necessidades estratégicas a serem definidas no âmbito desta iniciativa. Por ser uma obrigação contratual, a ANP trabalha internamente para aprimorar o processo de análise e aprovação dos estudos propostos e realizados pelos operadores.

Destaca-se também a continuidade dos estudos para instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012), que disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. Os estudos para as Bacias Sergipe-Alagoas/Jacuípe, foram entregues os envelopes com as propostas para elaboração do EAAS em 20 de dezembro de 2016. A previsão para assinatura do contrato é março/2017. Já para Bacia do Solimões, o Projeto Básico para elaboração do EAAS está sendo analisado pela diretoria da EPE com previsão de abertura da licitação para março/2017.

Os Estudos Ambiental de Área Sedimentar (EAASs) da bacia sedimentar terrestre do Solimões (CTA Solimões) e da bacia sedimentar marítima de Sergipe-Alagoas/Jacuípe estão em fase de licitação, e serão contratados, respectivamente, pela EPE e pela ANP com prazo de conclusão de 20 e 18 meses (conforme Portarias Interministeriais MME-MMA de n. 621 e 622/2014). Para as Bacias Sergipe-Alagoas/Jacuípe, em 20.12.2016 foram entregues os envelopes com as propostas para elaboração do EAAS. Previsão para assinatura do contrato em março/2017. Já para Bacia do Solimões, o Projeto Básico para elaboração do EAAS está sendo analisado pela diretoria da EPE com previsão de abertura da licitação para março/2017.

A SPG coordenou ainda, no decorrer de 2016, Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria MME nº 453/2015 com a finalidade de propor ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE diretrizes gerais relativas à comercialização dos volumes de petróleo e gás natural produzidos que couberem à União. A minuta de Resolução foi apreciada e aprovada pelo Conselho na reunião de 14 de dezembro de 2016. O texto aprovado trata de uma política transitória, com período de duração de 36 (trinta e seis) meses, que servirá de base para construção de modelo de longo prazo.

No âmbito do processo de gestão da política energética a SPG acompanhou obras pertencentes à carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Referente ao gás natural, em fevereiro 2016, cita-se a conclusão de dois empreendimentos, as conclusões do gasoduto de escoamento de gás natural Rota 2 e a ampliação da capacidade de processamento do Terminal de Cabiúnas (TECAB).

Adicionalmente, ainda a respeito de gás natural, existem três empreendimentos em fase de construção. Os Dutos Norte do Comperj, gasoduto de 11km de extensão -

do GASDUC II para o Comperj I, com capacidade de transferência de 7 milhões de m³/dia, está com 81,5% das obras concluídas. Outro empreendimento é o Gasoduto Rota 3, com 356 km de extensão, interligando áreas do Pré-Sal da Bacia de Santos até COMPERJ, com capacidade de escoamento de processamento de 21 milhões de m³/dia. Esta obra está com 54,7% concluída. Por último, em fase de construção está a Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN Comperj – Rota 3. No entanto, as obras foram paralisadas em setembro de 2015, com 35% de realização, por dificuldades envolvendo o consórcio de empresas contratado para a execução do serviço.

No setor de transporte e distribuição de petróleo e combustíveis, ainda com relação ao acompanhamento das obras pertencentes à carteira de investimentos do PAC, pode-se destacar: a entrada em operação da plataforma P-61, do tipo TWLP, no campo de Papa-Terra, e do navio-plataforma FPSO Cidade de Itaguaí, no campo de Lula no pré-sal da Bacia de Santos; a entrega técnica do navio Machado de Assis, do tipo Suezmax; e dos navios gaseiros Barbosa Lima Sobrinho, Darcy Ribeiro e Lúcio Costa.

Além disso, ao longo de 2016, a SPG coordenou o Grupo de Trabalho dos Estudos do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (GT-SINEC), criado pela Portaria MME nº 250, de 3 de junho de 2014. O GT-SINEC elaborou o Relatório denominado “Reservas Estratégicas e Estoques de Operação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis”, contendo fundamentações, análises, conclusões e recomendações, a partir dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, pelo Decreto nº 238, de 24 de outubro de 1991 e pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. O GT-SINEC avaliou referências nacionais e internacionais, observando históricos e tendências relacionados ao consumo, produção, comércio internacional, movimentação e armazenagem de petróleo e seus derivados e de etanol carburante para subsidiar o CNPE no cumprimento de sua obrigação legal de assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis.

No que tange à condução da gestão da política para derivados de petróleo, em 2016, foram conduzidas discussões, construídas agendas e realizados estudos com agentes de mercado, órgãos reguladores e entidades governamentais sobre os seguintes temas majoritários;

- Segurança energética e sistema nacional de estoques de combustíveis (Relatório de Reservas Estratégicas e Estoques de Operação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis - SINEC);
- Qualidade dos combustíveis, teores de etanol e de biodiesel, presentes nos combustíveis automotivos e destinação de óleos lubrificantes usados ou contaminados;
- Redução de emissões atmosféricas provenientes de combustíveis;
- Ampliação e melhorias na infraestrutura de produção e transporte de derivados do petróleo;
- Distorções de mercado e dependência externa de derivados do petróleo; e
- Realização de reuniões com agentes do setor de abastecimento de derivados com vistas a elaboração de propostas de atualização e ou revisão do arcabouço jurídico pertinente ao abastecimento nacional de derivados de petróleo.

No que se refere ao tema biocombustíveis, atualmente, são adicionados 7% (B7) de biodiesel ao óleo diesel comercializado a qualquer consumidor em todo o território nacional. Após a promulgação da Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016, a mistura subirá para 8% (B8) em 1º de março de 2017, para 9% (B9) em 1º de março de 2018, e para 10% (B10) em 1º de março de 2019. A norma ainda autoriza o CNPE a elevar a mistura obrigatória para até 15%, caso testes validem a utilização dessa mistura em veículos e motores. O novo percentual incentiva a produção de biodiesel, reduz as importações de óleo diesel e favorece a agricultura familiar e o agronegócio brasileiro.

Desde março de 2016, a SPG vem realizando reuniões com os agentes do setor de Biodiesel, no intuito de promover a realização dos testes e ensaios em motores a diesel previstos na Lei nº 13.263, de 2016.

Já a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, permitiu a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Desde março de 2015, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA) fixou em 27% a mistura na gasolina comum.

No âmbito do RenovaBio 2030, a SPG vem desenvolvendo, em conjunto com os atores econômicos da cadeia de produção de biocombustíveis, um plano estratégico para o setor de biocombustíveis, o que inclui etanol, biodiesel, biocombustíveis de segunda geração e novos produtos, como bioquerosene e biogás. Esse plano estratégico resultará em um Projeto de Lei para os biocombustíveis, a ser submetido ao Congresso Nacional em 2017.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Energética

- Constituição do GT para proposição de diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Iniciado, pela ANP, os trabalhos para aprimorar o processo de análise e aprovação dos estudos propostos e realizados pelos operadores, relacionados à aplicação dos recursos advindos da cláusula de P&D.
- Decreto nº 8.637/2016, que instituiu o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR
- Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS - Para as Bacias Sergipe-Alagoas/Jacuípe, em 20.12.2016 foram entregues os envelopes com as propostas para elaboração do EAAS. Previsão para assinatura do contrato em março/2017. Já para Bacia do Solimões, o Projeto Básico para elaboração do EAAS está sendo analisado pela diretoria da EPE com previsão de abertura da licitação para março/2017.
- Portarias de autorização para importação/exportação de gás natural;
- Portaria MME nº 490, de 6 de outubro de 2016, que divulgou, para Consulta Pública, o documento “Diretrizes Estratégicas para o Desenho de Novo Mercado de Gás Natural no Brasil;
- Leilões regulares e leilões de opção de compra para formação de estoques de biodiesel;
- Relatório de Reservas Estratégicas e Estoques de Operação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis; e
- Portaria Interministerial MME/MMA nº 100/2016, que estabelece metas de Coleta

de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (OLUC).

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Energética

Sociedade, indústria fornecedora de bens e serviços, investidores e demais agentes do setor nas esferas públicas e privadas.

C. Monitoramento do Setor Energético

O monitoramento dos setores de petróleo, gás natural e de biocombustíveis em 2016, foi realizado pelo acompanhamento da evolução dos principais indicadores dos setores, os quais são sistematizados pelos departamentos que compõem esta UJ e, posteriormente, são publicados na forma de boletins mensais. Esses mesmos boletins também são utilizados nas atividades de planejamento do setor com vistas à segurança energética.

A SPG utiliza dados da ANP para a geração desses boletins que servem também para as atividades relacionadas ao monitoramento setorial. Tais informações são utilizadas ainda, como exemplo, na atualização feita pela EPE, do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás.

Além disso, é realizado o monitoramento da indústria do gás natural e de combustíveis derivados de petróleo, objetivando contribuir para a garantia do suprimento energético ao País. Suas análises contemplam as condições e a evolução do abastecimento, a sua competitividade em relação aos energéticos substitutos, os preços, a incidência de tributos, o aproveitamento das reservas de gás natural, entre outras atividades.

Em 2016, no âmbito dos biocombustíveis, o Ministério se articulou com diversos órgãos e entidades governamentais, além de agentes de mercado. Entre os fóruns, destacam-se a condução da Mesa de Abastecimento do Etanol, Mesa de Abastecimento do Biodiesel, participação em câmaras setoriais de etanol, de biodiesel e de palma de óleo, assim como a participação na Comissão Executiva Interministerial - CEIB, entre outras, além de participações em congressos e fóruns setoriais, bem como audiências no Congresso Nacional. Além disso, a SPG realizou também o monitoramento dos leilões de biodiesel junto à ANP e acompanhou a tramitação de projetos de lei relativos ao setor.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Boletins Semanal e Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural;
- Informativo Mensal de Acompanhamento da Geração Termelétrica a Gás Natural;
- Boletim Mensal de Biocombustíveis;
- Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo; e
- Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

Sociedade, indústria fornecedora de bens e serviços, investidores e demais agentes do setor nas esferas públicas e privadas.

C. Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

Neste macroprocesso, embora a SPG não possua objetivo específico no âmbito do PPA, a Secretaria realizou as seguintes ações:

- O Projeto Ônibus a Hidrogênio, que tinha o objetivo de demonstrar a viabilidade operacional da tração a célula a este combustível em ônibus urbanos e sua infraestrutura de abastecimento sob condições brasileiras, foi concluído em 2016, com a finalização dos testes dos ônibus e da estação de produção e abastecimento de hidrogênio. Na segunda e última fase do Projeto, foram produzidos três ônibus a célula a combustível hidrogênio e testados no Corredor Metropolitano São Mateus-Jabaquara, na Grande São Paulo, fazendo o abastecimento de hidrogênio na estação de produção construída em área da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP), responsável pela implementação do Projeto. A Prestação de Contas Final do Convênio nº 21.02.0058.00, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a transferência de recursos do Governo Federal para o Projeto e cuja vigência era até 30 de dezembro de 2014, foi aprovada pela FINEP e, em seguida, concluído o processo de doação dos bens produzidos com esses recursos. No âmbito do Documento de Projeto PRODOC BRA/99/G32, celebrado por este Ministério, pela EMTU/SP, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), os últimos pagamentos pendentes de fornecedores foram concluídos em 2016, restando a emissão dos relatórios finais para o seu encerramento. Também está previsto para 2017 o processo de doação dos bens produzidos com os recursos do Global Environment Facility (GEF), um dos financiadores do PRODOC BRA/99/G32;
- Em abril de 2016, foi assinado o Acordo de Cooperação para o Apoio Institucional ao Programa Brasileiro de Combustíveis, Tecnologias Veiculares e Emissões – PCVE pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) e Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). O objetivo do Acordo é promover a realização de estudos científicos relativos à influência dos combustíveis e das tecnologias veiculares nas emissões automotivas nos centros urbanos.
- Participação das discussões e formatação das regras para continuidade dos programas de fomento ao setor sucroalcooleiro operacionalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Abaixo estão listados os programas do BNDES que a SPG participou:
 - Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (BNDES PASS): destinado ao financiamento a estocagem de etanol.
 - Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (BNDES Países):

tem o objetivo de estruturar, a médio e longo prazo, o crescimento sustentável da produção, com foco em ganhos de produtividade, redução de custos e aumento do fator de utilização. Os recursos previstos, da ordem de R\$ 2,8 bilhões, destinam-se a financiar 24 iniciativas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para a produção de etanol de segunda geração (etanol 2G), novos produtos de cana-de-açúcar e gaseificação de biomassa; e

- Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético – (BNDES PAISS Agrícola): importante instrumento para viabilizar a mudança de paradigmas tecnológicos no setor, de modo a contribuir para aumento da produtividade. Seu foco está voltado para incentivo aos planos de negócio com inovações que promovam o desenvolvimento, a produção pioneira e a adaptação de sistemas industriais nas cadeias produtivas da cana-de-açúcar e de outras culturas energéticas compatíveis, complementares ou consorciáveis com o sistema agroindustrial da cana-de-açúcar. O Programa já selecionou 35 planos de negócio de um total de 61 propostas, os quais estão sendo implementados com recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

○

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Projeto Ônibus Brasileiro a Hidrogênio;
- Acordo Geral de Cooperação do Programa Brasileiro de Combustíveis, Tecnologias Veiculares e Emissões (PCVE), assinado em 19 de abril de 2016 e publicado no DOU em 04 de maio de 2016.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Sociedade, indústria fornecedora de bens e serviços, investidores e demais agentes do setor nas esferas públicas e privadas.

Macroprocessos Finalísticos da Área Mineral

E. Planejamento Mineral

Consiste em promover o conhecimento geológico e hidro geológico do território brasileiro, subsidiar políticas de aproveitamento sustentável dos recursos minerais e fornecer insumos para o ordenamento territorial e para a identificação de riscos geológicos associados a desastres naturais.

F. Gestão da Política Mineral.

Tem como objetivo a governança eficaz da política mineral brasileira, criando um ambiente institucional sólido, com a efetiva participação de entidades do setor público e privado e demais entidades da sociedade civil.

G. Monitoramento do Setor Mineral.

Tem como objetivo monitorar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, com base no acompanhamento e na avaliação de informações do setor produtivo e dos sistemas estruturantes da Administração Federal.

H. Fomento e Pesquisa para a Produção Mineral Eficiente.

Visa estimular o suprimento atual e futuro de bens minerais, apoiar atividades relacionadas ao fomento, à produção e à capacitação, bem como estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais.

Macroprocesso no âmbito da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

E. Planejamento Mineral

O conhecimento geológico do território nacional e o planejamento adequado do setor mineral são ferramentas estratégicas importantes para nortear as políticas de médio e longo prazo, para garantir e ampliar o suprimento atual e futuro de bens minerais e fornecer informações para o ordenamento territorial.

Em 2016, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) deu continuidade às atividades de avaliação de recursos minerais. Em alinhamento com as diretrizes de Governo, houve importante avanço nas ações para a definição de blocos para a licitação nas Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs), atingindo quase 80% de execução da meta prevista para o período de janeiro de 2015 a maio de 2017. Da mesma forma, observou-se avanço também nas ações de reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM, alcançando 55,5% da meta prevista para o período de janeiro de 2015 a junho de 2017. Isto evidencia importantes avanços no conhecimento geológico mais detalhado em áreas do País com maior potencial mineral, como resultado de ações articuladas entre a SGM e a CPRM.

Dando continuidade ao avanço para uma nova fronteira exploratória, após a assinatura do contrato de exploração exclusiva com a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), foram realizados, em 2016, diversos trabalhos de planejamento e contratações, visando possibilitar a primeira expedição à área em janeiro de 2017. Entre os trabalhos pode ser citada a assinatura de um acordo entre a CPRM e a VALE S.A., que possibilitará à CPRM participar do Comitê Gestor do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo) Vital de Oliveira, o qual conta com equipamentos que permitirão coletar dados físicos, químicos, geológicos e biológicos dos mares, além de um veículo de operação remota e laboratórios “on board”. Desta forma a CPRM terá maior facilidade de cumprir seus objetivos durante os 15 anos de pesquisa previstos no contrato da ISBA.

No âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, como suporte à prevenção de desastres naturais no País e às necessidades de planejamento urbano, em 2016 foram realizados mapeamentos de setorização de

riscos geológicos em 146 municípios. Acrescenta-se a isto a implantação, pela CPRM, do Sistema de Alerta Hidrológico na Bacia do Rio Xingu em 2016, beneficiando cinco novos municípios da Região Norte.

A inserção de ativos da CPRM (alvarás de pesquisa com relatórios finais aprovados) no Programa de Parceria de Investimento (PPI) sinaliza a importância de promover o acesso do mercado a áreas com potencial. Nesse sentido, em 2016 foram qualificadas 4 (quatro) áreas de titularidade da CPRM a serem ofertadas ao mercado. A previsão é que os editais de licitação sejam publicados no início do segundo semestre de 2017.

Na mesma linha, cita-se a atuação articulada da SGM, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre MME, DNPM e CPRM, assinado em 2016, com o objetivo de ofertar à iniciativa privada áreas que atualmente se encontram em disponibilidade no DNPM. Nesse sentido, a autarquia tem trabalhado em conjunto com a CPRM para a avaliação do potencial mineral e valorização por meio da inclusão de dados geológicos. Em 2016 foram analisadas, em uma primeira etapa, mais de 20.000 processos, com a seleção prévia de 1.000 áreas de maior potencial. O objetivo é motivar a indústria mineral a implementar novos programas exploratórios e aumentar as oportunidades para novos investidores em regiões com potencial mineral já consolidado.

No âmbito do Plano de Desburocratização do MME, uma das metas afetas ao setor mineral e cujas tratativas tiveram início em 2016 refere-se à modernização tecnológica do DNPM, com a melhoria dos procedimentos de outorga mineral e a implantação de sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos na autarquia. O objetivo é dar maior celeridade à tramitação de processos minerários, reduzindo o tempo necessário para obtenção de títulos.

Em 2016, a SGM colaborou notavelmente para a incorporação de boas práticas nas atividades de mineração, articulando-se dentro e fora do Governo nas questões referentes a políticas socioambientais, instrumentos de ordenamento territorial e planos de desenvolvimento econômico e de conservação ambiental. Dentre as ações, destacaram-se as discussões sobre o licenciamento ambiental no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. A participação ativa nessa agenda e o relevante interesse da questão para o setor de mineração resultaram na Oficina sobre Licenciamento Ambiental, realizada pela SGM em dezembro de 2016 e que contou com ampla presença de representantes de governo e de empresas de diversos segmentos.

Empenhando-se para que a mineração seja devidamente incorporada nos instrumentos e políticas de ordenamento territorial e planos de desenvolvimento econômico e de conservação ambiental, minimizando, assim, incompatibilidades entre a atividade minerária e outros usos do território, a SGM iniciou, no ano de 2016, uma reorganização gradativa do seu banco de dados georreferenciado - BDGeo. Extensivamente utilizado para análises de conflitos, o BDGeo foi atualizado em 2016 com dados de processos minerários do DNPM e de novas áreas protegidas, proporcionando os elementos apropriados para as avaliações (e reavaliações) técnicas pela SGM, a saber: 47 (quarenta e sete) áreas para fins de reforma agrária, 18 (dezoito) para territórios quilombolas, 8 (oito) unidades de conservação e 3 (três) terras indígenas.

O estudo “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”, que visa proporcionar um maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala no Brasil para aprimorar a governança do setor sobre este segmento, foi oficialmente contratado em março de 2016, no âmbito do Projeto META, com financiamento do Banco Mundial. Para o ano foram entregues 2 (dois) dos oito produtos contratados: “Identificação preliminar das fontes de dados e levantamento bibliográfico e documental”, já recepcionado em versão final; e “Relatório Jurídico-institucional da Mineração em Pequena Escala”, em sua forma preliminar.

Em 2016, a SGM continuou articulando, participando e acompanhando as negociações conduzidas junto ao Comitê Intergovernamental de Negociação do Programa da ONU para Meio Ambiente - PNUMA, preparando-se para a formulação, nos próximos anos, do Plano Nacional de Mitigação do Uso do Mercúrio na Mineração de Ouro em Pequena Escala e para a proposição de diretrizes e procedimentos para a internalização de variáveis socioambientais nas atividades de mineração.

Concluído em 2016, o estudo visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) está em fase de análise interna sobre sua viabilidade técnica, política e institucional. Foi realizada ainda visita técnica ao polo produtivo de rochas ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim (ES) com o intuito de conhecer localmente as atividades do setor e de colher informações para subsidiar decisões da SGM sobre a viabilidade de implantação de ZPTM.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Planejamento Mineral

- Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030);
- Oficina sobre Licenciamento Ambiental
- Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil - Relatório 1: Identificação preliminar das fontes de dados e levantamento bibliográfico e documental;
- Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil - Relatório 2 (preliminar): Relatório Jurídico-institucional da Mineração em Pequena Escala; e
- Relatório de visita técnica ao polo produtivo de rochas ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Planejamento Mineral

Todos clientes envolvidos com planejamento, investimento e funcionamento do setor mineral, incluindo os órgãos públicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal; instituições financeiras, associações, instituições e empresas do Setor Mineral, incluídos os seus clientes e fornecedores; sociedade civil e cidadãos.

F. Gestão da Política Mineral

Em 2016, considerando o cenário de desaquecimento enfrentado pelo País, a atuação da SGM esteve voltada para a retomada do crescimento do setor mineral brasileiro, por meio da construção de uma agenda cujas políticas pudessem promover a recuperação da credibilidade da indústria nacional e a confiança do investidor, de forma a tornar o País mais competitivo, proporcionando a melhoria do ambiente de negócios e ampliando a atratividade aos investimentos privados.

Uma agenda de grande relevância foi a reavaliação do Projeto de Lei nº 5.807/2013 (Marco Regulatório da Mineração), em tramitação na Câmara dos Deputados. Tal reavaliação deu-se em face de ser notório que a legislação vigente tem proporcionado, ao longo de sua existência, a estabilidade e segurança jurídica demandada pelos investidores, tendo garantido importantes avanços ao setor mineral brasileiro desde então.

Assim, em 2016 foi desenvolvida e executada uma proposta de trabalho para a discussão de questões regulatórias diversas e definição de estratégia de encaminhamento. A atuação ocorreu em articulação com outros órgãos de Governo, como o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Ministério da Fazenda (MF) e Casa Civil da Presidência da República (CC/PR). As discussões, que deverão ter andamento e se concretizar em 2017, incluíram a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), o aperfeiçoamento da política de participação governamental vigente (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM) e a regulamentação do Decreto-Lei nº 227/1967 (Código de Mineração), além de questões referentes a áreas com restrição para atividades de mineração.

Além disso, considerando o objetivo comum de formulação e implantação de políticas públicas dirigidas ao setor mineral com vistas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável do País, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre MME, DNPM e CPRM. No âmbito do acordo foram elaborados planos de trabalho nos seguintes temas: monitoramento de barragens de rejeito, redução do passivo processual do DNPM e oferta de áreas em disponibilidade no DNPM.

Outra atuação considerada prioritária para o alcance dos objetivos estratégicos, além das questões regulatórias, refere-se à ampliação da oferta de áreas à iniciativa privada. Como exemplos de ações promovidas nesta direção citam-se a inserção de áreas atualmente sob a titularidade do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) no Programa Prioritário de Investimentos e a elaboração de Plano de Trabalho para avaliação do potencial mineral, priorização e oferta de áreas hoje em disponibilidade no DNPM, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre MME, DNPM e CPRM.

A inserção de ativos da CPRM (alvarás de pesquisa com relatórios finais aprovados) no Programa de Parceria de Investimento (PPI) sinaliza a importância de promover o acesso do mercado a áreas com potencial. Nesse sentido, em 2016 foram qualificadas 4 (quatro) áreas de titularidade da CPRM a serem ofertadas ao mercado. A previsão é que os editais de licitação sejam publicados no segundo semestre de 2017.

Quanto às áreas que se encontram em disponibilidade no DNPM, a autarquia tem atuado em conjunto com a CPRM para a avaliação do potencial mineral e valorização por meio da inclusão de dados geológicos. Em 2016 foram analisadas, em uma primeira etapa, mais de 20.000 processos, com a seleção prévia de 1.000 áreas de maior potencial. O objetivo é motivar a indústria mineral a implementar novos programas exploratórios e aumentar as oportunidades para novos investidores em regiões com potencial mineral já consolidado.

Tendo em vista que o desenvolvimento que se busca para o setor mineral brasileiro deve estar assentado nos preceitos da sustentabilidade, alinhado com a responsabilidade social e ambiental, em 2016, a SGM colaborou notavelmente para a incorporação de boas práticas nas atividades de mineração, articulando-se dentro e fora do Governo nas questões referentes a políticas socioambientais, instrumentos de ordenamento territorial e planos de desenvolvimento econômico e de conservação ambiental.

Dentre as ações, destacaram-se as discussões sobre o licenciamento ambiental no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. A participação ativa nessa agenda e o relevante interesse da questão para o setor de mineração resultaram na Oficina sobre Licenciamento Ambiental, realizada pela SGM em dezembro de 2016 e que contou com ampla presença de representantes de governo e de empresas de diversos segmentos.

Vale destacar ainda a atuação da SGM nas representações dos seguintes conselhos, comitês, comissões e grupos de trabalho: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), incluindo Câmara Técnica de Gestão Socioambiental e Câmara Técnica em Gestão Territorial, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas; Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, inclusive Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR; Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos – CIPNRS; Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional – CCZEE; Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ, inclusive GTs “Substâncias Químicas de Uso Industrial” e “Mercúrio”; Grupo Executivo sobre Mudanças no Clima; ADT – Tapajós; Diálogo Indústrias Extrativas e Desenvolvimento Sustentável – Casa da ONU; Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR; Reuniões com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil; Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI; Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis – CGPCS; Comitê Técnico Consultivo da Instrução Normativa IN 2/2009 - CT IN 2/2009; Grupo Executivo sobre Mudança do Clima – GEx; Grupo de Trabalho Interministerial para a Implantação da OIT-169; Grupo de Trabalho para a Normatização do Uso de Remineralizadores na Agricultura; e Comitê do Aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Mineral

- Análises e manifestações técnicas sobre proposições legislativas afetas ao setor mineral;
- Acordo de Cooperação Técnica entre MME, DNPM e CPRM;

- Minuta de acordo de Cooperação Técnico-Científica entre SGM, DNPM, CPRM e CETEM para ampliar o conhecimento geológico do país, formular e implantar políticas públicas voltadas para a mineração sustentável e impulsionar as atividades de produção de bens minerais;
- Anteprojeto de Lei para controle de substâncias químicas industriais (participação do GT de elaboração, no âmbito da CONASQ);
- Anteprojeto de Lei de criação da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Anteprojeto de Lei de alteração da legislação vigente que versa sobre CFEM; e
- Minuta de Decreto que extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA).

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Mineral

Todos clientes envolvidos com planejamento, investimento e funcionamento do setor mineral, incluindo os órgãos públicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal; instituições financeiras, associações, instituições e empresas do Setor Mineral, incluídos os seus clientes e fornecedores; sociedade civil e cidadãos.

G. Monitoramento do Setor Mineral

A SGM busca constantemente aprimorar sua política de monitoramento do setor mineral. Os projetos e programas que objetivam o desenvolvimento sustentável da mineração no País são acompanhados e avaliados com base na articulação com o setor produtivo e nas informações disponíveis nos sistemas da Administração Federal.

Nesse sentido, a SGM iniciou, no ano de 2016, uma estruturação dos dados sóciogeoambientais de que dispõe. A partir da nova configuração, já foram estabelecidas algumas informações setoriais iniciais, em forma de gráficos e tabelas, que passaram a fazer parte de painéis-piloto dentro do novo sistema de BI (Business Intelligence ou Inteligência de Negócios) do MME: o QlikView. Foram criadas dez informações setoriais, distribuídas em quatro painéis temáticos. Por enquanto, esses painéis (dashboards) estão disponíveis apenas para a SGM, entretanto, no decorrer do aperfeiçoamento, da validação e da maturação dos indicadores, pretende-se ampliar esse acesso ao MME e à sociedade como um todo.

Destaca-se ainda, em 2016, a mediação e o minucioso acompanhamento dos trabalhos e discussões sobre o rompimento da barragem Fundão, em Mariana/MG, além do intensivo apoio ao DNPM para o aperfeiçoamento do monitoramento das barragens de mineração. Ao longo do ano foram realizadas tratativas para a implementação, em 2017, do Sistema de Informações Gerenciais de Barragens de Mineração – SIGBM. A proposta é que a partir das informações registradas no Sistema, o mesmo calculará automaticamente o risco e o dano potencial associado. Dessa forma, as informações para a tomada de decisão estarão disponíveis em tempo real, não sendo mais necessário aguardar a entregas das informações vias Relatório Anual de Lavra (RAL).

Além disso, a SGM, a CPRM e o DNPM permanecem integrando o Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas, coordenado pela Casa Civil da Presidência da

República e instituído com o objetivo de acompanhar todas as ações de assistência, recuperação e reconstrução na área afetada pelo incidente. Como resultado dessa atuação conjunta, a SGM realizou, em parceria com o DNPM, um Workshop sobre Barragens de Mineração, em dezembro de 2016.

Com o objetivo de promover o acompanhamento setorial de mercado, foram analisados dados e séries históricas estatísticas do setor de mineração e transformação mineral, que deram origem às seguintes publicações: Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2016; a Sinopse da Mineração e Transformação Mineral 2016; e o Boletim Informativo do Setor Mineral. Estas publicações podem ser acessadas no portal do MME.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Mineral

- Workshop sobre Barragens de Mineração;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2016;
- Sinopse da Mineração & Transformação Mineral 2016; e
- Boletim Informativo do Setor Mineral.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Mineral

Todos clientes envolvidos com planejamento, investimento e funcionamento do setor mineral, incluindo os órgãos públicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal; instituições financeiras, associações, instituições e empresas do Setor Mineral, incluídos os seus clientes e fornecedores; sociedade civil e cidadãos.

H. Fomento e Pesquisa para Produção Mineral Eficiente

Garantir o suprimento atual e futuro de bens minerais, o fomento à produção e à capacitação e o estímulo ao uso racional e eficiente dos recursos minerais representam uma das prioridades da política de governo para a mineração.

No setor de agrominerais, por exemplo, a SGM coordenou o Grupo de Trabalho para a Normatização do Uso de Remineralizadores na Agricultura, contribuindo para a elaboração e publicação da IN 5/2016 e IN 6/2016 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que definem as garantias mínimas e os limites de elementos potencialmente tóxicos permitidos dos Remineralizadores e projeto de rede de laboratórios credenciados para ensaios e análises de minerais e solos. Além disso, a SGM também contribuiu para a realização do III Congresso Brasileiro de Rochagem.

Principais Produtos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Mineral Eficiente

- Protocolo de Intenções entre o Estado de Goiás, MME, Universidade Federal de Goiás e o SENAI com vistas à geração e difusão de conhecimento e inovação tecnológica por meio de pesquisa básica e aplicada em geologia, tecnologias minerais e tecnologias limpas, além da prestação de serviços tecnológicos que

atendam, com inovação e eficiência, a demanda do setor empresarial de mineração no território de Goiás.

Principais Clientes referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Mineral Eficiente

Todos clientes envolvidos com planejamento, investimento e funcionamento do setor mineral, incluindo os órgãos públicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal; instituições financeiras, associações, instituições e empresas do Setor Mineral, incluídos os seus clientes e fornecedores; sociedade civil e cidadãos.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1. Planejamento Organizacional

O Planejamento Organizacional do MME está estruturado para o atingimento de sua missão, ou seja, promover o contínuo e efetivo desenvolvimento da gestão dos recursos energéticos, minerais e geológicos, em benefício da sociedade, do desenvolvimento econômico e social do País e da preservação do equilíbrio ambiental. Note-se que, com o desenvolvimento do Planejamento Estratégico Institucional, a partir de 2017 a missão do MME deverá ser melhor definida. Tem seus pilares norteadores nos seguintes Objetivos Estratégicos, Planos Setoriais e Programas Específicos:

Objetivos Estratégicos

No campo da energia, o MME desenvolve suas atividades com foco no equilíbrio entre oferta e demanda, na modicidade tarifária, na garantia do abastecimento, na promoção da inclusão social, do crescimento com sustentabilidade e na geração de empregos.

Destaca-se nessas atividades a segurança energética, alcançada pela realização de leilões de geração e transmissão de energia elétrica, pelas rodadas de licitações de novas áreas de exploração e prospecção de petróleo e gás, que asseguraram a expansão da oferta para o pleno atendimento do mercado energético brasileiro.

Em alinhamento com a diretriz de Governo de retomada do crescimento da economia brasileira, no âmbito do setor mineral brasileiro o MME direcionou suas ações no sentido de revitalizar a indústria mineral nacional, com a definição e o início da implementação de políticas públicas voltadas a tornar o segmento mais competitivo por meio da melhoria do ambiente de negócios e da atratividade aos investimentos privados.

Com este intuito, a atuação das instituições do setor mineral, em nível governamental federal, esteve voltada, em 2016, para a construção de uma agenda com foco no restabelecimento da credibilidade, da segurança jurídica e da confiança do investidor, considerados os objetivos estratégicos primeiros para o alcance da revitalização da indústria mineral brasileira.

Planos Setoriais e Programas Específicos

- **Plano Nacional de Energia (PNE) 2050**

O PNE 2050, documento de cunho estratégico e de elaboração complexa, tem como objetivo o planejamento de longo prazo do setor energético do País, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão desse segmento nas próximas décadas. O PNE é composto de uma série de estudos que buscam fornecer insumos para a formulação de políticas energéticas segundo uma perspectiva integrada dos recursos disponíveis. Estes estudos estão divididos em volumes temáticos cujo conjunto subsidiará a elaboração do relatório final do PNE.

- **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026**

O PDE incorpora uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de diversos energéticos no período decenal. Cumpre ressaltar a importância deste Plano como instrumento de planejamento para o setor energético nacional, contribuindo para o delineamento das estratégias de desenvolvimento do País a serem traçadas pelo Governo Federal, num horizonte de dez anos.

- **Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás (ZNMT)**

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE e o MME, em cumprimento à Portaria nº 350, de 10.10.2013, disponibilizaram em 2016 os resultados do estudo Zoneamento Nacional de Recursos de

Óleo e Gás, Ciclo 2013-2015.

Trata-se de uma base de dados georreferenciados que mapeia zonas de importância relativa ao desenvolvimento econômico do setor de petróleo e gás no país.

O estudo com vistas à atualização para o Ciclo 2016-2017 segue sendo desenvolvido pela EPE, sob a coordenação do MME e com o apoio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A partir da base de informações, resultante do processo da perspectiva geológica, no desenvolvimento da perspectiva econômica são elaborados mapas para representar a Importância Petrolífera de Área (IPA), conforme vários pontos de vista ou argumentos. Além de elementos geológicos, é considerada a proximidade de áreas sob contrato com empresas para atividades de Exploração e Produção (E&P) e de instalações de infraestrutura de abastecimento de petróleo e gás natural. Os mapas de IPA, individualmente, permitem a cada ciclo de atualização do estudo observar o dinamismo das atividades do setor de petróleo e gás, especialmente no segmento de E&P e, combinados por meio de uma função multiargumentos, sintetizam a importância relativa das diversas áreas do Brasil.

O levantamento lista todas as 68 bacias sedimentares brasileiras, qualificadas em terrestres (53) e marítimas (15), bem como sua área sedimentar, área efetiva (área da bacia que apresenta interesse para a exploração e produção de hidrocarbonetos) e maturidade exploratória. Entre essas bacias, encontram-se as 21 bacias, em terra e mar, que possuem campos descobertos de petróleo e gás natural.

- **Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Duto viário do País (PEMAT)**

O PEMAT é o planejamento de expansão da malha de transporte duto viário de gás natural e serve de subsídio à proposição, para ampliação e construção dos gasodutos. Esse planejamento decenal é revisto preferencialmente a cada ano1, com base em estudos de expansão realizados pela EPE.

- **Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030)**

O PNM 2030 é peça fundamental para a formulação de políticas e planejamento setorial, também contribuirá no médio e longo prazo para a confecção dos próximos Planos Plurianuais.

Em face da nova conjuntura econômica na qual o setor mineral encontra-se inserido e conforme previsto, é esperado que a peça de planejamento seja objeto de revisão em 2017.

2.2. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O Ministério de Minas e Energia até o final de 2016, ainda não operava por um Sistema de Planejamento Estratégico Estruturado (integrado e sistematizado), capaz de abarcar os diversos planos setoriais desenvolvidos em seu âmbito de atuação e propiciar maior eficiência, eficácia e efetividade na gestão de todos os seus segmentos. Em razão disso, em 2016 o MME considerou como seus objetivos, aqueles definidos para o Plano Plurianual, e os riscos aqui elencados são relacionados ao não cumprimento desses objetivos.

SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Universalizar o Acesso à Energia Elétrica;
- Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em

todo o território nacional.

Principais Riscos Identificados

- Imprevistos externos que possam afetar a política de universalização do acesso à energia, tais como: recursos financeiros; empresas capacitadas; mercado de materiais; e falta de mão de obra.
- Intempéries e imprevistos que possam afetar o segmento energético.

Principais Ações e Resultados da Gestão da Política Energética

Acções

A seguir, estão apresentadas as principais ações desenvolvidas pela SEE, no exercício de 2016, aderentes às suas competências regimentais, em consonância com os referidos objetivos do PPA 2016-2019, acima referenciados, no contexto do Macroprocesso “Gestão da Política Energética”:

- Análise Orçamentária dos gastos da CDE;
- Acompanhamento das transferências orçamentárias do Tesouro Nacional para a CDE;
- Participação no GT Olimpíadas;
- Recebimento e gerenciamento dos processos de Declaração de Necessidades e Acompanhamento dos Leilões de Energia;
- Participação na reformulação do Decreto que regulamenta a CDE;
- Participação no Grupo de Trabalho do ProGD, para estimular a utilização de geração distribuída;
- Participação no GT para monitoramento das empresas Prestadoras de Serviço de Distribuição de Energia Elétrica.

Resultados referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Emissão de Notas Técnicas e Pareceres endereçados ao Congresso Nacional, apoiando a construção de políticas públicas ou regulamentação do setor.
- Edição de 3 Boletins Tarifários, com divulgação das principais tarifas praticadas no país e gráficos de preços de compra de energia nos leilões.

Durante o ano foram realizadas diversas reuniões no âmbito do ProGD – Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica, com elaboração de Relatório Final, a ser aprovado pelo Ministro.

No âmbito dos estudos de políticas públicas para fomento às Redes Elétricas Inteligentes, ressalta-se a participação no Diálogo Bilateral com os Estados Unidos da América, em conjunto com o CEPTEL, onde estão sendo compartilhados resultados de regulamentações e projetos sobre o tema.

Em relação ao monitoramento do processo de universalização do acesso à energia, cabe destacar que o Programa LPT foi prorrogado por meio do Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, estendendo o seu período de vigência para o final do ano de 2018, de forma a cumprir as metas necessárias ao atendimento da totalidade de famílias que permaneciam ainda sem os benefícios do Programa.

Em 2016, o Programa Luz para Todos atendeu a 73.641 famílias rurais, levando o benefício para mais de 295 mil pessoas. No acumulado, até dezembro de 2016, foram atendidas 3.331.727 famílias em todo o País, beneficiando mais de 15,9 milhões de brasileiros do meio rural.

Em 2016, até dezembro, o Governo Federal, por intermédio da Eletrobrás, assinou contratos que somam R\$ 360,7 milhões para a implementação do Programa LpT. Além disso, liberou R\$ 371 milhões para as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, decorrentes de contratos assinados em 2016 e nos exercícios anteriores.

As principais ações desenvolvidas que permitiram a realização de 73.641 ligações em 2016 foram: monitoramento dos programas de obras junto às concessionárias de energia elétrica, gestões junto à Caixa Econômica Federal e agentes executores para efetivação de contratos e liberação de recursos, reuniões de acompanhamento da gestão, junto aos Agentes Executores e Coordenações-Gerais de Monitoramento da Expansão da Geração (CGEs).

Em decorrência da conclusão do Programa e da declaração de universalização do acesso à energia em várias áreas de concessão, em 2016, foram encerradas as atividades dos Comitês Gestores Estaduais do Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional;
- Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária;
- Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis;
- Utilizar as fontes térmicas para a geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica;
- Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema;
- Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão **a todas** capitais brasileiras;
- Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados;
- Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do Sistema;
- Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade

Principais Riscos Identificados

- Possibilidade de atrasos na conclusão das obras monitoradas por parte do empreendedor.

Principais Ações e Resultados do Monitoramento do Setor Energético

Ações

A seguir, estão apresentadas as principais ações desenvolvidas pelo MME, no exercício de 2016, aderentes às suas competências regimentais, em consonância com os referidos objetivos do PPA 2016-2019, acima referenciados, no contexto do Macroprocesso “Monitoramento do Setor Elétrico”:

- **Olimpíadas 2016:** de forma a garantir a segurança do evento e atender os critérios técnicos definidos pelo Comitê Olímpico Internacional – COI para o suprimento de energia elétrica ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, o MME atuou para viabilizar várias obras de expansão da rede de energia elétrica do local. O conjunto de obras incluiu a construção da Subestação Olímpica 138 kV/120 MVA de capacidade instalada, dos Ramais Subterrâneos em 138 kV interligando as Subestações Gardênia e Barra II à SE Olímpica e as ampliações de vãos de saída 138 kV nas Subestações Gardênia e Barra II, obras realizadas com recursos do Governo Federal e perfazendo um investimento total de cerca de R\$ 165 milhões. O MME também atuou para que fossem investidos pelo Governo Federal cerca de R\$ 34,8 milhões em expansões e melhorias das redes de distribuição de energia elétrica para atendimento aos diversos locais onde aconteceram as

competições. Além das obras definitivas de infraestrutura de energia elétrica para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o MME atuou para possibilitar a construção de instalações provisórias para suprir com energia elétrica as atividades de suporte à realização dos jogos no Cluster da Barra da Tijuca e no International Broadcast Centre (IBC), que incluíram obras temporárias, serviços, aluguel de máquinas, equipamentos e materiais, onde foram investidos pelo Governo Federal cerca de R\$ 290 milhões.

• **Monitoramento da expansão:** no ano 2016, o MME deu continuidade aos trabalhos de monitoramento da expansão da oferta de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a assegurar o equilíbrio estrutural entre a oferta e a demanda de energia no país. Nesse sentido, diversas ações foram realizadas, dentre elas as apresentadas a seguir:

- Atuação junto aos empreendedores, aos órgãos licenciadores e intervenientes com o objetivo de remover óbices e melhorar os processos de licenciamento socioambiental de usinas e sistemas de transmissão;
- Início das obras de 147 usinas monitoradas pelo MME, sendo 27 PCH, 4 UTE e 98 UEE,. Destaca-se ainda o início da construção de 17 usinas fotovoltaicas.
- Realização de diversas reuniões com empreendedores do setor de Geração sobre projetos relevantes como a UHE Belo Monte, a UHE Santo Antônio, a UHE Itaipava, a UHE Simplício, as UTEs Acre e Costa Rica, as UTEs Novo Tempo e Rio Grande, a UTE Porto de Sergipe I, a UTE Mauá III e a UTE Pampa Sul.
- Realização de inspeções técnicas às obras dos empreendimentos de geração que contribuíram para melhorar o processo de monitoramento. Foram realizadas visitas técnicas em 4 empreendimentos de geração em construção no País, com objetivo de buscar informações sobre os empreendimentos.
- Monitoramento das ações para o andamento dentro do cronograma das obras da Interligação Belo Monte (LT 800 kV Xingu-Estreito), objetivando garantir a conclusão na data de necessidade sistêmica, ou seja, em fevereiro de 2018. Esse empreendimento é atualmente a principal obra de transmissão no país e contribuirá para o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Belo Monte. Essa ação também tem mostrado efetividade e conta com a participação da ANEEL, ONS e EPE;
- Condução de ações específicas relacionadas à mitigação do impacto do atraso de obras estruturantes, bem como ações emergenciais e conjunturais necessárias em função da não identificação em tempo hábil de condições degradadas de atendimento. Como exemplo, destaca-se o acompanhamento semanal realizado ao longo de 2016 da implantação das obras necessárias ao escoamento da energia gerada pela UHE Teles Pires, o acompanhamento quinzenal das obras necessárias ao escoamento da energia gerada pela UHE Belo Monte, o acompanhamento mensal do andamento das obras de transmissão no sudoeste da Bahia (SE Barreiras e demais obras), a avaliação do suprimento de energia elétrica aos estados do Amazonas, Amapá e de Roraima, a reavaliação da solução para atendimento ao Tramo Oeste do Pará, a indicação de medidas de curto e médio prazo para o atendimento à região do Baixo Araguaia, no Mato Grosso, e ações de curto prazo para reforço no atendimento à Goiânia;
- Realização de várias reuniões com diversos empreendedores relacionados ao sistema de transmissão, sendo dado enfoque para 18 empreendimentos considerados prioritários para o Sistema Elétrico Brasileiro. A sistemática para monitoramento de novos empreendimentos leiloados resulta em realização de reuniões com os empreendedores logo após a assinatura do contrato de concessão;
- Realização de visitas técnicas às obras dos empreendimentos de transmissão, que também contribuíram para um monitoramento mais eficaz do DMSE. Foram realizadas, no ano de 2016, seis visitas técnicas em obras de transmissão com o objetivo de melhor avaliar o seu

andamento e contribuir para a efetiva entrada em operação na data prevista. Os empreendimentos de transmissão visitados foram os seguintes: LT Restinga – Viamão; SE Barreiras II; LT Mascarenhas – Linhares; SE Brasília Leste; SE Nova Iguaçu e LT Marimbondo – Assis.

• **Desempenho do Sistema:** as atividades de monitoramento do desempenho do sistema elétrico nacional foram desenvolvidas com o intuito de garantir o suprimento de energia elétrica no país em níveis adequados de qualidade, confiabilidade e continuidade. Dentre as ações realizadas ao longo de 2016, algumas são destacadas a seguir:

- Continuação das atividades dos Grupos de Trabalho criados anteriormente à 2016 e dos quais o Ministério participa, a exemplo do ‘GT Olimpíadas 2016’ e do GT ‘Regulamentação e Procedimentos de Distribuição’. Destaca-se a finalização em 2016 das atividades do GT ‘Olimpíadas 2016’, após a realização bem-sucedida dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, ocorridos no país entre os meses de agosto e setembro.
- Participação no GT ‘Avaliação do Processo dos Leilões de Transmissão’, criado em 2015, em atendimento à deliberação do CMSE, com o objetivo de revisar o processo de leilões de transmissão, visando estabelecer ações para garantir a implantação das obras dentro dos prazos estabelecidos nos contratos de concessão;
- Participação no GT ‘Governança dos Modelos Computacionais’, criado no âmbito da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP) com a finalidade inicial de se avaliar a necessidade de emissão de regulamento específico para consolidar as competências das instituições envolvidas no processo de alteração de dados de entrada, de parâmetros e de metodologias referentes à cadeia de modelos computacionais utilizadas pelo setor elétrico. Como resultado, e após consolidação das contribuições recebidas no âmbito da Consulta Pública nº 22/2016, o GT encaminhou ao CNPE uma proposta de Resolução dispondo sobre o tema. Este Grupo é coordenado pela Secretaria Executiva do MME e conta com a participação da ANEEL, da CCEE, da EPE e do ONS.
- Participação no GT ‘Questões Metodológicas Associadas aos Modelos Computacionais para a Expansão e Operação do Setor Elétrico Brasileiro’ (GT7) da CPAMP, que avaliou em 2016, dentre outros temas, a redefinição dos parâmetros de aversão a risco nos modelos computacionais para operação, formação de preço, expansão e cálculo de garantia física. Conforme decisão da CPAMP, a previsão é de que os novos parâmetros serão adotados a partir de maio de 2017.
- Participação nos Comitês das Bacias do rio São Francisco, Paraguai, Grande e Paranaíba, no Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), nas Câmaras Técnicas do Conselho Nacional, Recursos Hídricos (CNRH), no CNRH e no Grupo de acompanhamento da operação dos reservatórios do rio São Francisco, que tem se reunido semanalmente e cujas reuniões são coordenadas pela ANA.
- Condução de ações específicas relacionadas à mitigação do impacto do atraso de obras estruturantes, bem como ações emergenciais e conjunturais necessárias em função da não identificação em tempo hábil de condições degradadas de atendimento. Como exemplo, destaca-se o acompanhamento semanal realizado em 2015 até o primeiro semestre de 2016 da implantação das obras necessárias ao escoamento da energia gerada pela UHE Teles Pires, a avaliação do suprimento de energia elétrica aos estados do Amazonas, Amapá e de Roraima e a avaliação do atendimento ao Tramo Oeste do Pará.
- Atuação junto às concessionárias de transmissão de energia elétrica com o objetivo de reduzir o número de ocorrências, em especial as que implicam em corte de carga. Nesse sentido, a

SEE participou das análises, coordenadas pelo ONS, de diversas ocorrências, tendo efetuado reuniões de forma a definir ações, quando necessárias, para mitigação dos efeitos e eliminação das causas que resultaram nos desligamentos;

Resultados referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Em 2016, foram emitidos 12 Boletins Mensais de Monitoramento do Sistema Elétrico, 9 Informativos de Acompanhamento das Perturbações Relevantes do Sistema Interligado Nacional – SIN, 26 Boletins Semanais de Monitoramento da Geração Térmica e 203 Boletins Diários de Monitoramento do Sistema Elétrico.
- Foram incorporados 9.526,38 MW de capacidade de geração de energia elétrica (5.204,69 MW de fonte hidráulica, 1.757,58 MW de fonte térmica e 2.564,11 MW de fonte eólica). Dos empreendimentos que entraram em operação em 2016, destacam-se: a expansão de 2.564,11 MW de usinas eólicas; a conclusão da UHE Jirau, com 3.750 MW, que teve a entrada de 975 MW no ano; a entrada em operação comercial de 1.988,73 MW do total de 11.233,08 MW da usina UHE Belo Monte e de 652,21 MW dos 3.568 MW da usina UHE Santo Antônio, fechando o ano 2016 com 3.150 MW liberados para operação comercial; e a UHE Teles Pires, que teve três unidades geradoras entrando em operação comercial no ano, com 1.092 MW. Adicionalmente, destacam-se a conclusão UTE Maranhão III, com a entrada em operação de três unidades geradoras totalizando 518,8 MW, e a conclusão da UHE Cachoeira Caldeirão, com 219 MW de capacidade instalada.
- O total da expansão da infra estrutura de transmissão de energia elétrica, em termos de linhas e capacidade de transformação, foi de 5.688 km de linhas e 11.491 MVA de capacidade de transformação;
- Na Rede Básica foram concluídas 66 novas linhas de transmissão, destacando-se a LT 500 kV Cláudia – Ribeirãozinho, circuitos 1 e 2, a LT 500 kV Ribeirãozinho – Marimbondó, com aproximadamente 2.200 km de extensão no total, e também a LT 500 kV Marimbondó – Assis, com aproximadamente 300 km de extensão, permitindo assim o completo escoamento da energia gerada pela Usina Teles Pires;
- Em relação às subestações na rede básica, foram realizadas 67 obras de ampliações e novas instalações, destacando-se três obras: entrada em operação de 2 autotransformadores 500/138 kV na SE João Câmara III, no Rio Grande do Norte, com capacidade total de transformação de 900 MVA; entrada em operação de um transformador 500/345 kV na SE Samambaia, no Distrito Federal, com capacidade total de transformação de 1.050 MVA; e entrada em operação de 3 transformadores 230/69 kV na SE Miramar, no estado do Pará, com a capacidade total de transformação de 450 MVA;
- O MME, objetivando evitar atrasos, realiza inspeções técnicas nas obras e reuniões com empreendedores para a identificação e solução de dificuldades que possam impactar os cronogramas. Foram realizadas duas salas de situação com os órgãos IBAMA, Funai, ICMBio, IPHAN e outros, para análise e encaminhamento de soluções aos problemas de licenciamento ambiental. Em dezembro de 2016, o atraso de usinas em relação ao compromisso de leilão era de 10,2%, ou seja, da potência total dos leilões de 42.835 MW, 4.405 MW estavam atrasados e 16% dos empreendimentos de transmissão, totalizando 4.458 km de linhas com atraso superior a 12 meses, sendo o atraso médio total de cerca de 15 meses;
- Ainda no final de 2016, a energia armazenada no subsistema Sudeste/Centro-Oeste atingiu 33,7% EAR_{máx}, valor 3,9 pontos percentuais (p.p.) superior ao verificado no final de dezembro de 2015 (29,8 %EAR_{máx}), e 1,4 p.p. superior ao armazenamento no mesmo mês de 2001 (32,3 %EAR_{máx}). O subsistema Sul atingiu 60,3 % EAR_{máx}, valor cerca de 38,1 p.p. inferiores ao armazenamento do final do mês de dezembro de 2015 (98,4 % EAR_{máx}). O subsistema Nordeste atingiu 16,5 % EAR_{máx}, valor 11,3 p.p. superior ao verificado ao final de dezembro de 2015 (5,2% EAR_{máx}) e 2,4 p.p. superior ao armazenamento no mesmo mês de 2001 (14,1 % EAR_{máx}). O subsistema Norte

atingiu 18,9% EAR_{máx}, valor cerca de 3,5 p.p. superior ao armazenamento do final de dezembro de 2015 (15,4 % EAR_{máx}); e

- Com relação aos principais reservatórios do SIN, destacam-se as variações percentuais de energia armazenada entre dezembro de 2016 e dezembro de 2015 nos reservatórios da UHE Capivara (-36,9 % do volume útil), atingindo 57,4% v.u., da UHE Três Marias (+17,9% v.u.), atingindo 24,9% v.u. e da UHE Furnas (+16,3% v.u.), atingindo 46,8% v.u. ao final de dezembro de 2016. Além disso, o volume do reservatório da UHE Ilha Solteira, que estava em 0% v.u. ao final de dezembro de 2015, fechou o ano 2016 com 55,7% v.u.

Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico

Em 2016, não houve blecaute no Sistema Interligado Nacional – SIN envolvendo um subsistema em sua totalidade. Além disso, em termos de quantidade de ocorrências com corte de carga igual ou superior a 100 MW por mais de 10 minutos, houve redução dos casos registrados entre 2015 e 2016, passando de 81 para 74, respectivamente. Em termos do montante de carga interrompida, o número passou de 27.068 MW em 2015 para 33.539 MW em 2016, sobretudo devido a três desligamentos com corte de carga acima de 1000 MW nos meses de agosto e outubro de 2016.

Em relação ao sistema Boa Vista, única capital ainda não integrada ao SIN, houve um total de 36 blecautes no ano de 2016, sendo 85 % com origem na Interligação Brasil – Venezuela.

A LT Manaus/Boavista passa em terras indígenas. O Licenciamento Ambiental está com dificuldades a ponto de a Transnorte Energia, empresa concessionária da LT tentar a extinção do Contrato de Concessão nº003/2012. A ANEEL por meio do Despacho nº 3265/2016, decidiu acolher o pedido da concessionária no sentido da extinção do Contrato, encaminhando o processo ao MME com a recomendação dessa extinção. Posteriormente, em reunião na Casa Civil foi criado o GT Roraima para cuidar do problema e foram encaminhadas ações para a continuidade do processo de licenciamento.

Garantia de Atendimento

O CMSE avalia permanentemente as condições de abastecimento e o atendimento ao mercado de energia elétrica do País, definindo as diretrizes e providências necessárias. Em junho de 2016, em função da evolução do cenário hidro energético verificado, o Comitê deliberou pelo desligamento das usinas térmicas que vinham sendo programadas a gerar fora da ordem de mérito por garantia de suprimento energético nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul. Já nos demais subsistemas, em função da permanência do cenário hidrológico extremamente desfavorável nas regiões Nordeste e Norte, tomou-se a decisão de que o despacho térmico por garantia de suprimento energético nessas regiões poderia ser mantido, e seu montante definido em função da produção eólica na região Nordeste e da evolução do armazenamento do reservatório da UHE Tucuruí.

Esta situação permaneceu durante todo o ano, tendo sido verificado entre junho e dezembro de 2016 um despacho térmico médio fora da ordem de mérito por garantia de suprimento energético da ordem de 1.260 MW/médios. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, a geração por essa razão de despacho foi reduzida em 72%. Como consequência, houve redução expressiva nos encargos setoriais.

Ressalta-se que o sistema elétrico brasileiro se manteve estruturalmente equilibrado devido à capacidade de geração e transmissão instalada, que está continuamente sendo ampliada com a entrada em operação de usinas de fontes diversas, linhas de transmissão e subestações, garantindo, desta forma, a segurança no atendimento e na oferta de energia elétrica com a qualidade e confiabilidade requerida.

Até 31 de dezembro de 2016, a capacidade instalada de geração de energia elétrica brasileira atingiu a marca de 150,38 GW. Desse total, a matriz de geração de energia elétrica brasileira é composta 64,5% por empreendimentos hidrelétricos, 28,8% de fontes térmicas, 6,7% de usinas eólicas

e 0,02% solar. As fontes renováveis representam atualmente cerca de 80% da capacidade instalada de geração de energia elétrica brasileira (Hidráulica + Biomassa + Eólica + solar), enquanto que, em termos mundiais, há uma participação de aproximadamente 24% de fontes renováveis na matriz elétrica (Resenha Energética Brasileira, edição de junho de 2015).

Em relação à fonte eólica, houve crescimento anual de 32% de sua capacidade instalada, tendo havido expansão de 2.564 MW, considerando usinas que comercializam energia nos ambientes de contratação livre e regulado (ACL e ACR, respectivamente). Foi verificada geração recorde, devido à entrada de novos empreendimentos e às condições favoráveis de vento. Em relação à fonte solar fotovoltaica, a expectativa é que haja a implantação de empreendimentos do ACR que somam mais de 2.600 MW de capacidade instalada, contribuindo para a diversificação da matriz de geração de energia elétrica brasileira e para a continuidade do Brasil como país referência em fontes renováveis no mundo.

Adicionalmente ao montante de capacidade instalada da geração fiscalizada, em dezembro de 2016 havia cerca de 72,2 MW referentes a empreendimentos de mini e micro geração distribuída, com destaque para a participação da fonte solar fotovoltaica (78,5%) e térmica (15,2%), segundo informações do site da ANEEL.

Além disso, em relação à transmissão, em 31 de dezembro de 2016, o sistema elétrico brasileiro atingiu aproximadamente 134,5 mil km de linhas de transmissão, com tensão maior ou igual a 230 kV, e cerca de 330 GVA de capacidade de transformação instalada nas subestações da rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Em 2016 entraram em operação 5.688 km novas linhas de transmissão.

A grande expansão das linhas de transmissão nos últimos anos trouxe o benefício de conectar ao SIN os sistemas elétricos das capitais de Estados da Federação que ainda eram isoladas eletricamente, além de conectar ao SIN as novas usinas e subestações. Atualmente, a única capital brasileira que ainda permanece eletricamente isolada do restante do país é Boa Vista (Roraima), cujo abastecimento é realizado por meio do recebimento de energia advinda da Venezuela, e também com geração térmica local.

A integração eletro energética com os países vizinhos vêm sendo ampliada nos últimos anos e novos projetos estão em desenvolvimento e implantação. Nesse sentido, destaca-se que, em 2016, foram concluídos os testes e os últimos acordos para a operação comercial da interligação em 500 kV entre o Brasil e o Uruguai. A interligação é composta por uma linha de transmissão de 500 kV entre San Carlos (Uruguai) e Candiota (Brasil) e por uma conversora de frequência instalada em San Carlos. Este novo sistema amplia a capacidade de interligação do sistema elétrico entre os dois países e viabiliza intercâmbios de até 500 MW, trazendo importantes ganhos energéticos para o Brasil e o Uruguai.

Em relação à Argentina, foi assinado em maio de 2016 novo Memorando de Entendimentos com o país, documento que trata, dentre outros aspectos, de intercâmbios de energia elétrica interruptíveis e da operacionalização de forma excepcional e temporária da UTE Uruguaiana. Como resultado, entre julho e agosto de 2016, houve fluxo de energia elétrica do Brasil para a Argentina dentro das modalidades estabelecidas no Memorando, mediante utilização de usinas térmicas não despachadas para atender o mercado brasileiro.

Já em relação à Venezuela, destaca-se o aumento do fluxo de energia verificado na interligação com o Brasil da ordem de 15% em relação ao verificado em 2015.

Assim, o desafio para os próximos anos é avançar em modelos de intercâmbio de energia com os países vizinhos, buscando maximizar os benefícios e as complementariedades energéticas entre os países sul-americanos.

Em relação ao consumo de energia elétrica, observou-se decréscimo de cerca de 1% entre o acumulado no período de janeiro a outubro de 2016 em comparação ao ano anterior. Este comportamento foi impulsionado, dentre outros motivos, pela permanência e agravamento do cenário

econômico recessivo, observado já no ano anterior.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO - SPE

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

- Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Principais Riscos Identificados

- Descontinuidade do planejamento energético e enfraquecimento do arranjo institucional do planejamento;
- Desvios estruturais e conjunturais do planejamento energético;
- Desvio na conformação das premissas de planejamento energético.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor

Principais Riscos Identificados

- Se não for assegurada a formulação de agendas e temas da política energética, podem ser geradas deficiências no planejamento

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Estimular o uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo;
- Promover o uso racional de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis por meio de medidas de incentivo à eficiência energética

Principais Riscos Identificados

- Descontinuidade do aporte de recursos para o CPMPET;
- Custos elevados na troca por tecnologias mais eficientes;
- Concentração dos investimentos na extração do petróleo na área do pré-sal;
- Desvios na conformação das premissas de planejamento energético;
- Contingenciamento orçamentário inviabilizando a celebração de novos convênios para o desenvolvimento de estudos de inovação no setor de energia elétrica; e
- Não realização das pesquisas por parte do conveniente.

SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS MINERAL E BICOMBUSTÍVEIS - SPG

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Planejamento Energético

- Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas;
- Planejar e expandir a infraestrutura de transporte e o mercado de gás natural, tendo por base o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Duto viário de Gás Natural – PEMAT.
- Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na

proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Principais Riscos Identificados

- Falta de conhecimento das Bacias Sedimentares para seleção de áreas a serem ofertadas em rodadas de licitações;
- Baixa sinergia entre empresas concessionárias e fornecedores de bens e serviços visando ao melhor aproveitamento dos recursos petrolíferos da União;
- Instabilidade no abastecimento de gás natural devido à significativa redução da atuação da Petrobras, que possui atualmente participação relevante em todos os segmentos
- Oferta dos principais insumos para a produção de biocombustíveis - soja e cana de açúcar - serem inferiores à demanda requerida pelo setor de biocombustíveis;
- Riscos de desabastecimento de biodiesel e etanol no período de entressafra de soja e cana-de-açúcar respectivamente;
- Queda de produtividade da safra de cana-de-açúcar devido a não renovação do canavial; e
- Falta de investimentos para modernização, ampliação ou manutenção da infraestrutura do setor de combustíveis.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Gestão da Política Energética

- Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional;
- Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local;
- Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização, e
- Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Principais Riscos Identificados

- O não atendimento à produção de biocombustíveis pode comprometer o atendimento à lei que determina a adição obrigatória de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel, respectivamente;
- Comprometimento ao cumprimento de metas de redução de emissões de CO₂ assumida pelo Brasil em compromissos internacionais;
- O não aprimoramento da gestão dos recursos implica em risco de decisões intempestivas ou em desacordo com as políticas públicas ou com as estratégias de governo;
- Dificuldade de inserção de pequenos produtores rurais e agricultores familiares no mercado produtor de biodiesel, principalmente os produtores situados nas regiões Norte e Nordeste;
- Diminuição das condições de competitividade de pequenas e médias usinas na cadeia produtiva do biodiesel;
- Inadequada infraestrutura para atendimento da demanda de combustíveis, visando garantia do abastecimento do mercado;
- Condução da Política Energética para as atividades de E&P em dissonância com as diretrizes governamentais e as necessidades de mercado;
- Paralisação de projetos contratados até que sejam estabelecidas regras claras para os acordos de individualização de produção (AIP);
- Enfraquecimento da cadeia de fornecedores de bens e serviços da indústria petrolífera nacional
- Perda de investimentos de empresas de pequeno e médio porte no setor, e
- Insegurança econômica e jurídica aos concessionários por conta de entraves no licenciamento ambiental das áreas licitadas.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Monitoramento do Setor Energético

- Não existem objetivos definidos no PPA no âmbito do Monitoramento Energético que sejam de responsabilidade da Secretaria finalística

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia

- Não existem objetivos definidos no PPA no âmbito do Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia que sejam de responsabilidade da Secretaria finalística.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL - SGM

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Planejamento Mineral

- Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.

Principais Riscos Identificados

- Descontinuidade de políticas públicas
- Insuficiência de recursos para realização de ações de extensionismo mineral.

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Gestão de Política Mineral e Monitoramento do Setor Mineral

- Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor.

Principais Riscos Identificados

- Não implementar aperfeiçoamentos e ajustes na legislação;
- Revisão incompleta ou insuficiente do Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM 2030;
- Descontinuidade de políticas públicas;
- Não desenvolver ou desenvolver de forma insuficiente estudos para subsidiar e aprimorar planos e políticas na mineração;
- Não elaboração do Plano Nacional de Mitigação do Uso do Mercúrio na Mineração de Ouro em Pequena Escala no horizonte previsto (2016-2019);
- Exposição negativa da instituição frente aos mineradores artesanais;
- Aumento da informalidade no setor mineral
- Não internalização das variáveis socioambientais pelos empreendedores do setor mineral

Objetivos (PPA) e riscos referentes ao Macroprocesso Fomento e Pesquisa para a Produção Mineral Eficiente

- Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral.

Principais Riscos Identificados

- Não concluir estudos e pesquisas necessários à elaboração dos programas para desenvolvimento integrado das cadeias produtivas de agrominerais e de terras raras.

2.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O MME, dando continuidade às iniciativas para o desenvolvimento e implantação do Planejamento Estratégico Institucional, em 23/11/2016, celebrou o Contrato nº 004/2016 entre a Secretaria Executiva e a empresa de consultoria formada pelo Consórcio STENBEIS – SIBE & STRATEC.

O evento de lançamento do projeto foi realizado dia 28/11/2016, às 16 horas no Auditório do Ministério de Minas e Energia e contou com a participação da maioria dos servidores, das principais lideranças do MME e da Diretoria do Consórcio.

O contrato de serviço de consultoria está inserido no Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral –Projeto META e foi assinado pelo Secretário Executivo do MME, Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa e Sr. Marcos Vinicius Dourado Lenza, pelo Consórcio.

O preço global do contrato é de R\$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais), incluídas todas as despesas relativas aos tributos e encargos sociais aplicáveis.

O contrato especifica todas as demais condições de acompanhamento da implantação do projeto.

A Portaria original de criação da Comissão Técnica de Planejamento Estratégico – CTPE (Port. nº 22, de 12/12/2013), foi atualizada pela Portaria nº 110 de 07/11/2016.

A 1ª reunião entre a CTPE e a Consultora, aconteceu em 17/11/2016 e até o dia 02/01/2017, já foram realizadas 05 reuniões técnicas entre as equipes e 02 cursos de curta duração (“ Entendendo a Gestão Estratégica” e Oficina SWOT/PESTAL).

Foi aprovado o 1º trabalho pelo CTPE, denominado “SDP nº 01/2016 – Plano de Trabalho”, dentre os 12 trabalhos que constam do Termo de Referência MME nº 43,

Atualmente, (período de 09 a 13 de janeiro 2017) estão sendo realizadas entrevistas com a alta administração do MME.

Espera-se, em resumo, que a implantação do Planejamento Estratégico no MME atinja os seguintes resultados:

- a) Sistematização do processo decisório;
- b) Maior capacidade de planejamento e alcance dos resultados;
- c) Decisão baseadas na corporação, como um todo;
- d) Melhor capacidade de Planejamento e Alocação de recursos;
- e) Acesso mais rápido à informação de maior qualidade;
- f) Priorização mais realista do trabalho (foco estratégico)

Um importante passo foi dado no sentido da transformação da cultura organizacional do MME, na busca por uma administração pública mais eficiente e profissional.

O encerramento do contrato está previsto para a data de 30 de junho de 2017.

O horizonte temporal dessa primeira etapa inicia-se logo após o encerramento do contrato e vai até dezembro de 2019.

2.4. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Para melhor explanação do assunto no âmbito do MME optou-se por apresentar as competências de cada Secretaria referentes a cada Macroprocesso, definidas pelo Decreto nº 8871, de 06 de outubro de 2016.

2.5. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

• **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE**

O MME como formulador de políticas públicas, bem como indutor e supervisor da implantação das políticas relativas à energia tem como seu principal instrumento de monitoramento e avaliação dos resultados, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

O CMSE em sua competência legal monitora de forma permanente as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia no País, assegurando o equilíbrio entre oferta e a demanda, acompanhando as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitando a formulação de política tarifária.

O CMSE é presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e conta com quatro representantes do MME, representantes da Agência de Energia Elétrica – ANEEL, Agência Nacional de Petróleo – ANP, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Empresa de Pesquisa Energética – EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Dentre suas atribuições destacam-se:

- Acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados.
- Avaliar as condições de abastecimento e de atendimento, relativamente àquelas atividades.
- Analisar periodicamente a segurança de abastecimento e atendimento no mercado de energia elétrica, de gás natural e petróleo e seus derivados, entre outras atribuições.
- O CMSE se reúne uma vez por mês em reuniões ordinárias. Nessas reuniões são tratados diversos assuntos, tais como:
 - Acompanhamento das obras para suprimento de energia;
 - Monitoramento da expansão da geração e transmissão;
 - Apresentação da evolução dos empreendimentos de transmissão / Leilões;
 - Avaliação das condições de atendimento eletromagnéticos do SIN;
 - Acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia.
 - Gestão de contratos de Concessão Geração e Transmissão, dentre outros.

A partir dessas reuniões mensais, são então, emitidas deliberações do CMSE abrangendo providências aos órgãos participantes, com enfoque nos assuntos supramencionados.

• **Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia**

O Gabinete do Ministro, por sua vez, monitora as ações mais estratégicas e prioritárias no âmbito do MME.

Entre outras ações destacam-se as ações de acompanhamento dos níveis dos reservatórios, de leilões, de ampliação da capacidade de geração e de transporte de energia elétrica e de produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

- **Secretaria Executiva**

Faz a coordenação/supervisão de todos os assuntos das Secretarias Finalísticas e, além disso, coordena os seguintes temas:

- Proposta de Orçamento de Investimento e suplementação orçamentária as empresas estatais;
- PPA entregue, monitorado e avaliado;
- Proposta consolidada do Programa de Dispendios Globais das Empresas Estatais – PDG e suas reprogramações;
- Demandas atendidas das empresas estatais, relatórios consolidados – Mensagem Presidencial, Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR, Relatório de Gestão;
- Monitora o desenvolvimento do Contrato de Gestão celebrado entre MME e ANEEL, acompanhando a evolução de metas e resultados.
- Consolida e monitora os Planos de Providências Permanente – PPP, geradas nas Auditorias da CGU;
- Acompanha o desenvolvimento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no âmbito do MME;
- Monitora a liberação das Licenças Ambientais das obras do Setor Elétrico; e
- Monitora as demandas do TCU ao MME, os respectivos prazos definidos nos Acórdãos e consolida os textos e encaminha as respostas ao TCU.

A Secretaria Executiva realiza a gestão de três Projetos: Projeto de Cooperação Técnica “Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica”, PCT/BRA/IICA – ABC/12/001; “Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META”, objeto do Acordo de Empréstimo 8.095 – BR, firmado com o Banco Mundial; e Acordo Marco de Cooperação, firmado entre o MME e a Corporação Andina de Fomento – CAF.

Com relação ao Monitoramento dos projetos acima elencados, a Secretaria Executiva utiliza o Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos – SIGAP, o qual é alimentado com envio de dados mensal. Além disto, o IICA, cujas atividades foram encerradas no primeiro semestre de 2016, enviava mensalmente, a Prestação de Contas, para análise e aprovação da SEDP/SE/MME.

- **Secretaria de Energia Elétrica - SEE**

Em relação ao monitoramento das ações de energia elétrica, a SEE, agrupa as competências relacionadas com a área de segurança do suprimento de energia elétrica e monitora as atividades de expansão da geração, transmissão e desempenho do sistema elétrico brasileiro, inclusive as relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo a base de apoio técnico e operacional para o funcionamento do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

- **Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – SPG**

O monitoramento dos setores de petróleo, gás natural e de biocombustíveis é realizado pelo acompanhamento da evolução dos principais indicadores dos setores, os quais são sistematizados e publicados na forma de boletins mensais. Esses boletins também são utilizados nas atividades de planejamento do setor com vistas à segurança energética.

São utilizados dados da ANP para a geração desses boletins que servem também para as atividades relacionadas ao monitoramento setorial. Tais informações são usadas na atualização, do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Além disso, a Secretaria monitora os resultados da indústria de gás natural, objetivando contribuir para a garantia do suprimento energético ao País. Suas análises contemplam as condições e a evolução do abastecimento de gás natural, a sua competitividade em relação aos energéticos substitutos, os preços do gás importado, incluindo do gás natural liquefeito – GNL, a incidência de tributos, o

aproveitamento das reservas de gás natural, entre outras atividades.

No âmbito dos biocombustíveis, a SPG articula-se com diversos órgãos e entidades governamentais, além de agentes de mercado. Entre os fóruns, destacam-se a condução da Mesa de Abastecimento do Etanol, Mesa de Abastecimento do Biodiesel, participação em câmaras setoriais de etanol, de biodiesel e de palma de óleo, assim como a participação na Comissão Executiva Interministerial - CEIB, entre outras.

Participa também em congressos e fóruns setoriais, bem como em audiências no Congresso Nacional. A SPG monitora os leilões de biodiesel em conjunto com a ANP e acompanha a tramitação de projetos de lei relativos ao setor.

O Monitoramento do Setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis gera as seguintes informações:

- Boletins Semanal e Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural;
- Informativo Mensal de Acompanhamento da Geração Termelétrica a Gás Natural;
- Boletim Mensal de Biocombustíveis;
- Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo; e
- Relatório Anual de Reservas Estratégicas de Petróleo e Estoques Operacionais de Combustíveis (SINEC).

- **Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM**

A SGM monitora e acompanha a execução de atividades vinculadas aos objetivos e metas do PPA. Este processo de monitoramento e acompanhamento se dá por intermédio do gerenciamento de todos os atos normativos, especialmente os que tratam do monitoramento de avaliação de objetivos, metas e recomendações dos órgãos de controle.

Em concordância com a legislação aplicável, a SGM dedica especial atenção ao acompanhamento de Termos de Execução Descentralizada, desde as tratativas iniciais para a implementação da transferência voluntária até a prestação de contas do processo como um todo. Esse processo é realizado por meio de “Check List” e de análises técnicas e financeiras das prestações de contas dos convênios.

Outros instrumentos de monitoramento são os relatórios trimestrais das ações que suportam os objetivos, as metas e os macroprocessos finalísticos da Secretaria. Estes relatórios trimestrais visam prestar contas às instâncias de planejamento e controle interno/externo ao MME.

- **Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA**

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), que integra a estrutura da Secretaria-Executiva, exerce, por meio das unidades administrativas que compõem sua estrutura organizacional, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, e de Organização e Inovação Institucional (SIORG). Compete à SPOA coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas aos referidos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.

Nesse contexto, incumbe à Subsecretaria orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do MME e de suas entidades vinculadas, que integram o orçamento fiscal e o da seguridade social, bem como desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério.

Como núcleo de suas atribuições regimentais, a SPOA tem a finalidade de prover os órgãos do MME dos meios administrativos (recursos humanos, logísticos, orçamentários e financeiros, materiais

e tecnologia da informação) necessários à gestão de ações, projetos e programas, assegurando a manutenção e o funcionamento do Ministério, com vistas ao efetivo cumprimento da missão desta Instituição.

2.6. Desempenho Orçamentário

Em 2016, houve redução no valor empenhado no Grupo de Natureza de Despesa - GND 3 – Outras Despesas Correntes de R\$ 1,0 bilhão (-91%) em relação ao empenhado em 2015. Também houve redução no GND 4 – Investimentos em 2016, no montante de R\$ 18,5 milhões (-69%) em relação a 2015.

Houve aumento quanto ao GND 5 - Inversões Financeiras, correspondente à Participação da União no Capital da Eletrobrás (ação 0EB2 – “PUC Eletrobrás”), no valor empenhado de R\$ 2,9 bilhões.

O orçamento do Ministério de Minas e Energia, no exercício de 2016, assim como o dos demais órgãos do Poder Executivo Federal, foi submetido a quatro contingenciamentos, por meio do Decreto nº 8.640, de 18 de janeiro de 2016, Decreto nº 8.676, de 19 de fevereiro de 2016 e Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016 e o Decreto nº 8.784, de 7 de junho de 2016

O Decreto nº 8.640, de 18 de janeiro de 2016, definiu um contingenciamento de 5%, em relação às dotações aprovadas na Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2016) para as Demais Despesas Discricionárias (não considerando o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os Benefícios ao Servidor e a ação da PUC Eletrobrás).

Em seguida, o Decreto nº 8.676, de 19 de fevereiro de 2016 determinou uma limitação de 14% das dotações aprovadas na LOA 2016, para as Demais Despesas Discricionárias, excluindo as despesas do PAC, Benefícios ao Servidor e PUC Eletrobrás).

Ainda, o Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016, estabeleceu, para as Demais Despesas Discricionárias (não considerando despesas do PAC, Benefícios ao Servidor e da PUC Eletrobrás), um contingenciamento de cerca de 58% em relação às dotações aprovadas na LOA 2016 e em relação às dotações previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2015.

Posteriormente, o Decreto nº 8.784, de 7 de junho de 2016, que alterou o Decreto anterior, apresentou um descontingenciamento orçamentário, estabelecendo, para o MME, um limite de movimentação e empenho equivalente a 99,8% das dotações autorizadas na LOA 2016 (LOA + créditos adicionais), novamente considerando apenas as Demais Despesas Discricionárias sem considerar PAC, Benefícios e PUC Eletrobrás.

ORÇAMENTO MME 2016 - DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (Exclui PAC e Benefícios)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLQA 2016	LOA + Créditos	LIMITE DE EMPENHO	EMPENHADO	EMP/LIM (%)
32.101 -MME	117.864.495	4.525.289.919	4.417.121.314	3.009.345.191	68,1%
Outras Despesas Correntes	95.958.159	97.310.320		90.640.532	
Investimentos	18.768.881	19.455.697		9.387.204	
Inversões Financeiras	3.137.455	4.408.523.902		2.909.317.455	
32.202 - CPRM	104.350.368	90.864.709	90.714.596	71.262.588	78,6%
Outras Despesas Correntes	95.220.838	85.880.319		67.944.173	
Investimentos	9.129.530	4.984.390		3.318.414	
Inversões Financeiras					
32.263 - DNPM	53.655.976	53.637.862	53.549.249	52.067.165	97,2%
Outras Despesas Correntes	49.565.976	47.897.862		46.380.838	
Investimentos	4.090.000	5.740.000		5.686.328	
Inversões Financeiras					
32.265 - ANP	181.168.436	181.037.167	180.738.084	176.880.037	97,9%
Outras Despesas Correntes	175.868.436	170.355.823		169.786.683	
Investimentos	5.300.000	10.681.344		7.093.355	
Inversões Financeiras	0	0		0	
32.266 - ANEEL	100.809.397	117.571.231	119.976.267	110.622.585	92,2%
Outras Despesas Correntes	86.976.130	86.026.021		81.262.624	
Investimentos	13.833.267	31.545.210		29.359.961	
Inversões Financeiras					
32.314 - EPE	20.948.921	19.104.664	19.073.102	18.690.913	98,0%
Outras Despesas Correntes	20.348.921	18.712.433		18.299.636	
Investimentos	600.000	392.231		391.277	
Inversões Financeiras					
TOTAL MME	578.797.593	4.987.505.552	4.881.172.612	3.438.868.479	70,5%
MME CONSOLIDADO	578.797.593	4.987.505.552	4.881.172.612	3.438.868.479	70,5%
<i>Outras Despesas Correntes</i>	<i>523.938.460</i>	<i>506.182.778</i>		<i>474.314.486</i>	
<i>Investimentos</i>	<i>51.721.678</i>	<i>72.798.872</i>		<i>55.236.538</i>	
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>3.137.455</i>	<i>4.408.523.902</i>		<i>2.909.317.455</i>	

Fonte: LOA 2016 e SIAFI (até 31/12/2016)

Ao longo do exercício, a SPOA acompanhou a execução orçamentária e financeira das Unidades que compõem o MME (Administração Direta e Indireta) e efetuou os remanejamentos internos de limites necessários para a otimização da execução do órgão como um todo.

No que se refere especificamente à Administração Direta do MME, a posição final dos limites de empenho e dos valores empenhados, por Unidade Gestora, é a constante do quadro abaixo, cabendo ressaltar que a rubrica Inversões Financeiras, a cargo da SECEX, corresponde à Participação da União no Capital da Eletrobrás, com uma realização de 67,6%.

O restante das Despesas Discricionárias apresentou uma realização de 86%.

ORÇAMENTO MME 2016 - DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (Exclui PAC e Benefícios)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 32101 - DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLOA 2016	LOA 2016	LIMITE DE EMPENHO	EMPENHADO	EMP/LIM (%)
SEE	2.356.520	1.732.993	2.162.475	230.164	10,6%
Outras Despesas Correntes	1.762.210	1.409.780		230.164	
Investimentos	594.310	323.213		0	
SGM	1.092.386	873.986	1.090.581	390.344	35,8%
Outras Despesas Correntes	1.092.386	873.986		390.344	
SPE	568.531	4.909.461	4.974.929	245.542	4,9%
Outras Despesas Correntes	568.531	494.831		245.542	
Investimentos	0	4.414.630		0	
SPG	47.566.841	49.515.718	49.449.114	48.794.901	98,7%
Outras Despesas Correntes	44.429.386	46.378.263		45.657.446	
Invesrsões Financeiras	3.137.455	3.137.455		3.137.455	
PROJETO META	26.771.601	18.771.601	21.735.633	16.106.491	74,1%
Outras Despesas Correntes	13.329.530	14.074.497		14.020.807	
Investimentos	13.442.071	4.697.104		2.085.685	
SECEX	0	4.405.386.447	4.300.000.000	2.906.180.000	67,6%
Invesrsões Financeiras	0	4.405.386.447		2.906.180.000	
SPOA	39.508.616	44.099.713	37.708.582	37.397.749	99,2%
Outras Despesas Correntes	34.776.116	34.078.963		30.096.230	
Investimentos	4.732.500	10.020.750		7.301.519	
TOTAL MME	117.864.495	4.525.289.919	4.417.121.314	3.009.345.191	68,1%

Fonte: LOA 2016 e SIAFI (até 31/12/2016)

2.7. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.

OBJETIVOS PPA - SPE

Quadro 2: Objetivo 0034 (PPA) – SPE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor					
Código		Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica			Código	2033	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada em 2016	c)Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
I	Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para 4 novas usinas nucleares	UN	4	0	0	0
II	Realizar Leilões para Expansão da Transmissão em 34.000km	KM	34000	9.528	9.528	28%
III	Realizar Leilões para expansão da geração em 28.700 MW	MW	28700	709,09	709,09	2,5%
IV	Realizar Leilões para Expansão da capacidade de transformação em 88.000 MVA	MVA	88.000	13.363	13.363	15%

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada em 2016	c)Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
V	Inventariar o equivalente a 7.200 MW de capacidade de geração hidrelétrica na Região Norte	MW	7.200	211	211	3%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada em 2016	c)Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
VI	Realizar e aprovar estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 5.600 MW	MW	5.600	62	62	1%

Análise Situacional

I - Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de centrais termoeletricas ainda não foram iniciados devido à falta de recursos financeiros da Eletronuclear.

II - Os montantes licitados de linhas de transmissão e capacidade de transformação estão dentro dos valores esperados

III - O baixo percentual de contratação nos leilões para a expansão de nova capacidade de geração deve-se à drástica redução das projeções de consumo de energia elétrica para os próximos anos.

IV - Os montantes licitados de linhas de transmissão e capacidade de transformação estão dentro dos valores esperados

V - O baixo percentual referente aos estudos de inventário e de viabilidade de empreendimentos hidrelétricos decorre, principalmente, da restrição de recursos financeiros dos agentes para o desenvolvimento desses estudos e às dificuldades socioambientais.

Quadro 3: Objetivo 0048 (PPA) – SPE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Estimular o uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo.					
Código	0048	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2019	b)Realizada em 2016	c)Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
003Q	Evitar o consumo de 30.000 GWh de energia elétrica por meio de ações de eficiência energética	UN	30.000	12.000	12.000	40%

Análise Situacional

O PROCEL, conforme o Relatório “Resultados PROCEL 2016”, mostra uma crescente economia de energia. Tendo como ano base 2015, a economia obtida foi de 11,680 bilhões de quilowatts-hora, para o último ano de vigência do PPA anterior. Essa energia economizada pode ser convertida em emissões evitadas de 1,453 milhão tCO equivalentes, o que corresponde às emissões proporcionadas por 500 mil veículos durante um ano. Esse resultado também equivale à energia fornecida, em um ano, por uma usina hidrelétrica com capacidade de 2.801 MW.

Os resultados energéticos globais alcançados pelo programa se devem principalmente ao Selo Procel, indicando o destaque que tem sido dado ao consumidor final, por meio da orientação e do estímulo à aquisição de equipamentos mais eficientes. Para 2016, embora não tenham sido consolidados em relatório oficial, estudos preliminares apontam para uma economia de aproximadamente 12.000 GWh.

Quadro 4: Objetivo 0604 (PPA) – SPE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover o uso racional de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis por meio de medidas de incentivo à eficiência energética					
Código	0604	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia			
Programa	Combustíveis			Código	2022	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2019	b)Realizada em 2016	c)Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
0480	Etiquetar 100% dos veículos leves fabricados e comercializados no Brasil com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia.	%	100%	90%	90%	90

Análise Situacional

Após a vinculação do PBE Veicular ao Inovar-Auto, realizada em 2013, o crescimento do Programa foi vertiginoso. Hoje, o número de modelos participantes é 8 vezes maior do que em 2012, enquanto o número de marcas/fabricantes quintuplicou, demonstrando claramente o crescimento do alcance do Programa. Isso se deve, essencialmente, ao fato de que cada fabricante deverá declarar 100% da frota até 2017, de acordo com o Inovar-Auto. Atualmente, 35 fabricantes participam do Programa, com dados de 1.102 modelos e versões.

O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular é fruto de uma parceria entre o Inmetro, e o Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural - COMPET para a criação de um programa de etiquetagem para veículos. O CONPET tem iniciativas em vários segmentos, com destaque para a promoção da conscientização sobre o uso eficiente de derivados do petróleo e do gás natural, com investimento médio anual de cerca de R\$ 10 milhões.

O CONPET também executa, nos terminais de abastecimento das Refinarias e em empresas parceiras da Petrobras, o Projeto TransportAR que visa atender os caminhões-tanque de distribuidoras e caminhões de carga de produtos da Petrobras e de empresas parceiras, que são carregados ou descarregados nesses locais. Os motoristas que aguardam a vez com seu caminhão no pátio podem voluntariamente comparecer ao posto do TransportAR para fazer a avaliação gratuita de seu veículo e receber material educativo.

Por fim, o Projeto EngenhAR é desenvolvido nos canteiros de obras da área de Engenharia de diversos empreendimentos da Petrobras. São avaliados caminhões e máquinas a diesel e realizado um trabalho de educação ambiental junto às prestadoras de serviço e fornecedores de material.

OBJETIVOS PPA - SGM

Quadro 5: Objetivo 0044 (PPA) – SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral		
Código	0044	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.		Código 2041
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	043C - Elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de agrominerais		
II	043D - Elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de elementos terras raras		

Análise Situacional

I) Meta: 043C - Elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de agrominerais

Meta em andamento, tendo em vista que o projeto para o desenvolvimento da cadeia produtiva de agrominerais como insumos para fertilizantes agrícolas tem estruturação prevista para o primeiro trimestre de 2017. Já o diagnóstico e análise interna da cadeia produtiva de agrominerais com projeção de cenários, tecnologia e inovação para os próximos anos tem previsão para o segundo semestre de 2017.

Em 2018 e 2019 prevê-se monitorar o comportamento dos cenários previstos.

II) Meta: 043D - Elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de elementos terras raras

Meta em andamento, tendo em vista que o projeto para o desenvolvimento da cadeia produtiva de terras raras será estruturado no primeiro trimestre de 2017. O diagnóstico e análise interna da cadeia produtiva de elementos terras raras com projeção de cenários para os próximos anos tem previsão para o segundo semestre de 2017.

Em 2018 e 2019 prevê-se monitorar o comportamento dos cenários previstos.

Quadro 6: Objetivo 0478 (PPA) – SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor			
Código	0478	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.		Código	2041
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			
I	016T Elaborar estudos para subsidiar 4 planos estaduais de mineração			
II	043H Regulamentar o novo marco legal do setor mineral			
III	043I Revisar o Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM 2030			
IV	043L Propor diretrizes e procedimentos para a internalização de variáveis socioambientais nas atividades de			
V	043M Elaborar o Plano Nacional de Mitigação do Uso do Mercúrio na Mineração de Ouro em Pequena Escala.			

Análise Situacional

I) Meta: 016T - Elaborar estudos para subsidiar 4 planos estaduais de mineração

Esta Meta foi definida no contexto do Programa Nacional de Apoio às Políticas Estaduais – Diagnósticos Setoriais Estaduais executado no período 2008-2015, por meio da cooperação com Estados para a elaboração de diagnósticos setoriais estaduais e de diretrizes de políticas públicas para o setor mineral.

Esta atividade teria por objetivo aprofundar o conhecimento das potencialidades minerais e identificar os principais entraves ao desenvolvimento sustentável da mineração nas unidades da federação, sendo utilizados como ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas e de planos de ação.

Ao longo de 2016, a SGM reavaliou a execução do Programa supracitado e – considerando a quantidade de estudos realizados, o volume de recursos aplicados e o cenário macroeconômico para o período do PPA 2016-2019 – foi indicado no Monitoramento do PPA que, no entendimento da SGM, esta Meta mostra-se inadequada, devendo ser descontinuada.

Ademais, o foco de atuação da SGM em relação aos Estados será desenvolvido com base em ações mais abrangentes de modo a estabelecer uma política de atração de investimentos e ampliação sustentável da mineração, com diversificação da produção mineral brasileira e ações nas áreas de inovação e tecnologia, favorecendo a agregação de valor na produção, sustentabilidade e formalização

da pequena e média mineração.

II) Meta: 043H - Regulamentar o novo marco legal do setor mineral

Esta Meta foi definida no contexto da tramitação do Projeto de Lei nº 5.807/2013, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Considerando as mudanças no cenário nacional e internacional da mineração, o teor do PL 5.807/13, com as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados, não mais reflete a demanda, tanto do setor público quanto do setor privado, para as alterações no marco legal que pudessem colocar o setor mineral brasileiro em condições de igualdade de competição com os grandes atores mundiais.

Desta forma, em 2016 a Meta foi rediscutida à luz do atual momento e sua execução, no período do PPA 2016-2019, estará centrada nas seguintes áreas:

- i. Modernização e regulamentação do atual Código de Mineração e demais legislações setoriais, como mineração em faixa de fronteira e Reserva Nacional do Cobre - RENCA;
- ii. Projeto de Lei específico com nova política de *royalties* para o setor mineral;
- iii. Criação de agência reguladora para o setor mineral.

III) Meta: 043I - Revisar o Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM 2030

O Plano Nacional de Mineração 2030 – PNM 2030, publicado em 2011 pelo Ministério de Minas e Energia - MME, visa orientar a formulação das políticas de governo de médio e longo prazo e tornar o setor mineral um alicerce para o desenvolvimento sustentável do País.

Em razão das mudanças conjunturais observadas desde a elaboração do Plano, propõe-se como meta primeira para o fortalecimento da governança no setor sua revisão, a qual terá como base:

- a) Diálogo com as grandes, médias e pequenas empresas do setor, além da comunidade em geral
- b) Reestruturação das instituições do setor - Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Serviço Geológico do Brasil (CPRM);
- c) Atualização e integração dos sistemas de informação mineral;
- d) Aprofundamento do conhecimento geológico do território nacional e a maior agilidade na disponibilização dos dados.
- e) Análise das potencialidades do território para os minerais e suas cadeias produtivas;
- f) Identificação de oportunidades de sinergia entre Mineração, Logística Energia e Recursos Hídricos;
- g) Desenvolvimento equilibrado do setor, a partir das potencialidades e oportunidades verificadas;
- h) Ambiente brasileiro mais amigável aos investimentos de risco, principalmente externos, em exploração.

A revisão irá considerar o resultado final das ações acima e adotará metodologia própria que permita tornar o setor de mineração e transformação mineral em expoente da atividade econômica. A meta está em andamento e sua execução terá cronograma definido a partir do segundo semestre de 2017, com sua conclusão prevista para o segundo semestre de 2018.

IV) Meta: 043L - Propor diretrizes e procedimentos para a internalização de variáveis socioambientais nas atividades de mineração

Meta em andamento, uma vez que a SGM estabeleceu parceria com o PNUD no que se refere à divulgação e internalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS pelo setor mineral, tendo participado do Fórum sobre o tema, realizado durante o World Mining Congress, em 2016, na qualidade de expositor, bem como da análise e avaliação do Atlas: Mapeando a Mineração e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2016).

A internalização desses atributos socioambientais pelas mineradoras poderá alinhar seus objetivos com as políticas de mineração e planos nacionais de desenvolvimento, engajando-as com a

indústria e os governos locais para alavancar o investimento para o desenvolvimento sustentável, estimulando o diálogo e a cooperação entre as partes.

V) Meta: 043M - Elaborar o Plano Nacional de Mitigação do Uso do Mercúrio na Mineração de Ouro em Pequena Escala.

Meta em andamento tendo em vista que, em 2016, houve articulação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Mineração – DDSM com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA para, a partir de recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), desenvolver um Plano de Ação Nacional (PAN) para reduzir o uso de mercúrio e de compostos de mercúrio, assim como as emissões e liberações de mercúrio para o ambiente proveniente de processamento de ouro em pequena escala (MOPE), facilitado pelo uso do conhecimento científico e técnico de alternativas desenvolvidas no Brasil, em atendimento à Convenção de Minamata.

A meta do projeto é a redução dos riscos inerentes à utilização inadequada, gestão e liberação de mercúrio na MOPE. Esta meta contribui para desenvolver as condições que permitam ferramentas e ambiente de gestão de produtos químicos e resíduos prejudiciais.

A estrutura do projeto segue diretrizes estabelecidas pela Parceria Mercúrio Global do PNUMA e revisada com base na experiência em seu uso. A premissa é abordar a MOPE de uma forma holística e inclui uma revisão das estruturas jurídica, educacional, econômica, regulatória e de fiscalização, e fornece orientação no desenvolvimento de orçamentos e planos de trabalho e identificar potenciais fontes de financiamento e parceiros. A orientação para o PAN será submetida à Sétima Sessão do Comitê de Negociação Intergovernamental - INC 7 para adoção.

Quadro 7: Objetivo 0481 (PPA) – SGM

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais		
Código	0481	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.	Código	2041
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	043T-Elaborar e implantar o programa de apoio ao desenvolvimento sustentável de Arranjos Produtivos Locais - APLs de Base Mineral		

Análise Situacional

Meta: 043T - Elaborar e implantar o programa de apoio ao desenvolvimento sustentável de Arranjos Produtivos Locais - APLs de Base Mineral.

No setor mineral, a política de fomento para a criação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), em execução pelo Governo há mais de dez anos, não cumpriu com o que se propôs em sua formulação: promover o desenvolvimento local. A definição imprecisa, abrangente do conceito de APL e a falta de uma base de dados e de indicadores para os arranjos minerais, impossibilitam mensurar os resultados dos esforços em prol do desenvolvimento desses APLs.

O projeto de criação de uma rede brasileira de informação de arranjos produtivos locais de base mineral (RedeAPLmineral) não alcançou seu objetivo de atuar como ferramenta de apoio ao desenvolvimento dos arranjos minerais.

Diante desse cenário, com a definição de novas prioridades em 2016, foi definido que os objetivos do Programa serão atendidos por outras políticas abrangentes aos diversos segmentos minerais, independentemente de sua organização produtiva seguir a metodologia de APL. Nesse sentido, foi indicado no Monitoramento do PPA que, no entendimento da SGM, esta Meta mostra-se inadequada, devendo ser descontinuada.

OBJETIVOS PPA - SPG

Quadro 8: Objetivo 0553 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis		
Código	0553	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Combustíveis	Código	2022
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	Atender à demanda de etanol tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.		
II	Atender à demanda de biodiesel tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.		
Sequencial	Descrição da Meta		
III	Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%.		
Sequencial	Descrição da Meta		
IV	Garantir o abastecimento de óleo diesel S-10 em 34.389 mil m ³ por ano até 2019.		
Sequencial	Descrição da Meta		
V	Atender à demanda de biodiesel tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.		
Sequencial	Descrição da Meta		
VI	Ampliar em 1 milhão de m ³ a capacidade nominal de armazenamento de gasolina, QAV, GLP e diesel nas distribuidoras.		

Análise Situacional

Em relação ao etanol combustível, o consumo doméstico em 2016 foi de 26,3 bilhões de litros, e a projeção da demanda doméstica apresentada no PDE 2024 foi de 28 bilhões de litros. A demanda foi atendida pela produção nacional. O excedente de produção exportado em 2016 é estimado em 1,4 bilhão de litros.

Para o biodiesel, com os dados disponíveis até o momento, foram consumidos 3,8 bilhões de litros, para uma demanda estimada em 4,5 bilhões de litros no PDE 2024. A demanda foi plenamente atendida pela produção nacional. Destaca-se ainda a capacidade instalada nacional da ordem 7,3 bilhões de litros, avaliada como robusta para atender o mercado doméstico.

Em ambos os casos, o abastecimento foi garantido, apesar dos desempenhos abaixo das projeções do PDE 2024, os quais se justificam dada a retração econômica observada no país nos últimos anos. Especialmente no caso do biodiesel, que acompanhou a forte contração da demanda de diesel mineral em função da queda da atividade registrada no transporte rodoviário de carga.

O índice de conformidade dos combustíveis acumulado em 2016 foi de 97,62%. O resultado reflete uma abrangência territorial menor do que em anos anteriores, particularmente no primeiro semestre de 2016, quando as atividades de monitoramento sofreram descontinuidade na maioria dos estados da federação, em função do atraso no início das licitações para contratação de prestadores de serviço para o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis. Ainda assim, o bom resultado do indicador, superando a meta estabelecida, atesta a consolidação de uma cultura da qualidade no mercado de combustíveis brasileiro e a presença ininterrupta das atividades de fiscalização da Agência, mesmo nos estados em que não havia a cobertura contratual do monitoramento. Com o objetivo de mitigar a descontinuidade do monitoramento, a Agência intensificou as ações de fiscalização em diversos estados, garantindo assim a defesa dos interesses do consumidor.

Já a demanda pelo óleo diesel S-10, com 10 ppm de enxofre, foi satisfatoriamente atendida. As entregas do óleo diesel A S-10 para as distribuidoras alcançaram cerca de 14,4 milhões de m³, o que representa por volta de 15,5 milhões de m³ de óleo diesel B S-10. Essa quantidade representa 45% da

meta para 2019. Entende-se, portanto, como adequada.

A capacidade de armazenamento de combustíveis derivados nas distribuidoras foi ampliada em 75.300,47m³, tendo a gasolina A e C aumentado em 23.272,87, o óleo diesel A e B em 46.594,11, o QAV em 923,00 e o GLP em 4.510,49. Entende-se que a quantidade alcançada, a qual corresponde a cerca de 7,5% da meta estipulada, é satisfatória.

Quadro 9: Objetivo 0185 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes		
Código	0185	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Combustíveis	Código	2022
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
001	Atender à demanda de biodiesel tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.		
002	Atender à demanda de etanol tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.		

Análise Situacional

Segundo o Balanço Energético Nacional de 2016, referente a dados de 2015, aproximadamente 41,2% de toda a energia ofertada internamente é originária de fontes renováveis, sendo 16,9% de biomassa da cana, que inclui o etanol, e 1% de biodiesel. No que se refere ao consumo de energia nos transportes, os biocombustíveis representam aproximadamente 20,7% do total de combustíveis utilizados no País, sendo 18,4% etanol (anidro e hidratado) e 2,3% biodiesel.

Com os dados disponíveis até o momento, em 2016 a produção de biodiesel foi de 3,8 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no Plano Decenal de Expansão de Energia vigente (PDE 2024) é de 4,5 bilhões de litros.

Já a produção de etanol foi de 27,7 bilhões de litros em 2016, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no PDE 2024 foi de 31,6 bilhões de litros.

Em ambos os casos, o abastecimento foi garantido, apesar dos desempenhos abaixo das projeções do PDE 2024, os quais se justificam dada a retração econômica observada no país nos últimos anos.

Quadro 10: Objetivo 0057 (PPA) – SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Produzir petróleo e gás natural por meio da implantação de sistemas coordenados de exploração, produção e processamento, atendendo à política de conteúdo local.		
Código	0057	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
002	Produzir anualmente em média 2,5 milhões de barris de petróleo por dia		
003	Produzir anualmente em média 95 milhões de m3 de gás natural por dia		

Análise Situacional

002 - A Petrobras cumpriu o planejamento previsto em seu Plano de Negócios e Gestão (PNG), cuja meta é de 2,145 milhões de mbpd de petróleo.

A meta para 2016 à época da formulação do PPA era 2,2 mbpd de petróleo e gás natural e estava baseada no PNG 2015-2019. Com a aprovação do Plano Anual de Negócios 2016 a meta foi revista para 2,145 mbpd. Logo, a empresa está dentro da meta revista no ano.

003 - A produção própria de gás natural sem o volume liquefeito atingiu, em 2016, inéditos 77 milhões m³ diários. A apuração da produção de gás natural com liquefeito alcançou 81 milhões de m³ por dia.

A meta para 2016 à época da formulação do PPA era 87 M m³ e estava baseada no PNG 2015-2019. Com a aprovação do Plano Anual de Negócios 2016 a meta foi revista para 82 M m³. Logo, a empresa está dentro da meta revista no ano.

Quadro 11: Objetivo 63 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.			
Código	63	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	Petróleo e Gás		Código	2053
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			
001	Elaborar diretrizes para aplicação dos recursos advindos da cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D constante nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural			
002	Implementar políticas para o aumento da atividade terrestre de Exploração e Produção -E&P e da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural			

Análise Situacional

001 - No contexto do desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, é desejável que os avanços sejam consolidados, aperfeiçoados e ocorram de forma equilibrada no território e que ofereçam oportunidades com repercussão regionalizada. Desta forma, está em elaboração as diretrizes para aplicação dos recursos advindos da cláusula de P&D, constante nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural, para que estes ocorram de acordo com as necessidades estratégicas a serem definidas no âmbito desta iniciativa.

Por ser uma obrigação contratual, a ANP trabalha internamente para aprimorar o processo de análise e aprovação dos estudos propostos e realizados pelos operadores.

002 - O Programa REATE foi planejado com a missão de estabelecer diretrizes para a revitalização da atividade de Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, propiciando o desenvolvimento regional. O programa tem como visão uma indústria terrestre de E&P forte, com produção crescente, pluralidade de operadores e diversidade de fornecedores de bens e serviços.

Foi organizado o evento de lançamento do programa, realizado na Bahia, em 27.01.2017, com a presença do Ministro de Minas e Energia, Governador da Bahia e demais autoridades.

Buscando-se uma construção coletiva e estratégica das diretrizes o programa pede a participação de vários atores e entidades do setor, dentre os quais estão: ABESPETRO, ABPIP, ABRAPET, ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS DE PREFEITURAS, CNI, Frente Parlamentar Mista de Petróleo e Gás Onshore, Governo Federal, Governos Estaduais (ABEMA, CONSEDIC, Fórum Nacional dos Secretários de Energia), IBP, Investidores, MDIC, Petrobras e Redepetro. No núcleo operacional da iniciativa estão: ANP, EPE e MME.

Quadro 12: Objetivo 64 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.			
Código	0053	Órgão	Ministério de Minas e Energia	
Programa	Petróleo e Gás		Código	2053
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			
001	Revisar e atualizar bianualmente o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.			
002	Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural			
003	Propor novas diretrizes estratégicas a serem alcançadas pela política de exploração e produção de petróleo e gás natural			

Análise Situacional

001 - A EPE e o MME, em cumprimento à Portaria nº 350, de 10.10.2013, disponibilizaram em 2016 os resultados do estudo Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, Ciclo 2013-2015.

Trata-se de uma base de dados georreferenciados que mapeia zonas de importância relativa ao desenvolvimento do setor de petróleo e gás no país.

O estudo com vistas à atualização para o Ciclo 2016-2017 segue sendo desenvolvido pela EPE, sob a coordenação do MME e com o apoio da ANP.

Iniciado em 2016, o processo de atualização do estudo tem como base as informações disponibilizadas pela ANP. Serão definidas as áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira, que servirá de base para o planejamento de áreas para as rodadas de licitação e para a tomada de decisões sobre pesquisas, projetos e, atividades de levantamentos geológicos básicos.

002 - O CNPE autorizou a ANP a realizar estudos para a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção e para a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. A decisão foi publicada em 13/10 no Diário Oficial da União, na Resolução CNPE nº 5/2016.

A resolução determina que os estudos de áreas unitizáveis na região do Pré-sal para compor a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção deverão focar, inicialmente, as áreas dos prospectos de Carcará (Bloco BM-S-8) e Gato do Mato (S-M-518), do Campo de Sapinhoá, na Bacia de Santos, e do Campo de Tartaruga Verde (Jazida de Tartaruga Mestiça, antigo Bloco C-M-401), na Bacia de Campos.

Já os estudos de blocos para a 14ª Rodada se concentraram, inicialmente, nas bacias sedimentares marítimas de Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Santos e Pelotas e nas bacias terrestres do Parnaíba, Paraná, Potiguar, Recôncavo Sergipe-Alagoas e Espírito Santo. Ao longo do ano áreas da Bacia de Campos também foram incluídas no estudo.

Destaca-se ainda a publicação da Resolução CNPE nº 4/2016 que autorizou a ANP a realizar a 4ª Rodada de Licitações de Acumulações Marginais, cujo objeto serão treze Áreas Inativas com Acumulações Marginais localizadas nas bacias do Recôncavo, Potiguar e Espírito Santo, a depender da manifestação favorável dos Órgãos de meio ambiente competentes.

003 - Estabelecido o GT com o objetivo principal da atualização das diretrizes a fim de se ampliar a atração de investimentos no setor petrolífero nacional.

Inicialmente, o MME identificou as seguintes áreas foco para as diretrizes da política E&P:

- I. Pré-sal;
- II. Fronteiras exploratórias;
- III. Gás Natural (onshore e offshore);
- IV. Áreas Terrestres;
- V. Margem Equatorial;
- VI. Áreas Maduras;
- VII. Áreas com PADs (Plano de Avaliação de Descoberta) no limiar da Declaração de Comercialidade.

Assim, considerando-se a necessidade de desenvolvimento da indústria nacional (operadores, financiadores e fornecedores de bens e serviços), a atratividade e a competitividade dessa indústria, bem como a sustentabilidade e a continuidade de investimentos no setor, serão ouvidos os atores envolvidos sobre seus desafios, ineficiências identificadas e suas demandas em relação: ao ritmo de oferta de blocos nas licitações, à necessidade de flexibilidade regulatória, ao processo de licenciamento ambiental, ao descomissionamento, dentre outros que venham a ser julgados pertinentes nesse contexto.

Quadro 13: Objetivo 0529 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Planejar e expandir a infraestrutura de transporte e o mercado de gás natural, tendo por base o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT.		
Código	0529	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás	Código	
Sequencial	Descrição da Meta		
001	Expandir a oferta interna potencial de gás natural		
002	Publicar revisões do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT) a cada dois anos.		

Análise Situacional

001 - Expandir a oferta interna potencial de gás natural

Estima-se que no período do PPA 2016-2019, a construção de dois terminais de regaseificação, ambos associados a Usinas Termoelétricas vencedoras do 20º Leilão de Energia Nova A-5 e previstas para entrar em operação em 2019 (UTE Novo Tempo/PE e UTE Rio Grande/RS). Os terminais previstos deverão ser instalados no Porto de Suape, em Pernambuco, e em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, com capacidade de regaseificação de 14,0 MM m³/dia e 19,5 milhões de m³/dia, respectivamente. Esse último prevê a construção de um gasoduto.

Adicionalmente, vale citar que, em 14 de dezembro de 2016, foi aprovado no âmbito do CNPE Resolução que autoriza a ANP realizar a Décima Quarta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, fato esse que também colabora para a expansão da oferta interna potencial de gás no país.

002- Publicar revisões do PEMAT a cada dois anos.

O Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT), constitui o principal instrumento de planejamento da infraestrutura de transporte de gás natural. Esse plano é baseado em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que levam em consideração as projeções de crescimento da oferta e da demanda de gás natural, bem como a capacidade da infraestrutura existente para atender ao Mercado.

A última versão desses estudos foi submetida a este Ministério em maio de 2016. No entanto, alterações recentes no planejamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), responsável por 96% da oferta nacional, impactaram significativamente o cenário de referência adotado pela EPE, especialmente no que diz respeito à oferta futura de gás. A estatal pretende ainda desfazer-se de grande parte da

infraestrutura ligada ao setor, como gasodutos de transporte e terminais de regaseificação de GNL, além de reduzir significativamente sua participação na comercialização do energético. Devido a esses fatos, a publicação do PEMAT foi interrompida até que se pudesse ter uma melhor avaliação da situação. Releva destacar que os estudos da EPE não indicavam a necessidade de novas expansões da malha de gasodutos.

Quadro 14: Objetivo 0054 (PPA) - SPG

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior.		
Código	0054	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	2022	Código	Combustíveis
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
I	Ampliar a capacidade da frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis em 1.208.000 toneladas de porte bruto (tpb).		
Sequencial	Descrição da Meta		
II	Acrescentar 4.700.000 unidades de botijões de GLP de 13kg (P13), de forma a melhorar o atendimento ao consumidor doméstico.		
Sequencial	Descrição da Meta		
III	Expandir a capacidade de processamento de petróleo em 156 mil barris de petróleo por dia de modo a processar 2.500 mbpd.		

Análise Situacional

I - Em 2016, foram entregues quatro navios construídos no âmbito do PROMEF, os quais geraram acréscimo de 172.121 tpb à capacidade de transporte marítimo nacional de petróleo e petróleo e combustíveis: Barbosa Lima Sobrinho (5.095 tpb), Darcy Ribeiro (5.100 tpb), Lúcio Costa (5.097 tpb) e Machado de Assis (156.829 tpb). O incremento obtido nesse período representa cerca de 14% da quantidade estimada para o período de 2016 a 2019. Esse resultado é considerado satisfatório.

II - Nesse mesmo período, foram acrescentados 2.958.759 vasilhames de botijões P-13 (13 kg) ao universo de vasilhames disponíveis para comercialização, o que representa cerca de 63% da meta estimada para o período entre 2016 e 2019. Esse resultado é considerado satisfatório. Destaque-se que a Liquegás, empresa subsidiária da Petrobras, adquiriu botijões P-20 (20kg) e P-45 (45kg) em vez de P-13 (13kg) em virtude de maior demanda por aqueles vasilhames.

III - Quanto à capacidade instalada nacional de processamento de petróleo, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP registrou, na Região Nordeste, acréscimo de 37,6 mil barris de petróleo por dia, alcançando-se, portanto, um total de 24,1% da meta proposta para o período de 2016 a 2019. Esse resultado é considerado satisfatório.

Cabe informar que a ANP concedeu autorização para aumento da capacidade de processamento de petróleo à Refinaria Abreu e Lima, localizada no Estado de Pernambuco, de 74 mil para 100 mil barris de petróleo por dia. Há perspectivas de que, em 2017, sejam retomadas as obras de implantação da central de resíduos e da unidade de abatimento de emissões (SNOX), o que viabilizará aumento da capacidade de processamento de 30 mil barris de petróleo por dia, referentes apenas ao primeiro trem da Refinaria. Destaque-se que, conforme declara a Petrobras, a implantação do segundo conjunto de unidades de refino projetado depende da concretização de parcerias para investimentos.

OBJETIVOS PPA - SEE

Quadro 15: Objetivo 0029 (PPA) – SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional por meio do monitoramento da expansão, do desempenho e da comercialização de energia elétrica, e pela definição de diretrizes de política tarifária.					
Código	0029	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Desenvolver políticas voltadas às Redes Elétricas Inteligentes (Smart Grid).	não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
2	Monitorar e viabilizar a entrada em operação de 730 empreendimentos para expansão da capacidade de geração do Sistema Elétrico Brasileiro, em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)	Unidade	730	617	617	84,5%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	unidade	10	37	37	370%
2	Região Nordeste	unidade	490	431	431	88%
3	Região Norte	unidade	50	16	16	32%
4	Região Sudeste	unidade	70	60	60	85,7%
5	Região Sul	unidade	110	73	73	66,4%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
3	Monitorar e viabilizar a entrada em operação de 670 empreendimentos para expansão da Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)	unidade	670	452	452	67,5%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Sudeste/Centro Oeste	unidade	185	152	152	82,2%
2	Região Nordeste	unidade	240	149	149	62%
3	Região Norte	unidade	100	45	45	45%
4	Região Sul	unidade	140	99	99	70,7%
5	Nacional	unidade	5	7	7	140%
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)

4	Promover a ampliação do intercâmbio energético com países vizinhos, por meio da comercialização de 7.500 GWh de trocas de energia por acordos bilaterais	não se aplica				
---	--	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Análise Situacional

Com relação à meta referente à expansão da geração, o que foi estabelecido para o período do PPA 2016-2019 está de acordo com a metodologia estabelecida nos leilões regulamentados. No que tange ao cumprimento do instituído para o ano de 2016, os atuais 617 empreendimentos monitorados representam 84% da meta para o período 2016-2019, implicando em um bom desempenho do monitoramento do setor.

Porém na etapa de leilão, os empreendimentos eólicos e fotovoltaicos, por questões fiscais, passam por subdivisão dos grandes parques, criando diversas usinas menores, com montante próximo a 30 MW cada. Assim, este procedimento causou distorção na avaliação do desempenho do setor, uma vez que o indicador representado pelo número de empreendimentos para expansão da capacidade de geração do Sistema Elétrico Brasileiro não afere a potência instalada e por isso não representa a real expansão do sistema. Para tanto deverá ser complementado com as potências instaladas nos empreendimentos indicadas no objetivo 19 deste PPA, para maior efetividade nas análises posteriores.

Com relação à meta referente a expansão da transmissão, os empreendimentos monitorados pelo DMSE são aqueles que já foram outorgados pela ANEEL - incluídos na base de dados da Agência (o SIGET) -, e que ainda não entraram em operação comercial. Em 2016, compuseram essa base de dados 452 empreendimentos, o que equivale a 67,5% da meta estabelecida no PPA 2016-2019.

Atualmente, estima-se que ainda deverão compor a base do SIGET mais 90 empreendimentos outorgados em 2015 e 2016. Adicionando-se a estes cerca de 40 que deverão ir a Leilão em 2017. Sendo assim, a quantidade de empreendimentos monitorados ao final de 2017 deverá ser de cerca de 580, equivalendo assim a 87% da meta do PPA. Portanto, ao final do período, acredita-se que essa meta deverá ser alcançada.

Os processos de alteração das tarifas das distribuidoras de energia elétrica, conduzidos pela ANEEL, foram acompanhados e os resultados foram consolidados pelo MME, afim de analisar a evolução das tarifas, possibilitando tomadas de decisão sobre o tema.

Ao longo de 2016, foi utilizado o sistema das Bandeiras Tarifárias para indicar aos consumidores de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) a variação do custo de geração, incentivando assim o consumo eficiente. O MME acompanhou as variações das Bandeiras ao longo do ano.

Para estudar os meios de implantar o Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica – ProGD, lançado pelo Ministério de Minas e Energia em 15/12/2015, foi constituído Grupo de Trabalho que se reuniu ao longo de 2016 e elaborou relatórios técnicos, cuja versão consolidada deverá ser aprovada pelo Ministro.

Com relação às Redes Elétricas Inteligentes ressalta-se a participação no Diálogo Bilateral com os Estados Unidos da América, em conjunto com o CEPTEL, onde estão sendo compartilhados resultados de regulamentações e projetos sobre o tema.

Em relação à meta de promoção de intercâmbio com países vizinhos, importa ressaltar que durante o período de janeiro a dezembro de 2016 foram realizadas trocas de mensagens entre as Secretarias de Energia Elétrica de Brasil e Argentina em que ambos os países manifestaram a intenção de renovar o Memorando de Entendimento - MdE que vigeu até 31 de dezembro de 2015. O documento trata de intercâmbios de energia elétrica interruptíveis e a operacionalização de forma excepcional e temporária da UTE Uruguiana.

Considerando a sobrecontratação conjuntural das empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, o novo MdE acrescentou artigo vislumbrando a possibilidade de suprimento de energia elétrica firme em médio prazo. O novo MdE foi assinado em 11 de maio de 2016 e prevê uma vigência até 31 de dezembro de 2018. Dentro do escopo do MdE foram efetuadas tratativas visando a autorização para exportação de energia “firme” das UTEs Mário Covas (Cuiabá) e Uruguaiana.

Em relação ao Uruguai foi dado início às tratativas para renovação do MdE encerrado em 31 de dezembro de 2014. Entretanto encontra-se vigente a autorização para a Eletrobrás importar até 570 MW daquele país, com prazo até 31 de dezembro de 2018.

No dia 5 de agosto de 2016, foi integrada ao SIN a Conversora de frequência de Melo, que permite intercâmbio de energia diretamente entre o Brasil e o Uruguai. No período focado, mais especificamente nos meses de julho e agosto de 2016, houve fluxo de energia elétrica para a Argentina dentro das modalidades estabelecidas no MdE, mediante utilização de usinas térmicas não despachadas para atender o mercado brasileiro.

No ano 2016, verificou-se expressivo aumento da utilização da interligação Garabi 1 e 2, que viabiliza o intercâmbio internacional entre Brasil e Argentina. Em 2015 o intercâmbio total realizado foi de 275,2 GWh e, em 2016, atingiu o valor de 819,7 GWh. Este aumento expressivo é justificado pela realização, nos meses de julho e agosto de 2016, de exportação de energia de usinas térmicas que não estavam despachadas para atendimento ao sistema elétrico brasileiro, conforme autorizado pela Portaria MME nº 271/2016.

Na interligação com a Venezuela também houve um aumento do fluxo de energia da ordem de 15% em relação ao verificado no ano de 2015. Visando dinamizar a utilização das interligações internacionais, do mercado de geração de energia elétrica brasileiro, e para melhor aproveitamento das disponibilidades energéticas regionais, foram analisadas diversas modalidades para exportação de energia, no âmbito do MME e dos principais órgãos envolvidos no setor elétrico (EPE, ONS, CCEE e Aneel).

Apesar deste trabalho ainda não ter sido concluído, entendeu-se que a modalidade com maiores chances de avanço no curto prazo é a de intercâmbio de oportunidade, baseado em montante de energia e preço variáveis na fronteira.

Quadro 16: Objetivo 0045 (PPA) – SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Universalizar o Acesso à Energia Elétrica					
Código	0045	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica			Código	2033	
METAS QUANTITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2018	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Atender 128.226 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos.	Domicílios Rurais	128.226	73.641	73.641	57%
2	Universalizar 8 áreas de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, atingindo 95 das 101 áreas de concessão	Área de Concessão	8	1	1	13%

Análise Situacional

1 - Do total esperado, referente à primeira meta, foram executadas 73.641 ligações, atingindo 57% da meta.

2 - Na segunda meta, relacionada à universalização do serviço de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão, foi universalizada a área de concessão da Energisa Mato Grosso do Sul, atingindo 13% da meta.

Os estados de RR e AL não cumpriram a meta de universalização em 2016 decorrente principalmente da não renovação da concessão com a designação das empresas do grupo Eletrobrás para gerir a prestação de serviços de energia elétrica nestes estados.

A concessionária do estado de RO solicitou a revisão de seu plano de universalização passando o ano limite de 2016 para 2018.

A concessionária do estado do MA também solicitou a revisão de seu plano de universalização passando o ano limite de 2016 para 2017.

Quadro 17: Objetivo 0019 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.					
Código	0019	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
Meta 001	Adicionar 14.655 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica.	MW	14.655,00	5.204,69	5.204,69	35,5%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MW	900,0	1.263,45	1.263,45	140,4%
2	Região Nordeste	MW	5,0	5,75	5,75	115,0%
3	Região Norte	MW	13.000,0	3.840,5	3.840,5	29,5%
4	Região Sudeste	MW	150,0	24	24	16,0%
5	Região Sul	MW	600,0	70,99	70,99	11,4%

Análise Situacional

Em 2016 entraram em operação 5.205 MW de capacidade de geração de fonte hidráulica. Assim, o índice de realização para fonte hídrica atingiu 35,5% do total previsto para esta fonte no PPA 2016-2019, o que pode ser considerado bom, tendo em vista que a meta estabelecida para o primeiro ano seriam 3.664 MW, caso seja adotado o critério de 25% de realização a cada ano.

Em relação à participação na matriz de energia elétrica, em 2015 a fonte hidráulica representava 65,07% de uma capacidade total de 140.858 MW. Ao final de 2016, essa participação declinou para 64,47 % de uma capacidade total de 150.337 MW instalados. Apesar do avanço da capacidade de geração por fonte hídrica, houve uma grande evolução na participação de outras fontes, em especial a fonte

eólica, conforme veremos nos objetivos seguintes.

Quadro 17: Objetivo 0019 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.					
Código	0019	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica				Código	2033
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
Meta 005	Adicionar 6.400 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas.	MW	6.400,0	1.757,60	1.757,60	27,5%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MW	450,0	168,80	168,80	37,5%
2	Região Nordeste	MW	2.050,0	790,60	790,60	38,6%
3	Região Norte	MW	750,0	172,60	172,60	23,0%
4	Região Sudeste	MW	1.650,0	285,60	285,60	17,3%
5	Região Sul	MW	1.500,0	340,00	340,00	22,6%

Análise Situacional

Em 2016, o índice de realização dessa Meta foi acima do esperado, caso seja adotado o critério de 25% de realização a cada ano. Assim, a realização acumulada, com a entrada em operação de 58 UTEs, ficou em 1.757,6 MW equivalentes a 27,5% da meta estabelecida no PPA 2016-2019. Sendo que 732,5 MW são de usinas térmicas movidas à combustível fóssil e 1025,6 MW em térmicas movidas a biomassa.

A biomassa é uma fonte renovável que está muito desenvolvida no País. Majoritariamente utilizam como combustível o bagaço de cana e estão instaladas nas regiões produtoras de álcool e açúcar, como São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ao final de 2016 são contabilizados 26 empreendimentos que entraram em operação utilizando como fonte primária a biomassa.

O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas estão entre as alternativas de diversificação da matriz elétrica. As principais vantagens das térmicas são: o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo e o menor risco para o setor privado. Do ponto de vista do Sistema Interligado Nacional (SIN), as termelétricas contribuem para o aumento da confiabilidade do sistema, compensando possíveis déficits hídricos.

O desempenho na instalação das UTEs poderia ter sido melhor, pois parte das usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia, foi frustrada pela desistência de grupos empresariais que não conseguiram viabilizar seus empreendimentos no momento de buscar financiamentos.

As usinas termonucleares também constituem uma boa alternativa para a geração de energia elétrica, uma vez que apresentam elevado fator de capacidade e avanços tecnológicos recentes. Deve-se destacar ainda a evolução nas pesquisas referentes à destinação dos resíduos radioativos e a redução do custo de capital. Há também necessidade de desenvolvimento das atuais reservas de urânio e de ganho

de escala em seu processo de enriquecimento. Merece destaque o papel que a energia nuclear pode ter em um cenário de longo prazo, quando o potencial hidráulico estiver completamente aproveitado.

Ressalte-se que está incluído no cômputo da presente Meta o acréscimo de capacidade instalada de geração de fonte termelétrica a biomassa. Na elaboração do PPA, em decorrência de erro material, consta do método de apuração da meta 0007 que esse acréscimo deveria ser computado nesta outra meta. Contudo, como a meta 0005 refere-se a termelétricas de forma geral, repetir o cômputo da biomassa na meta 0007 implicaria dupla contagem. Entende-se que o correto é que a meta 0007 reflita o acréscimo de capacidade a partir da geração fotovoltaica, valor que não está computado em nenhuma outra meta. Essa adequação será proposta pelo MME no momento de Revisão do PPA.

Quadro 17: Objetivo 0019 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.					
Código	0019	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
Meta 007	Adicionar 810 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de outras fontes alternativas.	MW	810,0	0,00	0,00	0,0%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MW	10,0	0,00	0,00	0,0%
2	Região Nordeste	MW	500,0	0,00	0,00	0,0%
3	Região Norte	MW	0	0,00	0,00	0,0%
4	Região Sudeste	MW	300,0	0,00	0,00	0,0%
5	Região Sul	MW	0,0	0,00	0,00	0,0%

Análise Situacional

Em 2016 as usinas fotovoltaicas (UFV) foram objeto de leilões específicos e com o início de obras em grandes parques geradores nos quais ficou demonstrada a viabilidade da inserção desta importante fonte primária de energia em nossa matriz energética.

No ano de 2016 não houve expansão realizada de geração de energia elétrica de UFVs vendidas em leilão, uma vez que os contratos estabelecidos preveem datas para entrada em operação a partir do ano de 2017. As primeiras unidades a entrarem em operação somam 196 MW e estão atualmente em instalação no estado da Bahia, com previsão de entrada em operação durante o ano de 2017. Com relação ao cumprimento da meta, temos 526 MW de fonte fotovoltaica com obras iniciadas.

Ressalte-se que em decorrência de erro material, consta do método de apuração cadastrado para a presente meta, que serão nela consideradas apenas o acréscimo de capacidade decorrente de fonte termelétrica a biomassa. Ocorre que essa capacidade já está computada na Meta 0005, que abrange termelétricas de forma geral, e repeti-las aqui implicaria dupla contagem. Assim, considerando-se o título da meta, e as demais que compõem o presente Programa do PPA, entende-se que o correto é que esta meta informe a capacidade instalada a partir de fonte fotovoltaica, valor que não está computado em nenhuma outra meta. Essa adequação será proposta pelo MME no momento da próxima Revisão do PPA.

Quadro 17: Objetivo 0019 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.					
Código	0019	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS REGIONELIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
Meta 008	Adicionar 7.500 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica.	MW	7.500,0	2.564,10	2.567,2	34
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Centro Oeste	MW	0	0	0	-
2	Região Nordeste	MW	7.000,0	2.477,4	2.477,4	35,4
3	Região Norte	MW	0	0	0	-
4	Região Sudeste	MW	0	0	0	-
5	Região Sul	MW	500	86,7	86,7	18

Análise Situacional

Atualmente a matriz elétrica brasileira está passando por um processo necessário de diversificação de fontes primárias refletido nas usinas que entraram em operação no ano de 2016. A busca por uma maior segurança na oferta de Energia Elétrica implicou na exploração de fontes alternativas como a Eólica e Fotovoltaica que durante este ano alcançaram porcentagem significativa da matriz energética do país. No caso das eólicas já estão instalados aero geradores suficientes para gerar 10,123 GW dos quais 2.564 MW entraram em 2016.

A geração, a transmissão e a distribuição dessa energia elétrica devem zelar pela garantia da segurança do suprimento de energia, pela universalização do acesso, pela modicidade tarifária, pela baixa emissão dos gases de efeito estufa e pelo equilíbrio da matriz elétrica. A geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, como a eólica e a biomassa, além de limpas e renováveis, é uma das alternativas de diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e merecem destaque os potenciais das regiões dos litorais Sul e Nordeste e do semiárido.

Em dezembro de 2016, as centrais geradoras eólicas somam uma capacidade instalada de 10.123 MW, o que representa um aproveitamento de 7,2% do potencial nacional. Este fato, somado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir da fonte eólica entre as fontes alternativas apresentadas nos leilões anteriores, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil.

No caso da fonte eólica, o desempenho foi bom, com realização bem superior à meta inicial. Foi adicionada uma capacidade de geração de 2.564 MW nessa fonte, valor acima da meta estabelecida para o ano de 2016, representando mais de 34% da meta do PPA 2016/2019. A fonte eólica representa, em dezembro de 2016 6,73 % da capacidade total instalada no Brasil. Em dezembro de 2015, essa participação era de 5,42%.

Quadro 18: Objetivo 0036 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes.					
Código	0036	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Implantar 23.000 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País	KM	23.000	5.696	5.696	24,8%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Região Sudeste/Centro Oeste	KM	5.200	3.105	3.105	59,7%
2	Região Nordeste	KM	8.000	1.348	1.348	16,8%
3	Região Norte	KM	3.700	412,7	412,7	11,1%
4	Região Sul	KM	2.000	47,8	47,8	2%
5	Nacional	KM	4.100	783	783	19%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
2	Implantar 27.500 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN	MVA	27.500	4.278,6	4.278,6	15,6%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Região Sudeste/Centro Oeste	MVA	7.500	1.508,6	1.508,6	20,1%
2	Região Nordeste	MVA	8.000	2.086	2.086	26,1%
3	Região Norte	MVA	4.500	384	384	8,5%
4	Região Sul	MVA	2.000	300	300	15%
5	Nacional	MVA	5.500	0	0	0%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
3	Adicionar 20.000 MVA de capacidade nas Subestações de transmissão existentes	MVA	20.000	7.052	7.052	35,3%

Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Região Sudeste/Centro Oeste	MVA	8.900	1.975	1.975	22,2%
2	Região Nordeste	MVA	6.000	3.713	3.713	61,9%
3	Região Norte	MVA	1.600	190	190	12%
4	Região Sul	MVA	3.500	1.174	1.174	33,5%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
4	Reforçar ou recapacitar 1.160 km de Linhas de Transmissão existentes no Sistema Elétrico Nacional	KM	1.160	541,4	541,4	46,7%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Região Sudeste/Centro Oeste	KM	160	401,1	401,1	250%
2	Região Nordeste	KM	700	56,5	56,5	8,1%
4	Região Sul	KM	300	83,8	83,8	27,9%

Análise Situacional

1 - Com relação à meta prevista no PPA para a implantação de novas linhas de transmissão no Sistema Elétrico Nacional, foi realizado em 2016 um percentual de 24,8%. Mantendo-se essa média será possível o alcance de 100% do previsto ao final do quarto período de avaliação, em 2019. Em 2017 a previsão é de um acréscimo de somente 3.500 km de novas linhas de transmissão, pela estimativa atual do DMSE. Mas em 2018 esse acréscimo deve ser superior a 7.500 km, com a entrada em operação do 1º bipolo do sistema de integração da UHE Belo Monte, mantendo-se a média para o período.

As principais realizações de 2016 foram a conclusão das obras da LT em 500 kV Paranaíta – Ribeirãozinho – Marimondo II, com extensão total de 2.280 km, que viabiliza o escoamento da energia gerada pelas usinas da bacia do Teles Pires para os grandes centros consumidores do Sudeste do país.

Merece destaque também a continuidade das obras da LT 800 kV em corrente contínua interligando as Subestações de Xingú, no estado do Pará, e Estreito, no estado de Minas Gerais, que contribuirá para o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Belo Montem atualmente prevista para conclusão em fevereiro de 2018. Com a conclusão desse empreendimento serão adicionados mais 4.180 km de linhas de transmissão e 7.850 MVA de capacidade transformadora ao sistema elétrico nacional.

2 - Com relação à meta de implantar 27.500 MVA de transformação em novas subestações, foi realizado em 2016 um percentual de 15,6%, um pouco abaixo da média necessária a cada ano para se alcançar a meta estabelecida no PPA.

Entretanto, a previsão para os próximos anos é que esse acréscimo fique acima da média, alcançando a meta ao final do período. Em 2017 está prevista a entrada em operação de cerca de 8.500 MVA nas novas subestações transformadoras da Rede Básica do SIN. Para 2018 a previsão de acréscimo de capacidade transformadora em novas subestações do SIN é acima de 10.000 MVA.

As principais realizações do ano foram a conclusão das obras das Subestações Marechal Rondon 440/138 kV – 600 MVA, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, e Miramar 230/69 kV – 450 MVA, na Capital do Estado do Pará.

3 - Em relação ao aumento da capacidade transformadora instalada nas subestações existentes do SIN, o realizado em 2016 já chegou a 35,3% da meta estabelecida no PPA, demonstrando que essa meta deverá ser atingida no período do PPA 2016-2019.

As principais subestações do SIN que tiveram acréscimo na capacidade instalada em 2016 foram a SE Samambaia 500/345 kV, no Distrito Federal, com a instalação do 7º transformador de 1.050 MVA, e a SE João Câmara 500/138 kV, no Rio Grande do Norte, com a implantação do 3º e 4º transformador, de 450 MVA cada e total de 900 MVA.

4 - Com relação aos reforços no sistema de transmissão existente, o montante realizado em 2016 já alcançou 46,7% da meta estabelecida no PPA 2016-2019, e também deverá alcançar 100% ao final do período.

Cabe destacar os reforços efetuados no sistema de Furnas para elevar a confiabilidade de suprimento ao Rio de Janeiro para as Olimpíadas 2016, com extensão total de 176 km, e no sistema de São Paulo, num total de 160 km de extensão.

Quadro 19: Objetivo 0436 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica com a construção de novas instalações e reforço nas existentes.					
Código	0436	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica			Código	2033	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Acréscimo de 8.300 km de redes de distribuição de energia elétrica em média tensão.	KM	8.300	3.040	3.030	36,5%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	KM	3.000	-	-	0%
2	Região Nordeste	KM	1.700	942	942	55%
3	Região Norte	KM	3.600	2.098	2.098	58%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
2	Adicionar 4.400 km de linhas de distribuição de alta tensão ao sistema elétrico	KM	4.400	166	166	2%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	KM	1.250	-	-	-
2	Região Nordeste	KM	1.650	140	140	8,5%
3	Região Norte	KM	1.500	26	26	1,7%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
3	Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 4 pontos absolutos	%	- 4	1,51	1,51	- 61,3%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)

1	Região Centro-Oeste	%	- 0,7	-	-	-
2	Região Nordeste	%	- 6,5	0,80	0,80	- 53,8%
3	Região Norte	%	- 6,5	2,38	2,38	- 28,2%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
4	Adicionar 6.500 MVA de capacidade de transformação em subestações	MVA	6.500	102	102	1,5%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	MVA	2.300	-	-	-
2	Região Nordeste	MVA	800	-	-	-
3	Região Norte	MVA	3.400	102	102	3%

Análise Situacional

1 - Com relação aos investimentos na Média Tensão (13,8 e 34,5 kV) as concessionárias, no ano de 2016, conseguiram um acréscimo de 3.040 km de linhas de distribuição em MT, ou seja, 37% da meta em epígrafe. Tal resultado, não tão satisfatório, foi reflexo de fatores tais como: extinção de fontes de financiamentos, deterioração do fluxo de caixa das empresas, dificuldade de caixa da Holding para repasse de recursos às distribuidoras e, principalmente, que a partir de julho/16, com a nova orientação do acionista majoritário de incluir as empresas de distribuição de energia da Eletrobras no PPI - Programa de Parceria de Investimentos, houve mudanças profundas na forma de gestão e condução dos negócios das distribuidoras.

A partir de 2016 não se considera mais a participação da concessionária CELG-D, de Goiás, no conjunto das empresas do Grupo Eletrobrás, considerando que a mesma foi privatizada. Portanto, no monitoramento do PPA, doravante os valores atribuídos à Região Centro Oeste não mais serão considerados.

2 - Com relação aos investimentos na Alta Tensão (69 kV – 138 kV) as concessionárias, no ano de 2016, obtiveram um acréscimo de 166 km de linhas de distribuição em AT, ou seja, 4% da meta em epígrafe. Destaca-se que foi dada prioridade às obras em final de execução, uma vez que as dificuldades na obtenção de recursos (já citadas na meta 012W) levou à priorização na manutenção e adequação do sistema de distribuição.

Também para essa meta, a partir de 2016 não se considera mais a participação da concessionária CELG-D, de Goiás, no conjunto das empresas do Grupo Eletrobrás, considerando que a mesma foi privatizada. Portanto, no monitoramento do PPA, doravante os valores atribuídos à Região Centro Oeste não mais serão considerados.

Praticamente não houve ampliação de capacidade de transformação. Somente em Rondônia houve um acréscimo de 102 MVA.

3 - Com relação ao combate às Perdas de Energia, para o período de 2015 / 2016 as Empresas de Distribuição da Eletrobrás apresentaram um incremento de 1,51 pontos percentuais. Em 2016, as EDE conviveram com dificuldades já citadas na meta 012W. Além disso, o Programa financiado pelo BIRD, com ênfase no combate a Perdas de Energia Elétrica realizou, até o momento, R\$ 432 milhões, ou seja, 55,6 % do previsto, segundo o acompanhamento do projeto na posição Dez/2016.

A partir de 2016 não se considera mais a participação da concessionária CELG-D, de Goiás, no conjunto das empresas do Grupo Eletrobrás, considerando que a mesma foi privatizada. Portanto, no monitoramento do PPA, doravante os valores atribuídos à Região Centro Oeste não mais serão considerados.

4 - Praticamente não houve ampliação de capacidade de transformação. Somente em Rondônia houve um acréscimo de 102 MVA. Para o ano de 2017, os investimentos estão contingenciados e focados em obras críticas de alta tensão em fase de execução.

- Conclusão e energização da SE – Centro 69/13,8Kv-52MVA; SE- Ariquemes II 69/13,8Kv – 25MVA e SE – Itapuã 69/13,8Kv – 25MVA.

Quadro 20: Objetivo 0437 (PPA) - SEE

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão (DISP-GR).					
Código	0437	órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Energia Elétrica				Código	2033
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Manter o índice de disponibilidade do sistema de geração igual ou superior a 92%	MW	92	89,65	89,65	97%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	MW	87,8%	82,68%	82,68%	94%
2	Região Norte	MW	99%	90,35%	90,35%	91%
3	Região SE/CO	MW	84,4%	95,27%	95,27%	113%
4	Região Sul	MW	99%	91,69%	91,69%	92%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
2	Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade forçada (TEIF) dos sistemas de geração em 2,4%	%	2,4%	6,79%	6,79%	282%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	%	3,8%	10,57%	10,57%	278%
2	Região Norte	%	2%	5,64%	5,64%	282%
3	Região Sudeste	%	2%	4,72%	4,72%	236%
4	Região Sul	%	2%	1,23%	1,23%	61%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
3	Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4%	%	4%	6,78%	6,78%	169%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	%	9,9%	7,57%	7,57%	76%
2	Região Norte	%	2%	4,49%	4,49%	224%
3	Região Sudeste	%	2%	7,89%	7,89%	394%
4	Região Sul	%	2%	7,16%	7,16%	358%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
4	Manter o Índice de Disponibilidade do Sistema de Transmissão igual ou superior a 99%	%	99%	99,56	99,56	100%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	%	98,80%	99,91%	99,91%	101%
2	Região Norte	%	99,90%	99,91%	99,91%	100%
3	Região Sudeste/Centro Oeste	%	98,50%	99,21%	99,21%	100%
4	Região Sul	%	99%	99,21%	99,21%	100%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
5	Implementar 632 ações previstas no PMI (Plano de Modernização das Instalações) para melhoria no desempenho do sistema elétrico nacional	UN	632	206	206	32%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016 - 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	Região Nordeste	UN	80	26	26	32,5%
2	Região Norte	UN	300	8	8	2,6%
3	Região Sudeste/Centro Oeste	UN	225	142	142	63%
4	Região Sul	UN	27	30	30	111%

Análise Situacional

Para 2016 o principal fator que contribuiu para o índice Disponibilidade de Geração Relativa-DISP-GR na região Nordeste foi a indisponibilidade das máquinas 3 e 6 de Paulo Afonso IV. A máquina 6 retornou a operação em dezembro/16 e a máquina 3 tem retorno previsto para maio/2017. A meta informada para o indicador DISPGR é igual à unidade (1,00), que corresponde a 86,69% de disponibilidade de referência para as usinas da Chesf. A disponibilidade de geração apurada foi de 82,68% em 2016.

No caso da região Norte, a Eletronorte simulou as metas de disponibilidade de geração considerando os valores de Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada - TEIFA e Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada- TEIP realizados acumulados dos últimos 60 meses, uma vez que estes valores são dinâmicos e de difícil previsão. A empresa considera que o valor limite para sua meta deve ser o indicador de disponibilidade de referência (DISPGref ou ID), calculado em 85,6%, pois este está associado ao cumprimento das metas pactuadas no CMDE, isto é, $DISPGR = 1,00$. O DISPGR em 2016 foi de 1,059. Para Amazonas GT, os principais fatores que impactaram na disponibilidade de geração no ano de 2016 foram: (i) a restrição da unidade geradora AAUGG-07, na UTE Aparecida, cuja máquina motriz sofreu sinistro em 24 de outubro de 2015 e ainda se encontra fora de operação; (ii) a restrição operacional e financeira na execução de manutenções preventivas no Bloco 3 da UTE Mauá, agravando as paradas intempestivas, inclusive indisponibilidade de 40 dias de uma das unidades geradoras; e (iii) a disponibilidade de geração apurada foi de 88,7% em 2016. A disponibilidade relativa (DISPGR) da empresa em 2016 foi de 96,7%.

Na região Sudeste-Centro Oeste, Furnas considerou para o CMDE (PNG 2016-2020) a seguinte meta para o indicador DISPGR: 2017 a 2020 = 96%. A Eletronuclear informou que a disponibilidade de geração apurada (DISPGa) foi de 90,14% em 2016. O índice de disponibilidade relativa de Geração

(DISPGR) atingiu o valor de 1,0589. A empresa entende que a meta de 92% não está adequada à realidade das Usinas Nucleares. A meta para o índice de disponibilidade foi calculada de acordo com o indicador de disponibilidade de referência (DISPGRref ou ID), da ordem de 85,5%, pois este está associado ao cumprimento das metas pactuadas no CMDE, isto é, $DISPGR = 1,00$.

Para a região Sul, a Eletrosul informou que a disponibilidade de geração apurada (DISPGa) foi de 91,69% em 2016, considerando os valores de TEIFa e TEIP realizados acumulados dos últimos 60 meses. A disponibilidade relativa (DISPGR) da empresa em 2016 foi de 100,64%. No caso da CGTEE a disponibilidade relativa de geração foi de 55,36% em 2016. A disponibilidade apurada (DISPGa) foi de 40,84%. As metas foram obtidas do novo ciclo de CMDE 2017/2021. A Empresa informou que as Usinas Nutepa e São Jerônimo encontram-se com operação comercial suspensa e não foram incluídas nos cálculos dos indicadores.

Para o caso das usinas da região Nordeste, despachadas centralizadamente, o valor de referência da TEIF é 3,78%. O valor apurado nos 12 meses anteriores a dezembro de 2016 foi igual a 10,57%. Para os anos de 2017 a 2019 a Chesf tem como meta o valor de referência. A empresa entende que a meta deve ser o valor contratado com a Eletrobrás (CMDE) e com a ANEEL, calculada pela média ponderada da TEIF definida para cada unidade geradora com base na sua potência.

Para a região Norte, a Eletronorte informou que as metas de TEIF foram calculadas com base em simulações onde foram adotados os valores realizados acumulados dos últimos 60 meses, sendo considerados estes valores dinâmicos e de difícil previsão (quanto à ocorrência e duração). A empresa entende que o processo burocrático para regularização de sinistros, as aquisições e tempo de entrega de matérias e peças, política de estoques em almoxarifados, definições com relação à investimentos em melhorias, disponibilidade de mão de obra necessária, contratação de serviços e mão de obra especializada, podem comprometer consideravelmente o indicador. A Amazonas GT informou a restrição operacional e financeira na execução de manutenções preventivas no Bloco 3 da UTE Mauá, agravou o número de paradas intempestivas, inclusive indisponibilidade de 40 dias de uma das unidades geradoras, afetou o Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada (TEIF).

Na região Sudeste-Centro Oeste, Furnas informou que não tem como estipular uma meta com os valores de redução percentuais indicados. Para a TEIFa e TEIP, ressaltou que os agentes sempre adotaram como meta manter estes indicadores acima dos valores de referência determinados. Para a Eletronuclear a TEIF em 2016 teve desempenho destacado, comprovando que as ações no sentido de aumentar a disponibilidade de geração das Usinas estão sendo efetivas. Os programas de manutenção e operação vêm contribuindo fortemente para a redução da TEIF nos últimos anos. A Eletronuclear projeta uma TEIF dentro da meta em 2017 ($\leq 2,93\%$), isto é, redução de 2,4% em relação ao valor da TEIF de referência (3,00%).

Na região Sul a Eletrosul ressaltou que o indicador TEIF representa apenas a apuração das usinas hidráulicas tanto para a Meta como para a apuração da realização. A empresa entende que a meta deve ser o valor contratado com a Eletrobrás (CMDE) e com a ANEEL, calculada pela média ponderada da TEIF de referência definida para cada unidade geradora com base na sua potência e levando em consideração o histórico de 60 meses desta taxa. A CGTEE adotou como meta os valores de referência das usinas de Presidente Médici (A+B) e Candiota III – Fase C. A partir de 2018, a meta considera apenas a UTE Candiota III – Fase C. A UTE Candiota III - Fase C, no exercício de 2016 desempenhou taxas de indisponibilidade forçada e programada acima dos valores de referência em função de problemas nos aquecedores de ar rotativos, moinhos de carvão e sistema de tratamento de gases.

A CGTEE informou também que a UTE Presidente Médici, composta das Fases A (2 x 63MW) e Fase B (2 x 160MW), possui um histórico acumulado de taxas de indisponibilidades forçadas e programadas bastante elevadas. A unidade 1 retornou à operação comercial em 20/04/2016, permanecendo indisponível desde 09/2011, o que elevou suas taxas de indisponibilidades. A unidade 2 que pertence a Fase A está com a operação comercial suspensa e esteve ao longo de 2016 indisponível à Geração. A unidade 3 está indisponível para o sistema desde o dia 19/09/2016 até 30/04/17 em função de problemas nos sistemas controle de emissão de material particulado, sistemas de revelação de chama

e vibração elevada no turbogerador. A Unidade 4 está limitada em 120 MW e possuindo uma potência instalada de 160 MW acaba por ter uma taxa de indisponibilidade forçada bastante elevada. Esta limitação está associada a Caldeira e seus auxiliares.

As ações contabilizadas incluem Melhorias, Reforços de Pequeno e Superação de Equipamentos sob responsabilidade das empresas Eletrobrás: E. Chesf, E. Eletronorte, E. Eletrosul e E. Furnas. Nesse contexto as empresas citadas concluíram 206 eventos no ano de 2016 e a expectativa de realização para 2017 é de aproximadamente 480 eventos. Mais de 80% dos eventos concluídos são classificados como equipamentos de bay e equipamentos de MPCs.

O principal motivo para a frustração das metas de realização dos eventos de Melhorias e Reforços de Pequeno Porte é a dificuldade para contratar empresas interessadas em realizar esse tipo de serviço devido a capilaridade dos trabalhos.

2.8. Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

ACÕES - SPE

Quadro 21: Ação 20AA – SPE

Identificação da Ação						
Código	20AA		Tipo: Atividade			
Título	Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia					
Iniciativa	01GD - Realização de Pesquisas no Setor Elétrico					
Objetivo	Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica. Código: 0439					
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Ministério de Minas e Energia – MME					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processado
200.000	200.000	0	0	0	0	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Centro apoiado			Unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Análise Situacional Meta física

Não se aplica

Meta Financeira

Não se aplica

Quadro 22: Ação 4897 - SPE

Identificação da Ação	
Código	4897 Tipo: Atividade
Título	Planejamento do Setor Energético
Iniciativa	
Objetivo	Código:

Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária		Ministério de Minas e Energia – MME				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
568.531	568.531	248.908	374.784	348.294	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Documento publicado			unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Análise Situacional Meta física

Em 2016, foram concluídos os estudos pela UNIFEI referente ao Termo de Execução Descentralizada nº 01/2016. Tais estudos foram aprovados pela Nota Técnica nº 103/2016-DPE/SPE-MME, de 5 de dezembro de 2016.

Meta Financeira

Em 11 de novembro de 2016 foi realizada a descentralização orçamentária pela Nota Movimentação de Crédito 2016NC000163 e consequente liberação financeira no valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) por meio da Programação Financeira 2016PF001139, de 7 dezembro de 2016, referente ao Termo de Execução Descentralizada entre o MME e a UNIFEI.

ACÕES - SGM

Quadro 23: Ação 20TZ - SGM

Identificação da Ação						
Código	20TZ		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais Código: 0481					
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia – Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
202.000,00	161.600,00	34.808,00	15.000,00	15.000,00		19.808
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Tecnologia mineral difundida			unidade	30	30	17
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Tecnologia mineral difundida	unidade	0

Análise Situacional

A SGM contribuiu para apoiar eventos realizados pelo CETEM e pela Embrapa Clima Temperado, sobre assuntos relacionados a rochas ornamentais e remineralizadores de solo.

Quadro 24: Ação 4887 – SGM

Identificação da Ação						
Código	4887		Tipo: Atividade			
Título	Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor. Código: 0478					
Programa	Geologia, Mineração e Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
840.386,00	672.386,00	351.470,00	351.470,00	351.470,00	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Estudo realizado		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Estudo realizado	unidade	0	

Análise Situacional

Foi realizado um estudo interno com o objetivo de subsidiar decisões da SGM acerca da necessidade de alterações da legislação do setor mineral. Foram realizados, ainda, dois seminários: Licenciamento Ambiental e Barragens de Mineração. Além disso, foram publicados o Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não-Metálicos e a Sinopse da Mineração e Transformação Mineral.

A Secretaria também contribuiu, por meio da assinatura de Termos de Execução Descentralizada, para apoio institucional à realização do 48º Congresso Brasileiro de Geologia e do 24º Congresso Mundial de Mineração, bem como apoiou a participação de órgãos integrantes do MME na Missão Oficial Brasileira que irá ao PDAC em 2017. A SGM participou ainda de reuniões, eventos e missões internacionais.

Quadro 25: Ação 211G - SGM

Identificação da Ação					
Código	211G		Tipo: Atividade		
Título	Elaboração de Estudos e Projetos visando à Implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTM				
Iniciativa	002U – Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs				

Objetivo	Realizar estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território. Código: 0042					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.320.000,00	1.320.000,00	208.625,80	-	-	-	208.626
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Relatório produzido			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	1	1	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Análise Situacional

Em 2016, foi realizada visita técnica ao Polo Produtivo de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim -ES, com o intuito de conhecer localmente as atividades do setor e colher informações para subsidiar decisões da SGM sobre a viabilidade de implantação de ZPTM.

ACÕES - SPG

Quadro 26: Ação 4892 - SPG

Identificação da Ação						
Código	4892		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis.					
Iniciativa						
Objetivo	Não possui iniciativa			Código: -		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia			Código: 2119	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	32101 – Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
449.745,00	449.745,00	410.999,00	390.034,00	390.034,00	-	10.997,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Iniciativa implementada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	30	-	15
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
12.357,56	-	-	Iniciativa implementada	Unidade	

Análise Situacional

Meta física

A dotação orçamentária e financeira desta ação é utilizada para diárias e passagens para condução das seguintes iniciativas previstas no PPA 2012-2015: outorga de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, na modalidade de concessão; ajuste da política sobre conteúdo local mínimo nos novos contratos de concessão; definição das cláusulas de conteúdo local para os contratos de partilha da produção; política de incentivo à participação de pequenas e médias empresas de Exploração e Produção; revisão das cláusulas de conteúdo local mínimo nos contratos de cessão onerosa, conforme previsto nestes contratos; ampliação da atuação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) na área de estudos para o planejamento do Setor Petrolífero; elaboração dos contratos de partilha da produção, com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União; gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A; gestão dos contratos de partilha da produção pela Pré-Sal Petróleo S/A; proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção; realização de estudos sobre petróleo e gás; elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT); monitoramento das condições e da evolução do mercado de combustíveis;

Além disso, há o pagamento de participação no Comitê Executivo do Acordo de Cooperação em Bioenergia da Agência Internacional de Energia.

No entanto, no acompanhamento orçamentário de janeiro/junho de 2016, foi observado que a solicitação feita para alteração das iniciativas de 30 para 15 não foi realizada. Então, novamente, no acompanhamento citado acima, foi colocado como Reprogramado de 30 para 15. Além disso, foi inserido na análise que "as chamadas iniciativas implementadas, referenciadas na Ação 4892, sob responsabilidade desta SPG, não dizem respeito a produtos (ou projetos físicos). São fundamentalmente iniciativas institucionais, consideradas como temas de relevância para atuação desta Secretaria, que contribuem para o planejamento dos setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis.

Vale ressaltar que não há como especificar meta física para a Ação 4892.

Meta financeira

Dos R\$ 449.745,00 previstos no orçamento, foram empenhados recursos que alcançaram 91,38% da dotação.

A diferença do valor da LOA para o empenhado foi limite que a SPG recebeu no MME (para atender ao contingenciamento).

Quadro 27: Ação 0E90 - SPG

Identificação da Ação			
Código	0E90	Tipo: Operações Especiais	
Título	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)		
Iniciativa	Não possui iniciativa		
Objetivo	Não possui objetivo	Código: -	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	Código: 2119	Tipo:
Unidade Orçamentária	32101 – Ministério de Minas e Energia		

Ação Prioritária		() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.137.455,00	3.137.455,00	3.137.455,00	3.137.455,00	3.137.455,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional

Meta física

Não se aplica

Meta financeira

Foram repassados R\$ 3.137.455,00 à PPSA como parte da integralização do capital da União, conforme previsto no Decreto nº 8063, de 1º de agosto de 2013.

Quadro 28: Ação 00OE - SPG

Identificação da Ação						
Código	00OE		Tipo: Atividade			
Título	Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão dos Contratos					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Operações Especiais	Código: 0909	Tipo: Operações Especiais			
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.728.518,00	45.928.518,00	45.246.446,00	41.301.723,00	41.301.723,00	-	3.760.348,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.760.347,66	3.760.347,66	-	-	-	-	

Análise Situacional

Meta física

Não se aplica

Meta financeira

Foi pago o valor de R\$ 41.301.723,00 (quarenta e um milhões, trezentos e um mil, setecentos e vinte e três reais), correspondente aos serviços prestados pela PSSA em 2016, de acordo com contrato assinado entre Ministério de Minas e Energia e a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – PPSA, pela gestão de contratos na modalidade de partilha de produção.

ACÕES - SEE

Quadro 29: Ação 20L8 - SEE

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20L8		Tipo: Atividade			
Título	Monitoramento das Ações de Comercialização de Energia e da Política Tarifária.					
*Iniciativa	-					
Objetivo	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da políticas tarifárias em todo o território nacional. Código: 029					
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.000,00	36.000,00	7.429,00	7.429,00	7.429,00		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Relatório divulgado		unidade	4	-	4	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional

Meta física

A Ação 20L8 contempla como Meta Física 4 (quatro) relatórios denominados Informativos Tarifários.

O objetivo dos Informativos Tarifários é apresentar, de forma gerencial, diversas informações sobre as tarifas de energia referentes ao Setor Elétrico Brasileiro.

Esses produtos contemplam um conjunto de dados pesquisados, coletados e organizados pelo DGSE/SEE, que retratam a evolução das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a dinâmica regulatória nos processos de reajustes tarifários anuais e revisões periódicas e extraordinárias.

Esses documentos são relativos às informações de três meses anteriores a data de sua divulgação, e emitidos em abril/2016, julho/2016, outubro/2016 e janeiro/2017. Assim, fecha a meta física prevista de 4 relatórios.

Cabe destacar as seguintes informações presentes no informativo:

- A Composição da Energia Comprada 2015/2016 (posição 31/12/2016), apresentou um valor total aproximado de R\$ 69,4 bilhões, sendo que 48% é relativo ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR);
- Os encargos setoriais no período (janeiro a dezembro/2016) correspondem a 23,4% da receita requerida pelas Distribuidoras de Energia, sendo que desses 23,4%, 67,8% correspondem à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;
- A maior tarifa homologada sem tributos relativa à classe residencial apresentada nesse informativo teve o valor em R\$/MWh de 583,40;
- No ano de 2016, a bandeira tarifária considerada nos meses de janeiro e fevereiro foi Vermelha P1; no mês de março foi Amarela; nos meses de abril a outubro foi Verde; no mês de novembro foi Amarela; no mês de dezembro foi Verde.

Meta financeira

A previsão orçamentária final para o desenvolvimento dessa Ação foi dotada em R\$ 36.000,00. Após definição do limite foi liquidado e pago o montante de R\$ 7.429,00 com viagens das equipes para o monitoramento das ações de comercialização de energia e da política tarifária.

Quadro 30: Ação 215Y - SEE

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	215Y		Tipo: Atividade			
Título	Monitoramento do Atendimento das Demandas por Energia Elétrica					
*Iniciativa						
Objetivo	Universalizar o Acesso à energia elétrica		Código: 045			
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.704.533,00	1.363.773,00	69.020,00	69.020,00	69.020,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Domicílios Atendidos		Unidade	58.068		73.641	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional

Meta física

A meta física anual se refere ao número de domicílios rurais que receberão a ligação de energia elétrica, com obras executadas pelos contratos do Programa Luz para Todos firmados com as distribuidoras, com recursos subsidiados da CDE e recursos financiados pela CAIXA nos percentuais estabelecido nos Termos de Compromisso. Os Termos de Compromisso definem as metas globais, que poderão gerar mais de um contrato, pois considera a capacidade de realização de obras anual de cada distribuidora.

No ano de 2016 o cronograma de obras foi realizado de forma satisfatória, permitindo a elaboração de novos contratos, e, portanto, agregando mais ligações à meta prevista.

Os recursos orçamentários desta ação se destinam ao apoio logístico para as atividades de monitoramento das obras e dos contratos do Programa, bem como para a operacionalização dos procedimentos de revitalização e desfazimento dos equipamentos do PRODEEM.

Meta financeira

A previsão orçamentária final para o desenvolvimento dessa ação foi dotada em R\$ 1.363.773,00. Após definição do limite de empenho e de remanejamento para a SPOA/MME, o valor gasto de R\$ 69.020,00 com viagens das equipes para o monitoramento do Programa Luz para Todos nos Estados.

Quadro: 31: Ação 20L6 - SEE

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20L6		Tipo: Atividade			
Título	Coordenação das Ações de Integração Elétrica com os Países vizinhos.					
*Iniciativa						
Objetivo	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional. Código: 029					
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
90.000,00	72.000,00	39.614,00	39.614,00	39.614,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Acordos Firmados		Unidade	4	-	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional

Meta física

Durante o período de janeiro a dezembro de 2016 foram realizadas trocas de mensagens entre as Secretarias de Energia Elétrica de Brasil e Argentina em que ambos os países manifestaram a intenção de renovar o Memorando de Entendimento - MdE que vigeu até 31 de dezembro de 2015. O documento trata de intercâmbios de energia elétrica interruptíveis e a operacionalização de forma excepcional e temporária da UTE Uruguaiana.

Considerando a sobrecontratação conjuntural das empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, o novo MdE acrescentou artigo vislumbrando a possibilidade de suprimento de energia elétrica firme em médio prazo.

O novo MdE foi assinado em 11 de maio de 2016 e prevê uma vigência até 31 de dezembro de 2018.

Dentro do escopo do MdE foram efetuadas tratativas visando a autorização para exportação de energia “firme” das UTEs Mário Covas (Cuiabá) e Uruguaiana.

Em relação ao Uruguai foi dado início às tratativas para renovação do MdE encerrado em 31 de dezembro de 2014. Entretanto encontra-se vigente a autorização para a Eletrobrás importar até 570 MW daquele país, com prazo até 31 de dezembro de 2018.

No dia 5 de agosto de 2016, foi integrada ao SIN a Conversora de frequência de Melo, que permite intercâmbio de energia diretamente entre o Brasil e o Uruguai.

No período enfocado, mais especificamente nos meses de julho e agosto de 2016, houve fluxo de energia elétrica para a Argentina dentro das modalidades estabelecidas no MdE, mediante utilização de usinas térmicas não despachadas para atender o mercado brasileiro.

No ano 2016, verificou-se expressivo aumento da utilização da interligação Garabi 1 e 2, que viabiliza o intercâmbio internacional entre Brasil e Argentina. Em 2015 o intercâmbio total realizado foi de 275,2 GWh e, em 2016, atingiu o valor de 819,7 GWh. Este aumento expressivo é justificado pela realização, nos meses de julho e agosto de 2016, de exportação de energia de usinas térmicas que não estavam despachadas para atendimento ao sistema elétrico brasileiro, conforme autorizado pela Portaria MME nº 271/2016.

Visando dinamizar a utilização das interligações internacionais, do mercado de geração de energia elétrica brasileiro, e para melhor aproveitamento das disponibilidades energéticas regionais, foram analisadas diversas modalidades para exportação de energia, no âmbito do MME e dos principais órgãos envolvidos no setor elétrico (EPE, ONS, CCEE e Aneel). Apesar deste trabalho ainda não ter sido concluído, entendeu-se que a modalidade com maiores chances de avanço no curto prazo é a de intercâmbio de oportunidade, baseado em montante de energia e preço variáveis na fronteira.

Meta financeira

A previsão orçamentária para o desenvolvimento dessa Ação era de R\$ 90.000,00. Durante o ano de 2016, foi liquidado e pago o valor de R\$ 39.614,00 dos quais foram gastos com viagens das equipes de monitoramento da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético, bem como dos processos de comercialização e da implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Quadro 32: Ação 20L7 - SEE

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20L7 Atividade			Tipo:	
Título		Monitoramento da Expansão e do Desempenho dos Sistemas Elétricos em Apoio ao CMSE.				
*Iniciativa						
Objetivo		Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional. Código: 029				
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		32101 - Ministério de Minas e Energia				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
326.520,00	261.220,00	114.100,00	114.100,00	114.100,00		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Empreendimentos monitorados		Unidade	1.200	-	1.115	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional**Meta física**

No contexto geral do DMSE, em 2016 foram monitorados 1.115 empreendimentos, sendo 617 de expansão da oferta de geração e 452 de expansão da Rede de Transmissão, 46 relativos aos processos de distribuição com as concessionárias do Segmento e para garantir a realização dos jogos olímpicos Rio 2016, e 61 do Desempenho do Sistema, para avaliar a segurança eletroenergética. Assim, considerando a meta estabelecida para essa Ação, de 1.200 empreendimentos, houve uma realização de 98% para o primeiro semestre de 2016.

Meta financeira

A previsão orçamentária final para o desenvolvimento dessa Ação foi dotada em R\$ 261.220,00. O valor de R\$114.100,00 foi gasto com viagens das equipes para o monitoramento da expansão e do desempenho dos sistemas elétricos.

Quadro 33: Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Identificação da Ação	
Código	1379 Tipo: Projeto
Título	Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades
*Iniciativa	
Objetivo	Código: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica
Programa	Código: 2033 Tipo: Temático

Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
834.637		13.970		Unidade	0

Identificação da Ação					
Código	Tipo: 20A9				
Título	Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica				
*Iniciativa					
Objetivo	Código: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica				
Programa	Código: 2033 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	32101 - Ministério de Minas e Energia				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
13.027		13.027			0

Nota: As ações constantes no quadro Ações não previstas na LOA do Exercício - Restos a Pagar não Processados - OFSS são ações incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2015. Porém, na fase qualitativa do PLOA 2016, ainda em 2015, foram excluídas do cadastro de ações do PLOA 2016. Entretanto, essas ações foram executadas no orçamento 2015 e tiveram empenhos inscritos em restos a pagar em 2016.

2.9. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Por meio de uma visão geral sobre o ano de 2016, em relação às atividades desenvolvidas ou monitoradas pelo Ministério de Minas e Energia, observa-se que alguns objetivos/ações de sua responsabilidade tiveram suas realizações impactadas por diversas razões as quais são descritas a seguir.

- 1 A elaboração do PNE 2050 teve sua publicação postergada para 2017, em razão de necessidades de revisões de estudos de demanda de energia, em conformidade com a atual conjuntura do país.
- 2 Em razão da permanência do cenário hidrológico extremamente desfavorável nas regiões Nordeste e Norte, foi mantido o despacho térmico, com montante definido em função da produção de energia eólica na região Nordeste e da evolução do armazenamento do reservatório da UHE Tucuruí.
- 3 Quanto ao Objetivo 45 – PPA – SEE, Programa Luz Para Todos, ainda houve algumas dificuldades que interferiram no cumprimento da meta estabelecida para 2016, originadas pelos seguintes fatores:
 - A transição na gestão da CELG Distribuição S.A. comprometeu significativamente a meta da região Centro-Oeste;
 - Na região Norte, em razão de problemas com licitações, falta de mão de obra local e dificuldades logísticas para a execução de obras em regiões remotas, o desempenho das concessionárias ficou abaixo do previsto;
 - Na região Sudeste, em particular na área de concessão da AMPLA, alguns projetos tiveram atrasos significativos na obtenção de licenças ambientais, impactando o desempenho daquela região.
 - Os estados de Roraima e Alagoas não cumpriram a meta em 2016, decorrente da não renovação da concessão com a designação das empresas do Grupo Eletrobrás, para gerirem a prestação de serviços de energia elétrica nesses estados.
 - Cancelamento pela ANP da 1ª licitação de Transporte de Gás Natural, devido às determinações do TCU, a respeito de ajustes necessários no Projeto.

- Paralisação das obras da UPGN Comperj – Rota 3, em setembro 2015, com 35% de realização, por dificuldades envolvendo o consórcio de empresas contratado para a execução dos serviços.
- Algumas metas previstas no PPA de 2016-2019 do Setor de Mineração foram postergadas, pois à época de suas definições esperava-se que o marco legal seria aprovado posteriormente. São elas meta 043H (Regulamentação do marco legal) e meta 0431 (Revisão do Plano Nacional de Mineração – PNM30).
- O PL 5807/13 – Marco legal da Mineração sofreu alterações, pois, com as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados e as mudanças no cenário nacional e internacional o referido PL, não mais reflete a demanda. (Meta 43 H).
- Arranjos Produtivos Locais APLS – Meta 43 T do objetivo 0481 SGM não foi concluída em razão de conter definições imprecisas e da falta de uma base de dados e de indicadores para os arranjos minerais impossibilitaram mensurar o resultado dos esforços em prol do desenvolvimento dos APLS.

Mitigações

- Ações de mitigação do impacto de obras estruturantes atrasadas e ações emergenciais como, por exemplo, o acompanhamento semanal, em 2016, das obras referentes ao escoamento da energia da UHE Teles Pires, o acompanhamento quinzenal das obras ao escoamento da energia da UHE Belo Monte, e de outras.
- A retração econômica sofrida pelo país nos últimos anos tem prejudicado o desempenho do previsto no PDE 2024, referentes às produções de biocombustíveis (Objetivo 0185 – PPA – SPG) e nas metas do PEMAT – Expansão da Malha de Dutos (Objetivo 0529 – PPA-SPG) e outros. Alterações recentes no planejamento da Petrobrás responsável por 96% da oferta nacional da malha dutoviária do país impactaram significativamente o cenário de referência construído pela EPE, no que diz respeito à oferta futura do gás. A Petrobrás pretende se desfazer de grande parte dessa estrutura, o que atrasou a publicação do PEMAT, até que se pudesse melhor avaliar a situação. Como mitigação, o MME lançou em 2016 a iniciativa Gás para Crescer.
- Em razão da necessidade de atração de investimentos e de geração de empregos para o setor de petróleo, gás natural e Biocombustíveis, os comitês que fazem parte do PEDEFOR – Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural trabalharam em 2016, definindo exigências de Conteúdo Local para as próximas rodadas de licitações previstas para 2017.
- A retração econômica pela qual passa o país nos últimos anos teve influência direta no setor de mineração.
- O cenário de desaquecimento na economia brasileira provocou a elaboração de uma agenda de políticas voltada para a recuperação da credibilidade da indústria nacional e da confiança do investidor, promovendo maior competitividade, melhoria do ambiente de negócios e maior atratividade aos investimentos privados.
- Acompanhamento minucioso da SGM dos trabalhos e discussões sobre o rompimento da Barragem Fundão em Mariana/MG. Apoio ao DNPM para aperfeiçoamento do monitoramento das barragens de mineração.

2.10. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no Orçamento

Para o exercício de 2016, não houve registro contábil que evidenciasse qualquer obrigação assumida por esta Unidade Prestação de Contas – UPC classificada como Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

2.11. Restos a pagar de exercícios anteriores

RESTOS A PAGAR - SPG

Quadro 34: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPG/MME

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º/1/2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016	
X-1	-	-	-	-	
X-2	-	-	-	-	
X-n	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º/1/2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2014	12.357,56	0,00	0,00	12.357,56	0,00
2015	3.775.703,51	3.771.344,65	3.771.344,65	4.358,86	0,00

Análise Situacional

Restos a Pagar Processados: Não há registro de restos a pagar processados.

Restos a Pagar não Processados: Inscrição 2014: o montante de R\$ 12.357,56 refere-se a serviços de caráter continuado, Contrato 05/2014 – P&P TURISMO LTDA - ME, cujas despesas demandadas durante o mês de dezembro são costumeiramente pagas no exercício seguinte. O saldo encontrava-se bloqueado desde 27/02/2015, para atendimento ao Decreto nº 8407/2015 e foi cancelado automaticamente na data de 29/02/16.

Inscrição 2015: Os saldos dos empenhos 2015NE800001 e 2015800008 que totalizavam R\$ 4.358,86 foram cancelados pelo gestor em 31/05/2016, após verificação da inexistência de faturas pendentes de liquidação. O saldo do empenho 2015NE000022 que totalizava o valor de R\$ 3.760.347,66 foi pago integralmente no dia 18/02/2016, referente ao Contrato entre Ministério de Minas e Energia e a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – PPSA, referente ao mês de dezembro/2015, pela gestão de contratos na modalidade de partilha de produção.

RESTOS A PAGAR - SGM

Quadro 35: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SGM/MME

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2014	17.024,85	0,00	0,00	17.024,85	0,00
2015	9.660,83	905,46	905,46	8.755,36	0,00
-	-	-	-	-	-

Análise Situacional

Restos a Pagar não Processados: Os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados, no exercício de 2014, referem-se aos saldos de Restos a Pagar Bloqueados, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 8.407/15 e cancelados automaticamente na data de 29/02/2016. Os saldos de empenhos inscritos no exercício de 2015 foram cancelados pelo gestor após verificação de inexistência de faturas pendentes de liquidação.

RESTOS A PAGAR - SPE

Quadro 36: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SPE/MME

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º/jan do ano 2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
2014	18.728,44	0,00	18.728,44	-
-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º/jan do ano 2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
2015	12.034,93		12.034,93	-
-	-	-	-	-

Análise Situacional

Restos a Pagar não Processados: O montante de R\$ 59.489,92 refere-se às seguintes despesas:

Empenho	Credor	Valor Inscrito	Valor Pago	Saldo
2015NE800007	BANCO DO BRASIL SA	12.034,93	12.034,93	0,00
2014NE800002	P&P TURISMO LTDA - ME	13.824,87	7.761,48	6.063,39
2014NE800003	P&P TURISMO LTDA - ME	12.665,05	0,00	12.665,05
Total		38.524,85	19.796,41	18.728,44

A Nota de Empenho 2015NE800007 – Banco do Brasil - se refere a despesas com passagens aéreas nacionais – Compra Direta – demandadas pela SPE).

As Notas de Empenho da P&P TURISMO LTDA – ME, se refere a serviços do Contrato 05/2014 – MME, de passagens aéreas, e o saldo de R\$ 18.728,44 foi bloqueado em 27/02/2015, para atendimento ao Decreto nº 8407/2015, e permaneceu na conta 631510000 - RPNP A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETO para cancelamento automático, visto que o processo de apuração de valores a pagar não detectou faturas pendentes de liquidação.

RESTOS A PAGAR - SEE

Quadro 37: Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores - SEE/MME

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano x (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (d) = (a-b-c)	
2015	89.242.902,75	89.242.902,75	0,00	0,00	
X-2	-	-	-	-	
X-n	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2015	190.022.729,57	178.843.549,48	178.843.549,48	11.597,29	11.167.582,80
2014	83.127.516,92	35.919.457,72	35.919.457,72	42.584,01	47.165.475,19
X-n					

Restos a Pagar Processados:

Em 2015 o valor de R\$ 89.242.902,75, refere-se a Nota de Empenho 2015NE000028 que foi pago integralmente até março de 2016, em atendimento aos Repasses de Recursos Financeiros para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Fornecimento de Energia Temporária - TPP para o International Broadcast Center – IBC e Cluster da Barra da Tijuca referente ao fornecimento de energia temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Processo 48000.000742/2015-56, Ação 7118-MF/TN.

Restos a Pagar Não Processados:

Em 2015 do montante de R\$ 190.022.729,57, o valor inscrito em liquidado e pago, de R\$ 178.843.549,48, refere-se a:

- Nota de Empenho 2015NE000028: Liquidada e paga no decorrer do ano de 2016, no valor de R\$ 178.832.417,20 em atendimento aos Repasses de Recursos Financeiros para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Fornecimento de Energia Temporária - TPP para o International Broadcast Center – IBC e Cluster da Barra da Tijuca referente ao fornecimento de energia temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Processo 48000.000742/2015-56, Ação 7118-MF/TN.

- Valor cancelado totalizando R\$ 11.597,29: São referentes as Notas de Empenho 2015NE800011, de R\$ 3.368,42, para atender despesas com passagens aéreas nacionais –

Compra Direta, e 2015NE800025, de R\$ 8.228,87, para atender despesas com viagens internacionais.

- Saldo a pagar no valor de R\$ 11.167.582,80 terá validade até 30.6.2017, conforme Decreto nº 93.872/1996 e Decreto nº 7.654/2011, que ficará a disposição e serão destinados ao complemento dos serviços de fornecimento de Energia Temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, Processo 48000.000742/2015-56.

Em 2014 do montante de R\$ 83.127.516,92, o valor inscrito de R\$ 35.919.457,72 foi liquidado e pago refere-se a:

- Nota de Empenho nº 2014NE0000001, saldo no valor de R\$ 69.685.000,00: Em 30.6.2016 foi emitida a Ordem Bancária nº 2016OB000079, no valor de R\$ 28.838.361,00, sendo destinada ao pagamento do Plano Diferenciado de Operação e Manutenção, autorizado pelo Decreto 8.792, de 29.6.2016, Processo 48000.000742/2015-56.

E o saldo de R\$ 40.846.639,00 foi automaticamente cancelado em 30.6.2016, conforme Decreto nº 93.872/1996 e Decreto nº 7.654/2011.

- Nota de Empenho nº 2014NE0000022, saldo no valor de R\$ 12.579.265,90: Em 14/06/2016 foi emitida a Ordem Bancária nº 2016OB800071, no valor de R\$ 7.081.096,72, sendo destinada ao pagamento das Obras 13,8 kV LIGHT, Processo 48000.000742/2015-56.

E o saldo de R\$ 5.498.169,18 foi automaticamente cancelado em 30.6.2016 conforme Decreto nº 93.872/1996 e Decreto nº 7.654/2011.

Do montante de R\$ 83.127.516,92, o valor totalizando R\$ 820.667,00, Ação 1379, Notas de Empenho 2014NE000012, de investimento, no valor de R\$ 544.310,01 e 2014NE000021, de custeio, no valor de R\$ 276.357,00, foram destinados em complemento ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12. Estas NE foram automaticamente canceladas em 30.6.2016 conforme Decreto nº 93.872/1996 e Decreto nº 7.654/2011.

O valor cancelado de R\$ 42.584,01 destinadas a P&P Turismo –EPP refere-se a:

Empenho	Credor	Valor Cancelado
2014NE800001	P&P TURISMO LTDA	3.460,19
2014NE800003	P&P TURISMO LTDA	13.970,46
2014NE800005	P&P TURISMO LTDA	13.026,52
2014NE800009	P&P TURISMO LTDA	12.126,84
Total		42.584,01

Do montante de R\$ 83.127.516,92, o saldo a pagar de R\$ 47.165.475,19 foi automaticamente cancelado em 30.6.2016 conforme Decreto nº 93.872/1996 e Decreto nº 7.654/2011.

RESTOS A PAGAR - SPOA

Quadro 38: Restos a pagar UG 320005 - CGRH

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (d) = (a-b-c)	
X-1	-	-	-	-	
X-2	-	-	-	-	
X-n	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2015	2.167.009,94	0,00	2.029.446,93	0,00	137.563,01
X-2					
X-n					

Análise Situacional

- A inscrição em Restos a Pagar da Nota de Empenho – 2015NE000006, para as despesas com reembolso/ressarcimento às empresas com funcionários cedidos ao MME, aconteceu devido ao registro anual das empresas, que apresentaram as faturas para o reembolso referentes ao mês de dezembro/2015 só em janeiro/2016.

- O saldo remanescente permaneceu empenhado aguardando possíveis ressalvas às glosas realizadas nas faturas apresentadas por parte das empresas em conformidade com as análises realizadas. O saldo de RP não Processado a Liquidar R\$ 137.563,01 foi anulado no exercício de 2017.

Quadro 39: Restos a pagar UG 320004 – CGRL

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (d) = (a-b-c)	
2015	5.961,48	5.961,48	0,00	0,00	
2014	569,66	-	-	569,66	
2013	4.983,05	0,00	0,00	4.983,05	
2012	28.936,88	13.770,60	0,00	15.166,28	
2011	20.025,82	15.545,00	0,00	4.480,82	
2010	4.824,11	4.824,11	0,00	0,00	
2009	181,33	0,00	0,00	181,33	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2015	207.906.061,19	3.375,00	205.344.360,02	2.558.326,17	3.375,00
2014	1.428.303,09	0,00	0,00	1.428.303,09	0,00
X-n	-	-	-	-	-

Análise Situacional

Os pagamentos dos Restos a Pagar não causaram impactos na gestão financeira da Unidade no exercício de 2016.

Os valores contabilizados como Restos a Pagar Processados referem-se à retenção de

valores de fornecedores para apuração e possíveis aplicação de penalidades por descumprimento contratual.

A indicação de pagamento do RPP demonstra que o processo foi concluído e, portanto, houve deferimento da defesa e devolução dos valores retidos à empresa, ou, indeferimento com o respectivo recolhimento ao Tesouro Nacional.

Os saldos de RPP existentes demonstram processos pendentes de conclusão, em fase de análise para definição da punição.

Quanto aos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2014, não pagos e conseqüentemente cancelados, referem-se aos saldos de Restos a Pagar Bloqueados, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 8.407/15. Os saldos de empenhos inscritos no exercício de 2015 foram cancelados pelo gestor após verificação de inexistência de faturas pendentes de liquidação.

2.12. Execução descentralizada com transferência de recursos

A entrega de recursos a órgãos e entidades públicas ou privadas é realizada por meio de transferências voluntárias (Convênios e ou Instrumentos Congêneres).

2.13. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

CONVÊNIOS - SGM

Quadro 40: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SGM)

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-	-	-	244.600,00
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	05	01	01	255.000,00	15.000,00	35.000,00
Totais	05	01	01	255.000,00	15.000,00	279.600,00

Fonte: SGM

OBS.: O valor de R\$ 244.600,00 repassado em 2014, refere-se à segunda parcela do Convênio 787420/2013, celebrado com o estado do Maranhão. É importante mencionar ainda que foi concluída em 2016 a análise da prestação de contas do referido convênio.

Quadro 41: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	02
		Montante Repassado	-	-	30.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-

Fonte: SGM

Quadro 42: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SGM)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão			Instrumentos		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada		-	-	02
	Quantidade reprovada		-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas		-	-	-
	Montante repassado (R\$)		-	-	30.000,00
Contas analisadas NÃO	Quantidade		-	-	-
	Montante repassado (R\$)		-	-	-

Quadro 43: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	--	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-

Análise Crítica

A SGM, por meio de atuação junto ao conveniente, busca, entre outros, indicar os procedimentos para apresentação adequada das prestações de contas, otimizar seu tempo de análise, celeridade no encaminhamento de informações e/ou documentações complementares, quando necessário, visando à prevenção quanto a quaisquer eventualidades que possam extrapolar prazos regulamentares de prestação de contas.

No exercício desse Relatório de Gestão, exauriu-se o prazo para apresentação da prestação de contas de 2 Termos de Execução Descentralizada (TED): um celebrado em 2015 e outro celebrado em 2016. Ambos tiveram as contas analisadas e aprovadas. Vale ressaltar que, os outros 4 TED assinados em 2016 terão o exercício de 2017 como prazo final para análise de prestação de contas.

É importante mencionar ainda que foi concluída em 2016 a análise da prestação de contas do Convênio 787420/2013, celebrado com o estado do Maranhão, o qual teve as contas prestadas no exercício de 2015.

CONVÊNIOS - SPE

Quadro 44: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SPE)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ:	37.115.383/0001-53					
UG/GESTÃO:	320010/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento. (em R\$ 1,00).		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio			1			250.000,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	1		75.000,00	75.000,00	
Termo de Compromisso						
Totais	1	1	1	75.000,00	75.000,00	250.000,00

Análise Situacional

Em 8 de dezembro de 2015, foi celebrado o Termo de Execução Descentralizada nº 01/2015, entre o MME e a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, cujo objeto é o apoio técnico aos trabalhos do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MME nº 376, de 5 de agosto de 2015.

No exercício de 2015, ocorreu uma transferência financeira, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) por meio da Nota de Programação Financeira 2015PF001524, de 9 de dezembro de 2015, referente à parcela inicial do referido Termo de Execução.

Em 19 de outubro de 2016, foi celebrado o Termo de Execução Descentralizada nº 01/2016, entre MME e a UNIFEI. A liberação financeira no valor de R\$75.000,00 (setenta e

cinco mil reais) foi efetivada pela Programação Financeira 2016PF001139 em 7 de dezembro de 2016.

Quadro 45: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (SPE)

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE				
CNPJ: 37.115.383/0001-53		UG/GESTÃO: 320010/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2016	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2015	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	300.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Anteriores a 2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	1.300.000,00	

Análise Situacional

Não houve convênios em 2016.

CONVÊNIOS - SPG

Não houve convênios em 2016.

CONVÊNIOS - SEE

Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferência e dos montantes transferidos

Análise Crítica

Nos últimos três exercícios, no âmbito das Ações Integradas e Prodem de responsabilidade do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia - DPUE da Secretaria de Energia Elétrica- SEE, não foram celebrados e tampouco liberado recursos, para Convênios ou Contratos de Repasse.

Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Análise Crítica

Com referência ao exercício de 2016, não existiu no âmbito do DPUE/SEE com relação à Ações integradas nenhum Convênio com contas não prestadas. Em relação ao Prodeem/DPUE, no que tange a exercícios anteriores, ainda existem 4 Convênios vigentes cujas contas são prestadas parcialmente, conforme aposto no quadro Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Como também, já informado em 2015, inexistem Convênios aguardando prestação de contas com “prazo vencido”, pois, todos os passivos relacionados aos Termos de Convênios foram solucionados. Salieta-se que todos os Termos de Convênios relacionados ao DPUE/SEE (Ações Integradas e Prodeem) foram celebrados anteriormente a 2013. Importa registrar que as pendências mencionadas foram sanadas em 2015, estando os Convênios com prestação de contas final aprovadas e processos arquivados, salvo um Termo de Parceria citado em Relatórios de Gestão anteriores que foi objeto de Tomada de Contas Especial – TCE, Portaria nº 16, de 10 de março de 2015, prorrogada pela Portaria nº 20, de 28 de abril de 2015, Processo 48000.000379/2015-7, enviado a CGU em 29 de maio de 2015, por meio do Ofício nº 33/2015-SPOA/SE-MME, e enviada ao Tribunal de Contas da União em 19 de outubro de 2015, onde encontra-se em análise. Portanto, o planejamento pode abolir o passivo de Convênios na carga da Secretaria de Energia Elétrica, que foi realizado por intermédio de ações corretivas relativas ao Plano de Ações dos Convênios.

Visão gerencial da análise das contas prestadas

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Análise Crítica

Conforme já explicitado na sessão anterior, no exercício de 2016 no âmbito da Secretaria de Energia Elétrica - SEE com relação à Ações integradas/Prodeem, com contas já analisadas ou a ser analisadas não existe nenhum Termo de Convênio ou Contrato de Repasse.

Quadro 46: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos (SEE)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	(1) (2) (3) (4)				
Contratos de repasse					
...					
...					

Análise Situacional-- CONVÊNIOS VIGENTES – PRODEEM

- (1) Convênio nº 010/2004 - Processo nº 48000.002796/2003-12, celebrado entre o MME e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, com vigência até 30/09/2017 – Apresentou as Prestações de Contas Parciais até o 3º Trimestre de 2016 e as contas estão em análise pela CONT/CGOF.
- (2) Convênio nº 012/2004 - Processo nº 48000.002292/2004-83, celebrado entre o MME e Furnas Centrais Elétricas S/A, com vigência prorrogada para 30/09/2017 – Apresentou em dezembro/2016 às Prestações de Contas Parciais e as prestações encontram-se em análise pela CONT/CGOF.
- (3) Convênio nº 009/2004 - Processo nº 48000.002623/2003-02, celebrado entre o MME e a Eletrosul Centrais Elétricas S/A., com vigência 31/12/2017. Prestações de Contas Parciais apresentadas até o 3º Trimestre/2016.
- (4) Convênio nº 014/2004 - Processo nº 48000.002579/2004-11, celebrado entre o MME e Companhia Hidroelétrica do São Francisco S/A com vigência prorrogada até 30/09/2017, contas apresentadas até o 3º Trimestre/2016.

Quadro 47: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	MME/SEE					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-*-	(1)	(1)	-*-	879.333,00	800.000,00
Contrato de repasse						
...						
Totais						

(1)Eletrobrás Eletronorte

Em dezembro/2014, foi realizado o repasse da 6ª parcela no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, referente ao Convênio nº 010/2004 - Processo nº 48000.002796/2003-12.

A 7ª parcela no valor de R\$ 879.333,00 (oitocentos e setenta e nove mil e trezentos e trinta e três reais), foi liberada em dezembro/2015.

CONVÊNIOS - SPOA

Para esse exercício a SPOA não necessitará de apresentar informações relativas a transferências de recursos (convênios), pois o único convênio GEAP firmado pelo MME foi substituído pelo acordo assinado entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a GEAP.

2.14. Informação sobre realização das receitas

A UPC- MME não possui fontes de receitas próprias. Portanto a explicação para esse item, não se aplica.

2.15. Informação sobre execução das despesas

Quadro 48: Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	20.143.424,24	0,63	19.270.656,59	7,36	19.995.304,73	0,63	19.264.695,11	7,36
a) Convite	6.429,81	0,00		0,00	6.429,81	0,00		0,00
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	20.136.994,43	0,63	19.270.656,59	7,36	19.988.874,92	0,63	19.264.695,11	7,36
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	4.814.421,81	0,15	3.730.031,29	1,42	4.809.715,49	0,15	3.730.031,29	1,42
h) Dispensa	2.339.523,20	0,07	2.525.297,55	0,96	2.339.443,24	0,07	2.525.297,55	0,96
i) Inexigibilidade	2.474.898,61	0,08	1.204.733,74	0,46	2.470.272,25	0,08	1.204.733,74	0,46
3. Regime de Execução Especial	6.272,80	0,00	9.856,17	0,00	6.272,80	0,00	9.856,17	0,00
j) Suprimento de Fundos	6.272,80	0,00	9.856,17	0,00	6.272,80	0,00	9.856,17	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	197.427.105,63	6,18	196.301.059,00	74,95	197.424.949,97	6,18	196.301.059,00	74,95
k) Pagamento em Folha	196.993.179,46	6,17	195.910.181,11	74,80	196.991.533,46	6,17	195.910.181,11	74,80
l) Diárias	433.926,17	0,01	390.877,89	0,15	433.416,51	0,01	390.877,89	0,15
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	222.391.224,48	6,96	219.311.603,05	83,73	222.236.242,99	6,96	219.305.641,57	83,73
6. Outros	2.972.854.376,07	93,04	42.613.724,20	16,27	2.972.854.076,57	93,04	42.613.724,20	16,27
7. Total das Despesas da UPC	3.195.245.600,55	100	261.925.327,25	100	3.195.090.319,56	100	261.919.365,77	100

Observações

1. Em 2016, houve a Participação da União no Capital (PUC) da Eletrobrás no valor de R\$ 2.906.180.000, (empenhado e pago). Retirando esse valor, o item 6 "Outros" fica em R\$ 66.674.376,07 (Despesa executada 2016).

Quadro 49: Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa/Elemento de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	197.663.287	198.077.191	196.993.179	195.910.181	670.108	2.167.010	196.991.533	195.910.181
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	67.379.088	66.661.721	67.379.088	66.661.721			67.377.442	66.661.721
1 - APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	52.337.679	52.565.929	52.337.679	52.565.929			52.337.679	52.565.929
3 - PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	41.191.434	39.558.161	41.191.434	39.558.161			41.191.434	39.558.161
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	36.755.087	39.291.380	36.084.979	37.124.370	670.108	2.167.010	36.084.979	37.124.370
2. Juros e Encargos da Dívida	0	335.533	0	335.533	0	0	0	335.533
21 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12		335.533		335.533				335.533
3. Outras Despesas Correntes	101.416.532	1.132.886.744	80.723.616	728.123.416	20.692.916	404.763.328	80.569.981	638.874.552
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	67.650.348	39.486.506	58.372.418	28.634.692	9.277.930	10.851.815	58.329.812	28.634.692
35 - SERVICOS DE CONSULTORIA	11.968.856	1.886.600	1.836.000		10.132.856	1.886.600	1.836.000	
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.650.000	9.660.166	8.480.413	8.816.429	1.169.587	843.737	8.370.661	8.810.468
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	12.147.329	1.081.853.472	12.034.786	690.672.295	112.543	391.181.178	12.033.508	601.429.392
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa/Elemento de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	8.291.136	26.827.618	7.754.952	22.287.598	536.184	4.540.020	7.754.952	22.287.598
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.268.136	9.222.408	6.193.952	4.682.388	74.184	4.540.020	6.193.952	4.682.388
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.023.000	430.585	1.561.000	430.585	462.000		1.561.000	430.585
51 - OBRAS E INSTALACOES		17.174.626		17.174.626				17.174.626
5. Inversões Financeiras	2.909.317.455	17.862.545	2.909.317.455	17.862.545	0	0	2.909.317.455	17.862.545
Nome do elemento de despesa	2.909.317.455	17.862.545	2.909.317.455	17.862.545			2.909.317.455	17.862.545
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo								
TOTAL DESPESAS CORRENTES	299.079.820	1.331.299.468	277.716.796	924.369.130	21.363.024	406.930.338	277.561.515	835.120.266
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	2.917.608.591	44.690.163	2.917.072.407	40.150.143	536.184	4.540.020	2.917.072.407	40.150.143

Análise Crítica da realização da despesa

Em 2016, houve redução no valor empenhado no Grupo de Natureza de Despesa - GND 3 – Outras Despesas Correntes de R\$ 1,0 bilhão (-91%) em relação ao empenhado em 2015. Também houve redução no GND 4 – Investimentos em 2016, no montante de R\$ 18,5 milhões (-69%) em relação a 2015.

Houve aumento quanto ao GND 5 - Inversões Financeiras, correspondente à Participação da União no Capital da Eletrobrás (ação 0EB2 – “PUC Eletrobrás”), no valor empenhado de R\$ 2,9 bilhões.

No exercício de 2016 foram deflagradas 20 licitações no âmbito deste Ministério para aquisição de bens e contratação de obras e serviços, sendo 100% delas realizadas na modalidade de Pregão Eletrônico, das quais 01 no Sistema de Registro de Preços, e, ainda, foram realizadas 13 contratações por meio de adesão a Atas de Registro de Preços gerenciadas por outros órgãos da Administração Pública Federal, com base na faculdade legal prevista no Decreto nº 7.892/2013, importando numa redução média de 10,61% entre o valor total estimado e o total contratado.

Das dispensas de licitação realizadas com base no art. 24, inciso II da Lei no 8.666/93 (no total de 25), 04 destinavam-se à aquisição de materiais e ocorreram por meio do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, disponibilizado pelo Governo Federal, propiciando ao Órgão uma redução de 4,61 %, comparativamente entre o valor estimado e o contratado. As demais dispensas de licitação enquadradas no mesmo dispositivo legal acima citado, destinadas à contratação de serviços, foram realizadas na forma convencional, em razão desse objeto não estar disponível no Portal de Compras Governamentais pelo Sistema de Cotação Eletrônica, com uma redução de 3,98 % entre o valor estimado e contratado.

2.16. Desempenho Operacional

Tendo em vista que o Ministério utiliza os objetivos do PPA, como seus próprios objetivos, esse desempenho já está contemplado no item 2.7.

Quanto às eventuais dificuldades enfrentadas pelo Ministério na consecução de seus objetivos essas estão expostas no item 2.9.

2.17. Licenciamento Ambiental do Setor Elétrico

Em 2016 deu-se continuidade à articulação intrasetorial e intersetorial para implementação de ações que visem o equacionamento de questões socioambientais relativas a empreendimentos do setor elétrico, além de atividades de acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental, incluindo os projetos da carteira do PAC e do PPI, assim como aqueles elencados como prioritários pelo ONS e CMSE dada sua contribuição para o atendimento das metas de geração e transmissão de energia elétrica.

As ações de monitoramento alcançaram, até 31 de dezembro de 2016, centenas de empreendimentos entre planejados, outorgados ou autorizados do setor elétrico. São apresentados, a seguir, os principais destaques:

Geração de Energia Elétrica

- Usina Hidrelétrica de Santo Antônio: Em 7 de abril de 2016, o MME enviou Aviso Ministerial nº 30/2016 ao MMA, encaminhando os dados relacionados a desafetação do Parque Nacional Mapinguari com vistas a operação das máquinas adicionais da UHE. O processo está sob análise do ICMBio que criou GT IBAMA/ICMBIO/ANA. O MME aguarda manifestação do GT quanto à proposta de desafetação da unidade de conservação em atendimento ao Aviso Ministerial. Em dezembro de 2016 foi emitida pelo IBAMA autorização especial para operação das máquinas adicionais da UHE na cota 71,3 metros.

- AHE São Luiz do Tapajós. A FUNAI publicou em 19/04/2016 a aprovação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Sawré Muybu (anteriormente denominada Pimental) com prazo de 90 (noventa) dias para contestação. Em 19/04/2016 o IBAMA (OF 02001.004133/2016-46 Gabinete da Presidência/IBAMA) declarou suspensa a avaliação ao requerimento para emissão de licença Prévia ao empreendimento até a manifestação conclusiva da FUNAI.

Quanto ao RCID, o MME entendeu que não há elementos de inconstitucionalidade, logo não há impedimento a continuidade do processo de licenciamento ambiental e entrou com contestação junto à FUNAI em julho de 2016.

Transmissão de Energia Elétrica

- Emissão da Licença Prévia nº 521/2015, para a LT 500 kV Quixadá – Açú III, emitida pelo IBAMA em 29 de janeiro de 2016;
- Emissão da Licença de Instalação, em 23 de março de 2016, para a LT 500 kV Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e subestações associadas, com extensão de aproximadamente 539 km, pertencentes à ABENGOA;
- Emissão da Licença de Instalação, em 23 de março de 2016, para a SE 500 kV Brasília Leste, como parte integrante do sistema 500 kV Luziânia – Brasília Leste, pertencente à Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia;
- Emissão da Licença de Operação, em 23 de março de 2016, relativa aos ramais de seccionamento da LT 500 kV Angelim II – Recife II que se desdobrou da LT 500 kV Angelim II – Pau Ferro e LT 500 kV Pau Ferro - Recife II;
- Emissão da Licença de Instalação, em 1º de abril de 2016, relativa ao trecho 1.2 da LT 500 kV Araraquara II – Taubaté;
- Emissão da Licença de Instalação, em 27 de abril de 2016, para a LT 345 kV Alto da Serra – Sul (seccionamento da LT 345 kV Embu Guaçu – Baixada Santista), com extensão de aproximadamente 15 km, autorizada à CTEEP pela REA 1545 de 09/09/2008;
- Emissão da Licença de Instalação, em 6 de maio de 2016, para o trecho 1.3B da LT 500 kV Araraquara II - Taubaté, com extensão de aproximadamente 95 km, concedida à COPEL-GT pelo Contrato 010/2010;
- Emissão da Licença de Operação, em 16 de maio de 2016, para a LT 230 kV Jauru – Porto Velho (C3), com extensão de aproximadamente 987 km, concedida à Linha Verde Transmissora pelo Contrato 021/2009;

- Emissão da Licença de Instalação, em 27 de junho de 2016, para a LT 500 kV Estreito – Fernão Dias, com extensão de aproximadamente 328 km, concedida à Cantareira Transmissora pelo Contrato 019/2014;
- Emissão da Licença de Operação, em 29 de julho de 2016, para a LT 500 kV Paranaíta – Cláudia – Paratinga - Ribeirãozinho, extensão de 1.005 km, concedida à Matrinchã Transmissora pelo Contrato 012/2012;
- Emissão da Licença de Operação, em 4 de novembro de 2016, nº 1357/2016, para a LT 500 kV Campina Grande III – Ceará Mirim II, de 190 km, da Potiguar Transmissora (Grupo Neoenergia), entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte;
- Emissão da Licença de Instalação (LI) e a Autorização para Supressão de Vegetação (ASV), em 17 de novembro de 2016, referente às Linhas dos Eletrodos e dos Eletrodos da LT CC ± 800 kV Xingu – Estreito – 1º Bipolo UHE Belo Monte;
- Emissão da Licença de Operação (LO), em 22 de novembro de 2016, referente à LT 500 kV Marimondo II – Assis, da Triângulo Mineiro Transmissora;

No ano de 2016, em articulação com órgãos licenciadores e outros atores envolvidos, o MME removeu óbices de importantes projetos de energia elétrica. Não obstante, projetos que reduzirão o consumo de combustível gerado por termelétrica, sofreram atrasos por envolvimento com questões indígenas (FUNAI), como é o caso da Linha de Transmissão 230kV Rio Branco-Cruzeiro do Sul.

A LT Manaus/Boavista passa em terras indígenas. O Licenciamento Ambiental está com dificuldades a ponto de a Transnorte Energia, empresa concessionária da LT tentar a extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012. A ANEEL por meio do Despacho nº 3265/2016, decidiu acolher o pedido da concessionária no sentido da extinção do Contrato, encaminhando o processo ao MME com a recomendação dessa extinção. Posteriormente, em reunião na Casa Civil foi criado o GT Roraima para cuidar do problema e foram encaminhadas ações para a continuidade do processo de licenciamento.

De uma maneira geral, nas atividades afetas ao monitoramento do procedimento de licenciamento ambiental, a multiplicidade de agentes e atores envolvidos no processo tem provocado atrasos na obtenção das licenças. Em especial, observa-se dificuldades relacionadas a obtenção da Declaração do Uso e Ocupação do Solo, documento obrigatório no âmbito do procedimento (Resolução CONAMA 237/97), que é emitido pelas Prefeituras Municipais onde fica localizado o empreendimento, principalmente linhas de transmissão.

2.18. Desempenho quanto às metas de universalização de energia elétrica

Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica

Em novembro de 2003 foi lançado o Programa Luz para Todos (LPT) com o desafio de expandir a prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural brasileiro, que ainda não possuíam acesso a esse serviço essencial para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Com a implantação do Programa nos vários Estados do Brasil, foi identificada a existência de mais um milhão de famílias ainda sem acesso à energia elétrica, além da meta inicial, que teve como base o Censo do IBGE de 2010.

Em 13 anos, 3,3 milhões de famílias na área rural do País foram atendidas beneficiando 15,9 milhões de brasileiros, com a aplicação de investimentos que ultrapassaram R\$ 23 bilhões.

Em decorrência do desempenho do Programa, foi editado o Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, estendendo o período de vigência do Programa LPT para o final do ano de 2018, de forma a cumprir as metas necessárias ao atendimento da totalidade de famílias que permaneciam ainda sem os benefícios.

Em 2016, o Programa Luz para Todos atendeu a 73.641 famílias rurais, levando o benefício para mais de 294 mil pessoas. No acumulado, até dezembro de 2016, foram atendidas 3.331.727 famílias em todo o País.

Em 2016, até dezembro, o Governo Federal, por intermédio da Eletrobrás, assinou contratos que somam R\$ 360,7 milhões para a implementação do Programa LpT. Além disso, liberou R\$ 371 milhões para as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, decorrentes de contratos assinados em 2016 e nos exercícios anteriores.

Com a edição do Decreto nº 8.493, de 15 de julho de 2015, que alterou o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, o Programa Luz para Todos deverá atender também aos domicílios localizados nas regiões remotas dos sistemas isolados, que não podem ser conectados eletricamente ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foram publicados, o Manual de Operacionalização do Programa para o período 2015/2018, o Manual de Atendimento para as Regiões Remotas dos Sistemas Isolados e o Caderno de Especificações Técnicas para os atendimentos em Regiões Remotas dos Sistemas Isolados.

As principais ações desenvolvidas que permitiram a realização de 73.641 ligações em 2016 foram: monitoramento dos programas de obras junto às concessionárias de energia elétrica, gestões junto ao Tesouro Nacional para o repasse de recursos para o Programa, gestões junto à Caixa Econômica Federal e agentes executores para efetivação de contratos e liberação de recursos, reuniões de acompanhamento da gestão, junto aos Agentes Executores e Coordenações-Gerais de Monitoramento da Expansão da Geração (CGEs), interação junto à ANEEL para acompanhamento dos atendimentos pela universalização, interação junto à SEPPIR, MEC, FUNAI, MDS e INCRA para monitoramento do atendimento por energia elétrica das prioridades do Programa, interação junto à ANEEL com vistas à regulamentação do atendimento por energia elétrica em regiões remotas.

Em decorrência da conclusão do Programa e da declaração de universalização do acesso à energia em várias áreas de concessão, em 2016, foram encerradas as atividades dos Comitês Gestores Estaduais do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco. Sergipe.

2.19. Apresentação e análise dos Indicadores de Desempenho

No exercício de 2016, o Ministério manteve a aferição dos indicadores estabelecidos nos anos anteriores, com o monitoramento do desempenho de alguns serviços operados no âmbito dos processos de gestão de compras e contratos, de recursos logísticos, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de gestão de orçamento e finanças, bem como de organização administrativa.

Na sequência, são relacionados os nove principais indicadores referentes aos produtos/serviços, considerando o índice de referência 2015 e o índice observado em 2016.

Quadro 50: Indicadores referentes aos produtos/serviços

Indicador: Média de Afastamento por Servidor (MAS)				
Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2015)	Índice Observado (2016)
Medir a média de afastamento por servidor em relação ao total de dias de afastamento por licença médica dos servidores em exercício no Ministério.	(Total de Dias em Licença Médica) / (Total de Servidores na Sede)	Anual	6,36 dias	5,89
<p>Análise do indicador: A média de dias de afastamento do serviço decorrente de licença médica por servidor no exercício de 2016 é de 5,89 dias, dentro da meta estabelecida (< ou = 10 dias), não houve acréscimo em relação ao exercício anterior, apesar da avançada faixa etária do pessoal deste Órgão. Assim, as ações da política de prevenção de saúde física, emocional e psicológica intentadas para os servidores e empregados deste MME estão contribuindo para a excelência do resultado, na medida em que minimizam os afastamentos dos servidores por motivo de doença. Dos 667 servidores do MME, 244 (36,58%) gozaram de licença para tratamento da saúde, número aceitável já que todos estão sujeitos a ocorrência de doenças no período de 1 ano, sem contar que foram detectadas situações adversas, que justificam a incidência do percentual de afastamento. Ainda, nesse contexto, dos 3.927 dias de licenças utilizados pelos servidores, verificou-se que 2.763 dias foram gozados por 51 (7,65%) servidores (reincidentes), sendo que esses servidores foram responsáveis por 70,36% das licenças médicas registradas e homologadas no Órgão, com afastamentos sistemáticos e reiterados de alguns servidores por motivo de doença grave (crônica).</p>				

Indicador: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria				
Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2015)	Índice Observado (2016)
Medir o prazo médio, em dias, para aposentadoria de um servidor do MME, desde a abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU.	(Prazo dos Trâmites da Aposentadoria) / (Número de Processos de Aposentadoria)	Anual	5,15 dias	5,89 dias
<p>Análise do indicador: O resultado de tempo médio para concessão desse direito, auferido pelo indicador (5,89 dias), aponta para uma gestão adequada e tempestiva da área no cenário atual.</p>				

Indicador: Percentual de Participação de Servidores no PADC				
Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2015)	Índice Observado (2016)

Medir o percentual de participação de servidores em eventos de capacitação, conforme a previsão do PADC.	$(\text{Total de Participação de Servidores}) / (\text{Total de Participação Prevista no PADC}) \times 100$	Anual	87,31%	100%
--	---	-------	--------	-------------

Análise do indicador: Com a publicação do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e, aliado às melhorias da gestão nos últimos anos e às parcerias e acordos de cooperação técnica firmados, novas oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento se concretizam, muitas das quais sem custo para o Órgão.

O Total de Participações foi comprometido em razão das restrições orçamentárias impostas à Administração Pública em 2015.

A forte restrição orçamentária imposta ao ano de 2016 comprometeu, até abril/2016, a execução do Plano de Capacitação. Com a liberação de mais recursos a partir de maio/2016 e o treinamento dos servidores para o novo sistema de gestão documental e processual, foi possível reativar os eventos de capacitação e consequentemente atingir a meta de participações no exercício que, em grande parte, se deu pelas participações no treinamento do Sistema SEI.

Indicador: Assegurar a Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2015)	Índice Observado (2016)
Manter as estruturas de sistemas e processos críticos deste Ministério, de forma a garantir a disponibilidade dos serviços.	$(\text{Tempo de Disponibilidade dos Servidores}) / (\text{Total de Servidores em Operação}) \times 100$	Mensal	99,91%	99,98%

Análise do indicador: O indicador se refere ao índice de disponibilidade dos equipamentos servidores da rede computacional do MME, que armazenam todos os serviços e sistemas de tecnologia operados pelos usuários. Como se constata, o índice auferido de **99,98%** de disponibilidade encontra-se acima da faixa mínima de aceitação de 97%, o que permitiu o desenvolvimento de trabalhos de forma segura, em tempo hábil, sem qualquer interrupção abrupta dos serviços ou perda dos dados armazenados no ambiente tecnológico.

Indicador: Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2015)	Índice Observado (2016)
Medir a quantidade de falhas no atendimento por meio da Central de Serviços (Help Desk)	$TA < PIA \quad TA < PCA$ TA = Tempo de Atendimento PIA = Prazo de Início de Atendimento < a 30 min PCA = Prazo de Conclusão de Atendimento < 4h	Mensal	5,4 falhas	4,2 falhas

Análise do indicador: Esse indicador tem por objetivo avaliar a excelência dos atendimentos feitos ao usuário final por meio da Central de HelpDesk. O prazo fixado pela área de informática para atendimento das solicitações de HelpDesk é de 4h por chamado, tendo como parâmetro de aceitabilidade 20 solicitações mensais não atendidas nesse prazo, num contexto médio de 2.292 chamadas por mês (114,6 por dia).

O número de solicitações de HelpDesk computado na condição de atendimento falho ou fora do prazo fixado, foi da ordem de **4,2** abaixo, portanto, da faixa de aceitabilidade fixada.

Verificou-se em 2016 novamente um aumento da maturidade no nível dos serviços prestados pela equipe de HelpDesk com atendimentos mais tempestivos e de qualidade.

Indicador: Consumo de Água do Bloco U

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2015)	Índice Observado (2016)
----------	---------	-------------------	-----------------------------	-------------------------

<p>Avaliar os níveis de gasto de água por m² em comparação ao exercício anterior e a outras edificações de mesmo padrão e população similar.</p> <p>Compreender os padrões de consumo de água da população do MME, com vistas a identificar desperdício e desenvolver ações de caráter educativo.</p>	<p>Consumo Total de Água (m³/mês) / Área Total do Edifício (m²)</p>	<p>Trimestral</p>	<p>0,03 (m³/mês/m²)</p>	<p>0,03 (m³/mês/m²)</p>
<p>Análise do indicador: A média geral do consumo de água nos quatro trimestres de 2016 foi de 0,03 m³/mês/m² que se enquadra na faixa de aceitação (< 0,05 m³/mês/m²). Assim a meta de manter o consumo abaixo de 0,05 (m³/mês/m²) foi alcançada.</p>				

<p>Indicador: Consumo de Energia Elétrica do Bloco U</p>				
<p>Objetivo</p>	<p>Fórmula</p>	<p>Período (medição)</p>	<p>Índice de Referência (2015)</p>	<p>Índice Observado (2016)</p>
<p>Avaliar os níveis de gasto de energia por m² em comparação ao exercício anterior e a outras edificações de mesmo padrão e população similar.</p> <p>Identificar situações / comportamento de desperdício a fim de desenvolver ações de enfrentamento.</p>	<p>Consumo Total de Energia (kWh/mês) / Área Total do Edifício (m²)</p>	<p>Trimestral</p>	<p>8,75 (Kwh/mês/m²)</p>	<p>8,35 (Kwh/mês/m²)</p>
<p>Análise do indicador: A média geral do consumo de energia elétrica, nos quatro trimestres de 2016 foi de 8,35 kWh/mês/m², que se enquadra na faixa de aceitação de: <8,91 kWh/mês/m². Portanto, a meta de manter o consumo de energia elétrica abaixo de 8,91kWh/mês/m² foi alcançada.</p>				

<p>Indicador: Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento - TESA</p>				
<p>Objetivo</p>	<p>Fórmula</p>	<p>Período (medição)</p>	<p>Índice de Referência (2015)</p>	<p>Índice Observado (2016)</p>
<p>Verificar o grau de eficiência no tempo de atendimento da prestação dos serviços de manutenção predial.</p>	<p>Diferença entre a hora de conclusão da Solicitação de Atendimento (SA) e da hora de recebimento da SA.</p>	<p>Mensal</p>	<p>1h39min</p>	<p>1h20min</p>
<p>Análise do indicador: A média geral do TESA (Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento) - de serviços de manutenção das instalações elétricas/hidrossanitárias, marcenaria e dos aparelhos de ar condicionado, em 2016, foi de 1h20min, que se enquadra na faixa de aceitação, e demonstra então eficiência nos processos. Assim a meta de abaixar o TESA para 4 horas foi alcançada.</p>				

<p>Indicador: Índice de Valores Orçados X Valores Contratados</p>
--

Objetivo	Fórmula	Período (medição)	Índice de Referência (2015)	Índice Observado (2016)
Avaliar os preços praticados no mercado, na pesquisa de preços, na fase competitiva das contratações e na condução do processo de negociação de preços, assegurando os interesses da administração.	$(\text{Total dos valores estimados menos o Total dos valores contratados}) / (\text{Total de valores estimados}) \times 100$	Semestral	13,54%	12,87%
Análise do indicador: Quanto menor for o resultado significa que foram realizadas detalhadas estimativas de preços com base em pesquisas fundamentadas em informações de diversas fontes, de forma que possibilitaram estimativas mais reais possíveis, comprovando a vantagem para a Administração, em conformidade com a legislação de regência.				

2.20. Descrição e análise das ações desenvolvidas para prorrogação dos contratos de concessão

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, dispõe sobre as prorrogações das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Com a edição dos Decretos nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e nº 8.461, de 2 de junho de 2015, que regulamentaram a Lei nº 12.783, de 2013, foram estabelecidos os regramentos para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Dando continuidade ao processo de prorrogações das concessões, nos termos da legislação citada, em 2016 foram realizadas as seguintes ações:

a) Geração de Energia Elétrica:

A prorrogação da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, vencida em 23 de dezembro de 2016, foi indeferida por meio do Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 26 de outubro de 2016. Posteriormente, o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 29 de novembro de 2016 decidiu por indeferir o Pedido de Reconsideração do Despacho de 26 de outubro de 2016 interposto pela CEMIG Geração, e determinou o encaminhamento dos autos do processo para apreciação do Recurso Hierárquico pela Presidência da República. Por força de decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça no dia 22 de dezembro de 2016, da Ministra Laureta Vaz, Mandado de Segurança 23042/DF/2016-0336082-7, a UHE Miranda foi mantida sob operação precária da CEMIG Geração, então titular da concessão vencida.

b) Distribuição de Energia Elétrica:

Seis concessionárias de distribuição decidiram por não prorrogar os prazos de suas concessões (Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Companhia de Eletricidade do Acre, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, Companhia Energética do Piauí - CEPISA, Companhia Energética de Alagoas - CEAL e Boa Vista Energia S.A.), as quais são subsidiárias da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. -

Eletrobrás. A Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA não atendeu as condições exigidas para a assinatura do contrato de prorrogação do prazo da concessão e teve a concessão não prorrogada.

O Despacho do Ministro de estado de Minas e Energia de 3 de agosto de 2016 indeferiu o Requerimento para prorrogação do prazo da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica de titularidade da Companhia Energética de Roraima - CERR.

Com vistas a garantir a continuidade do serviço, empresas controladas pela Eletrobrás foram designadas para prestarem o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica em nome da União nas áreas cujas concessões não foram prorrogadas, nos termos do art. 9º, da Lei nº 12.783, de 2013, cujos atos de designação constam das Portarias MME nº 420 a 425, de 3 de agosto de 2016. A CEA também foi designada para prestar o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por meio da Portaria MME nº 442, de 23 de agosto de 2016, com vistas a garantir a continuidade do serviço, até a assunção de nova concessionária.

2.21. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

Projeto META – Dados Gerais

Em 1º de março de 2012, foi assinado pelo Governo Brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD o Acordo de Empréstimo nº 8.095/BR, para a implementação do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project), cujo executor é o Ministério de Minas e Energia – MME.

O valor do empréstimo do Banco Mundial é de US\$ 49.604.127,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil e cento e vinte e sete dólares), com contrapartida do MME de até US\$ 4.039.287,00 (quatro milhões, trinta e nove mil e duzentos e oitenta e sete dólares), recursos previstos atualmente para serem executados até 30 de junho de 2017, data de encerramento do Projeto, conforme se pode observar no Quadro a seguir.

Quadro 51: Orçamento total do Projeto

Descrição	US\$
Montante Aprovado	49.480.117,00
Front-end Fee	124.010,00
Subtotal	49.604.127,00
Contrapartida	4.039.287,00
TOTAL	53.643.414,00

Fonte: Documento de Avaliação do Projeto – PAD;

Taxa de câmbio da estruturação do Projeto: US\$ 1,00 = R\$ 1,75

O objetivo do Projeto META é contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineral, bem como com a modernização institucional destes setores, por meio da realização de um conjunto de estudos técnicos, aquisição de equipamentos e realização de obras para melhoria da infraestrutura tecnológica dos órgãos vinculados aos citados setores.

O Projeto atende às secretarias finalísticas do Ministério (coexecutores internos) e aos seguintes coexecutores externos:

- Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Departamento de Produção Mineral – DNPM;
- Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM;
- Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL; e
- Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

O montante de recursos externos alocado ao projeto está distribuído por Categorias de Gastos e por Componentes Técnicos, Quadro a seguir, com destaque para o Componente 3, “Desenvolvimento Tecnológico”, cujo valor estimado é de US\$ 35.691.562,00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e noventa e um mil e quinhentos e sessenta e dois dólares), equivalentes a 72% (setenta e dois por cento) do valor total do Projeto, da parte financiada pelo Banco Mundial.

Quadro 52: Orçamento por Componente

COMPONENTES – Valores em US\$	BIRD	UNIÃO	TOTAL
1. Fortalecimento da capacidade do Governo visando o Desenvolvimento Sustentável dos Setores de Energia e Mineral	8.939.650,00	4.039.287,00	12.978.937,00
2. Fortalecimento dos Mecanismos de Regulação	2.327.300,00	-	2.327.300,00
3. Desenvolvimento Tecnológico	35.691.562,00	-	35.691.562,00
4. Suporte à Cooperação Sul/Sul	2.521.604,00	-	2.521.604,00
Subtotal do Projeto	49.480.116,00	4.039.287,00	53.519.403,00
Front-end Fee (0,25% do financiamento)	124.011,00	-	124.011,00
TOTAL DO PROJETO	49.604.127,00	4.039.287,00	53.643.414,00

Fonte: Documento de Avaliação do Projeto – PAD

O Projeto financia atividades estratégicas para a inovação dos setores de energia e mineral, destacando-se, no de energia elétrica:

- i) Projeto LONGDIST, que consiste na aquisição de parte da infraestrutura do novo Laboratório de Ultra-Alta Tensão do CEPEL, localizado em Adrianópolis, município de Nova Iguaçu/RJ, para pesquisa experimental e ensaios em equipamentos de transmissão com tensão acima de 1.000 kV, em distâncias na ordem de 3.000 km, contribuindo com o esforço do Governo Brasileiro no transporte de energia das hidroelétricas a serem construídas na Região Amazônica;
- ii) Desenvolvimento do Laboratório Nacional de Smart Grid, inédito no Brasil, adequadamente equipado para suportar as pesquisas necessárias em smart-grid, de forma a tratar a complexidade das redes de distribuição de energia modernas;
- iii) Laboratório de Medição Fasorial Sincronizada visando o estudo das Unidades de Medição Fasorial – PMUs, para aplicações no Sistema Interligado Nacional – SIN e em Sistemas Elétricos de Potência em geral; e
- iv) Desenvolvimento do Sistema de Medição Sincronizada de Fatores – SMSF do SIN, cuja aquisição está a cargo do ONS.

Extensão do prazo de vigência do Projeto

Como informado no Relatório de Gestão de 2015, em dezembro de 2015, foi formalizada pelo Banco Mundial a primeira extensão do prazo de encerramento do Projeto (Closing Date), que passou a ser 30 de junho de 2017.

Entretanto, a Unidade de Gestão e Projeto Central - UGP/C está propondo uma nova prorrogação da vigência do empréstimo, por 18 (dezoito) meses, conforme deliberado na Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Projeto – CGP, realizada em 5 de maio de 2016.

Em julho de 2016, foram iniciadas as tratativas com o Banco Mundial e com os coexecutores internos e externos para a prorrogação do prazo de encerramento do Projeto (Closing Date), sendo pretendido alterar a vigência atual de 30 de junho de 2017 para 30 de dezembro de 2018.

Finalizada a etapa de definição dos novos subprojetos a serem incluídos no planejamento do Projeto, avalizados pelo Banco Mundial, a AEGP/SE elaborou os documentos necessários para encaminhamento do pleito de extensão do prazo à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SEAIN/MPDG, considerando a anuência do Banco à prorrogação, emitida em 21 de dezembro de 2016.

Execução das Atividades

A execução das atividades é realizada de forma centralizada, pelas secretarias finalísticas, e descentralizada, pelos coexecutores externos, sob a Coordenação-Geral da AEGP/SE/MME.

Para possibilitar a transferência de créditos e recursos financeiros, aos coexecutores externos, fez-se necessária a formalização de Convênios com o CEPEL e ONS, e Termos de Cooperação – TC com a ANEEL, CPRM e EPE (vide detalhamento no item 2.1.1.2 – da Execução Financeira). No exercício de 2016, foram adotadas as seguintes providências, no que diz respeito a esses instrumentos:

a) Aditamento ao Termo de Cooperação MME/SGM/CPRM (TC nº 002/2012):

Em 29 de junho de 2016, foi assinado o Terceiro Termo Aditivo com a CPRM, para proceder às seguintes alterações:

- i) Alteração da vigência do TC para 56 (cinquenta e seis) meses, prorrogando o encerramento do instrumento para 28 de junho de 2017;
- ii) Alteração do valor do instrumento de R\$ 2.927.656,82 (dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 4.217.656,82 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos) e a respectiva dotação orçamentária; e
- iii) Atualização do Plano de Trabalho.

b) Aditamento ao Termo de Cooperação MME/EPE (TC nº 001/2013):

Em 3 de junho de 2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo com a EPE, para proceder às seguintes alterações:

- i) Alteração da vigência do TC para 51 (cinquenta e um) meses e 23 (vinte e três) dias, prorrogando o encerramento do instrumento para 30 de junho de 2017;
- ii) Alteração do valor do instrumento de R\$ 3.949.732,06 (três milhões, novecentos e quarenta e nove mil reais, setecentos e trinta e dois reais e seis centavos) para R\$ 4.554.174,07 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e sete centavos) e a respectiva dotação orçamentária; e
- iii) Atualização do Plano de Trabalho.

c) Aditamento ao Convênio MME/ONS (Convênio nº 812.289/2014):

Em 28 de junho de 2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio para proceder às seguintes alterações:

- i) Extensão da vigência do instrumento para 31 (trinta e um) meses e 19 (dezenove) dias, encerrando-se em 30 de junho de 2017;
- ii) Alteração da dotação orçamentária para os exercícios de 2014 a 2016; e
- iii) Atualização do Plano de Trabalho.

d) Aditamento ao Convênio MME/CEPEL (Convênio nº 769.362/2012):

Em 27 de junho de 2016, foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio para proceder às seguintes alterações:

- i) Extensão da vigência do instrumento para 61 (sessenta e um) meses e 3 (três) dias, encerrando-se em 30 de junho de 2017;
- ii) Alteração do valor do instrumento de R\$ 59.276.345,40 (cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos) para R\$ 61.895.058,47 (sessenta e um milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos) e respectiva dotação orçamentária; e
- iii) Atualização do Plano de Trabalho.

No que se refere ao Termo de Cooperação MME/ANEEL (TC nº 001/2012), a execução do instrumento foi encerrada em 30 de junho de 2016, tendo sido aprovada pela AEGP, meio do Despacho nº 48330.003306/2016-00, de 24 de outubro de 2016, a Prestação de Contas Final.

Adicionalmente às ações elencadas, a UGP/C tem realizado o monitoramento permanente no Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV.

Durante o exercício de 2016, foi realizada pela UGP/C, a análise dos Relatórios Trimestrais e Prestações de Contas referentes aos Termos de Cooperação da CPRM (TC nº 002/2012); da EPE (TC nº 001/2013) e do Convênio do CEPEL (Convênio nº 769.362/2012). Ainda, a UGP/C realizou mensalmente videoconferência com a UGP/Setorial do CEPEL, para acompanhamento das atividades previstas no convênio, uma vez que se trata do coexecutor externo que concentra a maior parte das ações do Projeto, bem como o maior volume de recursos.

Em dezembro de 2016, foram iniciadas as tratativas com o DNPM para a assinatura de um Termo de Execução Descentralizada – TED, para contemplar as atividades de modernização tecnológica do órgão, previstas no planejamento do Projeto META. A previsão é de assinatura do novo instrumento no 1º trimestre de 2017.

Execução das Atividades em 2016

Durante o exercício de 2016, foi realizada a contratação de oito atividades planejadas para o Projeto:

- i) Atividade nº 11.4: Equipamentos para o Laboratório de Medição Fasorial Síncrona do CEPEL – LABPMU (Simulador Digital);
- ii) Atividade nº 11.5: Equipamentos para o Laboratório de Medição Fasorial Síncrona do CEPEL – LABPMU (Amplificador Trifásico de Tensão e Corrente);
- iii) Atividade nº 12: Elaboração de projeto para a construção do Laboratório de Redes Inteligentes (Smart Grid) do CEPEL;
- iv) Atividade nº 25: Elaboração de plano de desenvolvimento regional sustentável para a implantação de empreendimentos hidrelétricos estruturantes;
- v) Atividade nº 30: Consultoria para realização de inventário e elaboração de diagnóstico socioeconômico da pequena mineração no Brasil;
- vi) Atividade nº 32.2: Aquisição de equipamentos para processamento dos dados e imagens geofísicas para a CPRM (Eletroresistivímetros);
- vii) Atividade nº 43: Desenvolvimento e Implantação de Planejamento Estratégico Institucional do MME; e
- viii) Atividade nº 44: Elaboração do Balanço Contratual do Mercado de Energia Elétrica: Avaliação de Cenários e Propostas.

Em 31 de dezembro de 2016, havia três atividades em fase de licitação. O Quadro a seguir apresenta as atividades contratadas e em vigência no exercício de 2016.

Quadro 53: Atividades contratadas/em vigência no exercício 2016

1. AQUISIÇÃO DE CLUSTERS PARA ATUALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL DO LABORATÓRIO DE COMPUTAÇÃO INTENSIVA DO CEPEL						Atividade 3
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
14/6/2013	14/10/2016	4.728.000,00	-	NCB ² (Pregão)	CEPEL (Convênio)	Bens
Objeto da Contratação: Aquisição de dois conjuntos de clusters computacionais, de última geração, para a atualização da infraestrutura do Laboratório de Computação Intensiva (LabCin), do CEPEL e da SPE/MME.						
Empresa contratada: Torino Informática Ltda.						
Status: Atividade concluída. Equipamentos entregues e comissionados pelo CEPEL e MME, em plena						

utilização. Contrato em fase de garantia dos equipamentos em 2016.

Observações sobre a execução contratual: Não foi registrado atraso no cronograma de execução contratual, tendo sido os equipamentos fornecidos em setembro e novembro de 2013. Em 2014, houve o pagamento residual do contrato, além do tombamento dos bens pelo CEPEL.

2. AQUISIÇÃO DE ELETRODOS E ESTAIS – CA e CC, SISTEMA DE ENSAIO DA GAIOLA CORONA E CAPACITORES DE ACOPLAMENTO PARA O LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO DO CEPEL

Atividade 5

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
14/5/2014	13/9/2016	13.521.384,90*	-	Contratação Direta	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Aquisição de equipamentos para reaparelhar o laboratório do CEPEL para ensaios em sistemas de transmissão de energia elétrica em Ultra-Alta Tensão e a longas distâncias (Sistema de Gaiola Corona, Estais para corrente contínua e alternada, Capacitor, etc.).

Empresa contratada: Haefely Test AG.

Status: Todos os equipamentos foram entregues pela empresa contratada; aguardando treinamento dos técnicos do CEPEL a ser fornecido pela contratada em fevereiro de 2017.

Observações sobre a execução contratual: O contrato foi firmado em francos suíços (CHF 5.137.000,00), conforme moeda do país de origem do fornecedor. O percentual total desembolsado até 31/12/2016 foi de 90%.

Em 15 de março de 2016, foi assinado pelo CEPEL e pela Haefely Test Ag., o Certificado de Aceitação, referente ao comissionamento dos bens. Em 5 de maio de 2016, o Cepel emitiu os termos de recebimento provisórios referentes aos três lotes do fornecimento dos equipamentos (Capacitor de Acoplamento, Eletrodos e Estais e Sistema de ensaio AC da Gaiola Corona).

O pagamento do saldo remanescente do contrato (10% - CHF 513.700) está previsto para fevereiro de 2017, após a realização do seminário para utilização dos equipamentos a ser ministrado pela Haefely para os técnicos do CEPEL.

*Valor total estimado do contrato em Reais, considerando-se a soma do valor efetivamente pago até 31/12/2016, com as respectivas conversões cambiais, e do saldo a pagar (10% do contrato - CHF 513.700).

3. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DE MEDIÇÃO FASORIAL SINCRONIZADA DO CEPEL (2ª etapa)

Atividade 11 (11.4)

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor total contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
27/7/2016	26/1/2017	1.800.000,00	1.800.000,00	NCB (Pregão)	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Aquisição de equipamentos para o Laboratório de Medição Fasorial Síncrona do CEPEL – Simulador Digital em Tempo Real – RTDS. (Subatividade 11.4).

Status: Atividade concluída. O equipamento foi entregue e pago, estando em operação no Laboratório do CEPEL.

Observações sobre a execução contratual: O equipamento foi entregue em 13 de outubro de 2016 e após instalação e comissionamento, foi realizado o treinamento para os técnicos do CEPEL entre os dias 21 e 25 de novembro de 2016.

O Termo de Recebimento Definitivo foi emitido pelo CEPEL em 9 de dezembro, tendo sido paga a parcela única do contrato em 15 de dezembro de 2016.

4. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DE MEDIÇÃO FASORIAL SINCRONIZADA DO CEPEL (3ª etapa)

Atividade 11 (11.5)

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor total contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
1/11/2016	1/3/2017	312.500,00	-	NCB (Pregão)	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Aquisição de equipamentos para o Laboratório de Medição Fasorial Síncrona do CEPEL – Aquisição de Sistema de Amplificação de Tensão e Corrente para Acionamento de Unidades de Medição Fasorial. (Subatividade 11.5).

Status: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: Equipamento em fabricação pela empresa contratada.

5. METODOLOGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CENTRAIS GERADORAS HIDROELÉTRICAS CONCEITO PLATAFORMA – COOPERAÇÃO SUL-SUL **Atividade 36**

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
30/9/2013	30/6/2016	2.342.933,31	1.143.146,90	Contratação Direta	SPE/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Elaboração de metodologia para a implementação de usinas hidrelétricas no conceito plataforma, contemplando a avaliação da situação socioambiental das bacias com os empreendimentos hidrelétricos implantados.

Instituição contratada: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL.

Status: Atividade concluída.

Observações sobre a execução contratual: O contrato foi assinado em setembro de 2013, no entanto, a ordem de serviço para início da execução contratual somente foi emitida pela SPE/MME em 1º de dezembro de 2013. Para o exercício de 2016, estava prevista a entrega dos seguintes produtos:

- Produto 3: Metodologia para o Desenvolvimento e Implantação de Projetos de Usinas Hidrelétricas sob o Conceito de Usinas-Plataforma – 1ª Versão, entregue em 28 de abril de 2016.

Esse Produto consistiu na análise do conceito de usina-plataforma e no detalhamento dos procedimentos/metodologias associados às propostas elaboradas na Etapa 2 da consultoria, e que deverão ser observados durante as etapas para implantação e operação de UHEs que adotem esta nova tipologia de UHE.

O Produto previa que fossem desenvolvidos e sugeridos aperfeiçoamentos às metodologias existentes, tendo como foco o manejo da questão específica da bacia hidrográfica e a sua utilização para a geração de energia, delimitando as fragilidades e restrições socioambientais, objetivando o aproveitamento do potencial por meio das Usinas Hidroelétricas-Plataforma.

A metodologia deveria contemplar a situação socioambiental da bacia hidrográfica e os efeitos cumulativos sinérgicos mais prováveis, associados à implantação do projeto hidroelétrico, considerando restrições e condicionantes de uso e acesso.

O início da Etapa 3 da consultoria foi marcada pela realização de um Painel Técnico com especialistas para discutir as experiências na implantação de empreendimentos de infraestrutura em áreas pouco antropizadas, tendo por tema “Usinas-Plataforma”: Interação com os Empreendedores”, sendo realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 2015. O Painel contou com a participação das equipes do Projeto Usinas Hidrelétricas Plataforma (UHPLAT) e do MME, representantes do Banco Mundial, da Energia Sustentável do Brasil (UHE Jirau), da Empresa de Energia São Manoel (UHE São Manoel), da COPEL (UHE Colider), da EDP (UHE Belo Monte), da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (UHE Teles Pires), da Petrobrás (UPGN Urucu), da Vale (Projeto S11D – Serra Sul) e Mineração Rio do Norte.

Em 27 de abril de 2016, foi realizada uma videoconferência entre o MME e o CEPEL para a discussão da minuta do Relatório 3, previamente encaminhada para análise do MME.

A versão final do Produto foi aprovada por meio da Nota Técnica nº 39/2016-DPE/SPE-MME, de 29 de abril de 2016 e do Memorando nº 18/2016-DPE/SPE-MME.

- Produto 4: Elaboração de versão consolidada de metodologia para o desenvolvimento e implantação de projetos de usinas hidroelétricas sob conceito de Usinas Plataforma.

Esse produto consolida o Produto 3 e apresenta uma síntese dos resultados dos Produtos 1 e 2, destacando os pontos de maior relevância, tanto em termos de situação como de proposição de alternativas.

O documento foi apresentado à SPE/MME em 10 de junho de 2016, e após solicitação de ajustes pelo Comitê Técnico Supervisor do Contrato – CTS, o CEPEL encaminhou a versão ajustada do Produto em 28 de setembro de 2016. Em 24 de outubro, a SPE encaminhou à AEGP/SE o Produto 4, aprovado pelo Comitê Técnico Supervisor do Contrato, por meio da Nota Técnica nº 88-DPE/SPE-MME.

O Produto em pauta sintetiza o conceito de usina-plataforma e apresenta a versão consolidada da metodologia para implantação e operação de usinas hidrelétricas que adotem esta nova tipologia de usina.

O CTS destacou que a proposta de metodologia apresentada reflete o posicionamento da equipe da consultoria contratada e servirá de referência básica para que o MME discuta o processo de amadurecimento das propostas junto às entidades vinculadas, Agências Reguladoras, agentes setoriais e, em última instância,

à sociedade civil organizada.

Registre-se que, durante o processo de análise documental para o pagamento, a AEGP/SE apontou a necessidade de ajustes nos documentos apresentados, por meio do Despacho datado de 1º de novembro de 2016. O conjunto documental ajustado foi reencaminhado à AEGP/SE para pagamento em 2 de dezembro de 2016. Após a regularização do registro do CEPEL no SICAF, o pagamento pôde ser aprovado, sendo efetuado em 20 de dezembro de 2016.

6. AQUISIÇÃO DE PÓRTICOS E INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DO LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO DO CEPEL (LABUAT) Atividade e 4.1

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
20/3/2015	7/4/2016	10.882.789,31	1.686.851,36	NCB (Concorrência)	CEPEL (Convênio)	Obras

Objeto da Contratação: Realização de obra civil para a construção de infraestrutura complementar para a instalação dos Pórticos do Laboratório de Ultra-Alta Tensão do CEPEL (Unidade Adrianópolis, Nova Iguaçu/RJ).

Empresa contratada: Nóbilis Construções e Empreendimentos Ltda.

Status da atividade: Atividade concluída.

Observações sobre a execução contratual: As atividades previstas no contrato foram 100% concluídas. A etapa da obra que estava pendente para 2016 era a montagem do galpão, tendo sido finalizada em 7 de abril de 2016. O CEPEL apresentou à AEGP/SE os registros fotográficos da obra concluída. Em fevereiro de 2017, será realizada a fiscalização *in loco* do Convênio do CEPEL, incluindo visita ao Laboratório de Ultra-Alta Tensão.

Os primeiros ensaios no Laboratório de Ultra-Alta Tensão foram realizados em outubro de 2016, após a montagem completa dos equipamentos adquiridos.

7. AQUISIÇÃO DE PÓRTICOS E INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DO LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO DO CEPEL (LABUAT) Atividade e 4.2

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
2/4/2015	26/2/2016	15.064.137,22	1.593.946,39	NCB (Concorrência)	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Fabricação de estrutura metálica para a instalação de dois pórticos (norte e sul), para sustentação dos arranjos das linhas de transmissão do Laboratório de Ultra-Alta Tensão do CEPEL (Unidade Adrianópolis, Nova Iguaçu/RJ).

Empresa contratada: Consórcio das empresas – Clemar Engenharia Ltda. e Seccional Brasil S/A.

Status da atividade: Atividade concluída.

Observações sobre a execução contratual: A estrutura metálica referente aos pórticos Sul e Norte foi devidamente fornecida e instalada no Laboratório de Ultra-Alta Tensão do CEPEL, na unidade de Adrianópolis, Nova Iguaçu/RJ. O contrato foi encerrado em 26 de fevereiro de 2016, totalizando 100% de execução física e financeira. Em 16 de março de 2016, foi emitido o Termo de Recebimento Definitivo atestando o fornecimento e montagem dos dois pórticos metálicos tubulares.

Em fevereiro de 2017, será realizada a fiscalização *in loco* do Convênio do CEPEL, incluindo visita ao Laboratório de Ultra-Alta Tensão.

8. REVITALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA UNIDADE CEPEL DE ADRIANÓPOLIS: AQUISIÇÃO DE CUBÍCULOS Atividade e 14.1

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
25/5/2015	13/6/2017	2.850.977,00	2.396.502,00	Pregão	CEPEL (Convênio)	Bens

Objeto da Contratação: Fornecimento de Cubículos, desmontagem dos existentes e instalação dos bens

fornecidos, para a revitalização da subestação de 138 kV da Unidade do CEPEL – Adrianópolis, Nova Iguaçu – RJ.

Empresa contratada: Siemens Ltda.

Status da atividade: Atividade concluída; saldo do contrato a ser pago em 2017.

Observações sobre a execução contratual: O prazo de execução dos serviços (originalmente previsto para dezembro de 2015) foi postergado para 10 de maio de 2016, conforme Primeiro Termo Aditivo ao Contrato, assinado em 2 de janeiro de 2016.

Em 31 de março de 2016 chegaram ao CEPEL os cubículos fabricados, conforme detalhamento e registro fotográfico constantes do Relatório Trimestral do CEPEL.

Em 26 de abril de 2016, a empresa solicitou ao CEPEL a extensão do prazo de execução dos serviços, postergando a entrega do transformador a seco de maio para 22 de julho de 2016 e o término dos serviços de campo para 29 de julho de 2016 (Segundo Termo Aditivo, assinado em 10 de maio de 2016). A justificativa para o aditivo de prazo foi a demora na fabricação dos cubículos e na implementação das alterações do projeto realizadas após revisão do CEPEL. Além disso, quando da realização dos Testes de Aceitação em Fábrica (que tiveram início em 25/2/2016 e foram concluídos em 18/3/2016), verificou-se a necessidade de modificações construtivas nos cubículos atrasando a entrega dos equipamentos.

Em 29 de julho, foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato, postergando a finalização dos serviços para 31 de agosto de 2016, contemplando os ajustes solicitados pela equipe técnica do CEPEL.

A empresa também apresentou o pedido de acréscimo de R\$ 246.089,64 ao valor do contrato, referente à correção da alíquota de ICMS de 12% para 20%, no estado do Rio de Janeiro (Emenda Constitucional nº 87 de 2015). Nesse sentido, em 29 de novembro de 2016, foi assinado o Quarto Termo Aditivo ao contrato, alterando o valor total do contrato de R\$ 2.850.977,00 para R\$ 3.097.066,64, ficando a cargo do CEPEL o custeio dessa diferença.

Em 14 de dezembro de 2016, o CEPEL emitiu o Termo de Recebimento Definitivo do objeto do contrato, atestando que o fornecimento e a instalação do conjunto de cubículos foram realizados com qualidade e em conformidade com as especificações técnicas do contrato.

Há um saldo do contrato no valor de R\$ 186.910,94 a ser pago pelo CEPEL em janeiro de 2017. Em fevereiro de 2017, será realizada a fiscalização *in loco* do Convênio do CEPEL, incluindo visita à Subestação de Adrianópolis.

9. REVITALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA UNIDADE CEPEL DE ADRIANÓPOLIS: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE SECCIONADORAS						Atividade 14.2
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
4/5/2015	13/5/2017	1.170.000,00	351.000,00	Pregão	CEPEL (Convênio)	Bens
<p>Objeto da Contratação: Fornecimento de Seccionadores, desmontagem dos existentes e instalação dos bens fornecidos, para a revitalização da subestação de 138 kV da Unidade do CEPEL – Adrianópolis, Nova Iguaçu – RJ.</p> <p>Empresa contratada: GTMS Equipamentos Elétricos Ltda.</p> <p>Status da atividade: Atividade concluída.</p> <p>Observações sobre a execução contratual: As chaves seccionadoras chegaram ao CEPEL em 1/12/2015. A desmontagem das chaves antigas e a montagem das novas chaves teve início na segunda quinzena de dezembro de 2015, com previsão de conclusão da montagem no final de janeiro de 2016. Em 31 de março de 2016, a empresa concluiu o fornecimento dos serviços do contrato e o CEPEL emitiu o Termo de Aceite referente à execução dos serviços.</p> <p>O relatório fotográfico enviado pelo CEPEL apresenta as novas chaves seccionadoras devidamente instaladas na Subestação de Adrianópolis.</p> <p>Em fevereiro de 2017, será realizada a fiscalização <i>in loco</i> do Convênio do CEPEL, incluindo visita à Subestação de Adrianópolis.</p>						
10. AMPLIAÇÃO DA BASE LABORATORIAL DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO						Atividade

BRASIL - CPRM COMO SUPORTE AOS LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS						32.1
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
1/12/2015	30/6/2016	797.874,00	797.874,00	Pregão	CPRM (TC)	Bens
<p>Objeto da Contratação: Fornecimento de equipamentos para armazenagem e processamento dos dados e imagens geofísicas e para estudos preventivos de desastres naturais – Sismógrafos de Refração e Reflexão.</p> <p>Empresa contratada: Hasageo Comércio, Importação e Exportação Ltda.</p> <p>Status da atividade: Atividade concluída. Bens fornecidos e pagos.</p> <p>Observações sobre a execução contratual: Em 17 de março de 2016, a CPRM recebeu duas unidades dos quatro sismógrafos previstos no contrato. Em 10 de junho de 2016, a CPRM recebeu os dois equipamentos restantes previstos no contrato, totalizando 100% de execução física da atividade.</p>						
11. AVALIAÇÃO DOS CUSTOS RELACIONADOS ÀS INTERRUPÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA REGULAÇÃO						Atividade 1
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
10/12/2015	30/6/2016	618.737,79	618.737,79	SBQC ³	ANEEL	Consultoria
<p>Objeto da Contratação: Realizar avaliação dos custos relacionados às interrupções de energia elétrica no Brasil e suas implicações na regulação.</p> <p>Empresa contratada: Consórcio das empresas – SINAPSIS Inovação em Energia Ltda.; Mercados de Energia Consultoria Ltda., e Mercados Energéticos Consultores S/A.</p> <p>Status: Atividade concluída.</p> <p>Observações sobre a execução contratual: O Produto 1 – Fundamentos conceituais, pesquisa bibliográfica e avaliação crítica dos principais estudos publicados sobre o assunto, objetivava apresentar:</p> <p>i) Fundamentos conceituais a serem utilizados no projeto incluindo conceitos de interrupção de energia, déficit de energia, custo da interrupção, confiabilidade da rede, avaliação do custo da interrupção, indicadores de qualidade, dentre outros; e</p> <p>ii) Pesquisa bibliográfica baseada na literatura internacional e nacional, bem como sua análise crítica e a visão do panorama nacional.</p> <p>A versão final do Produto 1 foi apresentada à ANEEL em 15 de janeiro de 2016 e aprovada pela Agência, conforme registrado na Nota Técnica nº 0012/2016-SRD/ANEEL, de 29 de janeiro de 2016.</p> <p>- O Produto 2 – Proposta de metodologia de pesquisa a ser aplicada às unidades consumidoras do Brasil para a definição dos custos associados às interrupções – objetivava listar as diversas metodologias de pesquisa a consumidores/acessantes sobre o custo das interrupções na distribuição e transmissão com origem nacional e/ou internacional, devendo ser produzido documento que apresentasse a visão crítica das metodologias levantadas quanto à aplicabilidade à realidade brasileira e sintetize a metodologia proposta para avaliação do custo de interrupção a consumidores/acessantes na distribuição e transmissão de energia elétrica, aderente ao setor elétrico brasileiro.</p> <p>A versão final do Produto 2 foi apresentada à ANEEL em 23 de fevereiro de 2016, conforme registrado na Nota Técnica nº 0017/2016-SRD/ANEEL, de 7 de março de 2016.</p> <p>- O Produto 3 – Definição da função de custo da interrupção da energia elétrica para os consumidores utilizando-se os resultados de outras pesquisas realizadas no Brasil e exterior, adequando-as à realidade brasileira – estava dividido em dois relatórios:</p> <p>1) Relatório 3.a: Definição da função de custo da interrupção da energia elétrica para os consumidores utilizando-se de modelos econométricos; e</p> <p>2) Relatório 3.b: Definição da função de custo da interrupção da energia elétrica para consumidores utilizando-se os resultados de outras pesquisas realizadas no Brasil e exterior, adequando-as à realidade brasileira.</p>						

O Produto 3 foi apresentado no prazo estipulado no contrato, mas passou por ajustes solicitados pela ANEEL, tendo sido pago em 23 de maio de 2016.

- O Produto 4 – Definição da função de custos relacionados à melhoria da confiabilidade do sistema de distribuição – objetivava listar estudos realizados para obtenção de funções de custo de melhoria da confiabilidade, devendo ser produzido documento que sintetizasse a metodologia de cálculo das funções de custo de melhoria da confiabilidade no sistema de distribuição.

A versão final do Produto 4 foi entregue à ANEEL em 18 de maio de 2016, mas foram solicitados ajustes no documento. Em 9 de junho, foi realizada a reunião de apresentação e discussão do produto entre as empresas e a ANEEL, tendo sido acordado o prazo final de entrega para 27 de junho de 2016.

- O Produto 5 – Avaliação das estratégias de regulação necessárias para a minimização dos custos de interrupção nos sistemas de distribuição, objetivava consolidar estudo que definisse a função de custo total da confiabilidade no sistema de distribuição de energia elétrica (funções de custo de interrupção a consumidores/acessantes e funções de custo de melhoria da confiabilidade no sistema de distribuição), aderente ao setor elétrico brasileiro.

O documento produzido deveria sintetizar a metodologia de cálculo das funções de custo total da confiabilidade no sistema de distribuição de energia elétrica, a sua aplicação, obtenção, atualização, destacando, inclusive, a forma de utilização desta pelo órgão regulador.

A entrega do Produto 5 foi postergada para o dia 27 de junho. Em 30 de junho, a ANEEL realizou os pagamentos dos Produtos 4 e 5.

12. CAPACITAÇÃO MME: PLANO DE CAPACITAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO MME E ENTIDADES COEXECUTORAS						Atividade 38
--	--	--	--	--	--	---------------------

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
29/12/2015	30/6/2017	1.190.585,85	1.131.056,56	Contratação Direta	SPOA/SE/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Realização de Pós-Graduação Lato Sensu para quarenta servidores públicos (analistas de infraestrutura, gestores, entre outros).

Empresa contratada: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ.

Status: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: A aula inaugural do Curso foi realizada em 19 de fevereiro, com a participação inicial de 45 (quarenta e cinco) servidores matriculados. A estrutura curricular do curso de Pós-Graduação foi composta de um Núcleo Introdutório e um Núcleo Específico: o primeiro, com 180 horas-aula comum a todos os alunos. Após o Núcleo Introdutório, os alunos foram distribuídos nos quatro Núcleos Específicos do curso. Os Núcleos Específicos foram definidos de acordo com a estrutura organizacional do MME, ou seja, Geologia e Mineração, Energia Elétrica, Planejamento Energético e Petróleo e Gás. A carga horária total do curso foi de 420 horas-aula para os alunos do Núcleo de Planejamento Energético e de 360 horas-aula para os alunos dos demais Núcleos.

No período de fevereiro a dezembro de 2016, foram ministradas todas as disciplinas previstas no Projeto Pedagógico do curso, tendo sido concluídas as aulas presenciais. Ao final do curso, restaram aprovados 44 (quarenta e quatro) alunos de um total de 45 (quarenta e cinco) originalmente matriculados, tendo havido uma desistência durante a realização da capacitação. Atualmente, os alunos estão em fase de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

A versão definitiva e impressa do TCC deverá ser apresentada pelos alunos até o dia 30 de maio de 2017.

13. ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA O LABORATÓRIO DE SMART-GRID DO CEPEL						Atividade 12
--	--	--	--	--	--	---------------------

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
12/5/2016	30/6/2017	2.012.073,59	622.169,29	SBQC	CEPEL	Consultoria

Objeto da Contratação: Contratação de consultoria para elaboração de projeto executivo para o Laboratório de Smart-Grid do CEPEL.

Empresa contratada: Instituto Fraunhofer-Gesellschaft zur Förderung der angewandten Forschung e.V.

Status: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: O contrato foi firmado em Euros (€ 571.125,06).

Em 22 de agosto de 2016, o CEPEL recebeu o primeiro produto previsto em contrato.

O Produto 1 – Levantamento dos principais laboratórios de Smart Grid existentes e das normas técnicas pertinentes a Redes Elétricas Inteligentes apontando a correlação entre ambos – contemplou os seguintes pontos: i) testes de certificação e de referência dos laboratórios, por nicho de mercado e tamanho, certificações do laboratório, quadro nacional/internacional de padrões técnicos, etc.; ii) tecnologia de informação e protocolos de comunicação para interoperabilidade dos componentes das redes elétricas inteligentes; iii) pesquisa experimental e verificação da operação conjunta de redes elétricas inteligentes.

A versão ajustada do Produto, pós revisão do CEPEL, foi apresentada em 13 de outubro e aprovada em 14 de outubro. O pagamento foi realizado pelo CEPEL em 16 de novembro de 2016.

Com base nos resultados do Produto 1, foram organizadas oficinas de trabalho (workshops) com duração de quatro dias, incluindo uma oficina técnica interna e uma oficina para o envolvimento dos principais agentes interessados no tema.

Em 20 de outubro de 2016, o CEPEL recebeu a versão preliminar do Produto 2. Após a realização dos ajustes/complementos solicitados pelo CEPEL, a versão final foi entregue em 22 de novembro de 2016, tendo sido aprovada na mesma data. O pagamento foi realizado pelo CEPEL em 13 de dezembro de 2016.

O Produto 2 previa a elaboração de Relatório com o escopo de atuação e as características básicas planejadas do Laboratório de Redes Elétricas Inteligentes do CEPEL. Nesse sentido, foram definidos os itens-chave que irão compor o escopo de atuação do Laboratório:

- i) Testes de Certificação ou de Referência, numa faixa de potência entre 100 kW e 2 MW;
- ii) Testes envolvendo a interoperabilidade dos componentes das redes elétricas inteligentes, relacionados a TI;
- iii) Pesquisa experimental e verificação da operação conjunta em redes elétricas inteligentes; e
- iv) Tecnologias que levem em conta a simulação do sistema elétrico juntamente com testes de potência em equipamento para rede de smart grid.

Entre os dias 29 de novembro e 2 de dezembro de 2016, ocorreu um workshop com participação das equipes do Cepel e do Instituto Fraunhofer para discutir o Produto nº 3.

14. ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS E DIRETRIZES CONCERNENTES A USINAS HIDRELÉTRICAS ESTRUTURANTES						Atividade 25
--	--	--	--	--	--	---------------------

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
17/10/2016	15/7/2017	778.855,56	-	SBQC	CEPEL	Consultoria

Objeto da Contratação: Proposição de modelo de inserção regional para os empreendimentos hidrelétricos estruturantes, visando o apoio à formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, a estruturação e a ocupação socioeconômica da região de influência desses empreendimentos.

Empresa contratada: Consórcio das empresas Dialog, Instituto EISA e Novante.

Status: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: O Produto 1 – Relatório técnico contendo a Contextualização da problemática que envolve a inserção regional de empreendimentos hidrelétricos, a pesquisa da legislação, e análise de indicadores sociais, previsto para 17 de dezembro de 2016, foi entregue à AEGP/SE em 27 de dezembro e encaminhado ao Comitê Supervisor do Contrato para a devida análise e emissão de parecer. Produto ainda não aprovado pelo CTS para pagamento.

15. INVENTÁRIO E DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA PEQUENA MINERAÇÃO NO BRASIL						Atividade 30
---	--	--	--	--	--	---------------------

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
18/3/2016	30/6/2017	6.708.979,83	-	SBQC	SGM/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Contratação de consultoria para elaborar inventário e diagnóstico socioeconômico da pequena mineração no Brasil.

Empresa contratada: Consórcio das empresas Projekt Consult e RCS Global.

Status: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: O contrato foi firmado em Euros e Reais (€ 956.789,47 e R\$ 3.338.210,53).

O Produto 1 – Relatório contendo a Identificação preliminar das fontes de dados e levantamento bibliográfico e documental – foi apresentado à SGM/MME, que solicitou alguns ajustes no documento, conforme expandido na Nota Técnica nº 31/2016-DDSM/SGM-MME, de 5 de julho de 2016.

A versão final do Produto foi aprovada pelo CTS em dezembro, mas o pagamento somente será realizado em 2017.

O Produto 2 – Relatório do Inventário da Mineração em Pequena Escala dos Minerais Metálicos – foi apresentado em setembro, no entanto, o CTS emitiu parecer por meio da Nota Técnica nº 42/2016-DDM/SGM-MME, de 18 de outubro de 2016, solicitando ajustes no documento.

16. BALANÇO CONTRATUAL DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA						Atividade 44
Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
29/4/2016	28/7/2016	1.650.000,00	1.650.000,00	Contratação direta	SEE/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Elaboração do Balanço Contratual do Mercado de Energia Elétrica: Avaliação de Cenários e Propostas.

Empresa contratada: Roland Berger Strategy Consultants Ltda.

Status: Atividade concluída.

Observações sobre a execução contratual: Os Produtos 1 a 5 foram entregues pela empresa contratada entre o período de 23 de junho a 1º de agosto. Em 2 de setembro de 2016, foi realizado workshop para apresentação do estudo aos Secretários do MME, ao Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, representantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e do Banco Mundial, tendo sido realizada, posteriormente, os ajustes necessários nos produtos apresentados até àquela ocasião, em decorrência da atuação do Comitê Técnico Supervisor do Contrato – CTS, instituído no MME.

O Produto 1, aprovado em 21 de outubro de 2016, objetivava realizar um diagnóstico do balanço contratual do mercado de energia elétrica e identificar possíveis desequilíbrios entre a oferta e demanda de energia elétrica, considerando o mercado regulado de energia.

A análise foi realizada sob as perspectivas macroeconômicas das principais instituições governamentais e financeiras; projeção da carga esperada de energia elétrica para os próximos dez anos; projeção da expansão da capacidade de geração de energia elétrica, já concedida em operação e em construção, incluindo energia de reserva, para os próximos dez anos; e identificação e quantificação de excedentes ou déficits na garantia física de energia e no balanço contratual do ACR para os próximos dez anos.

O Produto 2, aprovado em 24 de novembro, objetivava analisar o andamento das usinas já contratadas no ACR para os atrasos recuperáveis sobre os prazos contratados e a quantificação dos impactos sociais, econômicos e financeiros da graduação do cronograma de expansão.

O Produto 3, aprovado em 2 de dezembro, objetivava analisar a termoeletricidade e o custo de uma matriz mais renovável, contendo a identificação do descompasso da garantia física das usinas termelétricas – UTE em operação, por submercado do Sistema Interligado Nacional – SIN; a identificação e quantificação dos impactos econômicos e financeiros e das condicionantes legais e regulatórias do reajuste das garantias físicas aos agentes do SIN; a definição de critérios de classificação de um gerador poluente e caro; definição de critérios de classificação de um gerador limpo e/ou barato; identificação e quantificação física dos impactos, inclusive ambientais, da substituição das fontes poluentes e/ou caras por fontes limpas e/ou baratas na infraestrutura, por submercado do SIN; identificação das condicionantes legais e regulamentares e impactos econômicos e sociais diretos para a substituição das fontes poluentes e/ou caras por fontes limpas e/ou baratas; desenvolvimento do programa de substituição de fontes poluentes/caras por fontes

limpas/baratas na matriz elétrica brasileira; estimação da redução estrutural do custo da energia elétrica advindo da substituição das fontes poluentes/caras por fontes limpas/baratas na matriz elétrica brasileira.

O Produto 4, aprovado em 19 de dezembro, objetivava a apresentação de outras medidas para adequação do balanço contratual, contemplando proposta de um programa interino de estímulo à demanda sustentável por energia elétrica; estudo de viabilidade e quantificação do potencial de exportação de energia elétrica; análise da viabilidade de medidas apresentadas por agentes setoriais, pela ANEEL e pela CCEE.

O Produto 5, igualmente aprovado em 19 de dezembro, objetivava a consolidação das medidas apontadas nos Produtos 1 a 4, contemplando a consolidação de todas as medidas propostas e dos seus impactos sociais, ambientais, econômicos, financeiros e regulatórios e o desenvolvimento do cronograma de implantação do programa para manutenção de equilíbrio contratual que favoreça a redução contratual do custo de energia elétrica, priorizando as medidas a implantar.

17. DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MME.						Atividade 43
--	--	--	--	--	--	---------------------

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
3/11/2016	30/6/2017	1.240.000,00	186.000,00	SBQC	SGM/MME	Consultoria

Objeto da Contratação: Desenvolvimento e Implantação de Planejamento Estratégico Institucional do MME.

Empresa contratada: Consórcio Steinbeis-Sibe & Stratec.

Status: Contrato em execução.

Observações sobre a execução contratual: Em 7 de dezembro de 2016, foi apresentado à Secretaria Executiva do MME o Produto I – Plano de Trabalho da Consultoria. A Comissão Técnica de Planejamento Estratégico – CTPE, criada especificamente para acompanhamento e fiscalização do Contrato, solicitou ajustes e complemento de informações no Produto. A versão ajustada do produto foi aprovada pelo Comitê em 16 de dezembro e o pagamento foi realizado em 23 de dezembro de 2016.

18. AMPLIAÇÃO DA BASE LABORATORIAL DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM COMO SUPORTE AOS LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS						Atividade 32.2
---	--	--	--	--	--	-----------------------

Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Contratado (R\$)	Valor Pago em 2016 (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
24/11/2016	24/6/2017	1.096.068,00	1.096.068,00	Pregão	CPRM (TC)	Bens

Objeto da Contratação: Fornecimento de equipamentos para armazenagem e processamento dos dados e imagens geofísicas e para estudos preventivos de desastres naturais – Eletroresistivímetros.

Empresa contratada: Hasageo Comércio, Importação e Exportação Ltda.

Status da atividade: Atividade concluída. Bens fornecidos e pagos.

Observações sobre a execução contratual: Os equipamentos (três unidades e respectivos acessórios) foram entregues pela empresa contratada em 1º de dezembro de 2016. Após a realização dos testes de funcionamento, a CPRM emitiu o documento de aceite dos equipamentos.

O pagamento da parcela única do contrato foi realizado em 8 de dezembro de 2016.

Como relatado, além dos contratos assinados e em execução em 2016, há atividades em andamento, seja em processo de revisão de especificação técnica ou em processo licitatório, com previsão de assinatura de contrato em 2017, conforme detalhamento no Quadro a seguir.

Quadro 54 – Atividades em andamento

1. CONSULTORIA DE ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM SEGMENTOS INDUSTRIAIS SELECIONADOS	Atividade 17
---	---------------------

Valor licitado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
1.366.995,79	SBQC	EPE	Consultoria

Objeto da Contratação: Contratação de consultoria para análise da eficiência energética em segmentos industriais selecionados.

Status: Em fase de constituição do consórcio pelas empresas vencedoras do certame para assinatura do contrato.

Observações sobre o processo licitatório: Em 6 de maio de 2016, foi enviado convite às empresas classificadas na etapa de Manifestação de Interesse, ocorrida em 2015, para a apresentação das propostas técnicas e financeiras. A abertura de propostas técnicas ocorreu em 27 de junho, tendo sido emitida a Não Objeção do Banco Mundial ao Relatório de Avaliação Técnica em 10 de agosto. Em 29 de agosto, houve a abertura das propostas financeiras. O processo de avaliação final foi concluído em 2 de setembro pela EPE, e após avaliação na minuta contratual pela AEGP e ajustes no documento pela EPE, a não objeção para a assinatura do contrato foi emitida em 14 de novembro de 2016.

O resultado da licitação foi publicado pela EPE no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2016, indicando o Consórcio das empresas Apllus e Qualitec como vencedor do certame.

Em 31 de dezembro de 2016, as empresas estavam em fase de constituição de consórcio para possibilitar a assinatura do contrato, prevista para janeiro de 2017.

2. AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MEDIÇÃO SINCRONIZADA DE FASORES – SMSF DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – SIN	Atividade 29
--	---------------------

Valor licitado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
16.211.616,03	(ICB) Licitação Internacional em duas etapas	ONS (Convênio)	Bens e Serviços

Objeto da Contratação: Compra de hardware e software necessários para os concentradores de dados fasoriais do ONS pertencentes ao Sistema de Medição Sincronizada de Fasores (SMSF) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Status: Em fase de revisão da minuta contratual pela AEGP, para assinatura do contrato.

Observações sobre o processo licitatório: Considerando a complexidade do sistema a ser adquirido, a fase de avaliação técnica do processo licitatório foi realizada em duas etapas: na primeira, ocorreu a solicitação de propostas exclusivamente técnicas para discussão e definição das especificações técnicas; a segunda consistiu na emissão de edital atualizado e na apresentação de propostas técnicas definitivas, acompanhadas dos respectivos preços.

O edital da 1ª fase foi publicado em 18 de setembro de 2015, com abertura das propostas em 23 de novembro, tendo sido finalizado o relatório de avaliação das pré-propostas em 8 de março de 2016. Após esclarecimentos e ajustes no documento, a não objeção foi emitida pelo Banco Mundial em 5 de maio de 2016. O convite às duas empresas classificadas na primeira fase foi realizado em 10 de maio, para apresentação de propostas até 9 de junho de 2016. A avaliação final combinada (técnica e preço) foi concluída em outubro de 2016, tendo sido a não objeção emitida pelo Banco Mundial em 21 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o ONS estava em fase de negociação da minuta contratual com a empresa vencedora da licitação (Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda.).

3. AMPLIAÇÃO DA BASE LABORATORIAL DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM COMO SUPORTE AOS LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS	Atividade 32.3
--	-----------------------

Valor estimado (R\$)	Modalidade de Licitação	Coexecutor	Categoria
1.734.000,00	NCB (Pregão)	CPRM	Bens

Objeto da Contratação: Fornecimento de equipamentos para armazenagem e processamento dos dados

e imagens geofísicas e para estudos preventivos de desastres naturais – Condutivímetros eletromagnéticos (3 unidades).

Status: Em fase de revisão do edital pela CPRM para publicação.

Observações sobre o processo licitatório: O edital revisado pela AEGP foi devolvido para ajustes da CPRM em dezembro de 2016. Após a aprovação do edital pelo MME, a previsão é de publicação pela CPRM em janeiro de 2017.

Atividades de Acompanhamento do Projeto

Em 2016, foram realizadas reuniões com os coexecutores do Projeto e com o Banco Mundial, além das atividades permanentes de monitoramento, conforme detalhamento a seguir:

1) Reuniões do Comitê Gestor do Projeto META – CGP: com o objetivo de discutir e proceder às deliberações necessárias para o Projeto, relacionadas a temas como implementação das ações, cumprimento de cronograma de execução, aprovação do Plano Operativo Anual – POA de 2017, execução orçamentária e financeira, aprovação dos relatórios de acompanhamento, prorrogação do prazo de vigência do Projeto, entre outros, foram realizadas reuniões nas seguintes datas:

- i) Primeira Reunião Ordinária de 2016, em 5 de maio de 2016; e
- ii) Segunda Reunião Ordinária de 2016, em 1º de dezembro de 2016.

2) Missões de Supervisão do Banco Mundial: em complemento à Missão do Banco Mundial realizada em novembro e dezembro de 2015, foi realizada nos dias 23 e 24 de maio de 2016, a missão de supervisão financeira do Projeto.

3) Reuniões Mensais com o CEPTEL: mensalmente, a UGP/C realizou videoconferência com a UGP/Setorial do CEPTEL, para acompanhamento das atividades previstas no convênio, uma vez que se trata do coexecutor externo que concentra a maior parte das ações do Projeto, bem como o maior volume de recursos.

Informações sobre indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão

Na formulação do Projeto META, foram concebidos indicadores de resultado e de resultado intermediário que permitem monitorar os benefícios alcançados em decorrência de sua implementação, assim como acompanhar a evolução da execução dos componentes e subcomponentes de responsabilidade de cada coexecutor.

Adicionalmente aos indicadores intermediários de resultado, a UGP/C elaborou indicadores orçamentários e financeiros, que objetivam avaliar a execução física e financeiro do Projeto, bem como o percentual de pagamentos e utilização dos recursos orçamentários. Ainda, em acordo com os coexecutores externos, a UGP/C desenvolveu indicadores complementares de desempenho e benefício, bem como elaborou um documento referencial contendo o detalhamento e a metodologia de medição de todos os indicadores do Projeto, apresentado ao Banco Mundial em 15 de julho de 2015.

Os indicadores de qualidade têm por objetivo subsidiar a avaliação dos

benefícios para a sociedade decorrentes das implementações das atividades ou subprojetos.

As medições dos indicadores de resultado, desempenho, orçamentários e financeiros são realizadas semestralmente pela UGP/C, embora haja alguns indicadores cuja frequência de medição é anual. Os indicadores de benefício são medidos semestralmente, com base nas informações apresentadas pelas áreas técnicas dos coexecutores externos.

Relativamente aos indicadores específicos, para monitorar e avaliar a gestão do Projeto pela AEGP/SE, informa-se que não foram concebidos pela Unidade nesse formato. Entretanto, os indicadores de desempenho, desenvolvidos pela AEGP, contemplam, de modo geral, as atividades de monitoramento realizadas pela Unidade. Esses indicadores procuram expressar a complexidade do processo de aquisição de uma determinada atividade, varrendo o processo desde a elaboração do Termo de Referência/Edital até sua conclusão, possibilitando assim a definição de metas semestrais/anuais de desempenho, o que envolve diretamente a atuação da Unidade, enquanto gestora do Projeto.

Com a adoção desses indicadores, a intenção é refletir a execução física e financeira, bem como o tempo dispendido e a complexidade do processo de elaboração dos TDRs e/ou Editais, análise do Banco Mundial, processos licitatórios e execução dos contratos.

Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (no âmbito da Assessoria Especial de Gestão de Projetos)

No período de 21 de março a 1º de abril de 2016, foram realizados serviços de auditoria pela Controladoria Geral da União - CGU na sede da Unidade Executora, em Brasília.

A auditoria teve como objetivo verificar:

- a) a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;
- b) a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- c) o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco; e
- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Conforme o Relatório de Auditoria da CGU nº 201600030, de 10 de agosto de 2016 não houve recomendações e/ou constatações referentes aos Projeto. No entanto, foram exaradas as seguintes observações/sugestões:

- Nomeação, o mais breve possível, de novos coordenadores (Geral Substituto e de Planejamento e Controle) da UGP/C: O processo de nomeação de novos servidores para esses cargos ocorreu por meio da Portaria SE/MME nº 107, de 3 de novembro de 2016, após a finalização do processo de Reestruturação do Ministério, aprovada pelo Decreto nº 8.871, de 6 de outubro de 2016;
- Inclusão nas notas explicativas das demonstrações financeiras do Projeto Meta de informações sobre: (i) os principais serviços de consultoria, obras, aquisições e convênios realizados no exercício; (ii) as conciliações das disponibilidades dos recursos descentralizados; e (iii) os rendimentos auferidos com aplicações financeiras das disponibilidades em poder dos coexecutores: Os itens sugeridos serão incluídos, na medida da razoabilidade, nas notas explicativas desta Assessoria Especial.

Sobre a avaliação da estrutura e controles internos existentes no âmbito da UGP/C, utilizadas para avaliação e monitoramento da execução/implementação do Projeto META, a auditoria concluiu o seguinte:

- Ambiente de controle: verificou-se que a UGP/C encontra-se formalmente estruturada para o desempenho das atividades previstas no Contrato de Empréstimo, provendo o Projeto dos meios necessários e suficientes para a condução adequada de suas metas e objetivos;

- Procedimentos de Controle: a CGU entendeu que os procedimentos adotados pela UGP/C suportam, de forma satisfatória, a elaboração adequada dos demonstrativos financeiros, conferindo confiabilidade às informações dispostas nesses, e possibilitam o pleno acompanhamento da execução orçamentária e financeira;

- Monitoramento: a CGU verificou que a UGP/C realizou o monitoramento do Projeto por meio das medições semestrais e anuais dos indicadores de resultados, estabelecidos no Documento de Avaliação do Projeto – PAD. Além desses, a UGP/C também desenvolveu indicadores complementares de benefício, de desempenho e de execução orçamentária e financeira do Projeto, monitorados semestralmente; e

Relativamente aos demais aspectos da gestão do Projeto e resultados alcançados, a CGU verificou:

- Sobre o cumprimento das Cláusulas Contratuais: o adequado cumprimento, pela UGP/C, das cláusulas de caráter contábil-financeiro-gerencial do Contrato de Empréstimo BIRD 8.095-BR;

- Sobre a regularidade das comprovações de gastos: as despesas realizadas pelo Projeto e documentadas em 2015 estavam apoiadas em documentação original comprobatória, foram realizadas em moeda nacional, são elegíveis para alocação ao Projeto e para financiamento pelo Banco e foram aplicadas em atendimento exclusivo às finalidades do Projeto;

- Sobre as demonstrações financeiras e notas explicativas: as demonstrações financeiras e as notas foram devidamente formalizadas e refletem, em seus aspectos mais relevantes, os aportes de recursos e a execução das despesas em conformidade com as categorias de gastos e componentes programáticos do Projeto. Aponta-se, ainda, em virtude dos valores consolidados nessas demonstrações, que a execução orçamentária do Projeto foi feita em observância aos limites de despesa fixados no Contrato de Empréstimo BIRD 8.095-BR;

- Sobre o gerenciamento de bens patrimoniais: conforme informado pela UGP/C, não foram adquiridos bens patrimoniais com recursos do BIRD no exercício sob exame. No que concerne ao gerenciamento de bens, a CGU avaliou que o CEPEL, na qualidade de coexecutor do Projeto, mantém uma adequada sistemática de controle patrimonial dos bens adquiridos, os quais se encontram identificados com os respectivos números de patrimônio, possuem Termo de Responsabilidade e estão destinados para utilização exclusiva nas atividades do Projeto;

- Quanto ao acompanhamento dos convênios, a CGU verificou que a UGP/C exerce um monitoramento sistemático do Projeto, com avaliação das prestações de contas, bem como os devidos registros no Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV. Ainda, a CGU verificou que os controles internos estabelecidos e utilizados pela UGP/C, quanto à execução e à prestação de contas relativas aos recursos repassados ao CEPEL, por meio do Convênio nº 769.362/2012, em seus aspectos mais relevantes, foram considerados adequados e referem-se às atividades previstas no Acordo de Empréstimo; e

- Relativamente aos resultados do Projeto, a CGU concluiu que houve um significativo avanço no Projeto, mas ainda não foi possível recuperar o cronograma de execução de algumas atividades por Coexecutor, como previsto no Plano de Aquisições aprovado em 29 de janeiro de 2015, em decorrência de problemas operacionais apresentados no âmbito de cada Coexecutor.

Atendimento aos itens de “Desempenho Financeiro e Informações Contábeis”, do anexo único da portaria TCU nº 59/2016, de 17 janeiro de 2017

Execução Orçamentária e Financeira Do Orçamento

- **Do Orçamento**

Para a implementação dos Componentes 1 a 4 do Projeto META, em 2016, é importante citar as variações orçamentárias impostas. Para aquele ano, o PLOA continha o valor de R\$ 26.771.601,00 (vinte e seis milhões, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e um reais) destinados ao Projeto META, tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional o valor de R\$ 21.771.601,00 (vinte e um milhões, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e um reais), sendo R\$ 21.032.956,00 (vinte e um milhões, trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais), correspondentes a recursos externos (Fonte 0148), e R\$ 738.645,00 (setecentos e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), correspondentes a recursos da contrapartida nacional (Fonte 1172).

Em 2 de março de 2016, foi fixado o limite de empenho para o Projeto em R\$ 19.489.276,00 (dezenove milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e seis reais). Em 5 de abril de 2016, no entanto, em decorrência do contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal, o novo limite de empenho passou a ser de R\$ 9.531.814,00 (nove milhões, quinhentos e trinta e um mil oitocentos e quatorze reais). Com a revisão da meta fiscal para o ano de 2016, em 10 de junho de 2016, foram disponibilizados R\$ 21.735.633,00 (vinte e um milhões, setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais), dos quais foram cancelados R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ficando o limite de empenho do Projeto em R\$ 18.735.633,00 (dezoito milhões, setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais).

Essas variações de limites, ocorridas em duas oportunidades distintas, causaram dificuldades na execução do Projeto, sendo necessária a adaptação do planejamento físico e financeiro previsto para o exercício.

Registre-se que, em 29 de novembro de 2016, a UGP/SE procedeu à devolução à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE/MME, de R\$ 2.575.451,83 (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais) de despesas de investimento, uma vez que não foi possível realizar o empenho desses recursos no exercício, destinados à aquisição de 3 (três) Transformadores de 1.350 kV, para o Laboratório de Ultra-Alta Tensão do CEPTEL, totalizando, no ano, a não utilização de R\$ 5.575.451,83 (cinco milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais).

Nesse sentido, do orçamento de 2016, foi empenhado o total de R\$ 16.106.491,40 (dezesseis milhões, cento e seis mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta centavos), conforme Quadro a seguir.

Quadro 55 – Empenho do Orçamento 2016

LOA (R\$)	Limite Concedido (R\$)	Limite/ LOA	Empenho Fonte 0148 - até 12/2016 (R\$)	Empenho Fonte 1172 - até 12/2016 (R\$)	% total empenhado/limite
2016					
21.771.601,00	16.160.181,17	74,23%	15.421.535,97	684.955,43	99,67%

*Fonte 0148: empréstimo BIRD/Fonte 1172: contrapartida nacional

Quadro 56 – Execução Orçamentária 2016

Orçamento	2014 (R\$)	% executado	2015 (R\$)	% executado	2016	% executado
a) Dotação orçamentária autorizada	29.110.808,00	-	20.312.054,00	-	21.771.601,00	-
b) Limite de Empenho fixado para o Projeto META	20.312.054,00	-	16.100.737,00	-	21.735.633,00	-
c) Restos a pagar de exercícios anteriores	20.227.530,00	-	28.889.648,68	-	11.360.771,71	-
d) Disponibilidade total para o exercício = (b+c)	40.539.584,00	100%	44.990.385,68	100%	33.096.404,71	100%
e) Total Empenhado no exercício + RAP (% = e/d)	40.005.220,00	99%	43.818.545,60	97%	27.467.263,11	83,5%

f) Total pago no exercício (% = f/e)	11.115.571,32	28%	31.491.248,63	70%	12.450.882,48	45,3%
Saldo para o exercício seguinte/semestre	28.889.648,68		12.327.296,97		15.016.380,63	

* Contempla as fontes empréstimo BIRD - 0148 e contrapartida Governo/Fonte: SIAFI Gerencial

** Recursos não utilizados: equivalente à diferença entre o limite de empenho disponível em 2016 e o total empenhado no exercício de 2016: R\$ 5.629.141,60

• Dos Procedimentos para a Execução Financeira

O acordo de empréstimo é executado na modalidade adiantamento de fundos, em dólares americanos, pelo Banco Mundial à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, na conta designada do Projeto, para posterior internalização em Reais para UGP/C.

A execução financeira do acordo de empréstimo é orientada pela Carta de Desembolso emitida pelo Banco Mundial, documento que contém as disposições e limites para os desembolsos e prestações de contas do Projeto, bem como pela legislação nacional pertinente (PPA, LDO/LOA e Decreto de Execução Financeira).

A movimentação orçamentária e financeira do acordo é registrada no SIAFI, nas duas unidades gestoras exclusivas do Projeto, em moedas distintas: UG 320060, em Reais; e UG 320062, em Dólares.

Conforme o estabelecido no Acordo de Empréstimo, Seção II, Item B, a UGP/C, trimestralmente, elabora os Demonstrativos Financeiros Intermediários – IFR's, contemplando a execução do Projeto e a movimentação da conta designada. Os IFR's do último trimestre, acompanhados de notas explicativas, demonstram a execução acumulada do exercício e são objeto de auditoria pela Controladoria-Geral da União – CGU.

• Da Execução Financeira

No exercício de 2016, foram encaminhados ao Banco Mundial sete pedidos de saques de adiantamentos, no total de US\$ 3.784.620,00 (três milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e vinte dólares), equivalentes a R\$ 12.927.315,42 (doze milhões, novecentos e vinte e sete mil, trezentos e quinze reais e quarenta e dois centavos), dos quais, aproximadamente 38,6% (trinta e oito vírgula seis por cento) foram utilizados para transferência ao Convênio MME/CEPEL nº 769.362/2012.

Para os instrumentos firmados (Convênios e TC), conforme Quadro a seguir, foram repassados, em 2016, recursos: para o CEPEL, no valor R\$ 4.986.068,84 (quatro milhões, novecentos e oitenta e seis mil, sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos); e para a CPRM, no valor de R\$ 1.096.068,00 (um milhão, noventa e seis mil, sessenta e oito reais).

Quadro 57 – Convênios e Termos de Cooperação firmados no âmbito do Projeto

Projeto META						
CNPJ: 37.115.383/0036-83		UG/GESTÃO: 320060/00001				
Informações sobre as Transferências						
Tipo	Nº do	Beneficiári	Valores Pactuados	Valores Repassados	Vigência	

	instrumento	o	Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício		
							Início	Fim
1	769.362/2012	CEPEL	61.895.058,47	4.700.723,27	4.986.068,84	56.008.846,01	28.05.12	30.06.17
3	001/2012	ANEEL	618.737,79	-	-	618.737,79	31.10.12	30.06.16
3	002/2012	CPRM	4.217.656,82	-	1.096.068,00	1.893.942,00	31.10.12	28.06.17
3	001/2013	EPE	4.554.174,07	-	-	627.900,08	05.03.13	30.06.17
1	812.289/2014	ONS	13.651.988,96	3.265.788,96	-	-	12.11.14	30.06.17

OBS.: Todos os Convênios/Termos de Cooperação estão adimplentes.

LEGENDA

Tipo:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

No Quadro a seguir, demonstra-se, por Categoria, os valores desembolsados pelo Banco Mundial ao Projeto, com destaque para a categoria “Bens, Obras e Serviços de não Consultoria”, com percentual de 56% (cinquenta e seis por cento) de execução em relação ao valor previsto no Contrato de Empréstimo.

Quadro 58 – Desembolsos por Categoria (Pedidos de Saque efetuados)

Categoria	Valores do Empréstimo		Valor Desembolsado		% de desembolso	A desembolsar
	Reais	US\$	Reais	US\$		US\$
Front-end fee (0,25%)	217.018,06	124.010,00	217.018,06	124.010,00	100%	-
Serviço de Consultoria	32.293.965,00	12.664.300,00	7.380.341,40	2.370.093,82	19%	10.294.206,18
Treinamento	1.384.395,00	542.900,00	-	-	-	542.900,00
Bens, Obras e Serviços de não Consultoria	90.288.615,00	35.407.300,00	58.530.688,09	19.833.946,27	56%	15.573.353,73
Custos Operacionais	2.207.320,80	865.616,00	-	-	-	865.616,00
TOTAL	126.391.313,86	49.604.126,00	66.128.047,55	22.328.050,09	45%	27.276.075,91

No Quadro a seguir, estão demonstrados os valores cuja comprovação dos gastos foi apresentada ao Banco Mundial.

Quadro 59– Executado e Comprovado por Categoria até 2016

Categoria	Valor previsto no empréstimo	Executado e Comprovado	Executado/Previsto
	US\$	US\$	
Front-end fee (0,25%)	124.010,00	124.010,00	100%
Serviço de Consultoria	12.664.300,00	1.097.593,84	9%
Treinamento	542.900,00	-	-
Bens, Obras e Serviços de não Consultoria	35.407.300,00	17.672.696,34	50%
Custos Operacionais	865.616,00	-	-
TOTAL	49.604.126,00	18.894.300,18	38%

- **Prestação de Contas**

Do montante desembolsado, US\$ 22.204.040,08 (vinte e dois milhões, duzentos e quatro mil, quarenta dólares e oito centavos), equivalentes a R\$ 65.911.029,49 (sessenta e cinco milhões, novecentos e onze mil, vinte e nove reais e

quarenta e nove centavos), foram comprovados ao Banco Mundial, até dezembro de 2016, US\$ 18.770.290,18 (dezoito milhões, setecentos e setenta mil, duzentos e noventa dólares e dezoito centavos), restando comprovar US\$ 3.433.749,90 (três milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e nove dólares e noventa centavos), conforme Quadro a seguir.

Quadro 60 – Pedidos de Saque e Comprovação de Gastos até dezembro de 2016

Pedido nº	Valores		Comprovação de Gastos		Saldo a Comprovar	
	Em US\$	Em R\$	Em US\$	Em R\$	Em US\$	Em R\$
1	94.577,01	195.112,37	0,00	0,00	94.577,01	195.112,37
2	95.907,42	194.548,20	0,00	0,00	190.484,43	389.660,57
3-A	0,00	0,00	88.608,60	182.799,55	101.875,83	206.861,02
4	2.269.704,11	5.348.737,42	0,00	0,00	2.371.579,94	5.555.598,44
5	0,00	0,00	90.803,10	184.400,00	2.280.776,84	5.371.198,44
6	2.478.578,46	5.835.069,41	0,00	0,00	4.759.355,30	11.206.267,85
7	0,00	0,00	2.007.567,69	4.728.000,00	2.751.787,61	6.478.267,85
8	4.408.000,00	9.830.280,80	0,00	0,00	7.159.787,61	16.308.548,65
9	0,00	0,00	600.837,03	1.414.500,00	6.558.950,58	14.894.048,65
10	255.370,08	651.449,07	0,00	0,00	6.814.320,66	15.545.497,72
11	0,00	0,00	1.005.172,99	2.366.378,25	5.809.147,67	13.179.119,47
12	0,00	0,00	295.129,81	694.794,60	5.514.017,86	12.484.324,87
13	1.657.301,00	5.051.453,45	0,00	0,00	7.171.318,86	17.535.778,32
14	673.660,00	2.155.509,90	0,00	0,00	7.844.978,86	19.691.288,22
15	1.020.802,00	3.215.526,30	0,00	0,00	8.865.780,86	22.906.814,52
16	0,00	0,00	4.065.266,61	9.171.516,45	4.800.514,25	13.735.298,07
17	1.471.700,00	5.130.346,20	0,00	0,00	6.272.214,25	18.865.644,27
18	1.208.185,00	4.638.222,22	0,00	0,00	7.480.399,25	23.503.866,49
19	1.106.000,00	4.312.736,40	0,00	0,00	8.586.399,25	27.816.602,89
20	0,00	0,00	3.115.706,53	8.395.152,68	5.470.692,72	19.421.450,21
21	707.000,00	2.647.008,00	0,00	0,00	6.177.692,72	22.068.458,21
22	972.635,00	3.777.714,34	0,00	0,00	7.150.327,72	25.846.172,55
23	0,00	0,00	1.900.865,51	6.093.322,87	5.249.462,21	19.752.849,68
24	265.260,00	1.068.122,44	0,00	0,00	5.514.722,21	20.820.972,12
25	221.400,00	870.212,70	0,00	0,00	5.736.122,21	21.691.184,82
26	270.300,00	988.892,55	0,00	0,00	6.006.422,21	22.680.077,37
27	0,00	0,00	1.146.740,12	4.017.732,54	4.859.682,09	18.662.344,83
28	241.600,00	833.906,56	0,00	0,00	5.101.282,09	19.496.251,39
29	300.000,00	1.010.100,00	0,00	0,00	5.401.282,09	20.506.351,39
30	0,00	0,00	3.991.305,54	15.224.490,27	1.409.976,55	5.281.861,12
31	946.060,00	3.004.781,17	0,00	0,00	2.356.036,55	8.286.642,29
32	0,00	0,00	462.286,65	1.642.276,36	1.893.749,90	6.644.365,93
33	1.540.000,00	5.151.300,00	0,00	0,00	3.433.749,90	11.795.665,93
TOTAL	22.204.040,08	65.911.029,50	18.770.290,18	54.115.363,57	3.433.749,90	11.795.665,93

O valor a comprovar é composto da seguinte forma:

- i) US\$ 1.031.524,96 (um milhão, trinta e um mil, quinhentos e vinte e quatro dólares e noventa e seis centavos), equivalentes a R\$ 3.406.877,30 (três milhões, quatrocentos e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta centavos), que estão em poder do CEPEL, para o pagamento de contratos firmados no âmbito do Convênio; e
- ii) US\$ 394.129,56 (trezentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e nove dólares e cinquenta e seis centavos), equivalentes a R\$ 1.318.363,37 (um milhão, trezentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos), em poder da UG 320060 – UGP/C; e
- iii) US\$ 2.008.095,39 (dois milhões, oito mil, noventa e cinco reais e trinta e nove centavos), equivalentes a R\$ 7.070.425,25 (sete milhões, setenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), referentes aos valores executados no período compreendido entre a última prestação de contas ao Banco Mundial realizada no exercício de 2016, operacionalizada em 23 de setembro de 2016 (Pedido de Saque nº 32), e o dia 31 de dezembro de 2016.

Ressalta-se que a comprovação de recursos, para o Banco Mundial, dar-se-á com a apresentação das despesas efetivamente pagas com os respectivos documentos fiscais (regime de caixa).

- **Pagamento de Encargos do Empréstimo**

Conforme estabelecido no Contrato de Empréstimo, Artigo II, itens 2.04 e 2.05, os juros são calculados sobre os recursos efetivamente desembolsados e são pagos, semestralmente, nas datas de 15 de março e 15 de setembro.

Assim, foram pagos ao Banco Mundial, até o exercício, juros no total de US\$ 392.714,72 (trezentos e noventa e dois mil, setecentos e quatorze dólares e setenta e dois centavos), equivalentes a R\$ 1.315.834,83 (um milhão, trezentos e quinze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos). O Quadro a seguir demonstra os valores pagos, desde a assinatura do Contrato, até dezembro de 2016.

Quadro 61 – Detalhamento dos Encargos Pagos até 2016

Datas	R\$	US\$	Taxa de Conversão
15/03/2013	2.374,59	1.200,44	1,9781
15/09/2013	3.318,20	1.446,66	2,2937
15/03/2014	43.621,68	18.417,43	2,3685
15/09/2014	72.494,32	31.574,18	2,2960
16/03/2015	129.483,96	40.287,48	3,2140
15/09/2015	206.049,03	53.283,95	3,8670
15/03/2016	362.266,78	97.603,94	3,7116
15/09/2016	496.226,27	148.900,64	3,3326
TOTAL	1.315.834,83	392.714,72	2,8826

Cabe informar que, em atendimento aos Decretos nos 5.994, de 19 de dezembro de 2006, e 8.295, de 15 de agosto de 2014, e Portaria STN nº 427, de 12 de agosto de 2015, as obrigações da dívida externa de contratos de empréstimos foram transferidas para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, de modo que os pagamentos de juros, a partir de 2016, serão de sua responsabilidade.

- **Efeitos da Variação da Taxa de Câmbio**

Relativamente aos efeitos positivos ou negativos, decorrentes da variação cambial, sobre os recursos do Projeto, informamos que, até o exercício de 2016, foram efetuados saques no montante de US\$ 22.204.040,08 (vinte e dois milhões, duzentos e quatro mil, quarenta dólares e oito centavos), equivalentes a R\$ 65.911.029,49 (sessenta e cinco milhões, novecentos e onze mil, vinte e nove reais e quarenta e nove centavos), sem considerar a taxa Front-end Fee, o que indica uma taxa de câmbio média de R\$/US\$ 2,97 (dois vírgula noventa e sete).

O valor de R\$ 66.128.047,55 (sessenta e seis milhões, cento e vinte e oito mil, quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), necessário à execução das atividades do Projeto até o exercício de 2016, se convertido em Dólar, à taxa de formação do empréstimo (R\$/US\$ 1,75 – um vírgula setenta e cinco), equivaleria ao montante de US\$ 37.787.455,74 (trinta e sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco dólares e setenta e quatro centavos). Isso representa um incremento de recurso ao Projeto de US\$ 15.583.415,66 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quinze dólares e sessenta e seis centavos), os quais poderão ser utilizados para a contratação de novas atividades, caso o Projeto tenha tempo hábil para contratá-las e executá-las.

Como pode ser observado, quando se compara a taxa de formação do Projeto com a taxa de câmbio média, observa-se uma variação positiva de, aproximadamente, 70% (setenta por cento), o que possibilitou saques de uma menor quantidade em Dólar, bem como alocação de recursos para novas atividades no Projeto.

O saldo do empréstimo a sacar, de US\$ 27.276.075,91 (vinte e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, setenta e cinco dólares e noventa e um centavos), tomando por base a taxa de câmbio de R\$/US\$ 3,40 (três vírgula quarenta), prevista na Ata da Reunião nº 203, do Copom, realizada nos dias 29 a 30 de novembro de 2016, indica, quando comparado com a taxa de formação do Projeto, uma variação positiva de 94% (noventa e quatro por cento), o que, mantendo-se a previsão, proporcionará, uma maior quantidade de recursos para contratação de novas atividades na moeda Real.

- **Acordo Marco de Cooperação entre MME e CAF**

No dia 25 de outubro de 2013, foi firmado, entre o MME e a Corporação Andina de Fomento – CAF, um Acordo Marco de Cooperação, com o objetivo de fornecer o escopo para a cooperação e facilitar a colaboração entre as partes, em bases não-exclusivas, em áreas de interesse mútuo relacionadas à integração energética da América Latina, à universalização do acesso à energia elétrica e à aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e inclusão social do Brasil e da Região, tendo sido publicado, no Diário Oficial da União – DOU, do dia 31 de outubro de 2013, sendo signatários o Ministro de Estado de Minas e Energia e o Presidente Executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina, com prazo de vigência de 3 (três) anos.

No âmbito do Acordo Marco, objetivando a avaliação da redução de investimentos em redes elétricas, com aumento na confiabilidade dos sistemas, o

MME propôs, ainda no ano de 2013, a celebração de Acordo de Cooperação Técnica Não Reembolsável, para a contratação de empresa de consultoria para atendimento ao Termo de Referência – TR relativo à “Análise do Sinal Locacional da Expansão da Transmissão: Aspectos Técnicos, Regulatórios e de Política Energética”.

O Acordo de Cooperação Técnica Não Reembolsável foi assinado em 25 de março de 2014, sendo signatários o Ministro de Estado de Minas e Energia e o Presidente Executivo da Corporação Andina de Fomento – CAF. Pelo acordo, a CAF disponibilizou a quantia de U\$S 122.000,00 (cento e vinte e dois mil dólares), com prazo estabelecido de 6 (seis) meses para a utilização dos recursos. Através do Ofício nº 051/2014-SE-MME, de 25 de março de 2014, foi solicitada à CAF a seleção e contratação do objeto do acordo.

Procedida a seleção e contratação, foi assinado o contrato com a PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda., em 10 de outubro de 2014, no valor de US\$ 119.300,00 (cento e dezenove mil e trezentos dólares), com prazo de execução de 6 (seis) meses, a contar de 13 de outubro de 2014, para execução do objeto proposto no citado TR.

Ainda durante o processo de seleção e contratação, foi solicitada a prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica Não Reembolsável, por meio do Ofício nº 543/2014-GM-MME, de 10 de setembro de 2014, sendo concedida, pela CAF, por meio do documento PE-315/2014, de 6 de novembro de 2014, tal prorrogação, por um período de 12 (doze) meses, com encerramento em 26 de setembro de 2015.

No ano de 2015, foram entregues todos os produtos relacionados no TR, tendo sido concluído, em 2 de julho, o serviço de consultoria com a entrega formal do produto final ao Secretário-Executivo do MME.

Cumprir mencionar que, em 24 de outubro de 2016, foi firmada, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo Diretor Representante da CAF no Brasil, a prorrogação, por mais 2 (dois) anos, da vigência do Acordo Marco de Cooperação.

3.GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. Descrição das estruturas de Governança

De acordo com o Referencial Básico de Governança, 2ª versão publicada pelo Tribunal de Contas da União – TCU em 2014, a governança no setor público pode ser definida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

O TCU entende que o Sistema de Governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc.), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Segundo autores que tratam do assunto “Governança Pública”, na Administração Pública, a governança deve tornar explícito o papel de cada ator, definindo seus objetivos, responsabilidades, modelos de decisão, rotinas, entre outros aspectos.

No Ministério de Minas e Energia a governança se faz em várias frentes que têm, em cada uma delas, finalidades específicas de gestão corporativa, mas que em conjunto convergem para assegurar boas práticas na condução dos seus macroprocessos organizacionais, sempre observando a supremacia do interesse público e pautando-se pelos Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública Federal.

Nesse contexto, a Governança no MME está estruturada, essencialmente, nos seguintes pilares:

- Disposições constitucionais relativas à Administração Pública em geral e, especificamente, aquelas inerentes aos segmentos de energia e mineração;
- Toda a base legal e regulamentar aplicável ao contexto de atuação do Ministério, que dispõe sobre as suas competências e atuação;
- As políticas setoriais vigentes, de energia e mineração;
- Os instrumentos de planejamento de Governo, como o Plano Plurianual – PPA e o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no que tange às competências e responsabilidades do MME;
- As deliberações do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE;
- As recomendações e orientações técnicas do Comitê de Monitoramento Setorial – CMSE;
- O planejamento setorial, incluindo planos, programas e projetos específicos para os segmentos de atuação do MME, a exemplo de: Programas Nacionais de Energia-PNE, Plano Decenal de Expansão de Energia-PDE, Zoneamento

Nacional de Recursos de Óleo e Gás-ZNMT, Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário- Pemat, Plano Nacional de Mineração-PNM e outros.;

- A Estrutura Regimental do Ministério, que define as competências, dos seus órgãos internos e as responsabilidades dos seus dirigentes;
- A sistemática de acompanhamento da gestão dos macroprocessos internos do MME que os monitora pontualmente quanto à consecução dos objetivos, ações, metas e estágios de desenvolvimento e implementação;
- No âmbito de cada Unidade organizacional, os respectivos titulares e os gerentes de área supervisionam e controlam a execução dos trabalhos, com foco especial para possíveis condições de riscos, legalidade dos atos, qualidade e eficiência dos trabalhos e cumprimento efetivo dos objetivos organizacionais;
- Os canais abertos para receber queixas, reclamações e denúncias por intermédio da Ouvidoria Geral e da Comissão Setorial de Ética, às quais cabe recepcionar, analisar e adotar medidas pertinentes que vão desde providências para solucionar as questões apresentadas, como iniciativas destinadas a apuração de fatos;
- Para eventuais situações de indício de irregularidade o Ministério dispõe de servidores para conduzir processos de apuração que se façam necessários, quer seja por sindicâncias ou processos administrativos disciplinares;
- Os trabalhos de assessoramento de controle interno, orientam e acompanham processos de apuração de indício de irregularidade, de tomada de contas especial, dissemina e assessora todas as áreas do Ministério quanto a normas e procedimentos inerentes às questões de controle e monitoramento no âmbito de cada Unidade;
- Os trabalhos de assessoramento de controle interno acompanham orientações, normativos e demandas provenientes do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, assessorando o Ministro, o Secretário Executivo, os titulares de todas as áreas do Ministério, bem como os níveis de gerência envolvidos nas questões tratadas;

3.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos e administrativos

Quadro 62 – Correição e apuração de ilícitos e administrativos

QUANTIDADES RELATIVAS AOS <u>ÓRGÃOS E ENTIDADES SUPERVISIONADAS</u>
PADs instaurados em 2016: 00
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2016: 00
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2016: 00
PADs julgados em 2016: 02
Sindicâncias julgadas em 2016: 00
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2016: 00
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2016: 00
Quantidade de demissão aplicada a estatutários em 2016: 00

Fonte: CGRH/MME (CGU PAD)

Nota: Em observância ao disposto nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, as informações dos processos são registradas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD).

3.3. Gestão de riscos e controles internos

De uma maneira geral, a literatura COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission dos Estados Unidos define “Risco” como a possibilidade de que um evento ocorra e afete negativamente a realização de objetivos. A avaliação de risco envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e avaliar os riscos à realização dos objetivos.

O Ministério de Minas e Energia – MME, tem como um dos seus objetivos estratégicos o equilíbrio entre a oferta e a demanda, a garantia do abastecimento dos mercados de energia elétrica, petróleo e gás e recursos minerais para o desenvolvimento sustentável do país.

Para ter essas garantias o MME supervisiona/coordena por meio de suas secretarias, juntamente com os órgãos coligados, tais como as agências reguladoras, ANEEL, ANP, a autarquia especial DNPM, as empresas vinculadas Petrobras e Eletrobrás, as empresas públicas EPE, PPSA e CPRM e outras entidades, todas as ações e atividades que visam o sucesso desses objetivos estratégicos.

Os estudos de inventários e de aproveitamento de potenciais hidrelétricos, a organização e a realização dos leilões de compras de energia elétrica, a implantação e operação de usinas, a realização de rodadas de licitações de novos campos de petróleo e gás natural e o desenvolvimento da pesquisa geológica na procura de novas jazidas minerais, são parte das ações e atividades empreendidas para gestão de riscos, para garantir a realização dos objetivos acima elencados, razão da própria existência deste Ministério.

O Ministério de Minas e Energia, de forma mais específica, considera também como importante a segurança da informação, como atividade de gestão de risco.

A segurança da informação tem evoluído de tal forma que agências reguladoras e órgãos fiscalizadores têm exigido cada vez mais ações efetivas de proteção.

Melhores práticas e regulamentações específicas têm sido elaboradas e revisadas, tendo como premissas os seguintes documentos:

- Norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005.
- Manual para Auditoria de Sistemas publicados pelo Tribunal de Contas da União.
- Decreto nº. 3.505/2000, da Presidência da República, que institui a Política de Segurança da Informação nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.
- Tipificações de crimes e responsabilidades previstas em projetos de lei para

alteração do Código Penal, em trâmite de aprovação no Congresso Nacional.

- Código Civil, mais particularmente nas responsabilidades associadas ao gestor organizacional.
- Decreto nº 7.845/2012 que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Na realização dos trabalhos do MME, são geradas e armazenadas informações críticas aos seus objetivos institucionais. Há uma necessidade de proteção dessas informações, de acordo com seu momento em seu ciclo de vida, quanto à sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

O uso de tecnologia da informação agiliza e facilita o controle de informações. Por outro lado, essa mesma tecnologia, uma vez aplicada, agrega também vulnerabilidades.

O Ministério em conformidade com a legislação vigente sobre segurança da informação, tem buscado o levantamento, a identificação e o tratamento das possíveis vulnerabilidades existentes nas informações custodiadas pelo órgão. Nesse sentido, o MME desenvolve um trabalho de análise de riscos das informações, tendo em seu grupo de colaboradores, especialistas com o objetivo de implantar os controles aplicáveis e elevar o nível de segurança a patamares aceitáveis.

Um outro item de grande importância no rol dessas atividades de gestão de riscos que deve ser destacado é o trabalho desenvolvido pelo grupo de brigadistas realizado no prédio do MME, referente à proteção contra incêndios.

Faz parte dessa gestão os exercícios anuais regulares de evacuação do prédio em simulações de incêndio, a checagem de validade dos extintores, as instruções dadas aos usuários do prédio, o relacionamento com o Corpo de Bombeiros do DF, métodos, indicadores e procedimentos interligados.

4.ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

A falta de uma carreira específica para o Ministério de Minas e Energia, tanto da área finalística como da área meio, compromete o desempenho dos processos organizacionais e conseqüentemente o atendimento às crescentes demandas institucionais atribuídas a este Ministério.

Ao longo dos últimos anos, a estrutura de pessoal do MME vem sofrendo perdas sem a devida reposição. Mesmo com a admissão ao quadro do Ministério de novos servidores concursados para as áreas finalísticas (analistas de infraestrutura) a partir de 2008, com o objetivo de sanar tal necessidade, a questão não foi resolvida de forma plena, uma vez que os referidos cargos foram redistribuídos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como carreira de exercício descentralizado, resultando na alta rotatividade desse contingente de recursos humanos.

A estrutura de pessoal também foi impactada pela entrada de um número significativo de empregados anistiados por força da Lei nº 8.878, de 11 de maio 1994. A média de idade e a desatualização funcional dos anistiados comprometem o processo de adaptação, mesmo com um grande esforço por treinamento técnico-administrativo.

Nesse contexto, o Órgão trabalha para adequar quantitativa e qualitativamente o Quadro de Pessoal às necessidades, demandas e exigências das áreas meio e fim.

Quadro 63: Quadro de Pessoal do Ministério

QUADRO DE PESSOAL DO MME		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente	190	7,16
Aposentado	685	25,82
Requisitado Administração Direta	48	1,81
Nomeado cargo em comissão	150	5,65
Natureza Especial	1	0,04
Membros de Poder e agentes políticos	1	0,04
Cedido	76	2,86
Requisitado Administração Indireta	38	1,43
Exerc. Descentralizado de Carreira	91	3,43
CLT anistiado	541	20,39
Beneficiário de Pensão	769	28,99
Contrato Temporário	7	0,26
Estagiário	56	2,11
TOTAL	2.653	100

Fonte: SIAPE/SGRH

DESCRIÇÃO	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	QTDE	%										
Pessoal na área finalística	245	35,25	239	37,70	252	39,01	239	37,70	223	36,80	206	36,46
Pessoal na área meio	450	64,75	395	62,30	394	60,99	395	62,30	383	63,20	359	63,54
Total Geral	695	100	668	100	646	100	634	100	606	100	565	100

Fonte: SGRH

4.2 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 64: Força de Trabalho do MME

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	904	429	36	48
1.1. Membros de poder e agentes políticos	01	01	02	02
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	903	428	34	46
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão Obs: (*) incluídos os anistiados (80 anistiados em exercício no MME).	903	271 (*)	13	13
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado.	-	89	04	06
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas.	-	68	17	27
2. Servidores com Contratos Temporários	17	06	01	02
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública.	-	130	31	52
4. Total de Servidores (1+2+3)	921	565	73	102

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro acima demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME. O Decreto nº 8.871, de 6 de outubro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia, consequentemente influenciou os ingressos e egressos no exercício de 2016.

Quadro 65: Distribuição da Lotação Efetiva do MME

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	282	149
1.1. Servidores de Carreira	282	149
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	226	45
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	29	60
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	27	42
2. Servidores com Contratos Temporários	06	-

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	71	59
4. Total de Servidores (1+2+3)	359	206

Fonte: SIAPE / SGRH

Quadro 66: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do MME

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	293	288	66	134
1.1. Cargos Natureza Especial	01	01	02	02
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	292	287	64	132
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	68	06	30
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	41	14	23
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	48	13	27
1.2.4. Sem Vínculo	-	130	31	52
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas (FGR + FCT)	77+45 = 122	117	21	20
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	76+38 = 113	18	10
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	00 + 03 = 03	00	10
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	00 + 01 = 01	03	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	415	405	87	154

Fonte: SIAPE / SGRH

Nota: As informações do Quadro acima demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME.

Quadro 67: Distribuição da Força de Trabalho por Unidade Administrativa

Área	Unidade	Natureza Especial	Ativo Permanente	Requisitado Órgãos	Requisitado Empresas	Sem Vínculo	Exercício Descentralizado	Contrato Temporário	Anistiado	Total	Total por Área
MEIO	Gabinete do Ministro	1	26	2	0	24	0	0	4	57	359
	Assessoria Econômica	0	0	2	1	2	2	0	0	7	
	Assessoria Especial de Relações Internacional	0	1	0	0	2	0	0	0	3	
	Assessoria Especial de Controle Interno	0	1	0	0	1	1	0	0	3	
	Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setorial	0	1	0	0	1	0	0	0	2	
	Consultoria Jurídica	0	5	5	0	6	5	0	0	21	
	Secretaria Executiva	0	134	15	1	33	22	6	55	266	
FINALÍSTICA	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	0	6	4	0	21	6	0	4	41	206
	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético	0	10	5	6	11	22	0	8	62	
	Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis	0	2	6	9	6	14	0	0	37	
	Secretaria de Energia Elétrica	0	6	3	9	21	18	0	9	66	
TOTAL		1	192	42	26	128	90	6	80	565	565

Quadro 68: Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	01	11	72	104	04	02	02
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	01	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	01	11	72	93	04	02	02
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	06	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	04	23	123	217	25	05	01
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	01	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	04	85	183	18	05	01
2.3. Funções gratificadas	-	-	04	19	38	08	07	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	05	34	195	292	29	07	03
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.									

Fonte: SIAPE

Nota: Apenas os servidores em exercício no Ministério de Minas e Energia foram contabilizados. Assim, continuam os esforços para melhorar o nível de escolaridade dos servidores e empregados deste órgão, por meio de programas de capacitação como o “Projeto de Graduação”, além dos os cursos de pós-graduação oferecidos aos servidores com cargos efetivos.

Quadro 69 Qualificação do Quadro de Pessoal do MME segundo a Idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	07	36	41	78	30
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	01	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	07	32	39	78	29
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	03	02	-	01
2. Provimento de cargo em comissão	18	73	68	146	68
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	01	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	73	61	100	44
2.3. Funções gratificadas	-	-	07	45	24
3. Totais (1+2)	25	109	109	224	98

Nota: Apenas os servidores em exercício no MME foram contabilizados e é notório o envelhecimento do quadro de pessoal deste Ministério. Resultado direto da gestão de recursos humanos na administração pública,

abrangendo a concessão do abono de permanência, a redução da gratificação de desempenho quando da aposentadoria (dependência financeira), o aumento da idade limite (75 anos) e o retorno dos anistiados pela Lei nº 8.878, de 1994. Como se constata, a maior concentração fica na faixa etária de 51 a 60 anos (a explicação para esse fato está no retorno dos anistiados e servidores aposentados) correspondente a 39,65% do Quadro de Pessoal, que somados à próxima faixa etária (acima de 60 anos) atinge a marca de 57%.

Análise Situacional

Esta Unidade Prestadora de Contas (Secretaria-Executiva), por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, gerencia todo o contingente de pessoal do Ministério de Minas e Energia. Além do quadro de servidores efetivos que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o Órgão conta também com um Quadro Especial em Extinção do MME, criado especialmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para abarcar o retorno de ex-servidores advindos das extintas empresas CAEEB, SIDERBRÁS, CSN, COSIPA e USIMINAS, além dos FAS – Função de Assessoramento Superior, todos no regime celetista, com anistia concedida por força da Lei no 8.878, de 11/5/1994, e outros que retornaram aos cargos públicos por ação de decisões judiciais favoráveis.

Ainda, atuam no Ministério de Minas e Energia, servidores públicos requisitados da Administração direta e indireta, bem como pessoas sem vínculo com o Serviço Público, todos ocupantes de cargos de livre provimento.

Outro contingente de recursos humanos que compõe a força de trabalho do MME são os servidores especializados, pertencentes às carreiras da Advocacia Geral da União – AGU (Procuradores) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Analistas de Orçamento e Finanças, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analistas em Tecnologia da Informação e os Analistas de Infraestrutura), cujo exercício é descentralizado pelos órgãos de origem, para atendimento de necessidades específicas deste Órgão.

Há que se justificar, ainda, que no Quadro – Força de Trabalho do MME – Situação Apurada em 31/12, foram incluídos somente os anistiados com retorno deferido para o MME que permaneceram atuando nesta Sede (80 empregados), o restante de 481 (quatrocentos e oitenta e um), são anistiados cujo retorno se deu por via judicial e pela Lei nº 8.878/94 a partir de 2009 que passaram a integrar o Quadro Especial em Extinção do MME, no regime celetista, estando hoje no exercício de suas funções em entidades da Administração Pública sediadas no Distrito Federal e em outras Unidades da Federação.

A necessidade de servidores técnicos especializados nas áreas finalísticas e o envelhecimento da composição do quadro de pessoal comprometem a condução dos processos organizacionais e conseqüentemente o atendimento às crescentes demandas institucionais atribuídas ao Ministério de Minas e Energia ao longo desses últimos anos. A saída de servidores do quadro efetivo não são maiores em virtude do abono de permanência e também da perda salarial imposta ao servidor quando da sua aposentadoria.

• Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A CGRH desempenha um papel indutor e estratégico na identificação das necessidades de treinamento que buscam agregar conhecimento e valorização dos servidores. Várias ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos foram realizadas no exercício de 2016, para atendimento dos servidores e empregados do MME. Assim, o número de servidores com,

pelo menos, um evento de capacitação: 455; e número de eventos realizados: 57.

.Abaixo, são demonstradas as ações de treinamento e as áreas atendidas

Quadro 70: Ações de treinamento e as áreas atendidas (Capacitação)

ÁREAS	QTDE/ AÇÕES	OBJETIVO	PARTICIPAÇÕES
Ações Administrativas	11	Desenvolver a capacidade do servidor para realizar suas atividades em gestão e administração, pareceres administrativos, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.	118
Ação em Língua Estrangeira	03	Promover a aprendizagem das línguas inglesa e espanhola, beneficiando 71 alunos das áreas finalística e meio, cujas atividades executadas requerem conhecimento nessas línguas estrangeiras.	71
Ações Técnicas Finalísticas	12	Proporcionar aos técnicos especializados (servidores, gestores e analistas de infraestrutura) conhecimentos específicos das áreas que atuam, de modo a permitir o desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e operacionais das áreas fins do MME.	24
Ações na Área de Legislação	07	Proporcionar aos servidores atualização e aprimoramento dos conhecimentos da estrutura da legislação nacional e internacional, o conteúdo da constituição, leis, decretos, portarias e resoluções, no âmbito dos objetivos do MME.	12
Ações de Tecnologia da Informação	09	Aprimorar conhecimento de servidores da área de Tecnologia da Informação, quanto à utilização de técnicas atualizadas e sua aplicação no desenvolvimento de sistemas e soluções, utilizando as melhores práticas de mercado.	495
Ações do Projeto Qualidade de Vida	11	Motivar e valorizar os servidores, com foco na satisfação e no crescimento da produtividade, e, conseqüentemente, na melhoria da saúde e qualidade de vida.	266
Ações em Educação Formal	07	Contribuir para a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública e finalística, sendo: 01 participação em projeto de pós-graduação, 05 em projeto de graduação e 24 em Pós Graduação no contexto de Gestão Pública.	30

Fonte: CODES/CGRH

Análise da Gestão dos Recursos Humanos

De forma contínua a Coordenação-Geral de Recursos Humanos tem agido para adequar quantitativa e qualitativamente o Quadro de Pessoal às necessidades, demandas e exigências das áreas meio e fim, entretanto, conforme já indicado nos relatórios anteriores, a estrutura de pessoal do MME vem sofrendo perdas sem a devida reposição.

Mesmo com a admissão ao quadro do Ministério de novos servidores concursados para as áreas finalísticas (Analistas de Infraestrutura) e área meio (Analistas em TI), ao longo dos anos o MME vem perdendo esse pessoal pela política de exercício descentralizado e pela busca de maiores salários por parte desse contingente de servidores.

A chegada dos empregados anistiados por força da Lei nº 8.878, de 11 de maio 1994, que poderia resolver os problemas da área meio, acabou não acontecendo por vários fatores como: a média de idade; a desatualização funcional dos anistiados que comprometem o processo de adaptação (mesmo com um grande esforço por treinamento técnico-administrativo) e o próprio desinteresse do pessoal que aguarda uma posição sobre a

possibilidade de passar para o Regime Jurídico Único e assim solicitar licenças e até mesmo aposentadoria.

Recentemente, no final de setembro do exercício de 2016, foi publicada a Portaria nº 56, de 29 de setembro de 2016, no Boletim de Pessoal Especial nº 06, de mesma data, instituindo Grupo de Trabalho com a finalidade de levantar a real necessidade de pessoal e identificar o perfil dos recursos humanos necessários para o desempenho das atividades institucionais deste Ministério.

Na área de desenvolvimento e capacitação, apesar da forte restrição orçamentária/financeira imposta até abril/2016, e posteriormente com a liberação de mais recursos e por meio de Acordos de Cooperação, parcerias, bem como o incremento de contratação de instrutores através do Decreto nº 6.114/2007 que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a servidores públicos da administração federal, resultou na recuperação e no aparecimento de vagas para treinamento e troca de experiências entre os órgãos envolvidos no processo. Isso permitiu a potencialização dos recursos financeiros e dos efeitos dos treinamentos, na medida em que favorece a consolidação de redes colaborativas, minimizando os custos financeiros nas contratações e valorizando o capital humano já existente na máquina administrativa, que conhece as especificidades do trabalho e as competências dos cargos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

Na área da saúde, continuam os esforços para oferecer serviços de Assistência à Saúde como a Clínica Médica, Enfermagem, Psicologia, Odontologia e ações de Qualidade de Vida com destaque para a Campanha Anual de Vacinação e os Exames Médicos Periódicos. Ainda foram oferecidas possibilidades de adesão aos planos de saúde (GEAP ou Auxílio de caráter indenizatório), além da ação da CGRH que optou na Política de Prevenção da Saúde Física, Emocional e Psicológica dos Servidores do MME, pela contratação de deficientes visuais para promover a Massagem Expressa, também com o objetivo de inclusão social.

4.3 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 71 - Despesa do Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	5.970.351,09	2.725.961,04	7.723.687,43	524.430,54	1.358.514,26	1.288.675,41	14.171,60	38.155,52	82.142,73	19.726.089,62
	2015	9.474.938,41	3.224.299,09	7.992.500,81	658.372,77	1.452.204,21	1.250.895,34	0,00	0,00	37.279,74	24.090.490,37
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	0,00	6.058.289,83	726.358,67	160.907,63	366.388,70	26.058,10	21.496.293,05	643,27	0,00	28.834.939,25
	2015	0,00	5.210.141,84	697.508,73	212.568,46	574.194,98	29.105,87	22.237.429,00	0,00	0,00	28.960.948,88
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	9.193.980,04	777.112,88	218.905,29	1.271.883,83	245.682,60	395.399,37	18.680,00	0,00	12.121.644,01
	2015	0,00	9.231.386,18	766.549,64	265.129,18	1.066.444,49	223.627,18	0,00	0,00	0,00	11.553.136,67
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	22.889.180,39	0,00	3.775.156,55	873.181,26	3.601.332,23	920.510,99	0,00	58.442,10	1.033.836,73	33.151.640,25
	2015	22.089.329,41	0,00	3.764.339,00	855.024,36	3.349.950,31	830.856,16	0,00	0,00	260.530,46	31.150.029,70
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	469.183,13	0,00	39.076,67	14.273,30	38.777,72	0,00	0,00	0,00	0,00	561.310,82
	2015	460.884,33	0,00	38.290,00	13.519,96	33.491,52	0,00	0,00	0,00	0,00	546.185,81
Tipologias/ Exercícios CLT EXERCICIO MME											
Tipologias/ Exercícios CLT EXERCICIO MME	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	3.587.491,27	434.254,67	348.749,47	166.246,63	455.291,10	137.771,10	0,00	15.770,52	61.989,72	5.207.564,48
	2015	2.699.337,98	213.944,06	252.972,33	109.973,09	279.657,83	92.321,24	0,00	0,00	0,00	3.648.206,53

Fonte: DWSiape

Nota 1: As informações do Quadro acima demonstram a situação global dos custos de recursos humanos do MME.

Nota 2: A evolução dos valores registrados se apresenta dentro dos padrões de gasto aceitável, e as dificuldades não se alteraram nos últimos dois exercícios. Apesar da restrição orçamentária, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos procurou adequar e ajustar seus processos e controles internos para manter o atendimento às crescentes demandas institucionais atribuídas ao Ministério de Minas e Energia ao longo desses últimos anos.

• Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Os controles para detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos (art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal) são realizados em parceria com o órgão central do SIPEC, ou seja, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que, periodicamente, efetua auditoria mediante confrontação de bancos de dados de diversas instituições (Ministério do Trabalho e Emprego, GDF e SIAPE).

Posteriormente, as ocorrências são encaminhadas aos órgãos setoriais para apurar e, se confirmadas, adotar as providências cabíveis para a regularização da inconsistência.

Além disso, os sistemas SIAPE e SISAC mantêm, em suas rotinas, críticas sugerindo possíveis inconsistências.

No final do exercício, o Tribunal de Contas da União encaminhou uma diligência para preenchimento e devolução de planilha eletrônica, até o dia 15/12/2016, com as informações solicitadas, compreendendo a seguinte fiscalização:

- Diligência de fiscalização do tipo Acompanhamento (Registro Fiscalis nº 278/2015; Portaria nº 99/2016), com o objetivo de apurar indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma automática e contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas, bem como acompanhar as providências adotadas.

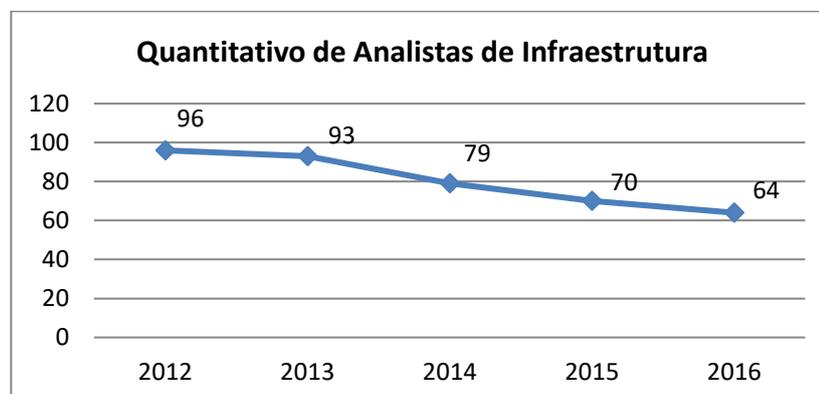
Dessa forma, as situações que, em tese, estão em desconformidade com os critérios de fiscalização adotados, foram analisadas e os entendimentos encaminhados, pela CGRH/MME, ao TCU. Assim aguarda-se o pronunciamento da respeitada Corte

4.4 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A perda de pessoal treinado em virtude de baixos salários e ausência de perspectivas na carreira é o principal risco identificado na gestão de pessoas.

Esses fatores provocam a desmotivação dos servidores para aqueles que ficam e a saída ou transferência de exercício para os outros que buscam melhores salários, gratificações, chefias e perspectivas de crescimento na organização.

Tal afirmação pode ser comprovada pelo número de Analistas de Infraestrutura em exercício neste Ministério que vem caindo ao longo dos últimos exercícios, prejudicando as atividades finalísticas deste Órgão.



4.5 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 72 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	16	15	10	13	80.400,40
1.1 Área Fim	04	04	04	05	19.461,48
1.2 Área Meio	12	11	06	08	60.938,92
2. Nível Médio	26	29	23	22	102.403,15
2.1 Área Fim	07	10	10	07	33.510,04
2.2 Área Meio	19	19	13	15	68.893,11
3. Total (1+2)	42	44	33	35	182.803,55

Fonte: CGRH-Área de Estágio/SIAPE

Estágio Supervisionado

O estágio oferecido pelo MME, sob a supervisão da CGRH, objetiva proporcionar ao estudante conhecimentos e vivências práticas além dos acadêmicos, tais como: lidar com situações profissionais adversas.

Esse programa oferece oportunidade aos estagiários para melhor avaliar a opção profissional e relacioná-la ao potencial e anseio, além do conhecimento das dificuldades inerentes ao campo profissional, sem contar que poderão apresentar propostas inovadoras capazes de validar o crescimento profissional e pessoal e ainda contribuir para o desenvolvimento das unidades de atuação neste Ministério. Essa mão de obra estagiária muito tem auxiliado na execução de serviços administrativos.

Entretanto, com relação ao exercício passado, o oferecimento de vagas de estágio ficou comprometido em consequência da restrição orçamentária.

Quadro 73 – Contratos de Prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Ministério de Minas e Energia						
UG/Gestão: 320004						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Atualização tecnológica, de serviços de suporte técnico e manutenção de Versão, além dos serviços profissionais para operacionalização e customização do Software Docflow – Gestão Documental.	02.277.205/0001-44	31/12/2010	31/12/2016	M/S	P*
2012	Vigilância armada e desarmada	03.497.401/0001-97	07/03/2012	07/03/2017	M	P
2012	Serviços de copeiragem (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado)	05.280.504/0001-26	11/07/2012	02/09/2016	F	R
2013	Prevenção e combate a incêndio	72.591.894/0001-42	27/05/2013	27/05/2016	M	E
2013	Transporte na condução de veículos, por meio de motorista executivo.	03.497.401/0001-97	03/07/2013	03/07/2017	M	P
2014	Manutenção Predial, preventiva e corretiva.	04.768.702/0001-70	02/06/2014	02/06/2017	F/M/S	P
2015	Manutenção dos sistemas de ventilação, exaustão, sistema central de ar condicionado.	26.972.885/0001-84	08/07/2015	08/07/2017	F/S	P
2015	Serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis/imóveis.	08.247.960/0001-62	10/09/2015	10/09/2017	F	P
2015	Serviços acessórios e complementares de recepção.	08.247.960/0001-62	30/11/2015	30/11/2017	M	P
2016	Serviços de copeiragem (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado)	08.247.960/0001-62	05/09/2016	05/09/2017	F	A
2016	Prevenção e combate a incêndio	72.591.894/0001-42	23/09/2016	23/09/2017	M	A
Observação: Contratos de prestações de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.						

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes.

Legenda:

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado; (R) Rescindido

* Prorrogado **em caráter excepcional**, com fundamento no art. 57 §§ 2º e 4º da Lei no 8.666/93.

4.6 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Programa Executivo entre Governo Federal e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura -IICA

Em 26 de março de 2012, foi firmado o Programa executivo relativo ao acordo básico sobre privilégios e imunidades e relações institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, no valor de R\$ 8 (oito) milhões, com o intuito de possibilitar a implementação do Projeto de Cooperação para a Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica – PCT/BRA/IICA/ABC/12/001.

Devido à decisão de não prorrogação do Projeto de Cooperação em comento, não foi elaborado o Plano Operativo Anual – POA referente ao ano de 2016. Nesse contexto, a execução de 2016 ocorreu de maneira a complementar o POA 2015, que previa o desembolso de R\$ 1.673.360,00 (um milhão, seiscentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta reais), referentes à contratação de consultores, contratação de eventos, contratação de pessoas jurídicas e emissões de passagens e diárias, conforme registros no Quadro a seguir.

Quadro 74: Detalhamento dos Objetivos Imediatos – POA 2016

Objetivo Imediato	Descrição	Estimativa de Recursos Financeiros (R\$)
1	Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão socioproductiva e a mitigação da pobreza extrema.	449.600,00
2	Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do Programa LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica.	883.760,00
3	Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica.	340.000,00
Total		1.673.360,00

Para possibilitar a execução do PCT para o ano de 2016, em conformidade com o POA supramencionado, foram contratados: 6 (seis) consultores individuais, sendo estes “Pessoas Físicas”, na modalidade “Produto”, e 1 (uma) empresa, sendo esta “Pessoas Jurídica”. Tal empresa foi contratada para realizar atividades de elaboração de projeto gráfico e fotográfico de material didático bilíngue para as etnias Tikunas e Pataxó, com abordagem antropológica e pedagógica.

Em 2016, foram concluídos os serviços de 6 (seis) consultores individuais, sendo estes “Pessoas Físicas” na modalidade “Produto”, e 2 (duas) empresas, sendo estas “Pessoas Jurídicas”. Uma dessas empresas foi contratada para possibilitar a aquisições de passagens aéreas e serviço de consultoria no âmbito do PCT, enquanto a outra realizou as atividades de elaboração de projeto gráfico e fotográfico de material didático bilíngue citados anteriormente.

No Quadro a seguir, encontram-se registrados e estratificados, por objetivos imediatos, a relação dos montantes contratados e liquidados no âmbito do projeto, bem como os montantes referentes aos contratos de pessoas jurídicas e o saldo, em conta, à época, com o devido rendimento em decorrência da aplicação dos valores repassados.

Balancete Financeiro do Projeto 2012-2016

Objetivos	Resultados	Valor Comprometido (R\$)	2012 (R\$)				2013 (R\$)				2014 (R\$)			
			Produtos	Passagens	Diárias	Outros	Produtos	Passagens	Diárias	Outros	Produtos	Passagens	Diárias	Outros
1	1.1	177.449,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total 1	177.449,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	2.1	377.078,36	-	-	-	-	7.210,00	-	-	-	75.570,00	6.985,60	12.167,48	4.937,70
	2.2	133.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.4	136.600,00	12.000,00	1.003,00	2.372,73	-	64.500,00	8.156,25	11.041,06	-	19.500,00	-	-	-
	Total 2	646.878,36	12.000,00	1.003,00	2.372,73	-	71.710,00	8.156,25	11.041,06	-	95.070,00	6.985,60	12.167,48	4.937,70
3	3.1	85.494,40	-	855,50	-	-	71.394,40	3.079,80	8.734,09	1.113,75	-	-	-	-
	3.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.3	326.100,00	-	702,14	812,12	-	83.400,00	9.351,50	7.961,05	19.631,06	122.800,00	11.670,20	10.393,93	39.804,47
	3.4	133.125,00	-	702,10	984,30	-	48.000,00	2.059,10	3.457,10	-	-	-	-	-
	3.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total 3	544.719,40	-	2.259,74	1.796,42	-	202.794,40	14.490,40	20.152,24	20.744,81	122.800,00	11.670,20	10.393,93	39.804,47	
Totais 1+2+3			12.000,00	3.262,74	4.169,15	-	274.504,40	22.646,65	31.193,30	20.744,81	217.870,00	18.655,80	22.561,41	44.742,17
Total Folders		89.168,00	-	-	-	-	-	-	-	84.700,00	-	-	-	4.468,00
Total Publicações		30.570,06	-	-	-	7.708,87	-	-	-	8.314,51	-	-	-	4.796,98
Repasses			1.892.000,00			1.200.000,00			-					
Rendimentos			10.686,50			52.851,55			86.148,85					

(Continuação)

Objetivos	Resultados	Valor Comprometido (R\$)	2015 (R\$)				2016 (R\$)				
			Produtos	Passagens	Diárias	Outros	Produtos	Passagens	Diárias	Outros	
1	1.1	177.449,61	64.823,20	4.693,96	4.071,00	-	43.880,32	17.235,86	1.964,07	1.269,63	
	1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total 1	177.449,61	64.823,20	4.693,96	4.071,00	-	43.880,32	17.235,86	1.964,07	1.269,63	
2	2.1	377.078,36	59.390,00	3.268,60	15.082,01	1.196,74	110.532,40	19.878,54	6.714,20	2.212,59	
	2.2	133.200,00	80.640,00	5.398,50	7.172,52	150,50	257.321,92	-	1.150,50	1.869,78	
	2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2.4	136.600,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total 2	646.878,36	140.030,00	8.667,10	22.254,53	1.347,24	367.854,32	19.878,54	7.864,70	4.082,37	
3	3.1	85.494,40	-	-	-	-	-	-	-	-	
	3.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	3.3	326.100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
	3.4	133.125,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
	3.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total 3	544.719,40	-	-	-	-	-	-	-	-		
Totais 1+2+3			204.853,20	13.361,06	26.325,53	1.347,24	411.734,64	37.114,40	9.828,77	5.352,00	
Total Folders		89.168,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Publicações		30.570,06	-	-	-	4.313,64	-	-	-	5.436,06	
Repasses			-			-			-		
Rendimentos			91.651,83			53.321,96			-		

Saldo Total do Projeto = Repasses + Rendimentos - [(Totais 1+2+3) + Total Folders + Total Publicações]*1,05 (Taxa do IICA)	1.809.555,09
Foi restituído ao Tesouro Nacional, pelo IICA, através de GRU, o valor de R\$ 1.815.527,69 (um milhão, oitocentos e quinze mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos), somando o valor remanescente mais os rendimentos.	1.815.527,69

De acordo com o Quadro anterior, verifica-se que, em 2016, foram liquidados R\$ 469.465,87 (quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), os quais equivalem, sem a taxa de administração, a aproximadamente 28% (vinte e oito por cento) do montante previsto no POA 2015, e que o rendimento no ano foi de

R\$ 53.321,96 (cinquenta e três mil, trezentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos), o qual, somado ao montante de rendimentos, dos anos de 2012 a 2015, contabilizavam R\$ 294.660,69 (duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e sessenta reais e sessenta e nove centavos).

Considerando-se a taxa de administração do IICA, obtém-se o valor desembolsado, em 2016, de R\$ 492.939,16 (quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos).

Até o ano de 2016, foi efetivado o pagamento de R\$ 1.577.105,60 (um milhão, quinhentos e setenta e sete mil, cento e cinco reais e sessenta centavos), correspondente a 19,71% (dezenove vírgula setenta e um por cento) do total do Projeto.

Nos Quadros a seguir constam as informações vinculadas à recomendação do TCU acerca da forma de apresentação dos dados dos projetos de cooperação técnica na modalidade “produto”.

Detalhamento dos Contratos em Andamento ou Firmados no Ano de 2016

Contrato 114.299/2014 (Maria do Socorro Costa Brito)

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura					IICA
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica					PCT BRA/IICA/12/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 114.299/2014					
Objetivo da Consultoria: Articular, coordenar e planejar atividades interativas para elaboração de material didático bilíngue sobre o uso racional e eficiente, seguro, produtivo e sobre Lei da Tarifa Social de Energia Elétrica, adequado aos costumes e cultura da população indígena da etnia Pataxó, no âmbito do Programa Luz para Todos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
23/10/2014	22/2/2016	96.000,00	31.680,00	15.360,00	96.000,00
Insumos Externos					
Estavam previstos como insumos externos os valores de: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) para diárias e auxílio transporte; e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para passagens. Ao término do ano de 2016, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 6.549,00 (seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 50% (cinquenta por cento) do planejado; e R\$ 7.172,52 (sete mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 30% (trinta por cento) do planejado.					
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor
PRODUTO 1: Relatório contendo o registro das reuniões de articulação institucional e nas aldeias, realização de oficinas de capacitação sobre a Tarifa Social e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica com lideranças e professores indígenas na comunidade indígena Pataxó, no sul da Bahia, visando o alinhamento de critérios e definição de estratégias para elaboração do material didático.			23/12/2014		16.320,00

PRODUTO 2: Relatório contendo a produção textual em português, sobre a Tarifa Social e o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica, com aproximadamente 30 páginas, fonte Arial tamanho 12, em papel formato A4, adequado às crenças e costumes da comunidade indígena Pataxó, no estado da Bahia.	23/2/2015	15.360,00
PRODUTO 3: Relatório contendo as atividades desenvolvidas em oficinas com alunos indígenas da etnia Pataxó, no sul da Bahia, para a criação de desenhos e figuras para ilustração dos textos escritos, com aproximadamente 30 páginas, fonte Arial tamanho 12, em formato A4, sobre o uso racional e eficiente da energia elétrica que irá compor o material didático.	23/4/2015	16.320,00
PRODUTO 4: Relatório contendo os textos da cartilha em português, devidamente revisados, inclusive quanto à gramática e à ortografia.	23/6/2015	15.360,00
PRODUTO 5: Relatório contendo as atividades de coordenação e acompanhamento junto ao GT indígena que supervisionará a tradução da cartilha para a língua Patxohã.	22/2/2016	15.360,00
PRODUTO 6: Planejar, articular e realizar 2 oficinas de capacitação em comunidades indígenas Pataxó do Sul da Bahia, para a formação de agentes multiplicadores, para a aplicação da metodologia adequada na utilização da cartilha produzida junto às comunidades beneficiadas pelo Programa.	22/12/2015	17.280,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria do Socorro Costa Brito		CPF: 125.877.294-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 4.551/2014-TR/PF/IICA, em decorrência de particularidades no agendamento das viagens pelo Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica – DPUE/SEE/MME, no ano de 2014, o que ensejou o atraso na entrega do produto: nº 1, tendo sido entregue em 10 de março de 2015; nº 2, tendo sido entregue em 12 de maio de 2015; nº 3, tendo sido entregue em 8 de julho de 2015; e nº 4 (quatro), tendo sido entregue em 25 de agosto de 2015. Foi solicitado, por meio dos Memorandos nºs 208/2015-DPUE/SEE-MME e 457/2015-SEE-MME, de 28 e 30 de setembro de 2015, respectivamente, embasados pela Nota Técnica nº 16/2015-DPUE/SEE-MME, de 28 de setembro de 2015, a alteração da ordem de entrega dos produtos nºs 5 (cinco) e 6 (seis), bem como a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 4 (quatro) meses tendo, estas solicitações, sido atendidas por meio da assinatura de Termo Aditivo ao Termo de Contrato. Assim, tendo em vista o novo cronograma, o produto nº 6 foi entregue dentro do prazo, em 1º de dezembro de 2015. Ademais, o produto nº 5 também foi entregue dentro do prazo. Até o fechamento do ano de 2016, com a conclusão do contrato, verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 84% (oitenta e quatro por cento) do total orçado para o serviço de consultoria.		

Contrato 114.323/2014 (Luiz Antônio Falcão de Moura)

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura					IICA
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica					PCT BRA/IICA/12/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 114.323/2014					
Objetivo da Consultoria: Planejar, organizar e propor metodologias para execução e monitoramento de ações de capacitação para formação de multiplicadores para a Tarifa Social e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades indígenas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local dos beneficiários e para a promoção da organização social destas comunidades especiais.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
10/11/2014	09/2/2016	51.500,00	9.270,00	27.810,00	51.500,00
Insumos Externos					

Estavam previstos como insumos externos os valores de: R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para diárias e auxílio transporte; e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para passagens. Ao término do ano de 2016, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 4.956,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 45% (quarenta e cinco por cento) do planejado; e R\$ 14.125,92 (quatorze mil, cento e vinte e cinco reais, e noventa e dois centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 71% (setenta e um por cento) do planejado.

Produtos Contratados		
Descrição	Prazo Previsto para Entrega	Valor
PRODUTO 1: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010 uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado de Tocantins.	10/1/2015	7.210,00
PRODUTO 2: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado da Bahia.	10/3/2015	9.270,00
PRODUTO 3: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado do Amazonas.	10/5/2015	7.210,00
PRODUTO 4: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado de Rondônia.	9/10/2015	9.270,00
PRODUTO 5: Relatório contendo atividades de articulação, organização, planejamento e realização de oficinas participativas para professores, agentes de saúde, agentes de saneamento básico e lideranças indígenas, com o objetivo de formar multiplicadores locais sobre Tarifa Social lei 12.212/2010, uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica, no estado do Maranhão e do Mato Grosso.	9/12/2015	9.270,00
PRODUTO 6: Relatório contendo a consolidação das capacitações realizadas nos Estados, resultados detalhados por cada um dos grupos étnicos capacitados, desdobramentos e propostas que visem a continuidade do processo educativo sobre o uso da eletricidade em áreas indígenas atendidas com o serviço de energia elétrica.	9/2/2016	9.270,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luiz Antônio Falcão de Moura		CPF: 173.297.877-87
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 4.685/2014-TR/PF/IICA, em decorrência de particularidades no agendamento das viagens pelo Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica – DPUE/SEE/MME, nos anos de 2014 e 2015, o que ensejou o atraso na entrega do produto: nº 1, tendo sido entregue em 20 de março de 2015; nº 2, tendo sido entregue em 26 de junho de 2015; e nº 3, tendo sido entregue em 11 de setembro de 2015. Foi solicitado, por meio dos Memorandos nºs 208/2015-DPUE/SEE-MME e 457/2015-SEE-MME, de 28 e 30 de setembro de 2015, respectivamente, embasados pela Nota Técnica nº 15/2015-DPUE/SEE-MME, de 28 de setembro de 2015, a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 4 (quatro) meses tendo, esta solicitação, sido atendida por meio da assinatura de Termo Aditivo ao Termo de Contrato. Assim, tendo em vista o novo cronograma, os produtos nºs 4 e 5 não foram entregues dentro do prazo, nem no ano de 2015. Tais produtos, bem como o produto nº 6, foram entregues durante o período de vigência do contrato. Até o fechamento do ano de 2016, com a conclusão do contrato, verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 86% (oitenta e seis por cento) do total orçado para o serviço de consultoria.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica				PCT BRA/IICA/12/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 115.132/2015					
Objetivo da Consultoria: Fornecer instrumentos técnicos, com tecnologias apropriadas, que resultem no apoio à agregação de valor a processos produtivos. Os objetivos devem ser alcançados por meio de projetos técnicos, elaborados de acordo com normas sanitárias e ambientais vigentes, e que sejam economicamente viáveis, visando o desenvolvimento local sustentável. Visa também fortalecer a organização e favorecer a inclusão de comunidades rurais e populações tradicionais, além de contribuir na implementação e na gestão de projetos que venham gerar renda e agregar valor para as comunidades atendidas pelo LpT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
11/6/2015	25/3/2016	123.662,72	70.806,88	58.839,52	123.662,72
Insumos Externos					
Estavam previstos como insumos externos os valores de: R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais) para diárias e auxílio transporte; R\$ 10.381,94 (dez mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos) para passagens; e R\$ 25.204,95 (vinte e cinco mil e duzentos e quatro reais e noventa e cinco centavos) para despesas diversas, tais como aluguel de veículo e combustível. Ao término do ano de 2016, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 6.035,07 (seis mil, trinta e cinco reais e sete centavos) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 33% (trinta e três por cento) do planejado; e R\$ 6.970,62 (seis mil, novecentos e setenta reais e sessenta e dois centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 67% (sessenta e sete por cento) do planejado.					
Produtos Contratados					
Descrição		Prazo Previsto para Entrega		Valor	
PRODUTO 1: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda a partir do beneficiamento e/ou processamento da banana; b) 1 projeto para produção de peças artesanais para comercialização direta e uso em embalagens de produtos derivados da banana. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental no município de Santa Maria da Boa Vista, estado de Pernambuco, visando possibilitar uma "identidade" para os produtos produzidos e a obtenção de um selo de origem (quilombola).		10/8/2015		11.967,36	
PRODUTO 2: Relatório contendo diagnósticos de atividades produtivas com maior potencial de geração de renda e sustentabilidade local; e estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 3 diagnósticos para definir as potencialidades de comunidades rurais do sul do Piauí, 1 em cada município, a saber: Curimatá, Avelino Lopes e Morro de Cabeça do Tempo, com vistas a viabilizar projetos de geração de renda, utilizando a energia elétrica como vetor de desenvolvimento; b) 3 projetos definidos nos diagnósticos com as comunidades e segmentos institucionais desses municípios. Os diagnósticos e projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.		10/10/2015		25.929,28	
PRODUTO 3: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda com a produção de polpa do umbu, no município de Queimada Nova/PI; b) 1		10/12/2015		14.959,20	

projeto para produção e comercialização de hortaliças ou frangos semi caipiras no Município de D. Inocêncio/PI. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.		
PRODUTO 4: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 diagnóstico para definir potencialidade da comunidade rural do município de Vitória da Conquista/BA; b) 1 projeto para geração de renda, definido no diagnóstico com a comunidade e seguimentos institucionais do município. O projeto deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	10/2/2016	11.967,36
PRODUTO 5: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda a partir do processamento e/ou beneficiamento de tilápia, no município de Minaçu/GO; b) 2 projetos, sendo 1 para produção de polpas de frutas e 1 para produção de derivados da mandioca no município de Seabra/BA. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	25/3/2016	16.953,76
PRODUTO 6: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda de produção e comercialização de frangos semicaipira, no município de Leme do Prado/MG; b) 1 projeto para produção de derivados do leite, no Município de Pedras de Maria da Cruz/MG. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	25/3/2016	14.959,20
PRODUTO 7: Relatório contendo demonstrativos de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 projeto para geração de renda a partir da produção e comercialização de rapadura e melado, no município de Poconé/MT; b) 1 projeto para classificação, embalagem, e comercialização de farinha de mandioca, no município de Moju/PA. Os projetos deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	25/3/2016	14.959,20
PRODUTO 8: Relatório contendo diagnóstico de atividade produtiva com maior potencial de geração de renda e sustentabilidade; e estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira das atividades produtivas: a) 1 diagnóstico para definir as potencialidades da Comunidade Kalunga, no município de Cavalcante/GO, com vistas a viabilizar projetos de geração de renda, utilizando a energia elétrica como vetor de desenvolvimento local; b) 1 projeto técnico definido a partir do diagnóstico com as comunidades e segmentos institucionais desse município. O diagnóstico e o projeto deverão também atender a legislação sanitária e ambiental dos municípios.	25/3/2016	11.967,36
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luiz César Siqueira		CPF: 024.928.208-90
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O consultor cumpriu o cronograma para entrega dos produtos nºs 1, 2, 3 e 4, existente no Termo de Referência nº 5.507/2015-TR/PF/IICA, tendo estes sido entregues em 31 de julho, 31 de agosto, 13 de outubro e 17 de novembro de 2015, respectivamente. O produto nº 5 foi entregue em fevereiro de 2016. O produto nº 6 foi entregue antecipadamente, conforme Memorando nº 16/2016-DPUE/SEE-MME, de 14 de janeiro de 2016, e os produtos nºs 7 e 8 foram entregues no prazo contratual. Até o fechamento do ano de 2016, com a conclusão do contrato, verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 78% (setenta e oito por cento) do total orçado para o serviço de consultoria.		

Contrato 115.263/2015 (Gutemberg Pereira Dias)

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica					PCT BRA/IICA/12/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 115.263/2015					
Objetivo da Consultoria: Planejar, organizar e propor metodologia para execução e monitoramento de ações de capacitação de atores multiplicadores do conhecimento sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades quilombolas atendidas pelo LpT, sob a ótica do desenvolvimento e promoção de ações que contribuam para a organização e inclusão social de comunidades quilombolas atendidas pelo LpT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
30/11/2015	25/3/2016	53.853,12	46.872,16	41.885,76	41.885,76
Insumos Externos					
Estavam previstos como insumos externos os valores de: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para diárias e auxílio transporte; R\$ 9.407,00 (nove mil, quatrocentos e sete reais) para passagens; e R\$ 10.118,24 (dez mil, cento e dezoito reais e vinte e quatro centavos) para despesas diversas, tais como aluguel de veículo e combustível. Ao término do ano de 2016, com a conclusão do contrato, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 2.354,10 (dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 47% (nove por cento) do planejado, e R\$ 10.219,96 (dez mil, duzentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 109% (cento e nove por cento) do planejado.					
Produtos Contratados					
Descrição		Prazo Previsto para Entrega		Valor	
PRODUTO 1: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo da energia elétrica, em comunidades quilombolas do estado de Tocantins.		29/12/2015		6.980,96	
PRODUTO 2: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo da energia elétrica, em comunidades quilombolas dos estados de Mato Grosso do Sul e Pará.		29/1/2016		11.967,36	
PRODUTO 3: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo, da energia elétrica, em comunidades quilombolas dos estados do Maranhão e Amapá.		29/2/2016		11.967,36	
PRODUTO 4: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo, da energia elétrica, em comunidades quilombolas do estado de Alagoas.		25/3/2016		6.980,96	
PRODUTO 5: Relatório contendo as atividades de articulação, organização e realização de oficinas sobre capacitação para formação de multiplicadores, envolvendo como temas a Lei nº 12.212/2010, da Tarifa Social de Energia Elétrica, e o uso racional, seguro, eficiente e produtivo, da energia elétrica, em comunidades quilombolas dos estados do Piauí e Goiás.		25/3/2016		15.956,48	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Gutemberg Pereira Dias				CPF: 136.012.296-68	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O prazo para a entrega do primeiro produto é de até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato. Contudo, o consultor não cumpriu o cronograma para entrega do produto nº 1, existente no Termo de Referência nº 5.920/2015-TR/PF/IICA. Ressalta-se que o não cumprimento do cronograma decorreu de particularidades no agendamento da viagem pelo Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica – DPUE/SEE/MME, sem que houvesse prejuízos à consultoria. Nesse contexto, o produto nº 1 foi entregue no início de janeiro de 2016. Ademais, o Termo de Referência foi alterado, em conformidade com solicitação por meio do Memorando nº 119/2016-SEE-MME, de 29 de fevereiro de 2016, que encaminhou a Nota Técnica nº 5/2016-DPUE/SEE-MME, de 25 de fevereiro de 2016. O produto nº 2 foi pago no final de fevereiro de 2016. Os produtos nºs 4 e 5 foram encaminhados durante o prazo do contrato. Por meio do Memorando nº 35/2016-SEDP/SE-MME, de 28 de junho de 2016, foi solicitado esclarecimento acerca do atraso na entrega do produto nº 3. Em resposta, por meio do Memorando nº 317/2016-SEE-MME, de 8 de julho de 2016, a Secretaria de Energia Elétrica informou que os objetivos do contrato foram cumpridos, apesar de um dos produtos não ter sido executado por decurso de prazo. Dessa forma, o contrato foi encerrado sem a conclusão do produto nº 3. Até o fechamento do ano de 2016, com a conclusão do contrato, verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 72% (setenta e dois por cento) do total orçado para o serviço de consultoria.

Contrato 115.265/2015 (Cosme Araújo dos Santos)

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica				PCT BRA/IICA/12/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 115.265/2015					
Objetivo da Consultoria: Traduzir para língua indígena Pataxó cartilha didática sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica adequada aos costumes e à cultura da etnia Pataxó, decorrente da contratação do Termo de Referência nº 4.551/2014 – PCT BRA/IICA/12/001.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
2/12/2015	1/2/2016	13.961,92	13.961,92	13.961,92	13.961,92
Insumos Externos					
Não foram previstos insumos externos para diárias e auxílio transporte, para passagens, ou para despesas diversas, tais como aluguel de veículo e combustível.					
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor
PRODUTO 1: Tradução de material didático para língua indígena Pataxó.			1/2/2016		13.961,92
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cosme Araújo dos Santos				CPF: 039.630.315-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O prazo para a entrega do produto é de até 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do contrato. Até o fechamento do ano de 2016, com a conclusão do contrato, verificou-se que o valor despendido foi de 100% (cem por cento) do total orçado para o serviço de consultoria, tendo o produto sido entregue no prazo contratual.					

Contrato 115.265/2015 (Dayse Reis Rodrigues da Silva)

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica				PCT BRA/IICA/12/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 116.008/2016					
Objetivo da Consultoria: Elaborar material didático sobre uso da energia elétrica, adequado à cultura, identidade e processos históricos das comunidades quilombolas atendidas pelo programa Luz para Todos, decorrente da contratação do Termo de Referência nº 6.066/2016 – PCT BRA/IICA/12/001.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
19/01/2016	25/03/2016	40.836,64	40.836,64	40.836,64	40.836,64
Insumos Externos					
Estavam previstos como insumos externos os valores de: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) para diárias e auxílio transporte; R\$ 16.905,00 (dezesseis mil, novecentos e cinco reais) para passagens; e R\$ 8.847,76 (oito mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos) para despesas diversas, tais como aluguel de veículo e combustível. Ao término do ano de 2016, com a conclusão do contrato, verificou-se que foram dispendidos: R\$ 3.203,70 (três mil, duzentos e três reais e setenta centavos) com diárias e auxílio transporte, sendo, aproximadamente, 42% (quarenta e dois por cento) do planejado, e R\$ 6.650,87 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais oitenta e sete centavos) com passagens, sendo, aproximadamente, 39% (trinta e nove por cento) do planejado.					
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor
PRODUTO 1: Relatório contendo o registro da metodologia utilizada na seleção das comunidades, das reuniões de articulação institucional e nos locais em que se encontram as comunidades quilombolas, realização de oficinas de capacitação sobre o uso da energia elétrica com lideranças e professores das comunidades quilombolas, nos estados do Maranhão e do Pará visando o alinhamento de critérios e definição de estratégias para elaboração do material didático.			18/2/2016		6.125,50
PRODUTO 2: Relatório contendo a produção textual em português e a criação de desenhos e figuras para ilustração da cartilha com temas relacionados à energia elétrica nos estados do Maranhão e do Pará.			18/3/2016		14.292,82
PRODUTO3: Relatório contendo versão da cartilha devidamente revisada quanto à gramática e à ortografia e validada junto às comunidades quilombolas dos estados do Maranhão e do Pará.			25/3/2016		20.418,32
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Dayse Reis Rodrigues da Silva					CPF: 375.101.004-10
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O prazo para a entrega do produto 1 era de até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato. No entanto, tal produto apenas foi entregue após tal período, em 29 de fevereiro de 2016. Até o fechamento do ano de 2016, com a conclusão do contrato, verificou-se que o valor despendido foi, aproximadamente, 68% (sessenta e oito por cento) do total orçado para o serviço de consultoria.					

Análise Situacional do PCT

A motivação do MME para formalização de um Projeto de Cooperação Técnica – PCT decorreu da necessidade de subsidiar a Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica, no âmbito do Programa LpT.

Para suprir tal necessidade seria fundamental a contratação de consultores, os quais elaborariam produtos registrando: as lições aprendidas, no âmbito da Universalização do Acesso à Energia Elétrica; e as metodologias para habilitação de técnicos, gestores e beneficiários dos programas de universalização, bem como a avaliação e difusão dos resultados e lições aprendidas.

Assim, tal cooperação admitia a contratação de consultores individuais na modalidade “Produto”, após uma seleção rigorosa, com análise de currículos e perfis profissionais, de forma competitiva e transparente, incentivando a competição entre estes, os quais, quando selecionados, cooperam com a elaboração de acervo técnico que balizavam os servidores na elaboração de políticas, materiais e procedimentos, os quais permitiam a implementação de uma política eficaz de universalização e uso seguro da energia elétrica.

Ocorre que dificuldades diversas, referentes à alterações de Leis e procedimentos, bem como questões de ordem administrativas, dificultaram a plena execução do citado PCT, entre os anos de 2012 e 2014, impossibilitando assim a contratação dos profissionais e empresas, em quantidades necessárias, para elaboração dos produtos e a realização de seminários, eventos e confecção de folders, cartilhas e informativos para disseminação dos resultados decorrentes dos produtos das consultorias.

Em razão de dificuldades operacionais, orçamentárias e financeiras, não vinculadas ao PCT, o Programa Luz para Todos sofreu impactos que comprometeram o seu desempenho nos últimos quatro anos. Outro fator importante, que vinha dificultando a política de universalização nas comunidades isoladas, era a aplicação das diretrizes da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. Assim, diante do cenário apresentado, o PCT em comento sofreu uma redução na sua realização.

Em decorrência da publicação do Decreto nº 8.378, de 15 de dezembro de 2014, o qual prorrogou o Programa Luz para Todos – LpT, para dezembro de 2018, e do Decreto nº 8.493, de 15 de julho de 2015, o qual visava dar efetividade aos atendimentos dos domicílios localizados em regiões remotas dos sistemas Isolados, o MME submeteu, em 23 de fevereiro de 2016, a proposta de revisão do PCT BRA/IICA/12/001, para análise da ABC e IICA, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência e ajustar os produtos.

Essa iniciativa permitiria dar efetividade aos atendimentos dos domicílios localizados em regiões remotas dos sistemas Isolados, garantindo o acesso à energia de forma racional, eficiente e produtiva. Com a prorrogação do PCT, também, estavam previstas novas atividades de capacitação necessárias à implantação dos projetos produtivos, para a formação de agentes multiplicadores sobre o uso da energia elétrica, da tarifa social e orientações sobre a aquisição de equipamentos adequados ao uso racional e seguro da energia elétrica, bem como a sistematização e avaliação dos atendimentos e das ações educativas com ênfase às prioridades do LpT (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, atingidos por barragem, escolas, postos de saúde e comunidades isoladas).

Porém, tendo em vista os novos desafios decorrentes da atualização e prorrogação do LpT até 2018, tanto o IICA quanto a ABC entenderam ser melhor a proposição de um novo PCT, mais aderente aos desafios de levar energia regiões isoladas e de difícil acesso, onde a rede elétrica convencional não é viável. Desta forma, não foi possível concluir o procedimento de celebração da Revisão pretendida, o que levou o MME a iniciar os trâmites necessários ao encerramento do Projeto

Contribuições do PCT

Considerando o campo de atuação do PCT na esfera institucional do MME, os resultados técnicos demonstram a eficácia da articulação na execução das ações previstas no âmbito do Programa LpT.

A articulação com os segmentos parceiros para o cumprimento das obrigações foi eficaz, e todos os compromissos firmados com diversas áreas (social, saúde e educação) garantiram bons resultados no desenvolvimento de todas as atividades executadas no PCT.

Desde o início, a operacionalização do PCT pressupunha um intenso relacionamento com parceiros e colaboradores nas esferas federal, estadual e municipal, bem como organizações, associações e lideranças, o que permitiu realizar as obras de atendimentos com energia elétrica, as orientações e a elaboração de materiais didáticos sobre o uso eficiente, seguro, produtivo e sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, facilitou e tornou possível, dada à particularidade do PCT que contemplava as ações diversificadas e específicas, demandadas por essas comunidades.

O PCT proporcionou que várias comunidades fossem orientadas sobre temas relacionados ao uso da energia, por meio do Folder Tarifa Social de Energia Elétrica. Permitiu as famílias capacitadas conhecer sobre os seus direitos e deveres em relação aos benefícios e serviços sociais e se tornarem multiplicadoras nesse processo de conscientização. O uso racional da energia tanto resulta na preservação da natureza, dos nossos recursos findáveis, quanto na economia na conta de energia no final do mês.

O Projeto também possibilitou que famílias atendidas pelo LpT, por meio de diagnósticos e elaboração de projetos produtivos, a partir do uso da energia, pudessem aumentar suas rendas, permitindo mais qualidade de vida.

A construção de materiais didáticos em comunidades indígenas e quilombolas é uma iniciativa do LpT, no âmbito do PCT, com o objetivo de promover e preservar as culturas e crenças desses povos, a exemplo do trabalho dedicado ao Pataxó na Bahia, o qual permitiu, não só a construção de um material na língua indígena, mas também um minucioso processo de revitalização daquela língua, visto que foi necessário um trabalho de pesquisa entre anciãos, lideranças e professores indígenas para suprir o labor da tradução de algumas palavras e expressões já perdidas do vocabulário Pataxó.

Portanto, o PCT incrementou a formulação, execução e acompanhamento da consolidação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica, e contribuiu para a inclusão socioprodutiva e o desenvolvimento de comunidades rurais para a erradicação da pobreza extrema, bem como beneficiou comunidades “especiais” com informações em sua língua, mantendo o respeito e a preservação de suas culturas e costumes.

4.7 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

A gestão do patrimônio e da infraestrutura no Ministério, que compreende a frota de veículos e o patrimônio imobiliário, obedece às orientações normativas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG. Não se aplica para o conteúdo deste item, o subitem - Informações sobre os imóveis locados de terceiros. O MME é responsável pelo imóvel localizado em Brasília, Esplanada dos Ministérios, bloco U, sob o regime de uso em serviço público.

4.8 Gestão da frota de veículos

O Ministério de Minas e Energia dispõe de frota de veículos próprios para realizar o transporte institucional de servidores e demais autoridades, material e documentos. Os serviços são realizados por meio de motoristas oficiais pertencentes ao quadro de pessoal e

também de motoristas terceirizados.

Abaixo, informações sobre a quantidade atual de veículos que compõem a frota, discriminados e totalizados por grupos e total geral; média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos; idade média da frota, por grupo de veículos; gasto com seguro e gasto com motoristas terceirizados.

Quadro 75– Resumo Geral da Frota de Veículo Oficial do Ministério de Minas e Energia - 2016

Grupo	Qtde	Idade Média (ano)	Km Rodado Anual	Custo Anual com Manutenção e Combustíveis (R\$)	Gasto com Seguro Total (R\$)	Gasto com Seguro Obrigatório, Licenciamento e Uso de Placa de Bronze (R\$)	Gasto com Motoristas Terceirizados (R\$)
I - representação	1	4	10.789	11.846,34	17.847,94	5.342,88	901.257,83
II - veículos especiais	0	0	0	0			
III - institucional	9	6	89.902	55.943,43			
IV - serviços comuns (a)	13	11	123.955	85.967,06			
IV - serviços comuns (b) (*)	2	29	419	269,35			
Total	25		225.065	154.026,18			

(*) – 1 micro-ônibus e 1 caminhão médio tipo baú

No setor responsável, existem mecanismos de controle por meio da utilização de planilhas, nas quais são registrados a quilometragem percorrida, gastos com combustível e manutenção, desempenho dos veículos, infrações de trânsito, taxas e validade de seguros etc.

No entanto, está em fase de implantação o “Sistema Frota” que, além de permitir que todos os usuários realizem a requisição de transportes, proporcionará os citados mecanismos de controle sejam realizados eletronicamente.

4.9 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

No ano de 2016 não houve substituição de veículos nem contratação de motoristas, uma vez que está prevista para o exercício de 2017, a implantação da nova sistemática de atendimento aos usuários de transportes, denominada TáxiGov, o que acarretará, sobremaneira, alteração da forma de funcionamento da área.

Realizou-se doação de 3(três) veículos do Grupo IV/a (veículos de serviços comuns), por apresentar elevado gasto com manutenção e média de consumo de combustível elevado, devido ao tempo de uso ser superior a 10 (dez) anos e ociosidade na utilização.

4.10 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Unidade Gestora é responsável pelo imóvel cadastrado no Sistema SPIUNET, de RIP nº 9701.16936.500-1, localizado em Brasília-DF, sob o regime de Uso em Serviço Público cujo estado de conservação foi classificado como muito bom.

O MME fez investimentos relevantes em obras no edifício sede objetivando a melhoria

das instalações, a segurança de seus ocupantes e visitantes, a otimização do uso do espaço e a redução de gastos com despesas de reparação.

Neste escopo pode-se destacar a substituição das instalações elétricas e hidráulicas; reforma dos banheiros; revitalização de áreas anteriormente ocupadas pelas prumadas verticais dos dutos de ar condicionado; adaptação de área localizada na garagem para instalação do centro de treinamento; gestão da massa documental proporcionando maior aproveitamento do espaço ocupado pelo arquivo etc.

Importante também ressaltar a inauguração de uma mini usina solar na cobertura do edifício-sede do órgão no dia 17 de novembro de 2016. O projeto é fruto de um acordo de cooperação técnica entre o MME e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). A potência de geração da mini usina é de 50 kWp (quilowatts pico), que representa até 7% do consumo do edifício. A energia elétrica gerada pelo sistema solar fotovoltaico no prédio do MME evitará a emissão de 6,4 toneladas de CO2 por ano na atmosfera.

A gestão patrimonial, desde então, é direcionada para a conservação do imóvel.

Quadro 76: Despesas com Manutenção do Imóvel

Serviços	Empresa	CNPJ	Valor (R\$)
Serviço de Manutenção Predial	Engemil - Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda.	04768702/0001-70	291.000,81
Serviço de Manutenção dos Elevadores	Modulo Engenharia, Consultoria e Gerencia Predial	05926726/0001-73	87.127,04
Serviço de Manutenção das Instalações Elétricas e Hidráulicas	Engemil - Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda.	04768702/0001-70	847.180,45
Serviço de Manutenção da Sala Cofre	ACECO TI S.A.	43209436/0001-06	379.764,10
TOTAL			1.605.072,40

4.11 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 77: Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Identificação do Imóvel Objeto de Cessão Parcial: Bloco "U" - Eplanada dos Ministérios Brasília/DF								
Identificação do Cessionário	Forma de Seleção do Cessionário	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prazo da Cessão	Caracterização do Espaço Cedido	Benefícios Pecuniários Recebidos como Remuneração pelo Espaço Cedido	Tratamento Contábil dos Benefícios Recebidos	Rateio dos Gastos, Quando Cessão Parcial	Uso dos Benefícios Decorrentes da Cessão pela UPC
Banco do Brasil S. A.	Dispensa de Licitação – § 2º art. 17 Lei nº 8.666/93.	Ponto de Atendimento Eletrônico (PAE).	12 meses, prorrogável, limitado a 60 meses, a vencer em 12/08/2016.	52,38 m², no Térreo do edifício.	R\$ 9.991,72	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Sim	Comodidade e segurança aos servidores, correntistas e colaboradores que usam dos serviços da Instituição.
Caixa Econômica Federal - CEF	Dispensa de Licitação – § 2º art. 17 Lei nº 8.666/93.	Ponto de Atendimento Eletrônico (PAE).	12 meses, prorrogável, limitado a 60 meses, a vencer em 30/11/2016.	3 m², no Térreo do edifício.	R\$ 780,93	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Sim	Comodidade e segurança aos servidores, correntistas e colaboradores que usam dos serviços da Instituição.
Banco de Brasília - BRB	Dispensa de Licitação – § 2º art. 17 Lei nº 8.666/93.	Ponto de Atendimento Eletrônico (PAE).	A empresa não se interessou em renovar em 28/12/2016.	3 m², no Térreo do edifício.	R\$ 780,93	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Sim	Comodidade e segurança aos servidores, correntistas e colaboradores que usam dos serviços da Instituição.
Associação dos Servidores do MME - AME	Dispensa de Licitação – § 2º art. 17 Lei nº 8.666/93.	Oferecer aos seus associados e servidores em geral, a prestação de pequenos serviços.	Prazo indeterminado e a título precário.	152 m², no 1º Subsolo e Garagem do edifício.	R\$ 6.591,00	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Valor fixo, mensal.	Comodidade e segurança aos servidores, que usam dos serviços da Entidade.
Cristina's Restaurante Ltda.-ME.	Contrato nº 10/2012-MME.	Concessão administrativa de uso de área própria com utilização de equipamentos já instalados, para exploração de serviços de lanchonete e restaurante.	12 meses, prorrogável, limitado a 60 meses, a vencer em 05/03/2017.	360 m², no 1º Subsolo do edifício.	R\$ 59.160,00 (R\$ 4.930,00/mês)	Recolhido ao Tesouro mediante GRU.	Valor fixo, mensal, reajustável anualmente.	Comodidade e segurança aos servidores, os quais são beneficiados com lugar apropriado para realizar suas refeições sem ter a necessidade de deslocamento.

4.12 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Não se aplica

4.13 Gestão da tecnologia da informação

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério de Minas e Energia – PDTIC, instrumento de planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI), com a finalidade de atender às necessidades tecnológicas e de informação para o período de 2016-2019, foi elaborado pelo Grupo de Trabalho, constituído mediante Portaria nº 48, de 6 de fevereiro de 2014, composto por representantes dos órgãos deste Ministério. No Plano foram consideradas as peculiaridades do MME e o atual nível de maturidade na gestão dos recursos de TI, com alinhamento entre as necessidades de recursos de TIC e as ações e projetos afetos ao negócio da instituição.

O PDTIC 2016-2019 tem por objetivo nortear as estratégias e ações relativas à Tecnologia da Informação e Comunicação no Ministério, em consonância com as diretrizes estratégicas e competências institucionais, cumprindo o papel de instrumento de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI).

O referido documento tem validade até dezembro de 2019, com revisões anuais solicitadas a qualquer tempo pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI/MME), o qual deverá decidir sobre a constituição de equipe de trabalho específica. Além das revisões anuais, alguns elementos podem motivar atualizações do PDTIC, em que se destaca a necessidade de implementação de normas federais em relação à gestão de TIC e de alterações nas demandas de TI, ocasionadas por mudanças políticas regulatórias do Ministério.

Nesse contexto, cabe mencionar que, conforme consta do Modelo de Gestão-Estratégia de Governança Digital, o documento de Diretrizes Anuais de Governança e Gestão de TIC será elaborado a partir do ano de 2017, tendo como finalidade destacar as prioridades, a curto prazo, relacionadas à TIC, devendo ser observadas pelos órgãos e entidades integrantes do SISP e refletidas em seus PDTIC.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI, foi instituído no âmbito do MME, por meio da Portaria nº 47, de 6 de fevereiro de 2014, com a finalidade precípua de fixar políticas e diretrizes de gestão da tecnologia da informação, competindo-lhe, em especial: propor e acompanhar a execução da Política de Segurança da Informação do MME; aprovar o Plano Diretor de TI e o plano de ações e investimentos em tecnologia da informação; definir prioridades de execução de projetos relacionados à TI; e fixar os padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança dos serviços e sistemas de tecnologia da informação, dentre outros objetivos expressos no Anexo à Portaria MME nº 47/2014. O CETI tem a seguinte composição: Secretário-Executivo, Chefe do Gabinete do Ministro, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Secretário de Energia Elétrica, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, sendo presidido pelo Secretário-Executivo

.O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016-2019, elaborado pelo Grupo de Trabalho, que se refere à Portaria nº 48/2014, foi aprovado pelo CETI e pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 40, de 7 de fevereiro de 2017.

4.14 Principais Sistemas de Informações

Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

O demonstrativo abaixo descreve os principais Sistemas de Informação utilizados pelas áreas finalísticas do Ministério, e, atualmente, em evolução contínua pela Fábrica de Software contratada.

Quadro 78: Principais Sistemas de Informações

SISTEMA	OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESP. TÉCNICO	RESP. ÁREA NEGÓCIO	CRITICIDADE
DDIG (Sistema de Declaração Digital)	Gerir as solicitações de Compra de Energia Elétrica das Concessionárias, referente aos leilões A-1, A-3, A-5 e Sistemas Isolados.	<ul style="list-style-type: none"> - Manter: Declaração; Categoria; Formulário. - Autenticar Certificado Digital. - Enviar Termo de Compromisso. - Consultar Histórico. 	Edson Borges	Marcos Franco Moreira	Alta
SREIDI (Sistema para prestação da Declaração de Benefícios para os projetos enquadrados no REIDI)	Elaborar a prestação da Declaração de Benefícios de acordo com a instrução normativa da Receita Federal 13/07/2012 para os projetos aprovados no REIDI	<ul style="list-style-type: none"> - Manter: Dados para Geração de arquivo DBF; Cadastro de Usuário Externo; dados de Identificação da pessoa jurídica; dados de controle de projetos do REIDI; análise dos dados de identificação da pessoa jurídica; análise dos dados de projetos vinculados a pessoa jurídica; tabelas de apoio. - Gerar arquivo DBF. - Enviar Notificação. 	Vinícius Mendonça	Maurício Abi Chahin	Alta
SIGESA (Sistema de Gerenciamento Socioambiental)	Cadastrar dados socioeconômicos de pessoas impactadas pela construção de empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Gerenciar: Dados Gerais do Empreendimento; Características do Empreendimento; Localização do Empreendimento; Empreendedor; Licenciamento Prévio / de Instalação / de Operação; Questões Jurídicas; Questões AESA; Cadastro Sócio econômico – Gestão MME; Inventário; Características de Inventário; Avaliação Ambiental Integrada do Inventário. - Manter Leilão. - Emitir Relatórios. 	Vinícius Mendonça	Thomaz Miazaki	Alta
SCAEE (Sistema de Controle de Acesso à Energia Elétrica)	Auxiliar a gestão da Universalização do Acesso a Energia	<ul style="list-style-type: none"> - Manter: Cadastro de programas do governo; Tipos de Comunidade; Grupo de Tarifas; Tipo de Atendimento; Território da Cidadania; Nome de Comunidade; Cadastro de Municípios IBGE; Distribuidora de Energia; ODI. - Importar: planilha Eletrobrás; planilha MDS; Planilha ANEEL - Padrão e Kit. - Acompanhar contratos. 	Vinícius Mendonça	Aurélio Farias	Alta

STTE (Sistema Transacional de Transmissão de Energia)	Cadastrar e Atualizar informações do andamento dos empreendimentos de transmissão de energia sob gestão do MME.	- Consultar Empreendimento/Obra. - Realizar: Avaliação DMSE; Fechamento da Avaliação DMSE. - Gerenciar: Órgão Ambiental; Licenciamento Ambiental; Informações de Desenvolvimento do Empreendimento/Obra.	Dênio Morelle	Domingos Romeu Andreatta	Média
STMGE (Sistema Transacional de Monitoramento de Grandezas Energéticas)	Módulo 1: Apresentar dados da capacidade instalada e da expansão da oferta de geração no sistema elétrico brasileiro. Módulo 2: apresentar dados de usinas térmicas, histórico de geração por essa fonte e informações do Custo Marginal de Operação – CMO e do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD	- Manter: PLD (Preço de Liquidação das Diferenças); Tipo de Geração para Agregação; Tipo de Geração para CEG; Área Geométrica; Destino da Energia; CMO (Custo Marginal de Operação); tabelas de apoio. - Importação: Comentários; Planilhas (Frequência Semanal); Planilhas (Frequência Diária). - Exportação de arquivos excel e PDF. - Upload de Arquivos PDF. - Gerar relatórios.	Josafá Santos	Domingos Romeu Andreatta	Média
PGES (Sistema gerenciador do Plano de Gestão)	Acompanhar, em tempo real, as ações e Programas das Secretarias, possibilitando mensurar os resultados obtidos e o alcance das metas estabelecidas.	- Manter: Programas; Objetivos do Programa; Responsável; Ações do Programa. - Visualizar Plano de Gestão. - Gerar Relatório Gerencial.	Edson Borges	Dalton José de Oliveira	Baixa
STGE (Sistema Transacional de Geração de Energia Elétrica)	Cadastrar e Atualizar informações do andamento dos empreendimentos sob gestão do CGMEG/DMSE/SEE/MME, incluindo o controle do transacional e de máquinas.	- Selecionar, Consultar e Avaliar Empreendimento. - Selecionar Empresa. - Realizar: Fechamento da Avaliação Mensal dos Órgãos; Avaliação DMSE. - Exibir Avaliações do DMSE Anteriores. - Gerir: Cronograma de Atividades do Empreendimento; Investimentos Mensais do Empreendimento; Imagens do Empreendimento. - Gerar: Arquivo com Informações de Empreendimento; Relatórios Gerenciais.	Josafá Ferreira	Domingos Romeu Andreatta	Média
WPAC	Dar suporte aos projetos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal.	- Gerar: Relatório Detalhado do Empreendimento; Cronograma de Execução da Obra; arquivos com Informações dos Empreendimentos; Atividades do Empreendimento; Imagens do Empreendimento; Situação do Empreendimento; Investimentos Mensais do Empreendimento; Cronograma de Atividades do Empreendimento; Relatórios Gerenciais. - Realizar Fechamento da Avaliação Mensal pela Casa Civil. - Efetuar Autenticação de Usuário para Acesso ao Sistema.	Josafá Ferreira	Domingos Romeu Andreatta	Alta

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O Plano de Capacitação dos servidores da área de Tecnologia da Informação contemplou a realização de treinamentos tanto no segmento de TI, a fim de aperfeiçoar os conhecimentos e habilidades em serviços especializados, quanto nos aspectos relacionados à gestão administrativa.

Quadro 79: Capacitações CGTI/2016

EVENTO	CARGA HORÁRIA (2016)	Nº PARTICIPANTES CGTI
A Arte de Liderar Grupos e Equipes	4h	3
Análise de Ponto de Função	16h	7
Capacitação em Análise de Ponto de Função	16h	7
Combate ao Aedes Aegypti no ambiente de trabalho	4h	3
Planejamento Financeiro e Controle de Dívidas	3h	1
Elaboração de Edital e Termo de Referência	20h	6
Fundamentos da Gestão da Logística Pública e Teoria Geral	8h	7
Língua Espanhola 2016	90h	1
Métricas de Software – Oficina de Contagem	16h	6
Palestra “50 dias para a implantação do SEI”	4h	3
Palestra Saúde Global	3h	4
Planejamento Estratégico	4h	1
SEI para Área de Licitações, contratos e Fiscais de Contrato	12h	5
Sistema Eletrônica de Informação (SEI)	20h	3
Sistema Eletrônica de Informação (SEI)	4h	11

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Conforme disposto no Decreto nº 8.871/2016, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério, a estrutura da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, compreende: a Coordenação de Infraestrutura Tecnológica e a Coordenação Tecnológica de Sistemas da Informação. A força de trabalho engloba servidores e colaboradores, conforme discriminado a seguir.

Quadro 80: Força de Trabalho CGTI/2016

	Servidores Efetivos da Carreira de TI	Servidores Efetivos de Outras Carreiras	Terceirizados	Estagiários
Ministério de Minas e Energia	-	8	24	4
Outros Órgãos/Entidades	6	2	-	-
Total	6	10	24	4

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Os processos de gerenciamento de serviços de TIC – formulação, documentação, implantação e aprimoramento – estão baseados nas melhores práticas ITIL, com foco nas áreas táticas e operacionais (atividades de 1º e 2º níveis de suporte técnico), e, ocorrem por intermédio dos seguintes processos: gerenciamento de incidentes, cumprimento de requisições, gerenciamento de problemas, gerenciamento de mudanças e gerenciamento de ativos e configurações de serviços.

O suporte aos processos de gerenciamento de serviços está disponível 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana de forma presencial, podendo, ainda, ser solicitado sob demanda aos sábados, domingos e feriados. A ferramenta utilizada para a gestão dos serviços de manutenção do ambiente tecnológico deste Ministério é o Microsoft System Center Service Manager 2012.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Plano Plurianual PPA e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão

No exercício de 2016, a exemplo de anos anteriores, a CGTI buscou promover a governança da Tecnologia da Informação com vistas a modernizar a infraestrutura tecnológica do Ministério de Minas e Energia, manter a alta disponibilidade do ambiente tecnológico e aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sempre com foco no planejamento sistemático de investimentos e na racionalização de gastos. Destacam-se a seguir os principais projetos de tecnologia da informação executados.

- Ampliação da capacidade de armazenamento

Com a eminente implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, entre outros sistemas, verificou-se a necessidade de expandir a capacidade e o número de módulos/sistemas compatíveis com o equipamento em uso, o que promoveu um crescimento horizontal que atenda às demandas e aos requisitos atuais de armazenamento e desempenho.

Numa estimativa anteriormente realizada sobre o ciclo dos dados gerados e processados no MME, o Ministério chegou a um volume de 80TB, considerando o tempo de retenção que cada tipo de dado deveria ficar disponível para uso, sendo adquirido à época um Storage da Netapp com uma área total 90TB.

Entretanto, em decorrência do alto desempenho, com informações sendo acessadas ao mesmo tempo por diversos servidores de processamento para geração de produtos sob demanda, alimentando diversos outros sistemas, e com a necessidade dos dados ficarem disponíveis para uso direto das aplicações por intervalos de tempo que variam de 90 a 180 dias, estimou-se e contratou-se nova ampliação do Storage com vistas a manter as áreas de médio e baixo desempenho de disco na ordem de 130 a 220TB e posteriormente arquivamento dos dados para fins de alimentação de séries históricas.

- Atualização do parque computacional de estação de trabalho

O Ministério de Minas e Energia – MME possuía em seu parque tecnológico 500 (quinhentos) equipamentos HPDC6000 com garantia expirada em 2015 e 335 (trezentas e trinta e cinco) equipamentos HPPRO4300 com garantia expirada em 2016.

Ocorre que, como qualquer ativo de tecnologia, a defasagem acontece em ritmo acelerado, trazendo consigo uma enorme dificuldade na reposição de peças, cada vez mais difíceis de obter e extremamente caras, o que inviabiliza, sob o aspecto econômico, a utilização de equipamentos antigos. Além disso, os softwares atuais, que são utilizados em larga escala no MME (Microsoft Office 2010 em migração para Microsoft Office 2016, Autocad, Corel Draw, Photoshop etc.) demandam cada vez mais recursos de hardware, onerando excessivamente as máquinas antigas e, conseqüentemente, retardando a finalização de trabalhos essenciais às áreas finalísticas.

Dessa forma, fez-se necessária a adesão à ATA de registro de preços para substituição gradual de todos os equipamentos microcomputadores do MME.

- Ampliação e troca da ferramenta de backup

A contratação de uma nova ferramenta de backup com objetivo de possuir uma solução de Proteção, Disponibilidade e Auditoria da Informação, vislumbrava aperfeiçoar a rotina de cópias de segurança das informações em custódia no MME, a fim de proporcionar maior agilidade na restauração de dados, garantir o resguardo de forma ágil e apropriada e a disponibilidade e integridade das informações, com o objetivo de alcançar os benefícios elencados abaixo:

- Ganho de desempenho nas rotinas de guarda e recuperação de dados;
- Amplificação da camada de proteção e disponibilidade da informação;
- Maior escalabilidade para garantia de retenção de investimentos já realizados.

- Ferramenta contra-ataques direcionados

Em outubro de 2015, o Ministério foi assolado por um MALWARE, do tipo RASONWARE, que criptografou inúmeras pastas do servidor de arquivos do Órgão, e, apesar de todo o esforço da equipe técnica e de estar com as licenças de antivírus atualizadas em todas as máquinas, causou à Instituição inúmeros transtornos, sendo possível a resolução do problema apenas com o retorno de backup.

Diante disso, o Ministério adquiriu uma ferramenta específica que fizesse frente a essa nova ameaça e contivesse as especificações necessárias para aumentar o nível de segurança.

- Contratação de nova solução de VideoWall

O MME adquiriu, no ano de 2010, uma solução de VideoWall objetivando integrar o controle de informações de logística de operações, funções e programas, projetos, serviços e demandas em um único sistema, possibilitando a ágil obtenção de informações nas áreas abrangidas, de forma a subsidiar as tomadas de decisões e tornar possível a visualização de informações estratégicas e operacionais do Ministério de Minas e Energia, abrangendo seus programas e projetos.

Entretanto no decorrer dos anos a tecnologia tornou-se ultrapassada e o custo com a sua manutenção inviável. Mediante pesquisa, o corpo técnico da CGTI encontrou uma ATA de registro de preço, já com nova tecnologia, baseada em lâmpadas LED que possibilitou a substituição da solução com ganho de qualidade a preços bem inferiores.

- Impressão corporativa

Visando o atendimento de suas demandas de impressão, o MME adotou, em 2010, por adesão de Ata de Registro de Preços, modelo de contratação de serviços de Outsourcing de Impressão (Impressão Corporativa), englobando a disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização e cópia, tendo este modelo se mostrado adequado às suas necessidades, visto o alto grau de eficiência na prestação dos serviços, na agilidade de fornecimento de suprimentos e na substituição dos equipamentos em caso de defeito/pane.

A modalidade contratada trouxe grandes benefícios ao Ministério no que se refere à otimização de recursos financeiros, com alternativas de controle e redução de custos, mitigando a instauração de um considerável número de processos de compras para a aquisição de equipamentos, peças, consumíveis e insumos, permitindo que o Ministério arcasse apenas com os custos referentes às quantidades de equipamentos disponibilizados e de páginas efetivamente impressas, não havendo qualquer tipo de franquia, e sendo a manutenção dos equipamentos realizada pelos operadores alocados nas dependências do MME.

Destaca-se também a existência de dispositivos eficazes voltados para a elevação dos níveis de disponibilidade dos equipamentos, os quais minimizaram sua inoperância, gerando ganho relativo à gestão destes processos e deixando todos os custos operacionais sob responsabilidade da CONTRATADA.

Diante do exposto a renovação do modelo de sucesso já existente, por meio de uma nova contratação será capaz manter no Ministério uma estrutura confiável, atualizada e adequada às suas necessidades, e, ainda possibilitará que suas operações sejam executadas cada vez mais de maneira otimizada e eficiente.

- Solução de Videoconferência

Aquisição de dois terminais de Videoconferência de alta resolução para atender à demanda do Gabinete do Ministro e do Centro de Capacitação do MME. As vantagens de ordem técnica e econômica com a aquisição desses equipamentos restaram sobejamente comprovadas com a experiência pregressa, quando foram realizadas aquisições semelhantes para serem utilizadas em outras Unidades desta Instituição, e consistem basicamente em facilitar a interação dos participantes de reuniões virtuais, agilizar o processo de tomada de decisão, reduzindo a necessidade de deslocamentos físicos e diminuir gastos com diárias e passagens de servidores e autoridades.

- Contrato de Manutenção da Sala Cofre

O Ministério de Minas e Energia – MME adquiriu em exercícios anteriores, uma solução de segurança com a finalidade de proteger os sistemas e equipamentos que compõem seu parque tecnológico.

A Sala-Cofre/Data Center, ambiente de segurança de alta disponibilidade, visa a proteção, especialmente contra fogo, calor, explosões, desabamentos, gases corrosivos, fumaça, jatos de água, radiações magnéticas e acessos indevidos, dos hardwares, aos sistemas e, principalmente, informações institucionais armazenadas nos equipamentos instalados em seu interior,

Ademais, ante a grande quantidade de informações imprescindíveis para o desenvolvimento de políticas e programas ao encargo desta Pasta, é indispensável que os dados técnicos sejam bem resguardados, sob pena de comprometimento das atividades finalísticas deste Ministério, com prejuízo para a Nação.

Assim, faz-se necessário um contrato de manutenção para assegurar o correto funcionamento da Sala-cofre/Data Center e dos equipamentos nela instalados, sendo a correta e eficiente manutenção requisito indispensável para assegurar a proteção das informações processadas e armazenadas no ambiente da Sala Cofre.

- Renovação do parque de scanners

Com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), tornou-se crescente a demanda por equipamentos de digitalização, visando o trâmite eletrônico dos documentos e processos. Os equipamentos SCANNERS do MME encontravam-se sem garantia e propensos a um grande potencial de falha em decorrência do período de uso, fato que poderia vir a colocar em risco a celeridade necessária na tramitação dos processos eletrônicos.

O quadro abaixo detalha os valores de cada uma das ações mencionadas:

PROJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR DISPENDIDO
Ampliação da capacidade de armazenamento de dados.	1.052.000,00	1.052.000,00
Renovação de 100% do parque computacional de estações de trabalho.	3.951.000,00	3.951.000,00
Ampliação da ferramenta de backup	2.185.930,00	2.185.930,00
Solução contra proteção de ataques direcionados	462.000,00	462.000,00
Vídeo Wall	182.000,00	182.000,00
Impressão Corporativa	1.093.168,00	745.019,04
Solução Videoconferência	63.516,00	63.516,00
Manutenção da Sala Cofre	536.849,00	474.000,00
Aquisição de Scanner	113.175,00	113.175,00

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Com a finalidade de suprir uma defasagem histórica de recrutamento de pessoal especializado na área de Tecnologia da Informação, foi criado, em 2006, o cargo de nível superior de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), integrante do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), com vistas a fortalecer as áreas de TI dos órgãos integrantes do SISP. Embora se trate de servidores qualificados, cuja atuação certamente traz ganhos para a gestão das atividades de Tecnologia da Informação, ainda há um déficit enorme de pessoal necessário para a execução de atividades críticas na área.

Neste contexto, o MME constituiu um Grupo de Trabalho para realizar diagnóstico da situação atual do quadro de servidores e levantamento das necessidades de pessoal, bem como apontar possíveis soluções que devem ser objeto de tratativas com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Ainda como medida tomada para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, cabe mencionar a previsão de cláusulas contratuais para a transmissão de conhecimento acerca das ferramentas de desenvolvimento e manutenção utilizadas, as especificações e documentação técnica produzida para a solução e a

migração das bases de dados e tabelas de propriedade da instituição para padrões abertos que possam ser reconhecidos por outros softwares não proprietários.

Ressalta-se, por fim, que a renovação de 100% do parque computacional de estações de trabalho implicou no cancelamento do contrato de manutenção de 500 computadores e evitou a contratação para manutenção, a partir de janeiro de 2017, de outros 335.

4.15 Gestão ambiental e sustentabilidade

Principais aspectos da gestão ambiental e adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental na atuação do MME, especialmente na aquisição de bens e serviços.

4.16. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

No aprimoramento da implementação de ações de sustentabilidade ambiental, este Ministério insere critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e serviços, em observância aos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, bem como às diretrizes do Plano de Logística Sustentável - PLS/MME. O Plano está publicado no endereço (<http://www.mme.gov.br/web/guest/plano-de-gestao-logistica-sustentavel>) com adequação das metas e ações contratuais ao planejamento anual e orçamentário do exercício de 2016.

O MME promove a Coleta Seletiva Solidária, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006. Assim, na vigência do Termo de Compromisso com Associações de Catadores do DF, 02 (duas) associações habilitadas por recolher o lixo reciclado do Ministério dividiram uma média de 48 toneladas/ano de papéis, papelões, jornais, revistas e embalagem plástica. Ressalte-se que, no intuito de agregar melhoria na geração de renda das famílias dos associados ou cooperados, as empresas contratadas pelo Ministério, para desempenharem os serviços de Copeiragem (Contrato nº 16/2016-MME) e de Limpeza e Conservação (Contrato nº 19/2015 – MME), passaram a destinar as embalagens, consideradas resíduos domésticos (litro de água sanitária, álcool, desinfetante etc.), para a Coleta Seletiva Solidária deste Órgão, o que totalizou aproximadamente 3.000 recipientes plásticos recicláveis neste exercício.

Como resultado das práticas de racionalização de gastos, o MME reduziu o quantitativo de compra anual de copos descartáveis de 5ml e de 250ml e priorizou a aquisição de produtos com a especificação PP (polipropeno), por serem termoplástico e 100% recicláveis. Também no âmbito dos serviços de transporte institucional, exige, nos termos das contratações, o descarte ecologicamente correto de óleos e materiais como estopas, embalagens plásticas e papelões usados na revisão dos veículos.

Ainda, foi instalada na cobertura do edifício uma mini usina solar, resultado de um acordo de cooperação técnica entre o MME e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). A potência de geração de energia elétrica é de 50 kWp (quilowatts pico), que representa até 7% do consumo do edifício e evita a emissão de 6,4 toneladas de CO₂ por ano na atmosfera.

Além disso, manteve o projeto de captação de água da chuva da cobertura e dos drenos dos aparelhos de ar-condicionado, promovendo uma redução anual de 425.000 litros de água, aproximadamente 4% do consumo de água do edifício. Da mesma forma, deu continuidade aos trabalhos de destinação ecológica e sustentável de lâmpadas queimadas, por meio do Pregão Eletrônico nº 201/2015, realizado pela Câmara dos

Deputados, no total de 1.275 (um mil duzentos e setenta e cinco) unidades de lâmpadas fluorescente ao longo do ano.

4.17. Gestão de fundos e de programas

Os Fundos existentes para o setor elétrico são geridos pela ELETROBRAS.

No item seguinte (4.17) é informado a recente criação de dois Fundos destinados ao fornecimento de energia às indústrias eletro intensivas.

4.18. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O fornecimento de energia competitiva para a indústria eletrointensiva (empresas que utilizam grande quantidade de energia) no país com preços competitivos foi equacionado com a sanção da Lei 13.182 em 4/11/2015, resultante da conversão da Medida Provisória (MP) 677.

A criação do Fundo de Energia do Nordeste (FEN) e do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), previstos na nova lei, afasta o risco de fechamento de postos de trabalho em empresas desse segmento em Estados do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, que empregam mais de 220 mil pessoas. Os investimentos dos dois fundos em projetos de energia nos próximos 20 anos poderão superar R\$ 50 bilhões.

O FEN permite manter condições de fornecimento de energia que permitam a manutenção desses empregos e a atividade dessas indústrias, que recebiam benefícios tarifários por terem se instalado na Região Nordeste, que acabariam neste ano. Porém, a estruturação do Fundo permite a redução gradual da energia disponível para atendimento desses contratos de fornecimento de energia às indústrias eletrointensivas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

A lei definiu que as empresas terão 15 anos para buscar novas formas de suprimento elétrico, de forma a não ameaçar os investimentos e empregos na região. Não renovar os contratos dessas empresas colocaria em risco a permanência dessas empresas na região, que geram mais de 145 mil empregos diretos e indiretos no Nordeste e uma receita de R\$ 16 bilhões nas cadeias produtivas envolvidas

Por outro lado, a estruturação da solução para essas empresas inclui benefícios para todos os consumidores de energia do país. Por meio do FEN, pelo menos R\$ 13 bilhões serão investidos em empreendimentos de geração de energia, que reforçarão o suprimento energético dos brasileiros e vão alavancar os investimentos em energia renovável a partir de 2030. Os investimentos poderão até dobrar, com adesão de novos investidores privados.

De forma similar, a lei instituiu também o FESC, para suprir as empresas eletrointensivas do setor de ferroligas do Centro-Oeste e do Sudeste. São indústrias com mais de um século de atuação no país e estratégicas para a siderurgia nacional. O setor representa um faturamento de R\$ 8 bilhões ao ano, com exportações anuais de R\$ 5 bilhões, que geram mais de 80 mil empregos.

O FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroligas, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-

Oeste.

Os fundos serão criados e administrados por uma instituição financeira controlada pela União. O FEN poderá aumentar a capacidade instalada do país em 5,4 GW até 2037. O FESC seguirá lógica semelhante, mas com possibilidade de investimentos ainda maiores.

Esperam-se investimentos iniciais da ordem de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões oriundos da participação de Furnas, com até 49% nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) criadas para realizar os empreendimentos com recursos do Fundo. Esse valor pode chegar a R\$ 38 bilhões, também com aumento da participação privada e redução proporcional da participação de Furnas. Com essa expansão dos investimentos, o aumento da capacidade de geração poderá subir de 8 GW para 20 GW, em novos empreendimentos de geração tomando por base eólicas e usinas termelétricas a gás natural e biomassa.

Está em fase de elaboração proposta do Decreto de Regulamentação e minuta do Estatuto desses fundos que estabelecerá, inclusive, a composição de seus Conselhos Gestores, que terá representantes de diversos ministérios e será presidido por representante do MME,

5.RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso ao cidadão

O Ministério de Minas e Energia permite o acesso e interage com cidadãos, de modo a atender a todas as demandas dirigidas a este Órgão e, também, oferece informações e esclarecimentos sobre temas e questões setoriais de interesse da sociedade brasileira. Neste sentido podem ser destacadas as atividades a seguir indicadas:

I) Trabalhos de Ouvidoria

- **Ouvidoria Geral do MME**
 - Disponibiliza canais de acesso para viabilizar, facilitar e agilizar o trâmite das demandas e manifestações apresentadas pelos cidadãos, em relação às quais desenvolve as ações necessárias ao atendimento e solução de todos os pleitos dirigidos ao Ministério;
 - Recebe as solicitações, reclamações, sugestões e representações, e adota procedimentos administrativos e regulamentares pertinentes;
 - Atua como facilitadora entre os cidadãos e os Órgãos do MME, motivando medidas que se fizerem necessárias ao atendimento das demandas formuladas, informando aos demandantes, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos;
 - Registra e dissemina informações, para conhecimento e providências dos Órgãos do MME e de suas Entidades vinculadas, sobre demandas a respeito de necessidades de melhorias ou mesmo deficiências nas respectivas áreas de atuação, objetivando mais eficiência e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral; e
 - Realiza acompanhamentos das medidas necessárias, junto aos órgãos internos e entidades vinculadas, no sentido de assegurar respostas aos cidadãos.

- **Demandas da Ouvidoria do Poder Executivo Federal - e-OUV**

Trata-se de um outro canal de acesso destinado ao atendimento de demandas da sociedade, que funciona em link com as atividades de Ouvidoria do MME, por meio de sistema informatizado pelo qual a Ouvidoria do Poder Executivo Federal encaminha a este Ministério as demandas por ela recebidas e que tratam de questões afetas às competências do Ministério.

Uma vez aqui recebidas são devidamente tratadas com o objetivo de viabilizar as avaliações necessárias e tomar as providências pertinentes, de modo a viabilizar respostas e soluções para todas as demandas recebidas e as respectivas informações à Ouvidoria do Poder Executivo Federal. Só no ano de 2016 foram atendidas quase 1000 (mil) demandas oriundas daquela Ouvidoria.

II) Sistema e-SIC e Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

O Sistema E-SIC e o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foram criados em cumprimento às disposições da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. Seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como medidas efetivas para viabilizar uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do Ministério de Minas e Energia está preparado para receber demandas por meio dos seguintes canais disponíveis para a sociedade em geral:

- Sistema e-SIC;
- Página do Ministério na Internet;
- Por correio eletrônico;
- Por encaminhamento via correios e telégrafos;
- Por telefonemas; e
- Também por “atendimento de balcão” aos cidadãos que procuraram pessoalmente o SIC.

Principais atividades do SIC/MME, realizadas em 2015:

- Recebimento de documentos e requerimentos de acesso às informações encaminhados pelo Balcão SIC, e-mail do SIC e Sistema e-SIC;
- Análise das demandas, encaminhamento aos técnicos responsáveis pela geração das informações requeridas e a devida produção de informações necessárias para o atendimento das demandas.
- Análise da qualidade das respostas recebidas e aperfeiçoamentos quando se fez necessário; e
- Expedição de todas as respostas às Demandas no e-SIC.

Durante o ano foram desenvolvidas, também, várias ações junto às áreas do Ministério no sentido de manter a atualização e a inserção de dados e informações de “transparência ativa”, no sítio do MME. Nesse sentido, foram divulgados, por Secretarias, dados e informações sobre programas, projetos e ações conduzidos no âmbito do Órgão, bem como informações técnicas, indicadores, eventos, publicações, atualidades, glossários de perguntas e respostas mais frequentes, além daquelas informações relativas a transparência pública.

Destacam-se também as informações publicadas pós reuniões do CMSE e CMPE, além dos documentos Mensagem Presidencial e Relatório de Gestão.

III) Página do Ministério de Minas e Energia, na Internet

Além dos canais já mencionados, o Ministério mantém na internet, possibilitando amplo acesso da sociedade, dados e informações sobre as questões mais relevantes e da atualidade acerca dos trabalhos que desenvolve, conforme exemplos indicados a seguir:

- a. Atos editados pelo Ministro de Estado, pelo Secretário Executivo e Secretários;
- b. Planos, programas e projetos setoriais;
- c. Informações técnicas;
- d. Indicadores setoriais;
- e. Relatórios analíticos;
- f. Estatísticas e boletins de desempenho;
- g. Legislação setorial;
- h. Destaques setoriais relevantes; e
- i. Atualidades sobre os setores energético e mineral.

5.2 Cartas de serviços ao cidadão

Embora o Ministério de Minas e Energia não seja considerado uma organização que tenha um portfólio de serviços prestados diretamente ao cidadão, suas entidades vinculadas (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista) e concessionárias públicas federais, estaduais e também privadas, mantêm Cartas de Serviços disponibilizadas ao público em geral na internet, por exemplo, no site da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e das empresas do grupo ELETROBRAS.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos – usuários

No atendimento aos cidadãos que dirigem demandas ao Ministério, especificamente pelos canais de Ouvidoria, é solicitado ao demandante, para cada atendimento, que manifeste avaliação acerca do atendimento prestado, incluindo a indicação do grau de satisfação ao atendimento, ao tempo de resposta, à qualidade do conteúdo oferecido, à eficiência do sistema de acesso e à qualidade do trabalho do agente público atendente.

5.4 Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

• **Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI**

A implementação da LAI, além de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, não só põe à disposição da sociedade a quase totalidade dessas informações, como também, em consequência, expande expressivamente a transparência dos atos públicos, gerando objetivamente maior participação popular e mais controle social em relação às ações governamentais.

No Ministério de Minas e Energia, a implantação do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC e as contínuas ações para implementação da referida Lei trazem importantes mudanças (de rotinas, de processos e até mesmo de condutas dos agentes públicos), bem como leva a aperfeiçoamentos inspirados na natureza das demandas recebidas e que exigem medidas para o seu atendimento.

Especificamente no exercício de 2016, foram recebidas e atendidas cerca de mil demandas – por meio do e-SIC e atendimentos de balcão. Todas essas demandas foram

tramitadas junto às áreas detentoras das informações, internamente e em determinados casos envolvendo outros órgãos e entidades, de modo a assegurar o pleno atendimento.

Da mesma forma, também em consonância com a mencionada Lei, a publicidade das informações foi viabilizada por intermédio do conjunto de transparências ativas disponibilizadas na página do MME, na internet, incluindo contratos, prestações de contas, rol de servidores e suas remunerações, estrutura regimental, agendas de trabalho dos agentes públicos, atos formais firmados pelas autoridades, entre muitas outras divulgações que permitem maior transparência em relação aos trabalhos do Ministério.

- **Transparência por meio das relações com o Congresso Nacional**

Outra forma de permitir transparência aos atos do MME advém das várias atividades de articulação e atendimento a demandas junto ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados. As duas Casas do Congresso Nacional, por intermédio dos Parlamentares que representam os interesses da sociedade, demandam do MME atendimento a Requerimentos de Informações, a Indicações, a convocações para Audiências Públicas e outras formas de participações.

Em 2016, incluindo Requerimentos de Informações, Audiências e outros atendimentos o MME recebeu do Congresso Nacional cerca de oitocentas demandas. Além desses atendimentos, cabe ressaltar também os seguintes trabalhos:

- Acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos de interesse do Ministério de Minas e Energia;
- Consolidar sinopses de pronunciamentos dos parlamentares e de outros assuntos de interesse do Ministério, ocorridos no âmbito do Congresso Nacional;
- Acompanhar as demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação no Congresso Nacional, no sentido de, a partir das informações prestadas pelos Órgãos e Entidades vinculados ao Ministério, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza; e
- Acompanhar as sessões e os trabalhos das Comissões do Congresso Nacional.

Os assuntos mais relevantes, tratados junto ao Congresso Nacional, relacionados à área de competência do Ministério, foram levados às Comissões da Câmara e do Senado, sendo examinados e discutidos, inclusive com o comparecimento e a participação de técnicos, dirigentes e do próprio Ministro de Estado, em Audiências Públicas realizadas.

5.5 Medidas para garantir acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Com relação à acessibilidade física, este Ministério vem adotando ações para manter as medidas já implementadas em suas instalações que permitam o acesso fácil e seguro das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, observados os padrões previstos na Lei nº 10.098/2000, no Decreto nº 5.296/2004 e nas normas técnicas da ABNT. Entre as soluções já adotadas, podem ser destacadas:

- Rampas de acesso direto e lateral com identificadores nos degraus na entrada da portaria principal;

- Balcão de atendimento ao público adequado a pessoa com necessidades especiais, localizado nas portarias;
- Banheiros adaptados a portadores de deficiência, composto por barras de segurança, portas com dimensões especiais, vasos sanitários apropriados, além dos apoios e pias rebaixadas com inclinação de espelhos;
- Vagas no estacionamento para deficientes e idosos, reservadas próximas a acessos de circulação de pedestres ao edifício, com identificação por placa e pintura no asfalto;
- Implantação de catraca especial para entrada e saída de pessoas na garagem do edifício, como também de rampa acessível à entrada, pela via N2.
- Telefone específico para deficiente auditivo disponível na portaria principal;
- Portas duplas no auditório do térreo, bem como destinação de local para cadeirantes e de poltronas para pessoas com sobrepeso.

6.DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da 4.320 e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Esta Unidade Prestadora de Contas – UPC adotou os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e NBC T 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, ambas de 21 de novembro de 2008, e em conformidade com os Manuais expedidos pelo Órgão Central de Contabilidade, Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Para o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio, tem-se como norteador o Manual STN - Macro função 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC, AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND. A metodologia aplicada para a estimativa da vida útil econômica do ativo e cálculo da depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxas utilizadas para os respectivos cálculos foram as seguintes:

Conta Contábil	Descrição	Vida útil (anos)	Valor Residual
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	15	20%
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%

1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL	15	10%
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%

Quanto à metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido aplicáveis a esta UPC, é observado o Manual STN - Macro função 021137 - PROCEDIMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO E REGISTRO DE PROVISÃO, para os devidos procedimentos.

O impacto sobre o resultado apurado pela UPC no exercício de 2016 com a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16 foi o seguinte:

Conta Contábil	Descrição	Valor (R\$)
Varição Patrimonial Diminutiva		
3.3.3.1.1.01.00	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	(4.396.547,74)
3.3.3.1.1.02.00	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	(37.916,10)
3.6.1.1.1.02.00	REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS (Desvalorização e Perda de Ativos)	(26.432.378,19)
Varição Patrimonial Aumentativa		
4.6.1.1.1.02.00	REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS (Valorização e Ganhos com Ativos)	17.952.610,47
Impacto no Resultado		(12.914.231,56)

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Ministério de Minas e Energia não possui Setorial de Custos. No entanto, utiliza os relatórios extraídos do Sistema de Informação de Custos para subsidiar a elaboração dos relatórios para Prestações de Contas da Presidência da República – PCPE.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4320/64 e notas explicativas

As quatro demonstrações contábeis abaixo relacionadas e as Notas Explicativas estão inseridas na Seção Anexos e Apêndices do sistema e-Contas:

BF – Balanço Financeiro;

BP – Balanço Patrimonial;

DVP – Demonstrações das Variações Patrimoniais;

BO – Balanço Orçamentário.

7. CONFORMIDADE DE GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Secretaria Executiva do MME acompanha permanentemente as demandas do TCU, por meio de planilha eletrônica, no recebimento de Avisos, Ofícios ou Acórdãos. Essas demandas são atendidas dentro dos prazos pré-definidos pelo TCU ou por solicitação de prorrogação de prazo, caso necessário.

As demandas recebidas são endereçadas às áreas internas e órgãos setoriais competentes, para conhecimento, manifestação e providências. Sempre que necessário, a Secretaria Executiva do MME realiza reuniões prévias com as áreas internas e órgãos setoriais sobre as demandas, com o objetivo de conciliar as interpretações das áreas envolvidas.

Posteriormente ao recebimento das manifestações de todos os envolvidos, a Secretaria Executiva analisa e consolida as informações, que são encaminhadas ao TCU por meio de Ofícios do Secretário-Executivo, na maior parte dos casos.

Durante a elaboração do Relatório de Gestão, a Secretaria Executiva se incumbe de reunir os Acórdãos e Ofícios-respostas, recebidos durante o ano e consolidar no formato padrão estabelecido pelo TCU.

É importante observar que o MME busca aprimorar a sistemática desse controle.

Nesse sentido há tratativas em curso para implantação do Sistema Apolo ou do estabelecimento de rotinas, a cargo da Assessoria Especial de Controle Interno, em conjunto com a Secretaria Executiva e o Gabinete do Sr. Ministro, para o acompanhamento do fluxo de recebimento, análise e respostas às demandas dos órgãos de controle

Quadro 81: Determinações e Recomendações TCU (Pendentes em 2016)

Acórdão	TC	Assunto	Expediente	Data Expediente	Data Entrada	Item de Determinação/Recomendação	Prazo	Demandada	Providências
3195/2016	044.737/2012-0	Aplicação do teto remuneratório dos empregados cedidos	Aviso nº 984-TCU-Plenário	08/12/2016	20/12/2016	9.2.	Imediato	SE (CGOF/SPOA)	Vide informação abaixo
3072/2016	030.511/2015-1	Política de Conteúdo Local.	Aviso TCU 949 e Ofício 0222/2016	02/12/2016	09/12/2016	9.2	até antes da 4ª Rodada de Campos Marginais	SPG (DEPG)	Resposta em elaboração pelo DEPG. Aguardando informações do PEDEFOR
						9.3	09/05/2016		
						9.4	não possui		
1409/2016	007.446/2015-2	Determinar ao (CNPE), a (ANP) e o (MME), que realize estudos para quantificar os efeitos da política de diferenciação de preços no mercado de gás liquefeito de petróleo.	Aviso nº 502-Seses-TCU-Plenário		02/06/2016	9.1	02/09/2016	SPG	Ofício MME nº244/2016, encaminhou a resposta aos itens 9.1, 9.3 e 9.5

2780/2016	011706/2014-7	Apurar indícios de pagamento indevido de pensão a filha solteira, maior de 21 anos	Ofício 11815/2016 -TCU/Sefip		25/11/2016	9.1 e 9.2	25/01/2017	SPOA	Plano de ação encaminhado pela CGRH ao Tribunal de Contas por meio do Ofício nº 2/2017/CGRH/SPOA/SE-MME, de 06/01/2017
72/2017	014.155/2016-8	Auditoria Operacional com objetivo de avaliar os procedimentos de unitização em áreas do polígono do Pré-Sal	0008/2017-TCU/SeinfraPetroleo	30/01/2017	07/02/2017	9.2	não possui	SE e PPSA	Ofício nº 13/2017/SPG-MME, 10/2/17, da SPG à PPSA.
						9.3	não possui	PPSA	

Providências do Acórdão 3195/2016:

- a. Ato seguinte ao recebimento da notificação do TCU, adotou-se a suspensão do reembolso às empresas públicas cessionárias, desde dezembro de 2016 até a completa compreensão da abrangência do citado Acórdão;
- b. Em 29/12/2016, foi formulada consulta à SEGRT, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, como Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, solicitando orientações de procedimentos para cumprimento da Decisão do TCU;
- c. A partir de 27/03/2017, na ausência dessas orientações de procedimentos, temporariamente, até a completa análise do Acórdão por parte da SEGRT, foram retomados os pagamentos às empresas cessionárias, em caráter preliminar e parcial, observando-se a composição de rubricas de acordo com o teto constitucional conforme entendimentos pertinentes da CGRH deste Ministério.

7.2. Transparência dos projetos inseridos no REIDI

Em consequência da determinação constante no item 9.2 dos Acórdãos nº 3.137/2011 – e nº2578/2016 TCU-Plenário, foram identificadas as informações adicionais a serem inseridas nas portarias de aprovação de projetos no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), e o Ministério de Minas e Energia editou as Portaria nº 274, de 19 de agosto de 2013, e nº 310, de 12 de setembro de 2013, as quais estabeleceram condições e procedimentos para enquadramento no REIDI de projetos de infraestrutura de energia elétrica, contemplando um rol de informações com vistas a propiciar maior transparência nos dados relativos à descrição do projeto.

Assim, a partir da publicação das Portarias MME nos 274/2013 e 310/2013, todas as portarias publicadas para aprovação de projetos de energia elétrica no REIDI pelo Ministério de Minas e Energia contêm discriminação das seguintes informações:

- a) Qualificação da Pessoa Jurídica Titular do Projeto;
- b) Nome do Projeto;
- c) Ato autorizativo;
- d) Descrição do Projeto;
- e) Período de Execução;
- f) Localização do Projeto;
- g) Responsáveis pelo Projeto e pela empresa beneficiária;
- h) Valor do investimento estimado para o Projeto com e sem incidência de PIS/PASEP e COFINS, segmentados em Bens, Serviços, Outros e Total.

Essa itemização se refere à recomendação nº1.7.1. Quanto à recomendação nº1.8.2, essa não se aplica ao MME, conforme expedientes já enviados ao TCU.

7.3. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

O MME recebe recomendações à época da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União.

O MME por meio da Secretaria Executiva acompanha periodicamente as análises e discussões a respeito dos itens de auditoria.

À época da Auditoria, o MME, por intermédio de suas secretarias, nomeia equipes técnicas que irão prestar a devida assistência aos Auditores da CGU, com o intuito de informar, esclarecer ou encaminhar as recomendações, durante as reuniões oficiais mantidas com os Auditores. Ao final da Auditoria é elaborado pela CGU o Relatório de Auditoria Anual de Contas Consolidado, referente ao exercício. São realizadas então, as reuniões de Busca Conjunta de Soluções e a partir destas o Relatório é apresentado à alta chefia do MME. Posteriormente, são construídos, de comum acordo entre as secretarias e os auditores, os Planos de Providências Permanentes a serem monitorados ao longo do ano.

A partir de dezembro de 2016 o MME utiliza o Sistema Monitor Web/CGU, que permite o acompanhamento online das recomendações de Auditoria e de Fiscalização realizadas pela CGU.

Abaixo estão informados as determinações e recomendações pendentes da CGU, por Secretaria do MME

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SPG

Quadro 82: Tratamento de Recomendações CGU – SPE

Denominação Completa		Código SIORG
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG		80045
Recomendações Expedidas pelo OCI		
Relatório de Auditoria (Ordem de Serviço)	Constatação	Achado
RA201600446	2	1.1.2.1. - Inexistência de avaliação dos custos e benefícios da política de Conteúdo Local no setor de petróleo e gás.
Descrição da Recomendação		
Realizar estudos para avaliar (i) o percentual de atingimento dos índices de conteúdo local pelos vencedores das rodadas de licitações de blocos já realizadas e (ii) os custos e os benefícios da política de conteúdo local no setor de petróleo e gás.		
Análise ⁱ		
Em complemento às informações contidas na Nota Informativa nº 006/2016/DEPG/SPG-MME e ainda aquelas apresentadas anteriormente para as Recomendações CGU (IDs 134666 e 134671 - já atendidas), reitera-se a informação de que foi aprovada a realização de estudos, no âmbito do PEDEFOR, que possibilitarão a avaliação dos custos e benefícios da política de Conteúdo Local no setor de petróleo e gás, previstos nesta Recomendação CGU (ID nº 162771). As Instituições que compõem o PEDEFOR já aprovaram o escopo de tais estudos e agora buscam recursos para sua realização, inclusive dentre as coligadas a essas Instituições. Dessa forma, dada a multiplicidade de expertises a elas associadas, entende-se que os estudos aprovados para serem realizados conseguirão atingir a abrangência adequada às suas respectivas finalidades e, por conseguinte, atender à Recomendação em destaque.		

Resposta inserida pela SPG no Sistema Monitor Web (CGU) em 14/12/2016 e encaminhada ao Órgão de Controle Interno, pelo Secretário Executivo Adjunto, em 31/1/2017.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SGM

Quadro 83: Tratamento de Recomendações CGU - SGM

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº: 201600446	1.2.1.2	Ofício 33.794/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR ^{nº}
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se à SGM que avalie e justifique o custo-benefício de implantar uma política de conteúdo local no setor mineral, considerando inclusive a experiência do MME em relação à utilização dessa mesma política no setor de petróleo e gás.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Com o intuito de avaliar a política e analisar o custo-benefício, a SGM propôs, no PPA 2016-2019, a realização de estudos acerca da implantação de conteúdo local na mineração, uma vez que estudos desta natureza buscam levantar dados e realizar diagnóstico capaz de avaliar se o cenário é ou não favorável à adoção de políticas de conteúdo local. O estudo, entretanto, ainda não foi desenvolvido. Ademais, está em curso na Secretaria uma reavaliação da proposta de um novo regramento para o setor.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fator negativo, cita-se o quadro reduzido de servidores, o que dificulta desenvolvimento de estudos. Como fator positivo, destaca-se o comprometimento da equipe da Secretaria em reavaliar a proposta de novo regramento para o setor.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório nº: 201600446	1.2.1.2	Ofício 33.794/2014/DIENE/DI/SFC/CGU-PR ^{nº}
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação			
Antes de contratar terceiros para a realização de atividades finalísticas, especialmente estudos setoriais, avaliar se tais atividades não poderiam ser realizadas pelos especialistas do órgão, sendo as contribuições do setor privado e da sociedade colhidas no âmbito de consultas públicas.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	80058
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Diante do atual cenário de restrições orçamentárias, este pode ser o caminho a ser seguido se eventualmente houver a recomposição do quadro técnico da Secretaria, uma vez que dos 18 Analistas de Infraestrutura lotados na SGM a partir de 2008, apenas 8 deles ainda permanecem, sendo que dois ocupam cargo de chefia, não exercendo atualmente, portanto, função técnica.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A SGM envida esforços contínuos para ampliação do quadro de servidores, mas vale ressaltar que, no atual cenário, há dificuldade em conseguir novos servidores públicos junto aos órgãos responsáveis.	

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SPE

Quadro 84: Tratamento de Recomendações CGU – SPE

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201406133	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Descrição da Recomendação			
<p>RECOMENDAÇÃO 1:</p> <p>Por se tratar de grande passivo de contas a analisar atrasadas, que a Unidade Examinada atente para os prazos e procedimentos acordados no Plano de Ação com vistas à sua execução de forma tempestiva e completa</p> <p>O Plano de Ação anteriormente proposto não teve a evolução desejada. Assim, com o objetivo de dar sequência nas análises, o DDE propôs um novo Plano de Ação, que buscará atuar em regime de mutirão, envolvendo todas as áreas do Departamento de Desenvolvimento Energético nas análises técnicas dos convênios.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Destaca-se que foi estabelecida uma proposta de Plano de Ação com o objetivo de finalizar as análises das prestações de contas de todos os convênios do DDE. Entretanto, as ações propostas em nosso documento não teve a evolução desejada, mas pode-se dizer que houve progresso diante da finalização de dois convênios. Um fato que ajudou ao insucesso dessa meta foi a perda de três servidores que atuavam na área de convênios do DDE..			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.2	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Secretaria Executiva – SE	320011
Descrição da Recomendação	
RECOMENDAÇÃO 1: Apresentar um cronograma indicando a data de conclusão de cada um dos produtos relativos ao PNE 2050 e disponibilizá-los em um processo de consulta pública à sociedade.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE	320010
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017	

1
c

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO 2: Instituir a obrigatoriedade de se avaliar periodicamente a necessidade de atualização do PNE, de modo a incorporar no plano a ocorrência de fatos que tenham impacto significativo no planejamento de longo prazo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017			

1

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			

RECOMENDAÇÃO 3: Para cada um dos produtos desenvolvidos pelo Ministério em conjunto com a EPE, explicitar os principais pontos de controle e definir a matriz de responsabilidades, o fluxo de informações e os prazos estimados para cada macroatividade das etapas de planejamento energético.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO 1: Rever as diretrizes indicativas dos planos de expansão, de forma a reforçar a necessidade de que a EPE e os agentes avaliem - quando da realização de estudos de inventário e de viabilidade - os custos e benefícios das duas alternativas (usina hidrelétrica com ou sem reservatório) sob as óticas econômica, energética, socioambiental, a nível local, regional e nacional			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO 2: Orientar a EPE e os agentes a aprofundarem a avaliação dos aproveitamentos identificados no relatório “Identificação e Classificação de Potenciais Reservatórios de Regularização”, de forma a verificar a possibilidade de incluí-los em futuros leilões de geração de energia elétrica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE	320010
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			
<p>RECOMENDAÇÃO 1: Realizar estudos, incluindo avaliações acerca de eventuais alterações normativas necessárias, de forma a estabelecer prazo para início de suprimento compatível com o tempo médio de construção verificado nos projetos já implantados para cada tipo de tecnologia/fonte (usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, eólica, solar, termelétricas a gás natural, etc.), para os contratos decorrentes de futuros leilões de energia</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			
<p>RECOMENDAÇÃO 2: Propor ao CMSE que os resultados dos estudos referentes aos leilões de transmissão, realizados em atendimento à deliberação em sua 157ª Reunião, sejam discutidos com os agentes setoriais e com os demais órgãos governamentais, de forma a implementar as medidas que se façam necessárias para o aperfeiçoamento desse processo, avaliando, ainda, a possibilidade de realização da licitação de subestações e linhas de transmissão após emitida a licença prévia</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			
<p>RECOMENDAÇÃO 3: Realizar ou propor ao CNPE e/ou CMSE a realização de estudos acerca da possibilidade do planejamento e/ou realização dos leilões de expansão da geração e da transmissão se dar de forma integrada, de forma a minimizar a ocorrência de possíveis descasamentos entre a entrada em operação das usinas contratadas e das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia..</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201600446	1.1.2.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			
<p>RECOMENDAÇÃO 1: A partir da reavaliação da garantia física do parque gerador atual, avaliar se há necessidade de contratação de oferta de geração adicional, de forma a atender aos requisitos e critérios de segurança do abastecimento e economicidade estabelecidos pelo CNPE.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

	201600446	1.1.2.7	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SE			320011
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO 1: Avaliar a necessidade de propor alteração ou flexibilização da aplicação do limite mínimo de recontração em leilões de energia existente estabelecido no Decreto nº 5.163/2004.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			320010
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Recomendação está com prazo de implementação para 2017			

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SEE

Quadro 85: Tratamento de Recomendações CGU – SEE

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
001 - Promova imediata elaboração de arcabouço normativo necessário e suficiente para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos Ativos do Programa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
SITUAÇÃO EM 31/12/2016			
CONVÊNIO 009/2004-MME/ELETROSUL			
O Convênio nº 009/2004-MME vem implementando as ações oriundas dos Relatórios Conclusivos das Comissões de Desfazimento (Portaria MME nº 540/2010 e 19/2016), com vistas ao encerramento do Convênio, das quais podemos citar:			
a) Doações dos 1803 Módulos Aprovados para Uso no LpT – doados à CERON, conforme consta do Processo nº 48000.000360/2016-11.			
b) Doação dos Lotes I e J, contendo módulos fotovoltaicos, inversores e controladores de carga à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, processo de doação concluído, conforme Processo nº			

48000.001786/2014-12.

c) Remanejamento dos Lotes E e K, composto de inversores e controladores de carga para a Eletrobrás Eletronorte, ação autorizada por meio do Ofício nº 196/2016-SEE/MME. Contratação de transporte em licitação.

d) Doação dos sistemas instalados na área geolétrica da Eletrosul – objeto de análise da Comissão de Desfazimento (Portaria MME 19/2016), que serão doados de acordo com o Decreto nº 99.658/1990 e Parecer nº 743/2016/CONJUR-MME/CGU/AGU, de 15/12/2016 e o que consta do Processo nº 48000.001714/2016-37. Em fase de elaboração dos Termos de Doação.

CONVÊNIO 010/2004-MME/ELETRONORTE

No âmbito do Convênio nº 010/2004-MME, vem sendo realizadas as ações a seguir, com vistas ao encerramento do

Convênio:

a) Criação de Comissão para propor o desfazimento dos bens remanescentes do PRODEEM, que se encontram armazenados nos almoxarifados da Eletronorte e daqueles instalados em Universidades, Comunidades Indígenas, Instituições Públicas, no âmbito da sua área de atuação. (Portaria MME nº 80/2016, de 04/07/2016) – Processo nº 48000.000848/2016-31. Os trabalhos estão em andamento já foram realizados inventários dos materiais nos almoxarifados de São Luis/MA e parcialmente em Tucuruí/PA. Prorrogado prazo da Comissão de Desfazimento para a conclusão dos trabalhos por 6 meses, conforme Portaria nº 120/2016, 1º de dezembro de 2016.

b) Recolhimentos dos sistemas em campo – processo concluído.

c) Identificação dos sistemas instalados em Terras Indígenas – trabalho em andamento pela equipe técnica da Eletronorte.

d) Identificação das Universidades, Órgãos Públicos e demais interessados em receber materiais/equipamentos em doação
– trabalho em andamento.

Considerando que o prazo de vigência do Convênio expirou em 30/11/2016 e as ações ainda em andamento, foi assinado Termo Aditivo ao Convênio nº 010/2004-MME, prorrogando o prazo para 30/09/2017, publicado no DOU em 30/11/2016.

CONVÊNIO 012/2004-MME/FURNAS

No âmbito do Convênio nº 012/2004-MME, e objetivando implementar todas as proposições oriundas dos Relatórios Conclusivos das Comissões de Desfazimento (Portaria MME 540/2010 e 19/2016), com vistas ao encerramento do Convênio, elencamos as principais ações:

a) Doações dos 898 Módulos Aprovados para Uso no LpT – doados à CERON, conforme consta do Processo nº 48000.000360/2016-11.

b) Doação dos sistemas instalados na área geolétrica de Furnas – objeto de análise da Comissão de Desfazimento (Portaria MME 19/2016), que serão doados de acordo com o Decreto nº 99.658/1990 e Parecer nº 743/2016/CONJUR-MME/CGU/AGU, de 15/12/2016 e, ainda o que consta do Processo nº 48000.001714/2016-37. Em fase de elaboração dos Termos de Doação.

c) Alienação de sucatas (módulos, inversores, controladores e demais itens), por meio de Leilão, programado para janeiro/2017.

Considerando que o prazo de vigência do Convênio expirou em 31/12/2016 e as ações ainda em andamento, foi assinado Termo Aditivo ao Convênio nº 012/2004-MME, prorrogando o prazo para 30/09/2017, publicado no DOU em 14/12/2016.

CONVÊNIO 014/2004-MME/CHESF

No âmbito do Convênio nº 014/2004-MME, vem sendo realizadas as ações a seguir, com vistas ao encerramento do

Convênio e cumprimento das proposições contidas no Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento (Portaria MME nº 16/2015):

<p>a) Doações dos 998 Módulos Aprovados para Uso no LpT – doados à CERON, conforme consta do Processo nº 48000.000360/2016-11.</p> <p>b) Recolhimentos dos sistemas em campo – processo concluído.</p> <p>c) Alienação por meio de Leilão dos 1936 Módulos classificados como SUCATAS no Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento – concluído em Novembro/2016.</p> <p>d) Doação à Universidade Federal do Piauí – UFPI – processo de doação em fase de assinaturas.</p> <p>e) Doação dos 1354 Módulos fotovoltaicos classificados como REPROVADOS para uso no LpT à Eletrobrás Chesf para aplicação em projetos de interesse social, pesquisas tecnológicas e disseminação do conhecimento – processo concluído.</p> <p>Considerando que o prazo de vigência do Convênio expirou em 31/12/2016 e que as ações para o encerramento encontram-se em andamento, foi assinado Termo Aditivo ao Convênio nº 014/2004-MME, prorrogando o prazo para 30/09/2017, publicado no DOU em 21/12/2016.</p>
--

Descrição da Recomendação:	
002 - Na execução remanescente do convênio com a Eletronorte, ainda em vigência, priorize as atividades de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque, para subsequente utilização nos projetos especiais do Luz para Todos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>SITUAÇÃO EM 31/12/2016</p> <p>CONVÊNIO 010/2004-MME/ELETRONORTE</p> <p>No âmbito do Convênio nº 010/2004-MME, vem sendo realizadas as ações a seguir, com vistas ao encerramento do Convênio:</p> <p>a) Criação de Comissão para propor o desfazimento dos bens remanescentes do PRODEEM, que se encontram armazenados nos almoxarifados da Eletronorte e daqueles instalados em Universidades, Comunidades Indígenas, Instituições Públicas, no âmbito da sua área de atuação. (Portaria MME nº 80/2016, de 04/07/2016) – Processo nº 48000.000848/2016-31. Os trabalhos estão em andamento já foram realizados inventários dos materiais nos almoxarifados de São Luis/MA e parcialmente em Tucuruí/PA. Prorrogado prazo da Comissão de Desfazimento para a conclusão dos trabalhos por 6 meses, conforme Portaria nº 120/2016, 1º de dezembro de 2016.</p> <p>b) Recolhimentos dos sistemas em campo – processo concluído.</p> <p>c) Identificação dos sistemas instalados em Terras Indígenas – trabalho em andamento pela equipe técnica da Eletronorte.</p> <p>d) Identificação das Universidades, Órgãos Públicos e demais interessados em receber materiais/equipamentos em doação – trabalho em andamento.</p> <p>Considerando que o prazo de vigência do Convênio expirou em 30/11/2016 e as ações ainda em andamento, foi assinado Termo Aditivo ao Convênio nº 010/2004-MME, prorrogando o prazo para 30/09/2017, publicado no DOU em 30/11/2016.</p>	
003 - Adote providências no sentido de concluir e encerrar os convênios com Chesf, Furnas e Eletrosul, ainda em vigência.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG

Secretaria de Energia Elétrica	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
SITUAÇÃO EM 31/12/2016	
CONVÊNIO 009/2004-MME/ELETROSUL	
<p>O Convênio nº 009/2004-MME vem implementando as ações oriundas dos Relatórios Conclusivos das Comissões de Desfazimento (Portaria MME 540/2010 e 19/2016), com vistas ao encerramento do Convênio, das quais podemos citar:</p>	
<p>a) Doações dos 1803 Módulos Aprovados para Uso no LpT – doados à CERON, conforme consta do Processo nº 48000.000360/2016-11.</p>	
<p>b) Doação dos Lotes I e J, contendo módulos fotovoltaicos, inversores e controladores de carga à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, processo de doação concluído, conforme Processo nº 48000.001786/2014-12.</p>	
<p>c) Remanejamento dos Lotes E e K, composto de inversores e controladores de carga para a Eletrobrás Eletronorte, ação autorizada por meio do Ofício nº 196/2016-SEE/MME. Contratação de transporte em licitação.</p>	
<p>d) Doação dos sistemas instalados na área geoeletrica da Eletrosul – objeto de análise da Comissão de Desfazimento (Portaria MME nº 19/2016), que serão doados de acordo com o Decreto nº 99.658/1990 e Parecer nº 743/2016/CONJUR-MME/CGU/AGU, de 15/12/2016 e o que consta do Processo nº 48000.001714/2016-37. Em fase de elaboração dos Termos de Doação.</p>	
CONVÊNIO 012/2004-MME/FURNAS	
<p>No âmbito do Convênio nº 012/2004-MME, e objetivando implementar todas as proposições oriundas dos Relatórios Conclusivos das Comissões de Desfazimento (Portaria MME 540/2010 e 19/2016), com vistas ao encerramento do Convênio, elencamos as principais ações:</p>	
<p>a) Doações dos 898 Módulos Aprovados para Uso no LpT – doados à CERON, conforme consta do Processo nº 48000.000360/2016-11.</p>	
<p>b) Doação dos sistemas instalados na área geoeletrica de Furnas – objeto de análise da Comissão de Desfazimento (Portaria MME 19/2016), que serão doados de acordo com o Decreto nº 99.658/1990 e Parecer nº 743/2016/CONJUR-MME/CGU/AGU, de 15/12/2016 e, ainda o que consta do Processo nº 48000.001714/2016-37. Em fase de elaboração dos Termos de Doação.</p>	
<p>c) Alienação de sucatas (módulos, inversores, controladores e demais itens) , por meio de Leilão, programado para janeiro/2017.</p>	
<p>Considerando que o prazo de vigência do Convênio expirou em 31/12/2016 e as ações ainda em andamento, foi assinado Termo Aditivo ao Convênio nº 012/2004-MME, prorrogando o prazo para 30/09/2017, publicado no DOU em 14/12/2016.</p>	
CONVÊNIO 014/2004-MME/CHESF	
<p>No âmbito do Convênio nº 014/2004-MME, vem sendo realizadas as ações a seguir, com vistas ao encerramento do Convênio e cumprimento das proposições contidas no Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento (Portaria MME nº 16/2015):</p>	
<p>a) Doações dos 998 Módulos Aprovados para Uso no LpT – doados à CERON, conforme consta do Processo nº 48000.000360/2016-11.</p>	
<p>b) Recolhimentos dos sistemas em campo – processo concluído.</p>	
<p>c) Alienação por meio de Leilão dos 1936 Módulos classificados como SUCATAS no Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento – concluído em novembro/2016.</p>	
<p>d) Doação à Universidade Federal do Piauí – UFPI – processo de doação em fase de assinaturas.</p>	
<p>e) Doação dos 1354 Módulos fotovoltaicos classificados como REPROVADOS para uso no LpT à Eletrobrás Chesf para aplicação em projetos de interesse social, pesquisas tecnológicas e disseminação do</p>	

conhecimento – processo concluído.

Considerando que o prazo de vigência do Convênio expirou em 31/12/2016 e que as ações para o encerramento encontram-se em andamento, foi assinado Termo Aditivo ao Convênio nº 014/2004-MME, prorrogando o prazo para 30/09/2017, publicado no DOU em 21/12/2016.

Descrição da Recomendação:	
005 - Promova a integração das atividades do PRC/Prodeem com o Programa Luz para Todos, conforme previsto no Manual de Operacionalização do Programa, preferencialmente no âmbito dos projetos especiais, de acordo com o Manual de Projetos Especiais, instituído pela Portaria nº 60, de 12/02/2009.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
SITUAÇÃO EM 31/12/2016	
O atendimento a esta Recomendação constitui de uma série de ações decorrentes dos processos de desfazimento, que vem sendo adotadas desde 2010 e que neste ano de 2016 apresentam-se como indicado a seguir:	
CHESF	
A fase é de conclusão das proposições oriundas do Relatório Conclusivo da Comissão de Desfazimento – CHESF, restando dar destinação aos itens considerados como materiais de consumo.	
ELETROSUL	
Foi elaborado o Termo de Doação para a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, que se encontra em processo de assinatura pela Universidade.	
ELETRONORTE	
•O recolhimento dos equipamentos no estado do Maranhão foi concluído e foram realizados os trabalhos da Comissão de Desfazimento instituída pela Portaria MME nº 80/2016, no almoxarifado da Eletrobrás Eletronorte em Pedrinhas/MA.	
•Encontram-se em andamento os trabalhos da Comissão de Desfazimento, tendo realizado parcialmente o inventário dos materiais/equipamentos remanescentes do PRODEEM, no almoxarifado da Eletrobrás Eletronorte em Tucuruí/PA. A fase atual nesse almoxarifado é de inventariar os bens que foram recolhidos de campo e concluir os trabalhos iniciados, atividades previstas para o primeiro trimestre de 2017.	
•A Comissão também deve realizar esses trabalhos em almoxarifados da Eletronorte em outros Estados, para onde foram recolhidos equipamentos que se encontravam em campo, atividades previstas para o primeiro trimestre de 2017.	
FURNAS	
Foram elaborados os Termos de Cessão de Uso abaixo indicados:	
•Termo de Cessão de Uso de Bem Público para CELG-D – processo concluído.	
•Termo de Cessão de Uso de Bem Público para CEMIG-D – processo concluído.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201405763	1.1.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Secretaria de Energia Elétrica - Fragilidade no monitoramento das obras da Copa		1919
Descrição da Recomendação:		
01- Incluir no monitoramento das obras do PMIS, relacionadas ao atendimento a grandes eventos, sistemática de monitoramento que permita a disponibilização de informações gerenciais sobre o andamento das obras.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE		1919
Justificativa para o seu não cumprimento:		
SITUAÇÃO EM 31/12/2016		
<p>Em agosto e setembro de 2016 foram realizados com sucesso os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Com a realização dos jogos, o MME encerrou as atividades de monitoramento de grandes eventos.</p> <p>Em relação ao gerenciamento de melhorias e pequenos reforços no sistema elétrico foi realizada reunião no MME no dia 6 de outubro de 2016. Nessa reunião o ONS procedeu uma breve explanação sobre os novos procedimentos adotados para o gerenciamento dos Planos de Melhorias e Reforços, com a implementação de um novo Sistema, o SGPMR. Esse Sistema está em operação para todos os agentes desde maio de 2016.</p> <p>A funcionalidade de atualização dos cronogramas para a implantação das atividades de melhoria e pequenos reforços no sistema elétrico também está disponível, cabendo aos agentes a responsabilidade pela atualização das informações.</p> <p>O monitoramento e acompanhamento da execução das obras do PMIS estão sendo realizados atualmente pela ANEEL, no âmbito das suas atribuições regulatórias de fiscalização. Nesse contexto, a Agência informou que tem procedido a extração de dados do SGPMR para utilização nas suas atividades de acompanhamento e monitoramento rotineiras.</p> <p>Tendo em vista o exposto, o MME considera atendida a recomendação sobre a forma de disponibilização de informações gerenciais acerca do andamento das obras do PMIS.</p>		

Descrição da Recomendação:		
002 - Incluir mecanismos de controles que garantam o cumprimento das recomendações emanadas pelo MME no que se refere ao atendimento à garantia de suprimento de energia elétrica a grandes eventos.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE		1919
Justificativa para o seu não cumprimento:		
SITUAÇÃO EM 31/12/2016		
<p>Em agosto e setembro de 2016 foram realizados com sucesso os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Com a realização dos jogos, o MME encerrou as atividades de monitoramento de grandes eventos. Importa ressaltar que a fiscalização das obras de distribuição é de competência ANEEL, conforme previsão legal. Nesse contexto, o MME considera que essa recomendação está concluída.</p>		

Descrição da Recomendação:		
003 - Disponibilizar o resultado das discussões com a ANEEL e ONS sobre a melhor maneira de realizar o monitoramento das obras do PMIS.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE		1919
Justificativa para o seu não cumprimento:		
SITUAÇÃO EM 31/12/2016		

Em relação ao gerenciamento de melhorias e pequenos reforços no sistema elétrico foi realizada reunião no MME no dia 6 de outubro de 2016.

Nessa reunião o ONS procedeu uma breve explanação sobre os novos procedimentos adotados para o gerenciamento dos Planos de Melhorias e Reforços, com a implementação de um novo Sistema, o SGPMR. Esse Sistema está em operação para todos os agentes desde maio de 2016.

O monitoramento e acompanhamento da execução das obras do PMIS estão sendo realizados atualmente pela ANEEL, no âmbito das suas atribuições regulatórias de fiscalização. Nesse contexto, a Agência informou que tem procedido a extração de dados do SGPMR para utilização nas suas atividades de acompanhamento e monitoramento rotineiras. Assim sendo, o MME considera que essa recomendação foi concluída.

Descrição da Recomendação:	
004 - Apresentar as conclusões do Grupo de Trabalho criado pelo CMSE, na sua 135ª reunião, sobre as melhorias e adequações necessárias na regulamentação e procedimentos de monitoramento das obras de distribuição em função do conjunto de situações vivenciadas durante o monitoramento das obras da Copa FIFA de 2014.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica - DMSE	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
SITUAÇÃO EM 31/12/2016	
Os trabalhos deste GT estão em andamento e são coordenados pela SPE/MME. De acordo com a SPE/MME, após o envio do Relatório para o ONS/EPE/ANEEL/SEE-MME, houve divergências entre os participantes ensejando em novas discussões sobre o Relatório.	

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES CGU - SPOA

Não há registros de pendências no atendimento às recomendações do órgão de Controle Interno.

7.4. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

Quadro 86: Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Especificar razões

No exercício de 2016 não houve instauração de Tomadas de Contas Especial para esta Unidade Prestadora de Contas –UPC.

Quando há instauração da citada Tomada, essa atende aos requisitos formais na constituição de comissões, por meio de Portarias, com publicação em Boletins Internos. Cada comissão contempla três servidores do órgão, dois servidores pertencentes às unidades técnicas responsáveis pelos acordos celebrados, e um outro servidor pertencente à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

A SPOA é a unidade responsável pela instauração, conforme o Regimento Interno, aprovado pela Portaria MME nº. 89, de 27 de fevereiro de 2014, Artigo 12, inciso VII:

“VII– realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte danos ao erário. ”

7.5. Demonstração da conformidade do cronograma e pagamento de obrigações com disposto no art 5º da Lei nº 8666/93

Os pagamentos realizados pelo Ministério de Minas e Energia seguem um cronograma lógico, em que somente ocorrem após a regular liquidação das despesas, e a comprovação da efetiva prestação dos serviços contratados ou a entrega dos bens adquiridos, bem como a devida instrução do processo para averiguação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Igualmente, todos os contratos celebrados contemplam cronograma de pagamento, sendo de no máximo 30 dias após a apresentação da fatura, devidamente atestada, nos casos de contratos com valor acima do limite estabelecido no inciso II do art. 24 da LLC, e cinco dias úteis para as compras e serviços com valor abaixo deste limite, conforme estabelecido no art. 5º, § 3º da referida lei.

Um dos indicadores de desempenho instituído para gestão do processo de compras e contratos que trata dos Prazos Médios para Pagamentos de Contratos tem alcançado resultados positivos, com média de cinco dias úteis para conclusão dos processos de pagamento, demonstrando sua conformidade com os requisitos estabelecidos, prazos e metas definidas, com frequente superação do desempenho.

7.6. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com as empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamentos

Posteriormente à publicação da Lei nº 12.546/2011 e do Decreto nº 7.828/2012, o MME firmou contratos com empresas do seguimento da tecnologia da informação, beneficiadas pelo regime da desoneração da folha de pagamento. No entanto, esses instrumentos ainda estão pendentes de revisão, na forma orientada no Acórdão 2.859/2013 – Plenário/TCU e no Acórdão 1212/2014 – Plenário/TCU.

Todavia, essa questão não pode ser finalizada, devido ao pedido de reexame dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013 – Plenário/TCU feito junto ao Tribunal de Contas da União, o qual foi acatado pela egrégia Corte. Em função do efeito suspensivo até que fosse dada a decisão final do mérito do TCU, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI informou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrante do SISG, por meio de mensagem datada de 01/04/2015, a suspensão dos citados itens, ficando, ainda, registrado que a SLTI expediria orientações a esses entes públicos após o exame final da matéria pelo TCU.

7.7. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 87: Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	25122211920000001	1.175.784,96	992.810,14
Mercadológica			

Utilidade pública			
-------------------	--	--	--

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desse Relatório de Gestão seguiu, o mais de perto possível, as normas do TCU (Decisões Normativas, Portaria e Sistema e-Contas), no que diz respeito à abrangência de seus conteúdos. Esse procedimento resultou em um documento de 239 páginas (incluindo os anexos).

Representantes do MME participaram da apresentação da abertura do Sistema e-Contas em 16 de fevereiro de 2017, bem como do Fórum de Dúvidas no Portal do TCU.

Essas participações foram importantes para a melhoria do processo de elaboração deste Relatório, pois representou uma oportunidade de esclarecimento e alinhamento das informações. Nesse sentido, o Relatório vem ao longo dos anos sendo aprimorado pela participação dos representantes do TCU e pelo esforço e dedicação dos servidores do MME.

De forma conclusiva, entendemos que o desempenho do Ministério de Minas e Energia durante o ano de 2016 foi satisfatório e o presente documento demonstra o seu relevante papel.

8. ANEXOS E APÊNDICES

Outros itens de informação

Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

Balanco Financeiro (2016)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 22/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	395.748.791,32	420.112.027,28	Despesas Orçamentárias	19.475.960.622,61	20.653.966.773,12
Ordinárias	90.234.421,64	70.789.525,06	Ordinárias	198.595.850,56	1.211.519.251,03
Vinculadas	305.792.756,12	349.322.829,80	Vinculadas	19.277.364.772,05	19.442.467.522,09
Operação de Crédito		15.665.669,93	Educação	4.000,00	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	305.792.756,12	333.657.159,87	Seguridade Social (Exceto RGPS)	16.321.048,86	91.977.635,07
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-278.386,44	-327,58	Operação de Crédito	12.958.472,18	12.691.568,19
			Transferências Constitucionais e Legais	4.185.032.855,77	3.818.279.379,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	15.063.048.395,24	15.519.518.939,83
Transferências Financeiras Recebidas	24.951.031.074,50	23.184.925.663,14	Transferências Financeiras Concedidas	6.187.916.305,86	3.608.192.271,33
Resultantes da Execução Orçamentária	23.674.239.460,71	22.504.300.702,66	Resultantes da Execução Orçamentária	5.227.417.948,16	2.775.200.103,05
Cota Recebida	20.474.497.780,13	21.022.903.354,58	Repasse Concedido	2.029.267.686,91	1.896.665.012,21
Repasse Recebido	1.525.926,06	602.862.257,24	Sub-repasse Concedido	3.198.114.385,53	678.016.522,69
Sub-repasse Recebido	3.198.114.385,53	878.016.522,69	Valores Diferidos - Baixa		518.568,15
Valores Diferidos - Baixa		518.568,15	Cota Devolvida	35.875,72	
Repasse Devolvido	101.368,99		Independentes da Execução Orçamentária	960.498.357,70	832.992.168,28
Independentes da Execução Orçamentária	1.276.791.613,79	680.624.960,48	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	638.867.104,87	473.878.535,85
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.241.221.741,30	650.299.631,16	Demais Transferências Concedidas	1.732.196,98	7.390.565,60
Demais Transferências Recebidas	1.990.066,68	4.690.718,23	Movimento de Saldos Patrimoniais	319.899.055,85	351.723.066,83
Movimentação de Saldos Patrimoniais	33.579.805,81	25.634.611,09	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recabimentos Extraorçamentários	963.501.932,99	1.075.092.941,68	Despesas Extraorçamentárias	598.094.835,40	405.754.865,62
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	155.280,99	89.248.864,23	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	89.283.003,94	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	963.280.027,32	985.503.348,31	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	432.336.694,90	335.542.032,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	64.898,36	43.954,73	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	69.777,79	53.067,40
Outros Recabimentos Extraorçamentários	1.726,32	296.774,41	Outros Pagamentos Extraorçamentários	76.405.358,77	70.159.766,17
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.726,32		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.726,32	
Demais Recabimentos		296.774,41	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		1.493.529,65
			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	76.403.632,45	68.666.236,52
Saldo do Exercício Anterior	415.198.476,48	403.001.754,45	Saldo para o Exercício Seguinte	463.508.511,42	415.198.476,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	415.198.476,48	403.001.754,45	Caixa e Equivalentes de Caixa	463.508.511,42	415.198.476,48
TOTAL	26.725.480.275,29	25.083.132.386,55	TOTAL	26.725.480.275,29	25.083.132.386,55

Balço Patrimonial (2016)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORÇAO SUPERIOR	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	607.093.596,89	615.890.528,51	PASSIVO CIRCULANTE	3.520.101,07	262.871.823,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	463.508.511,42	415.198.476,48	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.183.737,46	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	207.024,71	207.024,71
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	143.401.499,40	200.507.471,88	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	604.048,50	83.294.760,45
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	183.586,07	184.580,15	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDe Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	1.525.290,38	173.370.038,74
ATIVO NÃO CIRCULANTE	308.614.135,06	318.227.416,96	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.420,86	2.420,86	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	2.420,86	2.420,86	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Divida Ativa Não Tributária	2.420,86	2.420,86	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	3.011,75	3.011,75	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.520.101,07	262.871.823,90
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	3.011,75	3.011,75			
Demais Investimentos Permanentes	3.011,75	3.011,75			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	304.865.575,92	315.411.987,91			
Bens Móveis	90.720.203,60	92.748.931,97			
Bens Móveis	109.198.407,67	106.993.215,64			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-18.478.203,87	-14.244.283,67			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	214.145.372,12	222.663.055,94			
Bens Imóveis	214.243.124,31	222.722.892,03			
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-97.752,19	-59.636,09			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	3.743.126,53	2.809.396,44			
Softwares	3.338.540,22	2.405.410,13			
Softwares	4.709.492,55	3.148.492,55			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.370.952,33	-743.082,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	404.586,31	404.586,31			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	404.586,31	404.586,31			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORÇAO SUPERIOR	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	315.707.731,95	334.117.945,47	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	315.707.731,95	334.117.945,47

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	463.993.478,35	417.229.112,46	PASSIVO FINANCEIRO	1.599.765.685,79	1.950.090.508,87
ATIVO PERMANENTE	451.714.253,60	516.888.833,01	PASSIVO PERMANENTE	1.830.728,20	248.329,73
SALDO PATRIMONIAL	685.888.682,04	1.016.190.893,13			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	335.120,59	4.214.919,59	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	102.024.588,78	92.649.442,77
Execução dos Atos Potenciais Ativos	335.120,59	4.214.919,59	Execução dos Atos Potenciais Passivos	102.024.588,78	92.649.442,77
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	35.120,59	3.914.919,59	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congên	27.333.813,11	30.433.035,82
Direitos Contratuais a Executar	300.000,00	300.000,00	Obrigações Contratuais a Executar	74.690.775,67	62.216.406,95
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	335.120,59	4.214.919,59	TOTAL	102.024.588,78	92.649.442,77

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-489.654,24
Recursos Vinculados	-1.135.282.553,20
Seguridade Social (Exceção RGPS)	121.539,37
Operação de Crédito	-52.683.009,21
Transferências Constitucionais e Legais	-915.413.809,15
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-167.313.440,45
Demais Recursos	6.166,24
TOTAL	-1.135.772.207,44

Balanco Orçamentário (2016)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2017	PÁGINA 1

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	38.631.638.332,00	38.631.638.332,00	395.748.791,32	-38.235.889.540,68
Recetas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recetas de Contribuições	195.409.692,00	195.409.692,00	279.836.006,95	84.426.314,95
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	195.409.692,00	195.409.692,00	279.836.006,95	84.426.314,95
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receta Patrimonial	38.416.848.640,00	38.416.848.640,00	76.431.342,37	-38.340.417.297,63
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	27.709,92	27.709,92
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	38.416.848.640,00	38.416.848.640,00	76.403.632,45	-38.340.445.007,55
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Recetas Patrimoniais	-	-	-	-
Receta Agropecuária	-	-	-	-
Receta Industrial	-	-	-	-
Recetas de Serviços	-	-	86,94	86,94
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	86,94	86,94
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Recetas Correntes	19.380.000,00	19.380.000,00	39.481.355,06	20.191.355,06
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	34.709,80	34.709,80
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	6.113.613,57	6.113.613,57
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Recetas Correntes	19.380.000,00	19.380.000,00	33.333.031,69	13.953.031,69
RECEITAS DE CAPITAL	26.032.956,00	26.032.956,00	-	-26.032.956,00
Operações de Crédito	26.032.956,00	26.032.956,00	-	-26.032.956,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	26.032.956,00	26.032.956,00	-	-26.032.956,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Recetas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2017	PÁGINA 2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Recetas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	38.657.671.288,00	38.657.671.288,00	395.748.791,32	-38.261.922.496,68
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	38.657.671.288,00	38.657.671.288,00	395.748.791,32	-38.261.922.496,68
DÉFICIT	-	-	19.080.211.831,29	19.080.211.831,29
TOTAL	38.657.671.288,00	38.657.671.288,00	19.475.960.622,61	-19.161.710.665,39
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	380.531.568,00	380.531.568,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	380.531.568,00	380.531.568,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	21.660.334.602,00	22.057.314.928,00	16.558.352.031,98	15.595.608.188,66	15.595.452.907,67	5.458.962.896,02
Pessoal e Encargos Sociais	203.736.524,00	207.285.753,00	197.663.287,47	196.993.179,46	196.991.533,46	3.622.465,53
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	21.456.598.078,00	21.850.029.175,00	16.360.688.744,51	15.398.615.009,20	15.398.461.374,21	5.489.340.430,49
DESPESAS DE CAPITAL	5.972.634.749,00	4.427.973.599,00	2.917.608.590,63	2.917.072.406,63	2.917.072.406,63	1.510.371.008,37
Investimentos	18.897.294,00	19.455.697,00	8.291.135,63	7.754.951,63	7.754.951,63	11.164.561,37
Inversões Financeiras	5.953.137.455,00	4.408.523.902,00	2.909.317.455,00	2.909.317.455,00	2.909.317.455,00	1.499.206.447,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	208.068.886,00	208.068.886,00	-	-	-	208.068.886,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	27.840.438.237,00	26.693.363.413,00	19.475.960.622,61	18.512.680.595,29	18.512.525.314,30	7.217.402.790,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
22/02/2017

PÁGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPEGA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	27.840.438.237,00	26.693.363.413,00	19.475.960.622,61	18.512.680.595,29	18.512.525.314,30	7.217.402.790,39
TOTAL	27.840.438.237,00	26.693.363.413,00	19.475.960.622,61	18.512.680.595,29	18.512.525.314,30	7.217.402.790,39

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	700.651.701,73	980.963.328,38	430.519.395,33	430.029.820,33	619.076.804,54	632.508.405,24
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.167.009,94	2.029.446,93	2.029.446,93	-	137.563,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	700.651.701,73	978.796.318,44	428.489.948,40	428.000.373,40	619.076.804,54	632.370.842,23
DESPEAS DE CAPITAL	1.281.964,66	4.540.019,33	3.044.529,22	2.306.874,57	0,01	3.515.110,01
Investimentos	1.281.964,66	4.540.019,33	3.044.529,22	2.306.874,57	0,01	3.515.110,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	701.933.666,39	985.503.348,31	433.563.924,55	432.336.694,90	619.076.804,55	636.023.515,25

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	35.258,65	89.248.864,23	89.263.855,78	-	20.267,10
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.258,65	89.248.864,23	89.263.855,78	-	20.267,10
DESPEAS DE CAPITAL	23.838,79	423,41	19.148,16	-	5.114,04
Investimentos	23.838,79	423,41	19.148,16	-	5.114,04
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	59.097,44	89.249.287,64	89.283.003,94	-	25.381,14

Demonstração das Variações Patrimoniais (2016)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 22/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.375.788.331,99	23.593.189.591,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	279.816.808,33	299.131.065,65
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	279.816.808,33	299.131.065,65
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	27.796,86	75.463,37
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	27.796,86	75.463,37
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	65.474,46	88.612,86
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	65.474,46	88.612,86
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	24.951.032.470,40	23.185.083.257,17
Transferências Intragovernamentais	24.951.031.074,50	23.185.078.862,91
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.395,90	4.394,26
Reavaliação de Ativos	105.410.702,72	71.517.132,91
Ganhos com Alienação	17.952.610,47	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	66.911.309,88	58.104.832,28
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	20.546.782,37	13.412.360,63
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	39.435.078,62	37.293.999,22
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 22/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	39.435.078,62	37.293.999,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	25.281.639.442,41	24.063.929.458,44
Pessoal e Encargos	108.558.916,65	108.476.574,23
Remuneração a Pessoal	63.010.859,51	65.057.456,99
Encargos Patronais	15.049.745,33	14.824.042,36
Benefícios a Pessoal	8.372.300,86	6.564.564,73
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	22.126.010,95	22.030.510,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	87.918.867,14	87.252.728,39
Aposentadorias e Reformas	49.691.755,85	50.590.644,75
Pensões	38.109.019,69	36.582.312,77
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	118.091,60	79.770,78
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	85.544.588,90	41.657.040,23
Uso de Material de Consumo	508.040,35	352.401,87
Serviços	79.974.214,80	36.125.729,15
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.062.333,75	5.178.909,21
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	17,74	42.705.276,27
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	566.401,89
Juros e Encargos de Mora	17,74	119,57
Variações Monetárias e Cambiais	-	42.138.477,23
Descontos Financeiros Concedidos	-	277,58
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	21.577.389.773,63	22.422.956.682,81
Transferências Intragovernamentais	6.187.916.399,49	3.608.345.471,10
Transferências Intergovernamentais	15.386.376.820,52	18.812.933.004,11
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	141.888,90	214.751,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.954.664,72	1.463.456,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.064.717.602,83	518.337.222,74
Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	25.432.378,19	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.579,05	-
Incorporação de Passivos	2.054.880,71	381.637.213,76
Desincorporação de Ativos	2.975.228.764,88	136.700.008,98



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.333,24	1.826,00
Contribuições	2.082,00	1.826,00
7.851,24		
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	417.559.742,28	842.542.147,86
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	416.951.874,92	842.510.096,00
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	607.867,36	32.051,86
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	94.088.889,58	-470.739.907,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis apresentadas por essa Unidade Prestadora de Contas – UPC estão em conformidade com a Lei nº 4.320/64: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e a Demonstração de Variação Patrimonial.

Os referidos demonstrativos, do exercício de 2016, foram extraídos a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, plataforma WEB, em 22/2/2017.

Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP

Desvalorização e Perda de Ativos

O valor de R\$ 26.432.378,19 (conta contábil 3.6.1.1.1.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis), refere-se à desvalorização do imóvel (sede do Ministério de Minas e Energia), lançamento no SPIUNET, documento 2016NL800036.

O valor de R\$ 2.976.228.764,88 - Conta contábil 3.6.5.0.0.00.00 – Desincorporação de Ativos está apresentado na seguinte composição:

- a) R\$ 66.911.309,88 – Conta Contábil 3.6.5.0.1.01.00 - Desincorporação de Ativos, refere-se a lançamento efetivado no SPIUNET, 2016NL800008, a fim de estornar lançamento efetuado anteriormente pelo documento 2016NL800001. O estorno foi realizado em virtude de criação indevida do RIP nº: 9701 04787.500-0, quando da reavaliação do bem. Inclusive o lançamento por meio do documento 2016NL800001 ficou evidenciado como Ganhos com Incorporação de Ativos – VPA.

- b) R\$ 2.909.317.455,00 - Conta contábil 3.6.5.0.2.01.00 – Desincorporação de Ativos (Intra Siafi):
- b1) Valor de R\$ 2.906.180.000,00 - Execução da ação 0EB2.0001 – Participação da União no Capital da Eletrobrás ,referente a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, em conformidade com a Lei nº 13.255/2016 (LOA 2016)(Processo nº 48000.000529/2016-25);
- b2) Valor de R\$ 3.137.455,00 - Execução da ação 0E90 – Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), em conformidade com a Lei nº 13.255/2016 (LOA 2016) (Processo nº 48000.001456/2016-99).

Valorização e Ganhos com Ativos

O Valor de R\$ 17.952.610,47 – Conta Contábil 461110200 – Reavaliação de Bens Imóveis, refere-se à reavaliação de imóveis de uso especial no SPIUnet, documento 2016NL800009.